



HABITAÇÃO PRÓPRIA

ALAVANCA NA REDUÇÃO DA POBREZA

José Luís Pereira Loureiro

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura
Especialidade: Arquitectura

*Regime Especial de Apresentação de Tese em conformidade com o art.º 33º do Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de
Março, republicado pelo Decreto-Lei nº 115/2013 de 7 de Agosto.*

ÉVORA, Março de 2017



Apoios:



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico



HABITAÇÃO PRÓPRIA

ALAVANCA NA REDUÇÃO DA POBREZA

José Luís Pereira Loureiro

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em
Arquitectura

Especialidade: Arquitectura

*Regime Especial de Apresentação de Tese em conformidade com o art.º 33º do
Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março, republicado pelo Decreto-Lei nº115/2013 de 7
de Agosto.*

Évora, Março de 2017

Para a minha Mulher e Filhos, para os meus Pais

AGRADECIMENTOS

Dum doutorando reconhecido pela ajuda nas suas inseguranças, suas insatisfações, suas dúvidas, suas insuficiências e seus problemas, por vezes sem sentido.

Ao Professor Doutor Filipe Rocha da Silva pela amizade incondicional, pelo apoio e pelo incentivo.

Ao Professor Doutor João Rocha pela melhor boa vontade de orientação com que contei, pelo apoio, cobertura, incentivo e até encorajamento veementemente nas piores circunstâncias por mim ocasionadas.

À Elemental, à afabilidade e prestabilidade de todos com que me cruzei, com especial referência ao Gonzalo Arteaga extraordinário como facilitador e ao Juan Cerda excelente na disponibilidade.

Aos dirigentes e moradores dos bairros de Renca e Barnechea, em Santiago, que me abriram as portas do seu bairro e de suas casas e generosamente partilharam comigo as suas experiências e os seus sentires.

Aos que directa ou indirectamente tornaram possível este desígnio pelo apoio, estímulo, amizade e cumplicidade: Sr. António Couto, Sra. D.^a Rosalina Ramos, Sara Oliveira, Patrícia Bento, Joana Bastos, Inês Monteiro, Ana Rita Pinto e os meus alunos ao longo destes quase trinta e seis anos.

À minha mulher pelo carinho, compreensão e apoio, à família e amigos próximos pelas mais diversas, mas justificadíssimas razões.

A todos que directa ou indirectamente tornaram possível este propósito e eventualmente não tenha citado por injusta desatenção.

HABITAÇÃO PRÓPRIA – Alavanca na Redução da Pobreza

SUMÁRIO

Genericamente, no mundo há um défice de habitação, que logicamente incide sobretudo nos pobres.

A população do mundo, vai precisar de habitação adequada e acesso a serviços tais como sistemas de água e saneamento e infra-estruturas básicas.

As Nações Unidas têm este domínio como uma preocupação central, abordando-o como um direito especial, que encontramos designadamente no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e na Declaração Universal: o direito de todos a uma habitação condigna.

O problema que se colocou foi **saber se a habitação própria pode ter relevância na redução da pobreza.**

Consequentemente, se assim for, pretende-se apontar um método, quer dizer uma maneira de fazer, que permita operara, otimizando a capacidade detectada.

O processo para atingir o objectivo enunciado, assenta numa investigação descritiva para identificar as características dos fenómenos, explicativa para decifrar as relações entre as características identificadas e preditiva para o alcançar dum “desenho” experimental que permita operar e controlar os fenómenos.

O objectivo da investigação é atingir um modelo de gestão operacional aplicável no desenvolvimento da arquitectura social. Terá base matricial com três eixos: 1º Regeneração dos Agregados; 2º Microcrédito; 3º Autoconstrução.

A matriz incorporará uma lógica de validação de Life Cycle Assessment (LCA), garantindo soluções sustentáveis e facilitadoras de criação de riqueza.

O percurso faz-se sobretudo pelo estudo de casos, temporal e tipologicamente distintos e paradigmáticos, com o respectivo suporte teórico. Desenvolve-se trabalho de campo em dois

casos, experimenta-se, portanto, o mundo empírico que é o da realidade e introduz a dimensão quantitativa

Longos anos de ensino universitário e de profissão, nomeadamente na área do planeamento, demonstraram-nos que os planos quando se concluem, já estão desactualizados, assim a dinâmica matricial que se procura, pretende obrigar a uma actualização circunstancial e temporal que se impõe aos seus vectores, tornando-a presente em tempo de oportunidade.

Palavras-chave: Habitação Própria; Redução da Pobreza; Regeneração dos Agregados; Microcrédito; Autoconstrução.

OWN HOUSING – A Lever for Poverty Reduction

ABSTRACT

Generically speaking, there's a habitation deficit in the world that logically occurs mostly to the poor.

The world's population will need proper housing as well as access to services such as water and sanitation systems and basic infrastructures.

The United Nations maintain this subject as one of their main concerns, regarding it as a freestanding right present namely on the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights and on the Universal Declaration of Human Rights: the right to housing as part of the right to an adequate standard of living.

The question in matter is to find out if Own-Housing presents any relevancy in poverty reduction.

Consequently, if that is so, the designation of a method that allow to operate and optimize this detected capability is intended.

The process through which the appointed goal will be attained relies on a descriptive investigation as to identify the characteristics of the phenomenon, explanatory as to decipher the relationships between these characteristics and predictive as to reach an experimental 'drawing' that enables us to operate and control the phenomenon.

The goal of such an investigation is to arrive to an operational management model that applies throughout the process of social architecture.

It presents three axis as the matrix foundation:

1º Households Regeneration; 2º Micro-credit; 3º Self Built Housing.

The matrix incorporates a validation logic of Life Cycle Assessment (LCA), ensuring solutions that are sustainable and promote wealth creation.

The course path is made from chronologically and typologically distinct and paradigmatic case studies accompanied by the respective theoretical support.

Field work in two different cases is developed dwelling with the empiric world, which is one of reality and introducing the quantitative dimension.

The extensive years of university education and professional exercise, namely in the planning field, can demonstrate that when most planning is concluded it is already outdated. This way, the matrix dynamic that is sought after here aims to force a timely and circumstantial update that imposes on its vectors rendering it present in opportune time.

Keywords: Own Housing; Poverty Reduction; Households Regeneration; Microcredit; Self-Build.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1-Pontos de Ligação da Investigação – (FORTIN, 2000)	17
Ilustração 2-Implantação: Quinta Monroy, Iquique (peças desenhadas Elemental s/ escala)....	48
Ilustração 3-Vista original exterior: Quinta Monroy – Iquique (fot. Elemental)	48
Ilustração 4-Vista original interior: Quinta Monroy, Iquique (fot. Elemental).....	48
Ilustração 5-Vista bairro clandestino: Renca, Santiago (fot. Trab. Campo)	49
Ilustração 6-Planta Piso 0 – Renca , Santiago (peças desenhadas Elemental s/ escala)	50
Ilustração 7-Planta Piso 1 – Renca , Santiago (peças desenhadas Elemental) s/ escala	51
Ilustração 8-Implantação – Renca , Santiago (peças desenhadas Elemental s/ escala).....	51
Ilustração 9-Vista original exterior: Renca , Santiago (fot. Elemental)	52
Ilustração 10-Vista original exterior: Renca , Santiago (fot. Elemental)	52
Ilustração 11-Vista original interior: Renca , Santiago (fot. Elemental).....	52
Ilustração 12-Implantação: Barnechea , Santiago (peças desenhadas Elemental) s/ escala..	54
Ilustração 13-Vista original exterior: Barnechea , Santiago (fot. Elemental)	54
Ilustração 14-Vista original exterior: Barnechea , Santiago (fot. Elemental)	54
Ilustração 15-Vista original exterior: Barnechea, Santiago (fot. Elemental)	55
Ilustração 16-Vista original interior: Barnechea, Santiago (fot. Elemental)	55
Ilustração 17-Implantação: PREVI, Lima (peças desenhadas Charles Correa) s/ escala....	64
Ilustração 18-Vista original exterior: PREVI Lima (fot. Correa, C: Housing & Urbanization.) ...	65
Ilustração 19-Vista original interior: PREVI Lima (fot. Correa, C: Housing & Urbanization.)....	65
Ilustração 20-The Three PREVI-PP1 Technological Families: PREVI. (ima. ININVI) ..	66
Ilustração 21-Vista exterior: PREVI. Lima (fot. Press information: Hands on Urbanism)	67
Ilustração 22-Vista exterior: PREVI. Lima (fot. Press information: Hands on Urbanism) ...	72
Ilustração 23-Construção: Mexicali, México (fot. Christopher Alexander)	81
Ilustração 24-Implantação: Mexicali, México (peças desenhadas Christopher Alexander) s/ escala..	82
Ilustração 25-Vista original exterior: Mexicali, México (fot. Christopher Alexander)....	82
Ilustração 26-Vista original exterior: Mexicali, México (fot. Christopher Alexander)..	82
Ilustração 27-Vistas originais interior: Mexicali, México (fot. Christopher Alexander)87	
Ilustração 28-Vista exterior: Mexicali, México (fot. Press information: Hands on Urbanism) ..	87
Ilustração 29-Vista exterior: Mexicali, México (fot. Press information: Hands on Urbanism) ..	88
Ilustração 30-Vista original interior: Bangladesh (fot. Banco Grameene).....	94
Ilustração 31-Projecto Tipo: Bangladesh (peças desenhadas Banco Grameene) s/ escala....	96
Ilustração 32-Construção Turcas: Bangladesh (fot. Banco Gramenne).....	97
Ilustração 33-Projecto Tipo: Bangladesh (peças desenhadas Banco Grameene) s/ escala)....	99
Ilustração 34-Construção Pilares: Bangladesh (fot. Banco Grameene)	100
Ilustração 35-Construção Turcas: Bangladesh (fot. Banco Gramenne).....	100
Ilustração 36-Vista exterior: Bangladesh (fot. Banco Grameene)	102
Ilustração 37-Manifesto Grameen: Bangladesh (Ima. Banco Grameene).....	105
Ilustração 38- Fichas tipológicas, Renca s/ escala	139
Ilustração 39-Fichas tipológicas, Quinta Monroy s/ escala	140
Ilustração 40- Fichas tipológicas, PREVI s/ escala	140

Ilustração 41-Organograma, Quinta Monroy s/ escala	142
Ilustração 42-Organograma, Renca s/ escala.....	143
Ilustração 43-Organograma, PREVI s/ escala.....	143

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	IX
SUMÁRIO.....	XI
ABSTRACT	XIII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	XV
ÍNDICE	XVII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento	2
1.2. Identificação do Problema	6
1.3. Objectivos.....	10
1.4. Metodologia.....	12
2. CONTEXTO	19
2.1. Resumo do Estado da Arte	21
2.2. Conceitos	24
2.2.1. Pobreza.....	24
2.2.1.1. Pobreza Absoluta.....	25
2.2.1.2. Pobreza Relativa.....	25
2.2.1.3. Pobreza Subjectiva	26
2.2.1.4. Outros tipos de pobreza	26
2.2.1.5. Cultura de pobreza.....	27
2.2.1.6. Variáveis que influenciam a pobreza.....	27
2.2.1.7. Factores económicos da pobreza	29
2.2.2. Exclusão Social	31
2.2.2.1. Índice de Pobreza Humana	32
2.2.2.2. Exclusão	32
2.2.2.3. Grupos sociais vulneráveis à exclusão social	34
2.2.2.4. Inclusão social.....	35
2.2.3. Habitação	35
2.2.3.1. Habitação Própria	36
2.2.3.2. Habitação Social.....	36
2.2.3.3. Segregação e estigmatização	37
2.2.4. Agregado	38
2.2.4.1. Regenerar	39
2.2.4.2. Família.....	39
2.2.5. Microcrédito	40
2.2.6. Autoconstrução.....	40
2.2.6.1. Habitação Evolutiva	40
2.2.6.2. Arquitectura Sustentável	41
2.2.7. Agente de Proximidade	41
3. CASOS ESTUDADOS.....	43
3.1. Preparação do Trabalho	44

3.1.1.	Elemental: Quinta Monroy 2003, Renca 2006 e Barnechea 2008 (Chile)	45
3.1.1.1.	Quinta Monroy, Iquique, Chile	47
3.1.1.2.	Renca, Santiago, Chile	49
3.1.1.3.	Lo Barnechea, Santiago, Chile	53
3.1.2.	Charles Correa: PREVI, Lima, Peru 1969-73	56
3.1.3.	Christopher Alexander: Mexicali, México, 1975-78	73
3.1.4.	Banco Grameen: Housing Project, Bangladesh, 1984-continuo	89
3.2.	Desenvolvimento do Trabalho	107
3.2.1.	Caso de Estudo – Elemental: Renca e Barnechea – Trabalho de Campo	108
3.2.1.1.	Preparação	109
3.2.1.2.	Relatório	110
3.2.1.3.	Guiões – Resumos	114
3.2.1.3.1.	Guião – Resumo Entrevista Alexandro Aravena	114
3.2.1.3.2.	Guião – Resumo Entrevista a Moradores	115
3.2.1.3.3.	Guião – Resumo de Notas para trabalho de Campo	117
3.2.1.4.	Ficha Tipo	119
3.2.1.5.	Quadro Resumo	120
3.2.1.6.	Considerandos	120
4.	QUADRO CONCEPTUAL	127
4.1.	Levantamento	127
4.2.	Programar e Financiar	131
4.3.	Caracterização e Evolução	133
4.3.1.	Etapas Zero	134
4.3.2.	Casa Multifamiliar	135
4.3.3.	Hiper-Casa	135
4.4.	Análise tipológica	137
4.4.1.	Tipologias	137
4.4.1.1.	Tipologia do lote	137
4.4.1.2.	Tipologia Funcional	138
4.4.1.3.	Tipologia de evolução	141
4.4.2.	Sistema Construtivo	141
4.5.	Funcionalidade	142
4.5.1.	Organograma Funcional	142
4.5.2.	ADN Métrico	144
5.	PROPOSTA	147
5.1.	Estrutura da Proposta	150
5.2.	Entrada/análise	151
5.3.	Desenvolvimento/diagnóstico RA, MC, AC	153
5.3.1.	Desenvolvimento/diagnóstico RA	153
5.3.2.	Desenvolvimento/diagnóstico MC	155
5.3.3.	Desenvolvimento/diagnóstico AC	157

5.4.	Saída/proposta	159
6.	CONCLUSÃO	173
7.	BIBLIOGRAFIA.....	185
8.	ANEXOS.....	209
	ANEXO 1 – Entrevistas na Elemental	209
	ANEXO 2 – Entrevistas em Barnechea	239
	Anexo 2.1 – Entrevistas em Barnechea - Habitantes	257
	ANEXO 3 – Entrevistas Renca Dirigentes.....	265
	Anexo 3.9 – Entrevistas em Renca I - Habitantes	301
	ANEXO 4 – Historiografia Breve da Habitação Própria	315
	ANEXO 5 – Fichas Tipológicas	367
	ANEXO 5.1 – Barnechea.....	367
	ANEXO 5.2 – Monroy	370
	ANEXO 5.2 – Previ.....	373
	ANEXO 6 – Organogramas	375
	ANEXO 6.1 – Barnechea.....	375
	ANEXO 6.2 – Monroy	376
	ANEXO 6.3 – Renca	377
	ANEXO 6.4 – Previ.....	378
	ANEXO 6.5 – Grândola	380
	ANEXO 6.6 – Oeiras.....	381
	ANEXO 6.5 – Coruche	382

“Aqueles casas não foram projectadas por nenhum arquitecto profissional. Foram os nossos membros que as projectaram e construíram com amor. Eles são os arquitectos das suas próprias casas – tal como são os arquitectos das suas próprias vidas.”

Muhammad Yunus a propósito do Prémio Internacional de Arquitectura Aga Khan ganhou pelo *Grameen Bank Housing Programme* quando interrogado sobre quem foi o arquitecto que projectou as “*nossas belas casas de 300 dólares*”

1. INTRODUÇÃO

Genericamente, no mundo há um déficit de habitação, que logicamente incide sobretudo nos pobres. Prevê-se que em 2030 40% da população mundial, aproximadamente três mil milhões de pessoas vão necessitar duma habitação minimamente condigna.

A rápida urbanização coloca pressão notável sobre a habitação e sobre os agregados populacionais. A população do mundo, vai precisar de habitação adequada e acesso a serviços tais como sistemas de água e saneamento e infraestruturas básicas. Isto traduz a necessidade de completar 96.150 unidades habitacionais por dia, a partir de 2013 até 2030.

A Carta Internacional dos Direitos Humanos está no centro de toda a acção desenvolvida pelas Nações Unidas no domínio da protecção e promoção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

A Carta é constituída por três instrumentos:

- a. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- b. O Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (1966);
- c. O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas (1966).

1.1. Enquadramento

Abordam-se os fundamentos, as implicações e o conteúdo de um direito especial, que encontramos designadamente no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e na Declaração Universal: o direito de todos a uma habitação condigna.

Nos últimos anos ocorreu um conjunto de factos importantes relativos a este direito no âmbito de diversos organismos de direitos humanos das Nações Unidas.

O direito a uma habitação condigna é um dos direitos económicos, sociais e culturais que beneficiaram de uma maior atenção e de um maior esforço de promoção, não só por parte dos organismos das Nações Unidas, especificamente do Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (Habitat). No início, houve a aplicação da Declaração de Vancouver sobre Estabelecimentos Humanos, publicada em 1976, depois a proclamação do Ano Internacional do Abrigo para as Pessoas sem Lar (1987) e, em 1988, a adopção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Estratégia Global para o Abrigo para o Ano 2000.

À primeira vista poderia parecer insólito que um tema, como o da habitação, constituísse uma questão de direitos humanos. Basta, porém, pensar em tudo o que um lugar seguro para viver pode representar para a dignidade, a saúde física e mental e a qualidade geral de vida do ser humano.

Dispor de uma habitação condigna é universalmente

considerado uma das necessidades básicas do ser humano.

Não obstante a importância que para todos assume o direito a uma habitação adequada, existe, em todo o mundo, segundo o Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos, mais de 1 bilião de pessoas que vivem numa habitação não adequada e 100 milhões que não têm abrigo.

O abastecimento de água potável e o saneamento são duas necessidades básicas, directamente ligadas à habitação. As estatísticas da Organização Mundial de Saúde indicam que 1,2 mil milhões de habitantes dos países em desenvolvimento não têm acesso a água potável e 1,8 mil milhões não dispõem de saneamento básico. (Relatório de Avaliação da Década, da OMS, 1990).

O n.º 1 do artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama: “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

A habitação e condições de vida adequadas estão estreitamente ligadas ao grau de realização efectiva do direito à higiene ambiental e do direito ao mais elevado nível possível de saúde mental e física. A Organização Mundial de Saúde considera a habitação como o factor ambiental mais importante associado à doença e ao aumento das taxas de mortalidade e morbilidade.

Referencia-se, a Observação Geral n.º 4 do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, relativa ao direito a uma

Habitação Condigna, que define este direito através da associação de um certo número de elementos concretos:

- a) Segurança legal da ocupação (grau de segurança de posse que garanta a protecção legal);
- b) Disponibilidade de serviços, materiais e infraestruturas (água potável, energia, aquecimento e iluminação, instalações sanitárias e de limpeza, meios de conservação de alimentos, sistemas de recolha e tratamento de lixo, esgotos e serviços de emergência);
- c) Acesso igualitário e não discriminatório (sem qualquer discriminação ou estigma);
- d) Habitabilidade (propiciar o espaço adequado e proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento ou outros perigos para a saúde, dos riscos devidos a problemas estruturais e de vectores de doença);
- e) Facilidade de acessos;
- f) Localização (local onde existam possibilidades de emprego, serviços de saúde, escolas, centros de cuidados infantis e outras estruturas sociais. As habitações não devem ser construídas em lugares poluídos, nem na proximidade imediata de fontes de poluição);
- g) Respeito do ambiente cultural (arquitectura, os materiais de construção utilizados e as políticas subjacentes devem permitir a expressão da identidade e diversidade culturais).

Este vasto conjunto de elementos constitutivos do direito a uma habitação condigna dá-nos uma ideia da sua complexidade.¹

Há pelo menos condições básicas que precisam ser atendidas

¹ Baseado na *Ficha Informativa N.º 21 – Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995|2004 e no Relatório Observatório dos Direitos Humanos de Maio de 2013 – Efectivação do direito à habitação.*

para que as pessoas possam sobreviver com um mínimo de dignidade. São elas: alimentação adequada, saúde e habitação.

Para além da integridade física a habitação comporta uma dimensão psicológica igualmente importante: um lugar onde se tenha privacidade e individualidade, se possa pensar, se possa interagir com a família (agregado) e repousar.

1.2. Identificação do Problema

Há muito insucesso nas operações de alojamento (social) para pobres, quer seja em regime de aluguer ou de propriedade, as razões podem-se agrupar em torno de expectativas que não se cumprem. Parece ser evidente que uma habitação nova ou recuperada se traduz na melhoria das condições de vida, de facto assim é, contudo esta por si só, limita-se a resolver uma das condições básicas de sobrevivência com dignidade dos indivíduos e agregados, o abrigo, falta todo o resto.

Reconhece-se que um dos principais problemas é a incapacidade de regeneração social, cultural e económica que não acompanham e as melhorias na sua situação de alojamento, consequentemente todos os outros problemas transitam, nomeadamente as situações de marginalidade não só criminais, mas também de trabalho, escolaridade e saúde.

As expectativas, portanto, não se cumprem, não tanto em relação à habitação propriamente dita, mas sobretudo porque a atribuição de alojamento não vem resolver os problemas do agregado, por vezes representa mesmo um decréscimo nas condições de vida pois corresponde a um aumento nas despesas – renda, água, luz, gás, transportes, etc. – difícil de suportar.

Assim, os aglomerados – agregados sociais alargados – que se constituem, comportam agregados de características familiares de dois tipos basicamente: os que já têm as condições socioeconómicas mínimas para se enquadrarem na nova situação, a quem só faltava a capacidade de financiamento duma nova habitação; e os que não as têm. Os primeiros têm hipóteses

de evolução, os segundos, aumentam as suas hipóteses de insucesso pois o esforço que lhe é pedido aumenta e conseqüentemente agrava o insucesso. O sucesso dos aglomerados depende da prevalência significativa do primeiro grupo.

A experiência provou também que as soluções arquitectónicas e urbanísticas são determinantes para o resultado destas operações. São muitas vezes mais expectativas que não se cumprem e atravessam horizontalmente os dois grupos referidos. Sabe-se que a concentração territorial do alojamento social e conseqüentemente de agregados que acumulam problemas semelhantes, de desemprego, delinquência, insucesso escolar, etc., a localização periférica dos aglomerados em relação à cidade e ao emprego, as carências em equipamentos sociais, os espaços públicos não tratados e as tipologias habitacionais, são outra parte do problema.

Um dos aspectos mais problemáticos e que precisa de atenção é o da gestão das áreas comuns e dos espaços colectivos. É necessário acompanhamento na capacitação dos agregados para tomarem conta das suas habitações, para estabelecerem relações de vizinhança, para criarem associações de moradores e para conseguirem inverter o sentimento de impotência face a um sistema que não dominam.

A degradação física dos edifícios e dos espaços colectivos, que muitas vezes acontece rapidamente, aumenta a estigmatização destas áreas, o que contribui para a degradação social, numa espiral de desvalorização não só do património físico, mas também social.

As experiências mostram que as operações de alojamento bem planeadas e devidamente acompanhadas, com apoio social

estruturado no âmbito da segurança social, educação e saúde, da inserção no mercado de trabalho, do acompanhamento das famílias pós-alojamento e na fase de pré-realojamento, como saber quais as suas expectativas, levá-las a participar activamente desde a fase inicial do projecto, são melhor sucedidas. Sem este enquadramento, facilmente são reproduzidas nestes novos espaços as dinâmicas sociais e económicas das comunidades de origem.

A habitação é apenas um passo, começa por ser um estímulo para iniciar uma nova etapa e construir um projecto de vida, mas não é a solução.

Naturalmente a principal questão que se coloca é: ***“se a habitação própria pode ter um papel relevante na redução da pobreza, como fazê-lo?”***. Consequentemente, se assim for, pretende-se apontar um método, quer-se dizer uma maneira de fazer, que permita operar, optimizando a capacidade detectada.

A demonstração a comprovar, é que os insucessos na resolução do problema da habitação das populações abaixo do limiar de pobreza e na pobreza, decorrem duma abordagem que privilegia o grupo em detrimento do indivíduo/agregado e centra-se na produção da habitação, esquecendo por vezes que as questões essenciais se encontram a montante, são socioeconómicas, pré-existente e se não forem resolvidas, fazem transitar os problemas, levando a que num curto espaço de tempo o que poderia ser um património herdável e valorizado, seja desvalorizado. Assim a habitação deve ser entendida como própria, resultante dum prémio do esforço de regeneração social e económica dos indivíduos e do agregado, nomeadamente através participação em autoconstrução. Pretende-se, portanto, demonstrar que a habitação própria comporta uma dinâmica útil na redução da pobreza.

O contributo esperado é que as populações possam usufruir dum meio urbano e duma habitação qualificados, que sejam agregados produtivos, rompam o ciclo da pobreza e que a gestão integrada da melhoria socioeconómica, da construção, do processo construtivo e do ciclo de vida dos materiais utilizados, seja sustentável e dinamizadora na criação de riqueza.

1.3. **Objectivos**

O Objectivo da investigação é atingir um modelo de gestão operacional aplicável no desenvolvimento da arquitectura social. Terá base matricial com três eixos:

- a. Regeneração dos Agregados (incremento social);
- b. Microcrédito (incremento económico);
- c. Autoconstrução (incremento da construção).

A matriz incorporará uma validação de Life Cycle Assessment (LCA), garantindo soluções sustentáveis e facilitadoras de criação de riqueza. As questões de sustentabilidade são contudo mais vastas, estão em termos básicos integradas no terceiro eixo, onde têm a ver com as questões ambientais directamente (escolha de materiais locais de baixo carbono, pouco transporte, reutilização, reciclagem, etc.) e mais alargadamente com a adequabilidade das soluções às possibilidades financeiras e técnicas das famílias, de modo a que possam manter as casas, com a identificação dos agregados com as suas habitações (acompanhamento na concepção até à autoconstrução), com a possibilidade de evolução, reconversão, rentabilização destas, com o contexto urbano em que se insere e com a criação de emprego (nos serviços, nas atividades relacionadas com a construção e operação dos aglomerados).

O objectivo central dos trabalhos de doutoramento é chegar a uma matriz simples, de três vectores, de aplicabilidade tão universal quanto possível, que a partir da ideia de habitação própria, implemente a redução da pobreza (Objectivos para o Milénio, ONU).

Os objectivos secundários são:

- a. Minimizar os insucessos muitas vezes associados à habitação social;
- b. Produzir habitação sustentável (social, ambiental e economicamente) e consequentemente evolutiva;
- c. Reforçar/implementar a responsabilidade social da arquitectura;
- d. Parametrizar os três vectores da matriz e criar uma interacção dinâmica entre estes, que potencie a redução da pobreza;
- e. Introduzir a figura do Agente de Proximidade e caracterizá-lo.

Não pretendemos fazer aqui a apologia da habitação própria, o mercado do arrendamento tem um papel significativo a representar dum ponto de vista social. Também não achamos que temos a solução para a pobreza, tentamos dar contributos.

A ideia tenta ser simples, a família pobre (**Agregado**) organiza-se para se **Regenerar** social, cultural e economicamente. Para implementar a regeneração económica, acedendo a financiamento e produzindo riqueza recorre ao **Microcrédito**. Para premiar o seu esforço de regeneração constrói uma habitação própria, envolvendo-se directamente por recurso à **Autoconstrução**.

Pretende-se garantir que o processo não regrida, sendo que os filhos vão à escola e têm sucesso, que todos têm refeições aceitáveis, uma saúde minimamente assistida e que o papel das mulheres, dos homens, das crianças e dos idosos, é respeitado. A recompensa é uma Habitação Própria condigna que lhe dá conforto, estatuto, representa aforro, se valoriza e é património herdável.

1.4. Metodologia

O estudo desenvolveu-se em diferentes etapas, sendo que após a identificação do problema e da selecção dos objectivos, contou-se com uma componente teórica, uma componente experimental e uma componente numérica, culminando num conjunto de dados e informações, sendo desenvolvida posteriormente uma matriz de soluções.

Uma vez que a matriz se baseia em três eixos, Regeneração do Agregado, Microcrédito e Autoconstrução, com naturezas disciplinares distintas, o método de trabalho terá de ser dirigido para as respectivas ferramentas. A pesquisa e análise implicam métodos e técnicas comuns a várias ciências, com incidência no âmbito das ciências sociais que, sendo por natureza indutivas, partem dos factos. Recolhê-los, observá-los, analisá-los, e sistematizá-los é tarefa central do método.

Procurar-se-á compreender para além do aparente, identificar relações determinadas entre os factos e exprimir as relações entre os factos de forma ordenada e lógica, usando métodos de pesquisa e análise que verifiquem e validem as hipóteses formuladas.

As fontes serão fundamentalmente documentais (directas e indirectas), a sua selecção terá de basear-se em métodos quantitativos de análise de conteúdos, dada a vastidão da informação disponível sobretudo em textos e artigos avulsos e menos em livros com a inerente sistematização.

O método de trabalho em que assenta a acção do agente de

proximidade, será de observação directa intensiva e não extensiva pois centra as suas atenções em grupos restritos (entrevistas, testes, observação participante, vivem nos grupos que estudam, examinam o grupo) e é parte activa na implementação.

No eixo identificado como “Regeneração do Agregado” há uma dimensão sociológica e antropológica como base do método a seguir (CABRITA, 1995), nomeadamente perceber o processo social, o que regulamenta as relações, desde o parentesco até às geracionais, os processos de decisão, as relações de poder, comunicação, códigos, ética, normas, valores. Para a construção da matriz importa seleccionar cenários de pobreza no seu geral, particularizando-as, numa segunda fase, a cada tipo de cenário concreto. A incidência da análise far-se-á sobre: Renca, Santiago, Chile e Barnechea, Santiago, Chile.

No eixo identificado como “Microcrédito”, que sustenta e possibilita a regeneração do agregado ao capacitá-lo financeiramente, tem-se uma dimensão económica como base do método a seguir, nomeadamente perceber as actividades de produção e troca de bens, modos de subsistência, divisão e organização do trabalho e relações de produção. Será realizada a análise das experiências de microcrédito em várias realidades socioculturais, com particular destaque para aquelas onde o microcrédito apresenta soluções para a construção de habitação própria, nomeadamente o já referido Grameen Bank, o Inter-American Development Bank e a Fundacion Pro Vivienda Social (IADB, 2000).

No eixo identificado como “Autoconstrução”, há uma dimensão arquitectónica, antropológica e tecnológica como base do método a seguir, nomeadamente perceber a relação com o meio, os modos de habitar, as relações de vizinhança, as migrações e

deslocações, os códigos estéticos e de saber, os signos e símbolos. Serão realizadas a análise das experiências de intervenção em cenários de recursos escassos (CAMPOS, 1992) (ACIOLY, 1999), serão igualmente identificadas técnicas de construção existentes (FATHY, 2000), suas vantagens e desvantagens em termos económicos (COELHO e CABRITA, 2003) (DIAS e PORTAS, 1971), de exequibilidade, durabilidade, manutenção, adaptabilidade, higiene e conforto (IPT-ESP, 1998) bem como esquemas de tipologias evolutivas, de construção modular, de infraestruturação eficiente, evolutiva e económica, modelos de gestão da propriedade e uso do solo e de relação entre o papel das instituições públicas e os agregados envolvidos ou a envolver, incidindo sobre três exemplos internacionais: PREVI, Lima, Peru (RIVERO e MADRAZO, 2004); Mexicali, México (ALEXANDER, 1985); e Elemental várias localizações, Chile (ARAVENA, 2004). Grameen Bank Housing Programme, várias localizações, Bangladesh (The Aga Khan Award for Architecture).

Pretende-se potenciar o uso de materiais locais e de reciclagem (KIBERT, 2001).

Complementarmente a adopção da Life Cycle Assessment – técnica que procura modelos que contemplem “inputs” e “outputs” aplicáveis ao ciclo de produtos, processos e serviços, tendo em vista inventariar, avaliar e interpretar resultados dos impactos inerentes de forma a permitir tomar as resoluções mais amigas do ambiente – garante que a matriz contempla, sobretudo na sua dimensão mais tecnológica, a incorporação de decisões informadas ao nível dos impactos ambientais associados (SETAC, 2004) (CML, 2006). O desenho do edificado e de planeamento físico pode reflectir a inteligência dos sistemas naturais com as respectivas vantagens, não só da coexistência de desenvolvimento e natureza, mas também

económicas (MACDONOUGH e BRAUNGART. 2002).

Procurar-se-á uma abordagem sistémica, síntese das perspectivas na construção duma categoria integradora dos conceitos operacionais restritos, assente no comparar e sistematizar, em métodos gráficos e na simplicidade e precisão, estabelecendo as questões a colocar em determinados cenários e as vias a adoptar, consoante as respostas obtidas.

O contexto de pesquisa desenvolver-se-á junto de núcleos de populações específicos no Chile. Será realizada a sistematização das questões primordiais procurando através de casos de estudo (Elemental, Renca e Barnechea, Chile – ARAVENA, A.) e da sustentação teórica de base comparativa (entrevistas), elaborar um modelo que conduzirá, na fase final, a uma matriz passível de implementação e construção.

Teoricamente em termos de método, usou-se um modelo próprio assente em quatro passos:

- a. Posicionamento do Problema;
- b. Contexto;
- c. Ficção/Validação;
- d. Construção.

O modelo inclui ainda mais três passos que não tiveram aplicabilidade directa no trabalho: Comunicação; Usufruição; e Análise de Resultados.

Resumidamente refere-se que o Posicionamento do Problema abrange a pergunta para que se procura uma resposta e a procura da sua clarificação e esclarecimento.

O Contexto significa o enquadramento e a referenciação:

Histórica; Teórica; e Crítica², do problema bem como a análise, síntese e diagnóstico de pré-existências estudadas e a delimitação de caminho a seguir para a ideia de resposta.

Entende-se de forma muito simplificada: História como relato do passado; Teoria como reflexão sobre uma prática; e Crítica como o confronto e a ponderação duma prática com a História e Teoria que a suportam.

A Ficção/Validação encerra o imaginar, inventar, a potencialidade criativa e a tomada de decisões sobre esta. Podemos considerar uma lógica de “funil”, que na base do cone temos a ficção no seu estado mais puro, numa lógica de “brainstorming”, a validação é escassa. No percurso para o vértice, a situação inverte-se, e á entrada do bico temos a noção, a percepção e o entendimento da ideia. No fim do bico, em cujo percurso a predominância inequívoca é a da validação, temos a ideia decisiva, final.

Complementarmente, adoptou-se o método definido por Marie-Fabienne Fortin³, assente em três módulos, Fase Conceptual, Fase Metodológica e Fase Empírica.

A aquisição de conhecimentos é adquirida através de várias fontes:

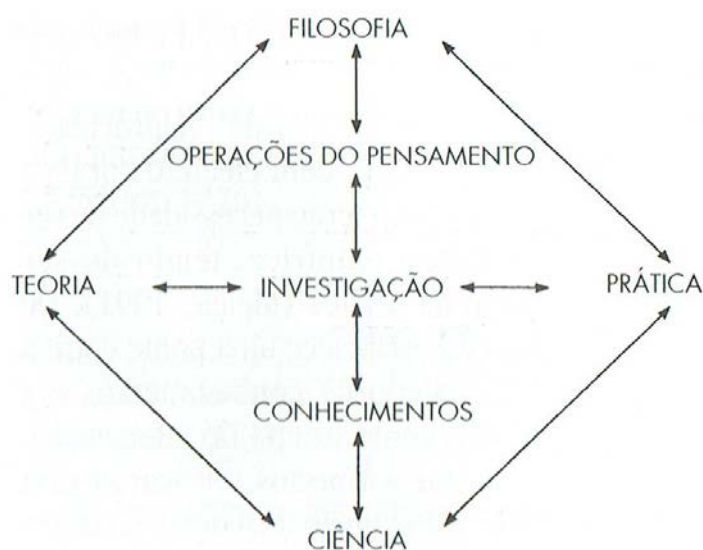
- a. A Intuição, que é a aquisição de uma certeza sem utilização do raciocínio e sem referências (ROBERT, 1998);
- b. As Tradições, que incluem as crenças baseadas nos costumes e nas tendências passadas;

² Baseado em NESBITT, Kate, ed. lit. – **Theorizing a New agenda for Architecture: An Anthology of Architectural Theory 1965-1995**. New York: Princeton Architectural Press, 1995

³ Baseado em FORTIN, Marie-Fabienne [et al.] – **O Processo de Investigação: da concepção à realização**. 2ª ed. Loures: Lusociência, 2000

- c. A Experiência Pessoal, que é o aprendizado com a sua experiência e observação, comportando uma lógica de tentativa e erro que não é sistemática;
- d. O Raciocínio Lógico, que combina a experiência, as faculdades intelectuais e os processos de pensamento (POLIT e HUNGLER, 1995), raciocínio indutivo (generalização a partir de observações específicas) e dedutivo (parte de princípios gerais e postulados que levam a uma asserção) portanto;
- e. A Investigação, é mais rigorosa e aceitável, corrige-se conforme a sua progressão, é descritiva, e explicativa, é um processo sistemático.

Ilustração 1.....Pontos de Ligação da Investigação – (FORTIN, 2000)



Basicamente usou-se o método pessoal, complementado nas suas insuficiências pelo definido por Marie-Fabienne Fortain.

Resumidamente e numa relação directa com a estrutura da tese, refere-se:

1. Na Introdução situa-se e posiciona-se o problema;
2. No Contexto, enquadra-se e analisa-se;
3. Nos Casos Estudados objectiva-se a contextualização,

- sintetizando e diagnosticando;
4. No Quadro Conceptual imagina-se e valida-se o modo de operar que sustenta a proposta;
 5. Na Proposta constrói-se a resposta;
 6. Na Conclusão constrói-se a reflexão final.

2. CONTEXTO

Ambiciona-se contribuir para a **Redução da Pobreza**, a ideia é usar a habitação própria (REIF, e QUEZADA, 2003) como alavanca desse processo, porque a habitação é, por excelência, a manifestação física mais consistente do “eu”, na qual são depositados sonhos e ambições (COELHO, 1993).

Neste estudo parte-se da convicção de que, tal como demonstrado pela experiência do microcrédito (YUNUS, 2002), a opressão de um *status* pode ser moldada de forma a metamorfosear-se em catalisador, através de um programa cuidado onde se alie a gestão da autoconfiança do indivíduo/agregado, à gestão de processos técnicos operativos, eficazes e rigorosos.

O que se pretende atingir, decorrente do atrás enunciado, é um **modelo de gestão operacional**, preferencialmente de base matricial, comportando as inerentes capacidades de flexibilidade, adaptabilidade e eficácia na acção, bem como a respectiva garantia desta acção ser ambientalmente sustentável (FORJAZ, 2004).

Como atingir esse modelo significa partir do pressuposto que a habitação e a sua posse comportam uma tensão dinamizadora da vontade de mudança no indivíduo/agregado, com um resultado gratificante pois tem uma consubstanciação física, palpável num bem essencial.

Significa também, questão central a demonstrar, que os modelos globalmente adoptados na resolução dos problemas da habitação assentam no grupo antes do indivíduo/agregado (SUST I FATJÓ,

1981) e aí reside, do nosso ponto de vista, a questão central dos muitos insucessos, o grupo é importante (CABRITA, 1995) mas resulta do somatório dos indivíduos/agregados e não o inverso.

O cumprimento destes objectivos assenta em 3 eixos:

- a. Regeneração do Agregado – Implica a dinamização duma vontade e a implementação do acreditar em que há saídas possíveis, realça-se o vencer do medo, já estudado e identificado como um dos principais obstáculos à decisão de risco, que está implícita em todas as situações que são novas;
- b. Microcrédito – Introduz sustentabilidade económica no projecto de vida, implica uma organização para a produção e uma responsabilização, profundamente regeneradora da auto-estima (YUNUS, 2002, 2003) (Da SILVA, 2002);
- c. Autoconstrução – Apresenta vantagens económicas, interacção social, competências produtivas e habitação qualificada porque culturalmente sustentada (SILVA DIA e PORTAS, 1971) (COELH e CABRITA, 2003).

Estes eixos estão todos individualmente bastante estudados, o resultado que procuramos é decorrente da inovação pretendida na sua interacção.

Pretende-se simultaneamente intervir respeitando o ambiente, recorrendo a referências de sistemas naturais que possam providenciar modelos para a arquitectura e permitam repensar o *habitat* humano e as suas inter-relações (KIBERT, 2000).

Os resultados esperados são um meio urbano socioeconómico e culturalmente solvente, habitação qualificada e agregados produtivos.

2.1. Resumo do Estado da Arte

As vanguardas da arquitectura mundial não se têm debruçado de forma sistemática e alargada sobre o problema da habitação para quem vive na pobreza e abaixo dos limiares de pobreza internacionalmente definidos. O último exemplo significativo, com o envolvimento de grandes figuras internacionais, data de finais dos anos 60 em Lima, no Peru (RUIZ, Rivero; e SALAZAR, Madrazo, 2004). Em Portugal a situação é idêntica, contudo há uma experiência vasta e intensa, no SAAL do pós-25 de Abril onde, por um curto período, grandes nomes da arquitectura, portugueses, se envolvem no problema (BANDEIRINHA, 2007).

Christopher Alexander ao desenvolver o projecto Mexicali, procurou construir casas individualizadas incorporando a vontade e necessidades dos utentes. Partindo do mesmo princípio, centrando-se no indivíduo, o fundador do Grameen Bank criou a concessão de microcrédito no Bangladesh. Tal tem sido o sucesso do conceito do “direito universal ao crédito” que está associado aos “Millenium Development Goals” (SILVA, 2002) (IFEP overtly - ONU, 2006).

Aos valores da democracia e da defesa dos direitos humanos opõem-se: as **desocupações forçadas** originando massas de deslocados (CHRISTIAN AID, 2007) (ACNUDH, 2005); os **conflitos armados**, originando inúmeros **refugiados**; os governos incapazes de contrariar a **corrupção** (IFEP - ONU, 2006); a **incúria e laxismo** nas sociedades ocidentais permitindo construções informais e/ou formais de rápida degradação. A estes cenários de génese humana directa, acrescentam-se os de

génese indirecta, as **catástrofes naturais** (CHRISTIAN AID, 2006).

Globalmente geram ou perpetuam cenários de pobreza e degradação do ser humano com profundas implicações no seu habitar e *habitat*. O acesso à habitação própria é importante no processo de erradicação da pobreza estrutural. Habitar condignamente comporta acções e consequências que podem eliminar os flagelos associados à pobreza (ACNUDH, 2005). A experiência do **microcrédito** no Grameen Bank (YUNUS, 2002) demonstra que a pobreza não é irreversível, necessitando duma abordagem centrada no indivíduo. Inúmeros estudos confirmam o seu impacto nos indicadores socioeconómicos das populações abrangidas, exemplo paradigmático é o reflexo no PIB do Bangladesh. É vital a caracterização dos indivíduos a apoiar e do contexto onde se inserem, conduzindo à adopção de modelos financeiros diferenciados (Microfinance-Credit Lending Models, 2000). Tendo o microcrédito raízes no crédito à produção de bens/serviços em pequena escala (RMEPoverty-ONU, 2006), há iniciativas onde se associam os princípios do direito universal ao crédito ao segmento da habitação (YUNUS, 2003).

A **autoconstrução**, principal forma de construção utilizada pelo Homem, é uma realidade distinta nos países desenvolvidos mas, em países em vias de desenvolvimento, são as iniciativas de autoconstrução a resolver as carências de habitação. Estas experiências foram estudadas como estratégia a utilizar no combate à pobreza e os modelos sistematizados (REIF e QUEZADA, 2003).

Nas soluções de microcrédito associadas à habitação (FERGUSON, 1999), os modelos têm sido desenvolvidos adoptando em cada país e em cada caso, variantes consoante os

grupos a alojar, as características dos governos e a própria cultura comunitária (ACIOLY, 1999). Inúmeras publicações apresentam modelos de abordagem às operações de alojamento com envolvimento dos beneficiários no planeamento e/ou construção (CAMPOS, 1992) (COELHO, 2003), inclusivamente apresentando cenários de financiamento dessas operações (ACT, 2002). É possível retirar lições sobre os factores a garantir e a evitar em cada contexto (ACT, 2002),

Diversas teorias, no que respeita à apropriação do espaço pelos seus habitantes, centram-se na identificação que estes têm com o seu habitat (CABRITA, 1995) (DIAS e PORTAS, 1971), sendo que as mais eficazes na criação de laços são aquelas nas quais os utilizadores finais são envolvidos nas fases de arranque (distribuição do solo, projectos à escala do conjunto e do particular) e/ou nas fases de construção/remodelação/ampliação (ACT, 2002).

A economia e eficiência dos investimentos em operações de habitação social, frequentemente consideradas como condenadas a nunca suplantarem os modelos tradicionais, encontram argumentos factuais que as desmentem (E.C.V. e M.S. e F.N.G e J.F. 2002). As operações bem-sucedidas foram-no pela preparação das fases de intervenção e cuidado na gestão dos grupos envolvidos, com apoio duma assistência técnica que incluía o âmbito do financiamento (SUST I FATJÓ, 1982).

Life Cycle Assessment é um processo contemporâneo, aplicado numa grande diversidade de circunstâncias, comportando já a informação necessária e suficiente à aplicação que iremos dar-lhe. Nomeadamente em contextos de interacção ao nível da pobreza, da economia, dos recursos e do meio ambiente (KIBERT, 2000) bem como no planeamento e na arquitectura (McDONOUGH e BRAUNGART, 2002).

2.2. Conceitos

Na presente pesquisa, é conveniente definir um conjunto de conceitos que nos ajudem a parametrizar o objecto de estudo.

2.2.1. Pobreza

“Pobres são os que estruturalmente não têm acesso à alimentação, à saúde, ao trabalho, à habitação, à segurança e ao transporte; aqueles que são defraudados, sem defesa alguma, nos seus direitos fundamentais, individuais e colectivos.” (AZEVEDO, 1993)

Resolver a falta de recursos dos pobres, equivale a tornar a pessoa auto-suficiente em matéria de recursos, o que significa que a pessoa em causa deixa de estar dependente de formas extraordinárias de ajuda e passa a ter como meio de vida um rendimento proveniente de uma das fontes consideradas como normais e correntes na sociedade em que vive.⁴

Uma pessoa vive na pobreza se o seu rendimento e recursos são insuficientes e a impedem de ter um nível de vida considerado como aceitável na sociedade em que vive. Devido à pobreza a pessoa pode enfrentar múltiplos problemas: desemprego, fraco rendimento, alojamento desconfortável, falta de benefícios de saúde e enfrenta obstáculos nos acessos à aprendizagem ao longo da vida, à cultura, ao desporto e aos lazeres. Ela encontra-se, portanto, marginalizada e excluída da participação nas

⁴ Baseado em BAPTISTA, Isabel, et al. – **Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo**. Lisboa: Gradiva Publicações, 2008. ISBN: 9789896162535. p.26-63

actividades (económicas, sociais e culturais) e o seu acesso aos direitos fundamentais pode ser restrito.⁵

O INE avalia a pobreza pela Taxa de Risco de Pobreza, definida pela proporção da população cujo rendimento está abaixo da linha de pobreza. A linha de pobreza é aceite pela Comissão Europeia como 60% do rendimento médio por adulto.

2.2.1.1. Pobreza Absoluta

Pobreza absoluta corresponde às necessidades de manutenção da eficiência física, ou seja, como assegurar a subsistência tendo em conta a suficiência/insuficiência de recursos. Trata-se aqui de recursos e necessidades básicas. Este tipo de pobreza é normalmente associado à pobreza que é vivida nos países em subdesenvolvimento, onde ainda persistem problemas como a fome, o acesso a água potável, etc.

A pobreza absoluta depende dos recursos – rendimento, capital, benefícios. O conceito absoluto de pobreza foi desenvolvido por Charles Booth e Seebhom Rowntree e é baseado na despesa necessária à manutenção da saúde física dos indivíduos (alimentação, vestuário, habitação, transportes, etc.).

2.2.1.2. Pobreza Relativa

A pobreza relativa remete para quem se encontram excluído da participação plena na sociedade pela ausência de recursos que os distanciam do padrão e do modo de vida mínimo e aceitável do país/estado onde vivem. Este tipo de pobreza é a que é medida nos países desenvolvidos, por estar relacionada com o acesso a bens e serviços necessários a uma vida digna, remete para os direitos humanos fundamentais: habitação, saúde, educação.

⁵ Tradução do Relatório Conjunto Sobre Inclusão Social, COM 2003, 773 Final (AECF).

A caracterização da pobreza relativa é relacional, face aos padrões de normalidade da sociedade. O conceito de pobreza relativa de Peter Townsend (Cit. por SIMÕES, 2010) defende que a sua definição é relacional, ou seja, comparativa face a uma determinada sociedade.

2.2.1.3. Pobreza Subjectiva

Pobreza subjectiva é medida nas percepções/opiniões dos indivíduos em situação de pobreza e da sociedade no seu conjunto acerca da pobreza e daqueles que são considerados pobres. Assim, serão pobres aqueles que dessa forma são percepcionados/vistos pelos outros, ou seja, é um tipo de pobreza que parte das representações das pessoas.

A pobreza subjectiva diz respeito à percepção de pobreza pelos indivíduos e revela um juízo de valor numa sociedade. A pobreza objectiva diz respeito aos indicadores das condições de vida dos indivíduos (SIMÕES, 2010).

2.2.1.4. Outros tipos de pobreza

Outras subcategorias possíveis são: pobreza objectiva (quantificável), pobreza tradicional (crónica), nova pobreza (associada à reestruturação do sistema produtivo), pobreza rural ou urbana (dependente da localização), pobreza suburbana, pobreza temporária ou duradoura (duração do estado de pobreza) (RODRIGUES et al.).

Também existem tipos de abordagem à pobreza: abordagem socioeconómica, preocupada com a insuficiência de recursos económicos para subsistência (CAPUCHA, 1992); e abordagem culturalista, centrada na experiência e representação de pobreza nas relações e práticas sociais.

2.2.1.5. Cultura de pobreza

Pobreza é uma forma de privação por falta de recursos originada por condições financeiras, mas também culturais – cultura de pobreza. Mas a privação pode decorrer de outros motivos. Só um destes é a pobreza.

Lewis (Cit. por SIMÕES, 2010) desenvolveu a teoria da subcultura da pobreza com trabalho de campo no México, Porto Rico e Nova Iorque. Ele centra o problema da pobreza no indivíduo e na cultura que a sua organização em sociedade/comunidade produz. Ou seja, a pobreza gera uma subcultura caracterizada pelas formas de vida resultantes das estratégias dos pobres para sobreviver à pobreza. São exemplos: sobrelotação, falta de privacidade, alcoolismo, violência, sexualidade precoce, uniões de facto, abandono familiar, fraca capacidade de gestão e planeamento.

O conceito de pobreza cíclica, enquanto estilo de vida adquirido na infância e reproduzido na vida adulta, explica a reprodução e persistência da pobreza (SIMÕES, 2010).

2.2.1.6. Variáveis que influenciam a pobreza

João Ferreira de Almeida (Cit. por SIMÕES, 2010) e outros autores identificam quatro domínios de pobreza: condições de habitação, condições de saúde, educação e emprego/desemprego. Estes domínios conduzem a estilos de vida relativamente estereotipados: destituição (no limite da sobrevivência), restrição, dupla referência (imigrantes), poupança (estilo de vida rural), convivialidade (comunidades), investimento na mobilidade (dos filhos) e transitoriedade (novos pobres).

Uma das metodologias de análise – *Probit* – toma variáveis

associadas à geografia (localização e urbanização), ao agregado (dimensão, trabalhadores, monoparentalidade, educação) e seu titular (idade, situação profissional), e mede o efeito marginal de cada variável. Cada mais um membro no agregado aumenta a probabilidade de pobreza. A existência de cônjuge do titular diminui a probabilidade de pobreza. A probabilidade de pobreza aumenta em espaço rural, por oposição ao urbano. Há uma relação entre pobreza e ciclo de vida, sendo menos vulneráveis à pobreza os agregados com titulares entre os 45 e 64 anos no caso das despesas e entre os 55 e 74 no caso dos rendimentos. A vulnerabilidade à pobreza é directamente proporcional ao desemprego do titular. A probabilidade de pobreza diminui quando o agregado possui outros membros empregados que não o titular. A probabilidade da pobreza é inversamente proporcional ao nível de escolarização do titular e/ou cônjuge. Mais importante, existe uma transmissão intergeracional de pobreza paralela à transmissão intergeracional de educação, o que significa que o Estado e a rede de Ensino não foram capazes de ultrapassar as limitações dos enquadramentos familiares (ALVES, 2009).

Os indicadores mostram que o sistema económico, social e cultural da globalização se traduziu num aumento simultâneo da riqueza e da pobreza. O aumento da pobreza e exclusão podem ser relacionados com a globalização económica, a sua diminuição também pode ser associada a uma globalização dos direitos sociais (CLEMENTE et al, Cit. por SIMÕES, 2010).

Identificam também como causas de pobreza e exclusão: ordem cultural dominante, modelo de desenvolvimento adoptado, sistema de poder político e opções políticas. Nomeadamente, são citados os problemas colocados pela economia aberta de mercado e consequente expansão do capitalismo e da democratização, com impactos na capacidade de protecção

social.

Clavel (Cit. por SIMÕES, 2010) aponta para o problema do desemprego enquanto factor individual de exclusão e pobreza e a relação entre o seu aumento e a modernização da economia e produção. Há um problema actual que reside no facto de as novas tecnologias terem permitido maior lucro com menor empregabilidade, quer em quantidade, quer discriminando profissões não qualificadas.

Em conjunturas de crise, os problemas agravam-se com a menor orçamentação para as políticas sociais e consequente aumento da pobreza e exclusão. Como resultado, desencadeia-se um antagonismo das famílias empobrecidas face à acção do Estado Social e a sua deificação como solucionador do problema ao sentirem-se excluídos, recusam a participação e reforçam a exclusão (FERNANDES, 1991. Cit. por SIMÕES, 2010).

2.2.1.7. Factores económicos da pobreza

As análises à despesa e aos rendimentos, conquanto tenham que ser articuladas, devem ser objecto de leituras diferenciadas. A intersecção entre os grupos de pobreza de cada indicador é limitada e só metade dos pobres na despesa são igualmente pobres no rendimento. É ainda feita uma chamada de atenção para algumas realidades que condicionam os resultados de despesas e rendimentos. A despesa tem muitas vezes um curto prazo (especialmente no que respeita a bens duradouros) influenciando os gastos, sem situar a sua natureza temporária. Os rendimentos são muitas vezes sobrestimados, excluindo várias formas de rendimento informal ou até ilícito. Os rendimentos são por vezes condicionados por situações temporárias de desemprego, doença, bónus ou reformas. A análise da despesa parece ser mais objectiva que a do

rendimento, especialmente quando o objectivo é analisar a pobreza persistente (ALVES, 2009).

Há uma diferença entre taxas de endividamento e grau de esforço, esta última acrescentando os valores de juros à dívida – esta é que conta para o estudo da sustentabilidade e solvência das famílias. A insolvência das famílias designa-se de sobre endividamento. Este tem que ser visto nas suas variáveis, ou seja, para além das questões económicas, nas questões sociais e psicológicas, como comparações e estigmas sociais, modos de gestão financeira, detentor do controlo financeiro e seu comportamento, etc. (MONTEIRO, 2010).

Friedman e Warneryd (Cit. por MONTEIRO, 2010) referem que os planos de consumo das famílias dependem das suas expectativas em relação ao rendimento permanente. Aborda a teoria do ciclo de vida e optimização dos recursos das famílias, as mais jovens tendem a contrair empréstimos, na meia-idade tendem a liquidar dívidas e fazer poupanças para idade avançada. Gunnarsson e Wahlund (Cit. por MONTEIRO, 2010) acrescentam fases do ciclo de vida, com a entrada de dependentes e a reforma. Os indicadores que mais influenciam o endividamento são a idade, estado civil, filhos e propriedade.

Outros autores enfocam a necessidade de pensar nos factos sociais e culturais: a cultura de aceitação de débito da família e do seu meio de origem, as altas expectativas em relação ao futuro e sua origem num meio social economicamente desafogado, os padrões de consumo dos meios sociais em que se movem as famílias, o endividamento de familiares e amigos ou colegas. Somam-se a estes, factores de ordem psicológica: autoconsciência da situação económica da própria família, desconhecimento e inaptidão em matérias de gestão financeira, a culpabilização em factores externos (desemprego, divórcio, etc.)

(MONTEIRO, 2010).

2.2.2. Exclusão Social

Debate e conceptualização que datam da década de 1960 e até aos anos 1980 foram manuseados de forma indiscriminada para identificar populações desfavorecidas, focando-se a linha de pensamento anglo-saxónica da pobreza e na questão da distribuição de riqueza e a corrente francesa nos aspectos relacionais e de exclusão social (SIMÕES 2010).

Com o seminário da Comissão Europeia em Alghero (Itália) em 1989 passou a diferenciar-se pobreza e exclusão social. Apesar de não haver consenso entre investigadores, Bruto da Costa (2008) situa a distinção no sentido da abordagem, um olhar vertical preocupa-se com a distribuição de recursos e oportunidades e motivações entre quem está no topo e na base do sistema socioeconómico (pobreza), uma perspectiva horizontal centra a questão nas relações entre indivíduo, família e sociedade (exclusão).

A pobreza é a face mais visível da exclusão social. A principal diferença consiste no parâmetro de análise: a pobreza evidencia o aspecto distributivo da riqueza; a exclusão sublinha a dimensão relacional (PEREIRINHA, 1992).

A pobreza é uma das dimensões possíveis da exclusão social. Mas enquanto analisar a pobreza tem metodologias próprias e indicadores concretos, analisar a exclusão envolve fenómenos complexos, articulados com múltiplos factores no tempo, no espaço e no corpo social. A principal diferença é que a pobreza é algo estático (um estado) e a exclusão é uma dinâmica social.

De sublinhar que a pobreza é uma forma de exclusão social, mas a exclusão não é obrigatoriamente sinónimo de pobreza (e.g.

idosos, minorias étnicas) ou seja, há necessidade de avaliar os dois parâmetros.

2.2.2.1. Índice de Pobreza Humana

A exclusão é um dos aspectos considerados no cálculo do Índice de Pobreza Humana em países seleccionados da OCDE. O IPH-2 mede o grau de privação e a exclusão social dos países. As dimensões consideradas de privação são: esperança média de vida (mais ou menos de 60 anos, medidos à nascença), alfabetização (percentagem dos adultos entre 16 e 65 anos), condições de vida (pessoas abaixo do limiar da pobreza por motivos de escassez de rendimento, tomando 50% como baliza) e exclusão social (medida na taxa de desemprego superior a 12 meses) (UNDP).

2.2.2.2. Exclusão

*“a **pobreza** representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social.”* (AZEVEDO, 1993)

Esta é entendida como um processo através do qual algumas pessoas são atiradas para a periferia da sociedade. A exclusão impede-as de participar plenamente na vida social devido à pobreza, à falta de competências de base e à falta de possibilidades de aprendizagem ao longo da vida ou devido a alguma discriminação. Este processo afasta-as das possibilidades de rendimento e educação, assim como de actividades sociais e comunitárias. Essas pessoas possuem acesso muito restrito ao poder e aos organismos de decisão e sentem-se incapazes de influenciar as decisões que afectam a

sua vida quotidiana.⁶

Há divergências teóricas: alguns autores consideram que a exclusão é o fim de um processo de marginalização; outros defendem que o processo é em si a exclusão. Para Robert Castel a exclusão social é o fim de um processo descendente que sucessivamente apresenta rupturas entre o indivíduo e a sociedade. No fim, o autor encontra a possibilidade de desfiliação, enquanto ruptura total face à família e ao meio social. Paugam associa a exclusão social a conceitos como: desapropriação (degradação das condições profissional e perda de estatuto social), desqualificação social (degradação e ruptura das relações sociais: familiares; profissionais; entre outras) e desinserção (relativa às questões simbólicas e relacionais entre os campos económico e social).

A desigualdade é inerente a toda a estruturação social, pelo que a exclusão deve ser associada à agudização da sua expressão. Coexistem no fenómeno da exclusão outros fenómenos, como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza. A exclusão tem um carácter cumulativo, dinâmico e persistente que determinam a sua reprodução e evolução. Constituindo uma ruptura entre indivíduo e sociedade, a exclusão é sinónimo de quebra da coesão social.

Se a exclusão é entendida, genericamente, como processo final de marginalização, Bruto da Costa e outros investigadores sublinham a necessidade de, primeiro, definir um referencial para a exclusão – a sociedade. Assim, é preciso analisar os sistemas sociais em causa, o acesso dos indivíduos a eles e a sua relação. Um dos principais aspectos a considerar é o desemprego, enquanto rendimento e estatuto social que gera ou

⁶ Tradução do Relatório Conjunto Sobre Inclusão Social, COM 2003, 773 Final (AECF).

impede solidariedades e sentimentos de pertença a um grupo social. Castelo diz que o desemprego é inversamente proporcional à coesão social e à insegurança social. Mas a exclusão não é obrigatoriamente ditada por uma falta de rendimentos, devendo ser analisada na articulação entre vários domínios: domínio social (inserção do indivíduo nas redes sociais restritas, intermédias e amplas), domínio económico (inclusão dos indivíduos nas estruturas geradores de recursos, capacidade financeira e de poupança), domínio institucional (acesso dos indivíduos aos sistemas de saúde, educação, justiça, habitação, informação e conhecimento, e participação política e cívica), domínio territorial (situadas no espaço, como bairros ou países), domínio simbólico (perdas simbólicas associadas aos efeitos da exclusão nos sistemas de referências identitária).

No plano simbólico, a exclusão diz respeito aos indivíduos que não cabem no universo de representações, trocas e transacções sociais de uma determinada sociedade.

Uma vez que a cidadania é a possibilidade de acesso a bens e serviços pelos cidadãos, a exclusão como sua impossibilidade traduz uma não realização dos direitos civis, políticos e sociais dos indivíduos. A exclusão leva, assim, a formas de cidadania informal que passam pela vivência e relação de indivíduos no seu próprio sistema (RUIVO, 2000. Cit. por SIMÕES, 2010).

2.2.2.3. Grupos sociais vulneráveis à exclusão social

Tradicionalmente, os grupos sociais mais vulneráveis à exclusão são os idosos (solidão e pensões), os camponeses (isolamento e recursos) e os profissionais pouco qualificados (rendimentos). Hoje em dia, juntaram-se novas categorias como: desempregados (rendimentos), minorias étnicas e culturais (segregação e precariedade), famílias monoparentais

(rendimentos), indivíduos com deficiências (dependência), dependentes químicos e ex-reclusos (estigmas), trabalhadores de economia informal (precariedade), mulheres (discriminação), jovens, doentes crónicos, beneficiários de regimes de segurança social.

2.2.2.4. Inclusão social

É definida como um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social tenham acesso aos recursos necessários que lhes permitam participar plenamente na vida económica, social e cultural e que tenham um nível de vida e de bem-estar considerado como normal na sociedade em que vivem. Assim, a inclusão social garante-lhes um melhor acesso à participação nos processos de tomada de decisão que afectam a sua vida e a um melhor acesso aos direitos fundamentais.⁷

2.2.3. Habitação

É preciso ter em conta a pluralidade de funções da habitação: abrigo, reprodução biofisiológica, espaço de lazer, segurança e privacidade, espaço de exercício de liberdade e autonomia, espaço de propriedade e apropriação, objecto de classe e estatuto social, espaço de organização individual, familiar e social (CABRITA, 1995; SERRA, 2002; Cit. por SIMÕES, 2010).

Contudo, a noção primitiva de habitação é a de abrigo embora hoje em dia o termo seja associado como resposta a catástrofes naturais tais como cheias ou terremotos. São utilizadas tendas ou outras estruturas temporárias, habitadas durante todo o processo de reconstrução mas, mesmo nessas circunstâncias, organizações como a Cruz Vermelha e a UNHCR recomendam

⁷ Tradução do Relatório Conjunto Sobre Inclusão Social, COM 2003, 773 Final (AECP).

mais do que simples abrigos nomeadamente providenciando abastecimento de água, saneamento e energia.

2.2.3.1. Habitação Própria

Pretende-se uma abordagem directa, corresponderá a qualquer abrigo habitado cuja posse sobre a construção e local seja inequívoca, permitindo a sua transacção.

2.2.3.2. Habitação Social

Há várias abordagens ao realojamento (CARNEIRO, 2003):

Ecológica (Modelo de Burgess, 1925), assume relação natural entre meio ambiente e comportamento humano e promove novos modelos de localização e diferenciação residencial. Neoclássica (Modelo de Alonso, 1964), enfatiza a necessidade de considerar as preferências dos moradores, mas operacionaliza uma racionalidade económica e sociológica na forma de produção. Weberiana (PHAL, 1975), contesta determinância do rendimento na escolha individual, sublinhando a existência de outros factores sociais. Marxista: habitação como expressão do sócio-capitalismo e sua contradição – habitação como objecto de troca e de uso. Modos de vida (LEFEBVRE e CHOMBART de LAUWE, 1959): preocupação com as formas e usos de apropriação do espaço.

Realojar pressupõe alojar de forma nova famílias vítimas de catástrofes, residentes em áreas expropriadas ou processos de distribuição mais equitativa de habitação. Os discursos pressupõem sempre uma melhoria das condições de vida das populações, pelo que o realojamento fica associado a estereótipos de pobreza, degradação e marginalidade (CARNEIRO, 2003).

A habitação social é entendida como acção destinada a

populações cujos indicadores económicos impedem acesso ao mercado livre de habitação. Traços sociais e culturais revelam dificuldade de integração das populações nos tecidos sociais e económicos urbanos. A habitação não é o maior problema que estas populações enfrentam, expressando as próprias maiores preocupações com outras formas de estigmatização, nomeadamente em questões laborais e sociais.

As reflexões sobre o realojamento social têm vindo a sublinhar a necessidade de considerar como factores determinantes à implementação nos programas: imersão no tecido urbano; diversidade arquitectónica; equivalência entre standards de construção social e mercado livre; recurso à construção evolutiva; tratamento dos espaços exteriores; poder de escolha dos moradores; formação cívica sobre o espaço; diversificação das modalidades de acesso à habitação; participação das populações nos processos (CARNEIRO, 2003).

2.2.3.3. Segregação e estigmatização

A segregação sócio-espacial também é uma segregação simbólica, na medida em que revela a posição dos indivíduos nos sistemas sociais e, consequentemente, a sua marginalização. Se a habitação é, entre outras coisas, o espaço onde o indivíduo desenvolve a sua identidade pessoal e social, a segregação sócio-espacial torna-se um elemento de auto-marginalização (SIMÕES 2010).

A configuração do espaço urbano reflecte distinções sociais, classes, funções e actividades (CLAVEL, 2004, Cit. por SIMÕES 2010). A lógica de mercado livre impossibilita o livre acesso á habitação (CANNATÀ e FERNANDES, 2003, SERRA, 2002; em SIMÕES 2010).

Na habitação social, são critérios determinantes os custos de

produção e os custos do solo, mas excluído o lucro. Como resultado, há uma imposição territorial e uma hierarquização do solo que traduz uma exclusão urbana das populações pobres. Os custos de construção são controlados pelos materiais e técnicas de construção, dificultando a habitação como investimento de retorno e reforçando a exclusão da habitação social do mercado de habitação livre (CLAVEL, 2004, Cit. por SIMÕES, 2010).

Um dos problemas da habitação social consiste na sua estereotipação física – periferia, segregação, homogeneidade – e identificação com noções de anonimato e guetização. Ou seja, o problema reside na forma de realojar e não no acto (António Fonseca, 1994 em Carneiro 2003). Naturalmente, há conjunturas que acentuam este problema: fraca capacidade económica das famílias, dimensão dos agregados, escasso acesso a infra-estruturas e equipamentos, custos e legislação da construção, burocratização dos processos.

Em última instância, os indivíduos negam o espaço como formador de identidades, ou seja, não se apropriam do espaço e recusam sentimentos de propriedade que são fundamentais à habitação. Daqui resultam desinvestimentos no plano da habitação e do habitar, que se manifestam muitas vezes em comportamentos marginais e no reforço da insegurança, insatisfação, etc., com a habitação social (SIMÕES, 2010).

2.2.4. Agregado

A concepção de agregado do INE é mais conservadora do que as noções da OCDE, da EUROSTAT

Um agregado familiar é constituído pelo grupo de indivíduos que vive em comunhão de mesa e habitação, numa economia familiar que é juridicamente legislada (INE).

O INE tem outro tipo de categorias: núcleo familiar (avós, pais, filhos, com ou sem relação de casamento) e agregado doméstico privado (agregado familiar sem obrigatoriedade das relações de parentesco).

Para a OCDE, um agregado é o conjunto de pessoas que partilham habitação e rendimentos e consomem bens e serviços de forma colectiva.

A EUROSTAT define o agregado como partilha de habitação e acções por indivíduo ou grupo de indivíduos que não têm que ser familiares (OD).

2.2.4.1. Regenerar

O conceito de regeneração que nos interessa é o social, definido, quando agregados se encontram desvinculados socialmente e constituem um problema para a sociedade já que se situam fora das áreas normais de controlo de parâmetros regulares e evoluem da condição anterior para incorporar uma nova condição. Assim, necessitam assumir um novo estatuto, integrado nos valores do grupo, para se regenerarem.

2.2.4.2. Família

Tem havido transformação da família: diminuição da dimensão, aumento de pessoa isolada (especialmente idosos) e dos casais sem filhos, predomínio das famílias nucleares (pais e filhos) sobre as famílias alargadas (pais, filhos e outros familiares), aparecimento de novas formas familiares (união de facto, coabitação, etc.), aumento de famílias monoparentais, aumento de filhos no exterior do casamento, aumento de agregados atípicos (sem núcleo familiar). Implica, contudo, relações de parentesco.

2.2.5. Microcrédito

Os programas de microcrédito permitem que pessoas pobres, que não teriam normalmente acesso ao crédito possam contrair um empréstimo, cujo objectivo é a criação de trabalho que gere um rendimento que conduza à sua autonomia financeira.

Resolvendo a falta de recursos e tornando a pessoa auto-suficiente, o que significa que a pessoa em causa deixa de estar dependente de formas extraordinárias de ajuda e passa a ter para a sua vida um rendimento proveniente de uma das fontes consideradas como normais e correntes na sociedade em que coabita.

2.2.6. Autoconstrução

Autoconstrução define-se como a construção de uma habitação pelo próprio utilizador através de diversos métodos. Este processo poderá abarcar diversos intervenientes, para além da participação do próprio, tais como a adjudicação da totalidade ou de uma parte dos trabalhos, participação de familiares e amigos, etc.

Contudo depreende-se sempre a participação directa dos futuros destinatários, promovendo desta forma um compromisso crescente na concretização da sua habitação.

2.2.6.1. Habitação Evolutiva

No domínio da autoconstrução, evolutivo é um conceito complementar. Tendo subjacente um projecto, com regras básicas de composição definidas ou um módulo pré-estabelecido a construir numa primeira etapa, possibilitar a evolução/expansão da habitação de acordo com as necessidades do agregado e as suas capacidades financeiras.

2.2.6.2. Arquitectura Sustentável

O objectivo é que as construções sejam projectadas para reduzir o impacto global do ambiente construído, através:

- a. Do uso eficiente dos recursos, reduzindo o desperdício, a poluição e a degradação ambiental;
- b. Do recurso a energias passivas e renováveis;
- c. Da aplicação de lógicas de Life Cycle Assessment (LCA) usando materiais com um ciclo de vida optimizado.

2.2.7. Agente de Proximidade

O agente de proximidade é a pessoa que, integrada num grupo, apoia outras em situação de necessidade, contribui para a consciência dos problemas, para a procura das soluções e para processos de desenvolvimento.

Actua junto de pessoas individualmente, de agregados ou em projectos de pequenas localidades ou bairros. A entreaajuda é uma característica básica da sua acção.

Actua no processo de motivação que se torne necessário, visita pessoas e agregados em situação de fragilidade, procura diagnosticar sumariamente problemas, identificar hipóteses de solução e actuar na respectiva concretização, em estreita cooperação com as pessoas, actua na animação de grupos, tendo em vista o empenhamento em soluções comuns.

Compreender a sua tarefa integrada na comunidade e como se passa da acção assistencial para uma actuação promotora da autodeterminação em que há de direitos e deveres⁸.

⁸ Baseado em Documentos da 30ª Assembleia geral da Caritas Portuguesa.

3. CASOS ESTUDADOS

“JLL. – Houve alguns trabalhos de investigação a priori, neste processo? Nomeadamente em estudo de casos similares ou no que respeita à natureza de investigação teórica?”

JC. – Não, (...) e não vimos outras referências, nem estudámos outra informação teórica, não fizemos mais senão fazer as coisas a partir do que já sabemos como arquitectos.

GA. – Isso deveria ser perguntado ao Alexandro, sei que o Alexandro não era um especialista em habitação, era um absoluto “inexperto”, e isso foi uma grande virtude (...) sem os preconceitos que têm os especialistas, (...) Provavelmente essa inexperiência permitiu ser mais arrojado (...), há uma abordagem da parte de Alexandro e da equipa, que é mais pelo desafio profissional, que pelo tema social ou de “caridade”, (...), é na “qualidade”.

Das entrevistas a Juan Cerda e a Gonzalo Arteaga na Elemental.

3.1. Preparação do Trabalho

Apresenta-se uma selecção de exemplos de habitação em regime que implica autoconstrução e permitiu definir parâmetros e critérios de análise, identificando os campos principais de caracterização, que se pretendiam independentes do contexto de origem – conceptual, temporal e geográfico.

O critério de selecção dos casos de estudados pautou-se pela exploração dessa diversidade na origem, permitindo uma leitura transversal que não ficasse refém de uma época ou contexto específico.

Este processo de análise foi importante na definição da estrutura das fichas de análise tipológica que iremos abordar.

Destacaram-se três projectos da equipa chilena Elemental, com um vasto reportório de experiências neste âmbito, maioritariamente no país de origem, o projecto de Charles Correa no PREVI, Lima, Perú, e por último o projecto de Christopher Alexander em Mexicali, México, projecto tipo Grameen Bank.

3.1.1. Elemental: Quinta Monroy 2003, Renca 2006 e Barnechea 2008 (Chile)

Casa como investimento. 50% da construção na fase inicial, 50% em autoconstrução

A conquista da equipa de arquitectos chilenos, ao definir o conceito de ADN de classe média, consistiu em traçar os princípios básicos da **unidade inicial**, primeira fase da habitação a ser construída, que alberga o programa essencial ao seu funcionamento e que as famílias dificilmente conseguiriam executar de forma autónoma – cozinha, instalação sanitária e escadas. De igual modo, a estrutura (portante) correspondente à volumetria final do edifício é totalmente executada na primeira fase por questões de segurança anti-sísmica e controlo de qualidade da construção.

A partir daí as famílias teriam liberdade para expandir a sua habitação e melhorá-la de forma personalizada, de acordo com as suas necessidades, possibilidades e aspirações. Esta metodologia de intervenção que teve a primeira aplicação prática no projecto da Quinta Monroy em Iquique, foi posteriormente aplicada noutros projectos, nomeadamente, Renca e Barnechea.

Note-se que a génese destes projectos no Chile surge com a implementação de políticas habitacionais que tiveram grande êxito na conquista do direito à habitação própria das camadas mais pobres da população, designadamente o programa Vivienda Social Dinâmica Sin Deuda atribuído pelo Ministério da Habitação e Urbanismo (MINVU). Este consiste num subsídio estatal que é atribuído a cada família ao qual se junta uma poupança própria, com o objectivo de pagar o terreno, a urbanização e a arquitectura.

A diferença na abordagem ao problema, pela equipa Elemental consistiu em deixar de ver o problema da habitação como uma despesa, mas antes como um investimento social para que haja uma efectiva valorização do subsídio atribuído às famílias.

Desde modo identificaram um conjunto de variáveis para atingir este objectivo.

Sendo o custo da construção e de urbanização mais ou menos estável, o parâmetro no qual se consegue poupar é no valor do terreno. Este facto justifica que as operações de habitação social se localizem maioritariamente na periferia das cidades, onde o valor do solo é mais baixo, longe das oportunidades de trabalho, saúde, educação e recreio, criando imensos territórios potencialmente geradores de desigualdade e conflito social.

A leitura deste problema conduziu a uma outra estratégia de intervenção:

1. Integrar os conjuntos habitacionais em bairros consolidados; Opção por tipologias com densidades elevadas sem atingir a superlotação, e desta forma repartir o valor do terreno por mais famílias;
2. A introdução de espaço colectivo, uma propriedade comum de acesso restrito, que permita preservar as redes sociais existentes, mecanismo chave para o êxito de contextos socialmente frágeis.

Dado que 50% dos metros quadrados da habitação serão auto-construídos, as tipologias deveriam ser suficientemente permeáveis para que as futuras ampliações ocorressem dentro da sua estrutura. O objectivo consistia em delimitar (não controlar) a construção espontânea, de forma a evitar a degradação do contexto urbano próximo, e ao mesmo tempo facilitar a cada

família o processo de ampliação.

Estas opções tinham o propósito de, com ferramentas arquitectónicas, dar resposta a um problema não arquitectónico: contribuir para a redução da pobreza.

Construção mista: encomenda e autoconstrução.

3.1.1.1. Quinta Monroy, Iquique, Chile

Habitações: 93.

Projecto: 2003.

Construção: 2004.

Área habitação inicial: 36m².

Área ampliada: 70m².

Materiais: betão armado, blocos de betão.

O desafio: realojamento de 100 famílias que durante trinta anos ocuparam ilegalmente um terreno no centro de Iquique.

A solução: apesar do preço elevado do terreno para uma habitação social, o objectivo principal consistia em evitar localizar as famílias na periferia da cidade.

Proporcionar a estas famílias uma habitação no centro da cidade, exigiu uma solução de projecto diferente da tipologia convencional de uma casa/lote. Tendo em consideração a área do lote disponível e a referência de áreas médias para habitação social, esta só permitiria alojar trinta famílias.

Assim, em vez de projectar a melhor unidade possível com a verba atribuída individualmente e multiplicá-la por cem, a questão formulada foi, projectar o melhor edifício correspondente ao custo total das unidades que permitisse alojar

as cem famílias. Um edifício de dois pisos que oferecesse potencialidades de crescimento horizontal e vertical. A divisão das famílias em grupos de 20 ou 30 casas permitiu ganhar uma escala urbana que favorecesse o diálogo e a vida comunitária, e desta forma não quebrar as redes sociais pré-existentes.

Implantação: Quinta Monroy, Iquique (peças desenhadas Elemental s/ escala).....Ilustração 2



Vista original exterior: Quinta Monroy – Iquique (fot. Elemental).....Ilustração 3



Vista original interior: Quinta Monroy, Iquique (fot. Elemental).....Ilustração 4



3.1.1.2. Renca, Santiago, Chile

Habitações: 170 e um centro comunitário.

Projecto: 2004.

Construção: 2008.

Área inicial/ habitação: 28.2m².

Área ampliada: 67.8m².

Materiais: estrutura em betão armado e madeira, paredes exteriores em alvenaria de tijolo, paredes interiores em tabique, cobertura em zinco.

O desafio: projecto de habitação destinado a 170 famílias e centro comunitário constituído por jardim-de-infância, centro de apoio social e biblioteca, num lote de 2ha onde existia anteriormente uma lixeira.

Para construir havia que melhorar o solo até 2,5m de profundidade, facto que encareceu muito o valor do terreno. As famílias, viviam em casas clandestinas próximas do terreno que foi adquirido com recurso ao subsídio do Estado (MINVU).

Ilustração 5.....Vista bairro clandestino: Renca, Santiago (fot. Trab. Campo)



Para além destas condicionantes, havia outras restrições relativamente aos terrenos limítrofes, que obrigavam à cedência de área. Este facto, paradoxalmente favoreceu o projecto, quanto mais terreno havia que ceder, menor a área a melhorar em termos urbanos, ainda que esta condicionante tenha gerado algumas dificuldades pela alta densidade de construção que implicava.

A solução: A versão final do projecto consiste numa parede meeira estrutural que funciona como elemento corta-fogo e barreira acústica, sendo o programa da habitação organizado em dois níveis. Os compartimentos construídos na primeira fase são aqueles tecnicamente mais exigentes como cozinha, instalação sanitária, escadas e colunas montantes verticais.

As paredes estruturais têm um afastamento de 4,5m entre si, para que no espaço intersticial tenham lugar as ampliações. Atendendo ao clima da região, esse vazio é resguardado por uma pele de fibrocimento (*permanit*) e uma cobertura de zinco.

Planta Piso 0 – Renca , Santiago (peças desenhadas Elemental s/ escala)..... Ilustração 6

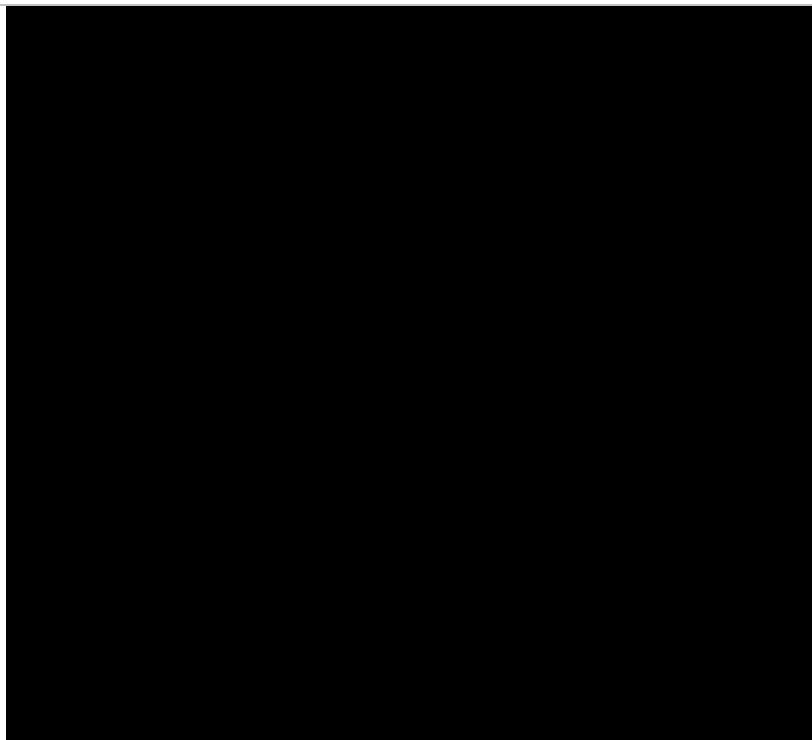
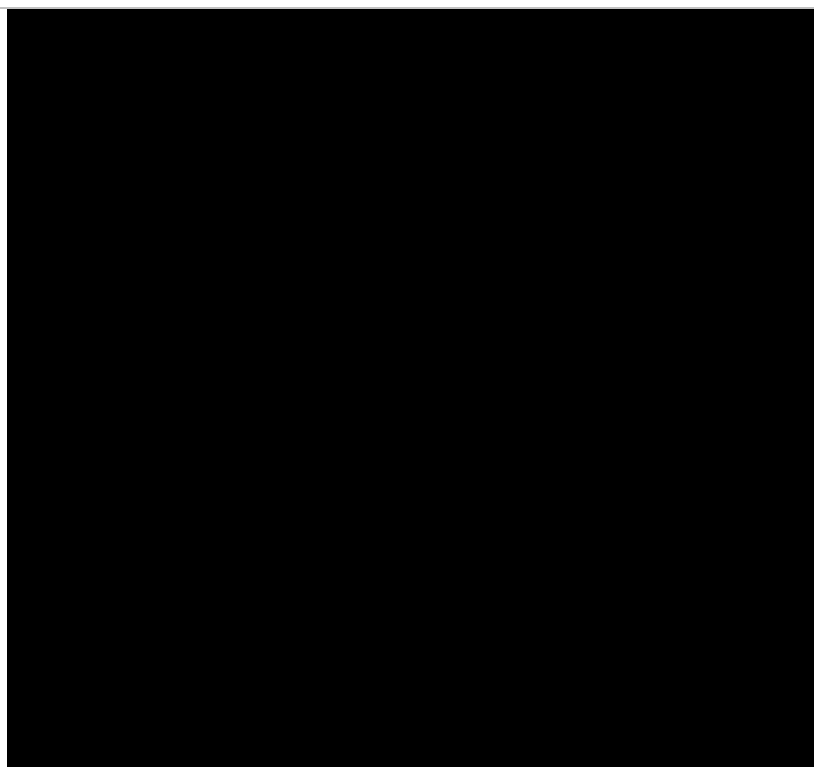


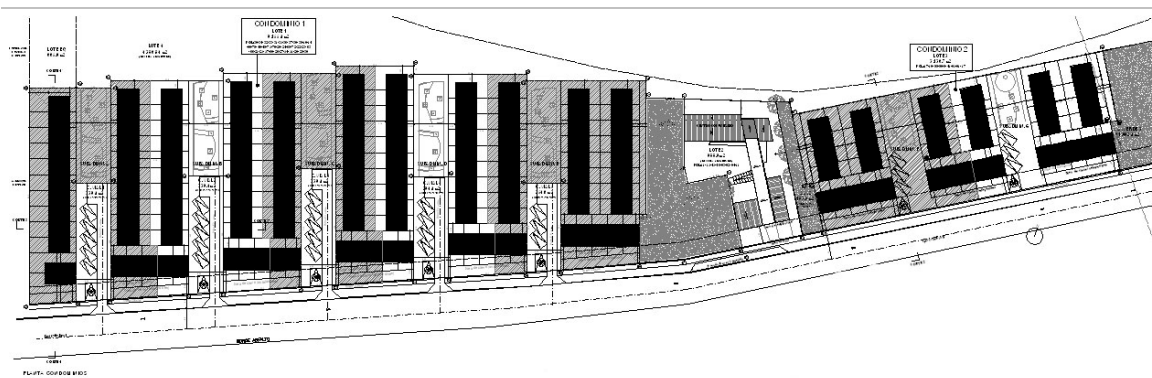
Ilustração 7..... *Planta Piso 1 – Renca , Santiago (peças desenhadas Elemental) s/ escala*



Ao nível urbano optou-se pela distribuição das casas ao longo de acessos viários em *cul-de-sac*, em torno dos quais se agrupam entre oito a vinte habitações, na tentativa de um maior controlo e manutenção do espaço comunitário.

A densidade alcançada nas tipologias propostas, permitiu “comprimir” a construção a Sul, libertando uma faixa de terreno a Norte, onde foram colocados os escombros removidos e assim diminuir de forma significativa os custos relativos a esta operação.

Ilustração 8..... *Implantação – Renca , Santiago (peças desenhadas Elemental) s/ escala*



Vista original exterior: Renca , Santiago (fot. Elemental).....Ilustração 9



Vista original exterior: Renca , Santiago (fot. Elemental).....Ilustração 10



Vista original interior: Renca , Santiago (fot. Elemental).....Ilustração 11



3.1.1.3. Lo Barnechea, Santiago, Chile

Habitações: 150 (+ sede social)

Projecto: 2007

Construção: 2010

Área inicial/ habitação: 27,7/28,2m²

Área ampliada: 68,2/69,4m²

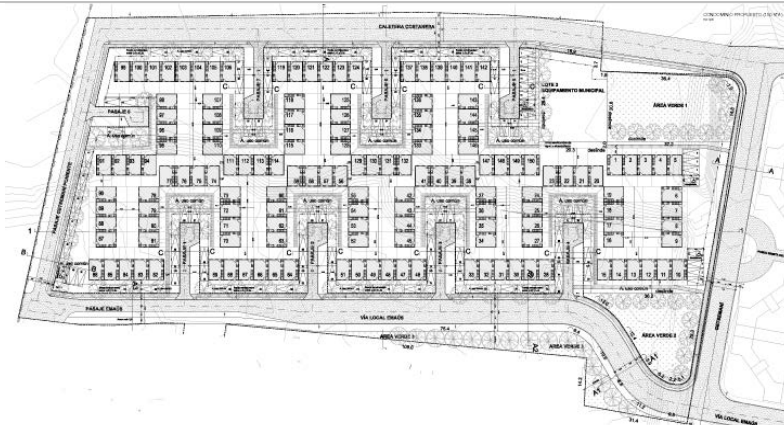
Materiais: estrutura em betão armado e madeira; alvenaria de tijolo, aço leve galvanizado.

O desafio: Realojamento de 150 famílias, habitantes de um bairro clandestino em Santiago no Chile. Esta operação ao abrigo do programa do MINVU permitiu que esta população não fosse deslocada para a periferia.

A solução: As tipologias propostas são similares às desenvolvidas no projecto de Renca, assim como o programa de expansão das casas. Os compartimentos construídos na primeira fase são aqueles tecnicamente mais exigentes como cozinha, instalação sanitária, escadas e colunas montantes horizontais e verticais.

Foram propostas duas tipologias de habitação, organizadas em conjuntos de doze casas em torno de um pátio comunitário, com acesso viário em *cul-de-sac*. As casas têm um único acesso através de um pequeno jardim frontal e na parte posterior do lote, cada uma dispõe de um pátio de maior dimensão. Esta solução de loteamento proporciona a coexistência de espaços exteriores independentes e espaços públicos com uma escala controlada, que contribuam para a promoção da vida em comunidade.

Implantação: Barnechea , Santiago (peças desenhadas Elemental) s/ escala.....Ilustração 12



Vista original exterior: Barnechea , Santiago (fot. Elemental).....Ilustração 13



Vista original exterior: Barnechea , Santiago (fot. Elemental).....Ilustração 14



Ilustração 15.....*Vista original exterior: Barnechea, Santiago (fot. Elemental)*



Ilustração 16.....*Vista original interior: Barnechea, Santiago (fot. Elemental)*



3.1.2. Charles Correa: PREVI, Lima, Peru 1969-73

Nos anos 60 do séc. XX, o governo do Peru lançou um concurso internacional que consistiu num projecto-piloto de habitação, em resposta ao problema habitacional na periferia das grandes cidades deste país.

Foram chamados a participar nesta iniciativa arquitectos peruanos e estrangeiros, representantes da geração mais promissora no panorama internacional, com o propósito de desenvolver novos conceitos e técnicas, como respostas inovadoras no contexto da habitação social.

O estigma criado em torno deste conceito, obrigou a que os arquitectos repensassem novos modelos que imprimissem uma nova esperança às classes sociais mais desfavorecidas.

A opção do PREVI, pela integração das diversas propostas, veio trazer a priori uma nova dinâmica à escala urbana, todas as unidades foram construídas e nenhum dos planos urbanos foi integralmente aplicado.

A diversidade de tipologias contribuiu para a evolução natural do projecto e simultaneamente para a formação de identidades distintas no contexto urbano, indo ao encontro das especificidades da população residente. Um contexto urbano dinâmico, susceptível de se adaptar e integrar as mutações de uma população ao longo do tempo foi claramente o ponto-chave do “sucesso” do PREVI.

Em Agosto de 1966 o governo Peruano submeteu o Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) ao United Nations Development Programme (UNDP), sendo aprovado em Junho de 1967. O projecto teve início um ano mais tarde, pelo Governo

em colaboração com a UNDP e consistiu na criação de três esquemas piloto a serem implementados em simultâneo na cidade de Lima, para posteriormente serem aplicados em larga escala, como parte integrante das políticas de habitação do Peru.

O primeiro consistia no projecto e construção de um conjunto de 1500 habitações de baixo custo, o segundo, no desenvolvimento de técnicas e procedimentos para a recuperação de habitações pré-existentes e o terceiro, na definição de estratégias de planeamento sobre a expansão de povoamentos clandestinos.

O Projecto Piloto 1 (PP1) do PREVI foi lançado pelo arquitecto Fernando Belaunde Terry, então presidente do Peru, contando com a ajuda da UNDP pois na década de 60, era habitual o seu apoio na implementação de projectos experimentais de habitação social.

Para contextualizar, é interessante recordar que Terry acompanhava de perto o debate dos CIAMs, tendo escrito em 1949 a “Carta del Hogar” onde faz uma crítica à Carta de Atenas, e a respeito da qual Huapaya Espinoza (ESPINOZA, 2014) refere: “... A importância dessa proposta evidenciou, naquele momento, a sua preocupação pelo local e pelo regional em detrimento do universal, ou seja, a ‘Carta del Hogar’ pode ser entendida como uma tentativa antecipadora, por parte de Terry, de demonstrar que as ideias contidas na Carta de Atenas não poderiam ser aplicadas à realidade peruana”.

Quando este projecto é lançado, assistia-se na Europa a um intenso debate sobre o urbanismo e arquitectura modernistas, nomeadamente através do Team10, grupo de arquitectos onde se incluíam alguns dos que vieram a ser convidados para este concurso.

Para coordenar o projecto, o Governo peruano e a UNDP

convidaram o arquitecto Peter Land. A sua função era definir uma estratégia concertada para resolver o problema da carência habitacional e combater a proliferação de áreas informais – “as barriadas”. Esta estratégia deu origem a 4 projectos piloto (RAMIS, 2008).

- Projecto Piloto 1 (PP1); concepção e construção de habitação a baixo custo;
- Projecto Piloto 2 (PP2); reabilitação e renovação urbana;
- Projecto Piloto 3 (PP3); sistema de loteamento e serviços;
- Projecto Piloto 4 (PP4); Investigação sobre sistemas de autoconstrução em zonas afectadas por sismos.

Para o PP1 foi lançado um concurso público nacional e foram convidados 13 arquitectos estrangeiros com trabalhos desenvolvidos neste domínio: "O concurso referia-se especificamente ao PP1 e participaram 13 equipas de profissionais estrangeiros (Alemanha, Colômbia, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Holanda, Índia, Inglaterra, Japão e Suíça) e 28 peruanos." (ESPINOZA, 2014),

Segundo Peter Land, o objectivo terá sido reunir técnicos do mundo inteiro à volta do tema da habitação social.

O programa do concurso era baseado num conjunto de princípios experimentais ((RAMIS, 2008, tradução livre):

“1. Um bairro e um projecto baseado no conceito de alta densidade e baixa altura, um módulo e modelo para a futura expansão urbana.

2. Um conceito de casa crescente, com pátio interno.

3. Configuração de grupos habitacionais dentro do plano geral do bairro.
4. Um sistema pedonal à escala humana
5. Métodos construtivos inovadores e resistentes ao sismo.
6. Um plano paisagístico à escala do bairro.”

O programa da competição pedia não apenas um conceito flexível, como incentivava o uso de tecnologias que se pudessem adaptar à mudança, ampliações progressivas (horizontal e / ou vertical) para se adequar às dinâmicas sociais, culturais e económicas das famílias.

As intervenções seriam integradas num plano geral elaborado por Peter Land.

Na entrevista que deu a Ramis, Peter Land explica que o projecto não contradiz o quadro teórico modernista embora seja mais funcionalista. Abandona a estética da máquina e do arranha-céus por uma questão de bom senso, em favor de uma abordagem à escala humana e do peão, incorporando elementos da prática vernacular embora com a inclusão de tecnologia construtiva moderna e eficiente. De acordo com Peter Land, a construção de edifícios de habitação colectiva em altura, desligados do solo apresenta inúmeros inconvenientes como a dificuldade de manutenção, de acesso, privacidade, a impossibilidade de expansão, a ausência de escala humana.

Os arquitectos estrangeiros que ganharam foram Kikutake-Kurokawa-Maki, Herbert Ohl e o Atelier 5, mas acabaram por ser seleccionados 26 arquitectos, 13 estrangeiros e 13 peruanos.

Inicialmente, previa-se a construção de 1500 casas num terreno de 40 hectares ao Norte do centro da cidade, mas na realidade o

projecto piloto não foi para além dos 500 fogos (467 segundo algumas fontes) e apenas 24 das 26 propostas foram implementadas (os projectos de Takahashi do Peru e de Herbert Ohl da Alemanha não foram construídos devido á sua complexidade técnica).

No Plano Geral, para além das habitações, estavam previstos equipamentos colectivos, escolas, centros desportivos, serviços e infraestruturas de suporte, que não foram integralmente construídos. Refere-se também que estariam previstos um jardim infantil, um centro comunitário, lojas e serviços de saúde e ainda um centro cívico na periferia do projecto com um parque com áreas desportivas e de lazer.

A rede de acessos estava perfeitamente hierarquizada: circulação pedonal e rodoviária separadas; rede primária na periferia; penetração nos grupos habitacionais através da rede secundária com estacionamento; bolsas de estacionamento no máximo a 60 metros dos fogos; um eixo pedonal central interligando os equipamentos públicos à estrada pan-americana e à cidade.

Os diferentes grupos habitacionais projectados pelos vários arquitectos ficaram articulados graças a uma estrutura de espaços públicos constituída por pracetas de proximidade e uma rede de percursos pedonais.

Dependendo do seu tamanho, cada praça servia entre 6 e 18 casas (actualmente entre 10 e 30), numa escala que promovia a apropriação colectiva e a manutenção do espaço público. (GARCIA-HUIDOBRO,, et al, 2005).

Os alojamentos deveriam ter uma área de construção total situada entre 60 e 120 m² num lote de 80 a 150 m², com 1 ou 2 pisos, organizadas à volta de um pátio interior, mas deviam estar preparadas para receber até 3 pisos. Isto para alojar, num

primeiro tempo, quatro a seis pessoas e oito a dez posteriormente. Cada fogo tinha de ter sala, cozinha, quartos e instalações sanitárias, de preferência as coberturas deviam ser aproveitáveis para espaço exterior.

O sistema construtivo devia ser modular, explorando novas técnicas e materiais, que permitissem a sua ampliação.

Estava previsto que o módulo inicial fosse construído por empreiteiros contratados e que a ampliação fosse da iniciativa das famílias às quais seria disponibilizado apoio técnico e assistência na construção.

García Huidobro (2005) usa as seguintes palavras para descrever o programa: racionalização, modularidade, tipificação, crescimento progressivo, flexibilidade e função. Segundo ele, o cerne do concurso foi a exploração de uma arquitectura e de um sistema construtivo, tendo mesmo sido instalado um estaleiro no local para a pré-fabricação de componentes e posterior apoio nas ampliações das casas pelo ININVI (Instituto de Pesquisa e Padronização de Habitação) e porventura, para futuras aplicações noutros locais.

Conforme referido, “Havia uma preocupação por um novo conceito de habitação, que não deveria ser estática, mas deveria crescer de forma orgânica e evolutiva de acordo com as necessidades dos moradores” (PREVI, 1977, p. 10). “Para isso, era necessário que as habitações fossem desenvolvidas a partir de um sistema modular e que apresentassem soluções tecnológicas e procedimentos construtivos adequados baseados no conceito de flexibilidade e crescimento progressivo horizontal e/ou vertical” (MINISTERIO DE VIVIENDA DEL PERÚ/ INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN Y NORMALIZACIÓN DE LA VIVIENDA, 1979, p. 15).

Para Peter Land, foram tidos em conta no processo de concepção os modos de vida e as aspirações dos futuros moradores, famílias de baixo rendimento com capacidade para contrair um empréstimo para comprar uma pequena casa: “Todos os arquitectos foram trazidos para Lima por dez dias para estudar os componentes básicos do programa, o local, visitar as famílias os assentamentos informais, tomar conhecimento dos projectos de habitação do governo, reunirem-se com funcionários do Banco de Habitação e analisarem os materiais e as práticas usados na indústria da construção. Esta acção deu aos arquitectos uma visão aprofundada do problema, tanto quanto o tempo e os recursos o permitiram.” (tradução livre).

Charles Correa foi um dos arquitectos participantes. Já nessa altura, era conhecido como um “arquitecto, urbanista, activista e teórico” que “capturou a atenção do mundo com a sua abordagem altamente criativa, adaptando a linguagem da arquitectura moderna para criar um habitat humano. (...) Correa é considerado um especialista em habitação nos países em desenvolvimento.” (CORREA, 2000)

As suas principais preocupações no que toca à habitação social são as questões climáticas – actualmente incorporadas na arquitectura solar passiva ou bioclimática – e a simplicidade das soluções depende desde logo da utilização de matérias-primas locais e do recurso a tecnologias intemporais. O seu projecto do PREVI evoluiu a partir de uma experiência anterior – o “GHB-2 project” de 1961, em Ahmedabad, India. (CORREA, 2000)

Habitações

Projecto:1969

Construção: 1971

Área inicial/lote: 80 a 100m² (habitação ocupação inferior a 2/3, foram construídas 12 unidades).

Área ampliada: 2º e 3º pisos.

Materiais: betão armado *in situ*; elementos pré-fabricados (perfis em betão armado); Ziguezague estrutural (resistência sísmica).

Construção: autoconstrução assistida.

O desafio: Inicialmente é um concurso internacional que consistiu num projecto-piloto de habitação, de larga escala em resposta ao problema habitacional. No caso de Charles Correa acabou por se resumir à implementação de 12 unidades.

A solução: A proposta define quatro objectivos:

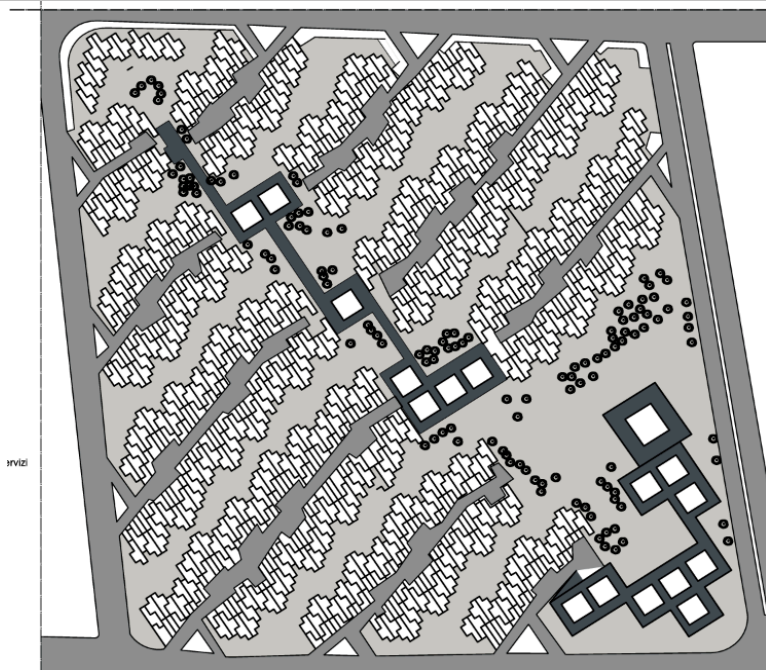
- a. Máxima, densidade
- b. Propriedade individual
- c. Áreas mínimas afectas à circulação (estradas, circulações de serviço)
- d. Separação entre circulações automóvel e pedonal

Composição espacial: habitações estreitas e justapostas com acessos nas duas extremidades do lote, em resposta à segregação automóvel e minimização de corredores de circulação exteriores; existência de pátios e alpendres como espaços de transição entre acessos (automóvel e pedonal) e o interior das habitações. Partindo deste esquema compositivo, as habitações são alinhadas ao longo de vias diagonais, tirando partido da sua orientação solar e ventilação natural.

Os equipamentos públicos e serviços (escolas, igreja, espaços comerciais e áreas de lazer) concentram-se numa estrutura

longitudinal implantada perpendicularmente às vias de circulação e padrão de lotes contíguos. É dada prioridade aos percursos pedonais, permitindo ligações fluidas entre as habitações e a estrutura central composta por pátios públicos que culminam na Igreja e áreas comerciais.

Implantação: PREVI, Lima (peças desenhadas Charles Correal) s/ escala..... **Ilustração 17**



De acordo com os pré-requisitos do projecto, as habitações foram concebidas de forma a poderem ser construídas pelos próprios moradores com a assistência das autoridades que regulam a operação, no fornecimento de elementos construtivos pré-fabricados e mão-de-obra especializada.

A configuração dos lotes, que apresenta uma frente muito estreita, assegura que a fachada a “controlar” seja reduzida e recuada pela existência do alpendre.

Existe uma flexibilidade estrutural, correspondendo ao carácter evolutivo da habitação e que pode ser explorada de acordo com a tipologia escolhida pelos seus moradores.

Ilustração 18......*Vista original exterior: PREVI. Lima (fot. Correa, C: Housing & Urbanization.)*



Ilustração 19......*Vista original interior: PREVI. Lima (fot. Correa, C: Housing & Urbanization.)*



Foram desenvolvidas 3 tipologias, todas implantadas na direção NNW-SSE, para aproveitar as brisas prevalecentes, com a ajuda de uma chaminé de vento e de duplo pé-direito. As paredes meirais foram “partidas” para funcionar em ziguezague de modo a aumentar a resistência ao sismo.

O sistema construtivo, em blocos de cimento reforçado, classificado como “alvenaria racionalizada” pelo ININVI (The

three PREVI-PP1 Technological Families), foi desenhado para que pudesse ser executado por empreiteiros ou pelos proprietários.

The Three PREVI-PP1 Technological Families: PREVI. (ima. ININVI) Ilustração 20

Classification of construction systems proposed by PREVI-PP1 international teams: Description of construction systems (further to ININVI, 1988) LARGE- OR MEDIUM-SCALE PRECASTING (Figures 7 and 8) -Herbert Orl (Germany): large-scale precasting of large, three-dimensional members -Oskar Hansen and Svein Haddoy (Poland): medium-scale precasting -James Stirling (United Kingdom): on-site precasting of sandwich panels LIGHTWEIGHT PRECASTING OR RATIONALISED CONSTRUCTION (Figures 9 and 10) -Atelier 5 (Switzerland): Lightweight panels precast on site and used as permanent formwork -Iñiguez de Ozone and Vázquez de Castro (Spain): Tabibloc: concrete block system used as permanent formwork and that in practice defined the layout of each home or unit -Christopher Alexander (USA): panels and joists precast on site -Knud Svenssons (Denmark): cast-in-place concrete with modular steel formwork RATIONALISED MASONRY (Figures 11 and 12) -Candilis, Josic and Woods (France): reinforced masonry and precast joists in structural floors -Germán Samper (Colombia): reinforced masonry and lightweight concrete in structural floors -Aldo van Eyck (Netherlands): reinforced masonry and hollow concrete modules in structural floors -Kikutake, Maki, Nonaka and Kurokawa (Japan): reinforced masonry and concrete blocks -Charles Correa (India): concrete block-based reinforced masonry -Toivo Korhonen (Finland): concrete block-based reinforced masonry	
---	--

A primeira fase consiste na construção do nível 0, constituído por um alpendre, sala de estar/jantar, quarto, pátio central, instalação sanitária, cozinha e um pátio de serviço nas traseiras do lote.

A segunda fase de expansão programada consiste na adição de um quarto no nível 1, a terceira fase na construção de mais dois quartos e instalação sanitária no mesmo piso.

A evolução: "O PREVI foi concebido como uma plataforma de expansão e adaptação gradual às mudanças das necessidades das famílias ao longo do tempo. A sua evolução e as mudanças subsequentes foram essencialmente antecipadas no desenho original, mas 40 anos após sua construção, os habitantes transformaram radicalmente as habitações em termos programáticos e formais. A transformação do PREVI é o reflexo de um bairro dinâmico, consolidado e coeso que é de grande relevância hoje, no contexto da actual crise " ((RAMIS, 2008, tradução livre).

Ilustração 21.....*Vista exterior: PREVI. Lima (fot. Press information: Hands on Urbanism)*



As alterações realizadas nas habitações são dos mais diversos tipos: ampliação do fogo por aumento da família ou por maior desafogo financeiro; ampliação para criação de espaço de trabalho ou negócio; ampliação e destaque de parte do edifício para alugar para habitação ou para comércio e serviços; reconversão com mudança de uso. Algumas chegam a ter cinco pisos.

O levantamento realizado por Garcia-Huidobro identificou muitos casos de reconversão de habitação para equipamentos, serviços ou comércio, pelo que o bairro se transformou numa área densa e multifuncional e com utilização intensiva dos espaços colectivos. Concluiu que estas alterações de uso estão directamente relacionadas com a localização relativa destes lotes no bairro: o comércio nas vias principais e na rua pedonal, ainda que nesta mais relacionado com os equipamentos existentes na envolvente.

Também se verificaram alterações formais, de ajustamento das casas à identidade dos proprietários, de tal forma profundas, que muitas vezes é impossível reconhecer o projecto original.

Métodos de construção tradicionais substituíram os sistemas pré-fabricados inovadores introduzidos pelos projectos iniciais.

Os espaços públicos ou colectivos foram apropriados pelos moradores, que plantam vegetação e cuidam da sua manutenção. Alfredo Pini disse na entrevista a Ramis: “Nós ficámos surpreendidos pela atenção que os habitantes deram ao espaço público.”

De acordo com Marianne Baumgartner, “a arquitectura original quase desapareceu sob os pisos, galerias, e as camadas de vidro e gesso, que foram posteriormente acrescentados, e os espaços intersticiais são agora o único elemento visível, mantendo-se praticamente intocados pela constante acumulação de massa construída. A concepção dos vazios no plano geral de Peter Land sobreviveu ao grosso do desenvolvimento.”

No filme, realizado em Março de 2013 no âmbito do “Landscape + Urbanism Program” onde foram entrevistados residentes, percebe-se que para eles a força e o sucesso da operação está relacionada essencialmente com os seguintes aspectos:

a. Sentirem tranquilidade e segurança, possivelmente devido à segregação do tráfego automóvel e à existência de espaços comuns exteriores muito próximos das habitações, pequenos e protegidos para onde se estende a vida familiar e se fortalecem as relações de vizinhança;

b. Terem liberdade para alterar e ampliar as casas, quer do ponto de vista formal como funcional, permitindo diversidade, evolução e adaptação.

Ainda de acordo com Peter Land, a propriedade do solo é um fator chave para a família, pois permite o crescimento, não apenas do ponto de vista físico como económico, permitindo a criação de rendimento. “Aqui reside um dos grandes sucessos do PREVI. As pessoas não se mudaram quando a sua situação financeira melhorou. Os residentes ficaram, e transformaram o bairro em algo que se sente como uma comunidade de classe média.” (MCGUIRK, 2013, tradução livre).

O facto de não se reconhecer o projecto original não retira o valor à experiência nem denuncia o insucesso desta operação.

Na entrevista que deu a Ramis, Peter Land reconhece que as alterações que foram feitas nas casas nem sempre seguiram o que estava planeado, mas que isso não constitui qualquer problema pois quer a concepção como a construção partiram de bases sólidas.

Conclui que:

“A textura urbana do bairro, após 40 anos, reflete a evolução económica e cultural das famílias de baixos rendimentos e confirma as minhas próprias expectativas de mudança com o tempo. O PREVI hoje é um sucesso e provou ser um bom lugar para viver. O novo e crescente interesse internacional no bairro e nas suas casas sugere que a sua natureza experimental no que toca à habitação social urbana é um modelo para repetir, ajustado para se adequar a diferentes realidades.” ...”A contribuição mais importante do PREVI para a disciplina arquitectónica é que colocou no mapa algumas das principais e relevantes prioridades contemporâneas no que toca à concepção, planeamento e tecnologias de construção para uma construção residencial sustentável.” (tradução livre).

Considera fundamental a experiência e acção colectiva e que o

tema da habitação social continua muito actual e estruturante para a estabilidade politica e social no mundo inteiro.

Consultando diversos artigos sobre o PREVI, consegue-se identificar um conjunto de aspectos que os investigadores consideram inovadores e que estão na base do sucesso deste projecto:

- a. O sistema de espaços públicos ou colectivos – os vazios do plano;
- b. O programa da habitação – onde se enquadra a possibilidade de crescimento e mudança e a existência de um pátio, ou um vazio;
- c. O respeito pelas tradições locais.

Resumindo, um sistema de espaços públicos ou colectivos que estrutura, mas permite mudança. Uma escala e um desenho de espaços públicos que permite a sua apropriação pelos proprietários e a existência de diferentes níveis de privacidade.

“É surpreendente observar como a transformação constante das unidades de alojamento tem distraído os investigadores, enquanto os espaços colectivos não atraíram praticamente nenhuma atenção. O espaço colectivo, imaterial e fluente, é o elemento mais determinante e duradouro do PREVI.” e “Tem sido a imutabilidade e a permanência de vazios urbanos (os pátios projetados pelos arquitectos e as praças definidas pelo Plano Geral) que atribuiu ao PREVI o grau de consolidação, coesão e identidade de que goza hoje e, de alguma forma, que permitiu o bem-sucedido desenvolvimento da uma diversidade programática e de uma variedade formal, assim como a oportunidade de desenvolver atividades económicas de pequena escala e de gerar um alto nível de identificação dos residentes

com a envolvente, sem cair em pitorescos paternalistas.” (RAMIS, 2008, tradução livre).

Uma casa cuja estrutura e organização permite mudança, da mesma forma que as famílias mudam e a sociedade muda.

Tal como os vazios da malha urbana, o vazio da casa, o pátio tem um papel fundamental na sua transformação: O pátio desempenha um papel importante nas casas, não só em termos espaciais, mas também na clarificação do processo de crescimento. “A etapa zero deve iniciar um processo que favorece a economia doméstica, a formação de redes sociais e a incorporação de unidades de renda”. (GARCIA-HUIDOBRO, 2005, tradução livre). Este processo apenas é possível se houver propriedade individual.

Um processo que se encontra a meio caminho entre a formalidade da urbanização tradicional e a informalidade dos bairros espontâneos.

Este foi talvez o primeiro acto que reconheceu o valor das dinâmicas de crescimento características dos assentamentos informais e “(...) o meio termo entre os dois extremos de formalidade e informalidade, constituindo uma das características do PREVI por incorporar na habitação os processos de mudança, adaptação e autoconstrução que caracterizou os assentamentos informais da época, abrindo assim o sistema à participação dos cidadãos.” (RAMIS, 2008, tradução livre).

O desenvolvimento de sistemas construtivos de pré-fabricação foi de todas as propostas do concurso, aquela que eventualmente menos sucesso teve, ainda que tenham sido desenvolvidas soluções que incorporavam ao mesmo tempo as novas tecnologias e as técnicas tradicionais, que não dependiam de

grandes estruturas de produção, podendo ser produzidos no local.

A competição também promoveu com sucesso a inovação tecnológica, favorecendo a construção racionalizada e as técnicas de pré-fabricação de pequena escala. Esta abordagem intermédia entre industrialização importada e a construção tradicional ainda hoje parece ser uma das soluções mais adequadas para a América Latina. Os elementos pré-fabricados cujo peso ou volume impedem a sua manipulação pelos trabalhadores locais ou pelas máquinas localmente disponíveis não pareceriam ser uma solução viável. Na verdade, os blocos PREVI estão entre os poucos componentes que ainda estão a ser fabricados no Peru hoje.

Vista exterior: PREVI. Lima (fot. Press information: Hands on Urbanism) Ilustração 22



3.1.3. Christopher Alexander: Mexicali, México, 1975-78

No ano de 1975, num contexto de enorme carência habitacional e de endividamento crescente, o governo do Estado da Baixa Califórnia, México, pediu o apoio do CES (Center of Environmental Structure) da Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA para a resolução do problema nomeadamente através da aplicação a um projecto experimental de habitação para pobres (habitação social) em regime de autoconstrução na cidade de Mexicali, México, junto à fronteira com os Estados Unidos.

A administração de Mexicali apoiou esta iniciativa porque entendeu que a abordagem proposta com envolvimento de autoconstrução, seria uma forma de produzir habitação a custos mais baixos que os da construção em massa tradicional.

O projecto foi desenvolvido em parceria com a Universidade Autónoma de Baixa Califórnia-México e com o ISSSTECALI (Instituto de Segurança Social e Sindicato dos Trabalhadores da Baixa Califórnia), este último, também financiador do projecto.

Apenas se podiam candidatar membros da ISSSTECALI, após ter sido anunciada a iniciativa, cinco famílias responderam e foi com estas que se formou o primeiro grupo.

As pesquisas no domínio da produção de habitação social vinham sendo desenvolvidas por estes Centros desde os anos 60 e em particular pelos investigadores do “Social

Design Movement”, com o objectivo de que a construção de habitação social fosse assumida como um processo dinâmico, não apenas enquanto produção de objectos, mas com preocupações que fossem além da qualidade física e integrassem

outros valores, nomeadamente: o contexto geográfico e cultural; as relações entre os diferentes agentes presentes no processo desde a ideia/concepção ao usufruto, incluindo o sistema de financiamento e as metodologias de concepção e de construção. Considerava-se que os principais problemas da habitação social derivavam do processo de concepção e implementação pela ausência de contacto entre projectista e população, repetição e estandardização excessivas e desenho das casas e dos bairros muito rígidos, o que dificultando a aceitação inicial e a futura transformação das casas, inibia a evolução e adaptação dos bairros, factores que estariam na origem do desinteresse dos residentes e consequente degradação dos espaços construídos e por vezes até abandono.

. Christopher Alexander foi convidado para coordenar o projecto. Nos trabalhos teóricos desenvolvidos por si, nomeadamente o livro “Pattern Language” e os anteriores projectos experimentais em que participara, Alexander vai mais longe que os seus contemporâneos ao propor uma revisão de todo o sistema produtivo e não apenas de parte deste, o que o distingue é entender as forças sociais não apenas como dados estatísticos ou até mesmo como uma componente do processo de desenho, mas como um elemento gerador da forma: uma boa forma do ponto de vista ambiental é simplesmente uma manifestação física das forças sociais, de acordo com Alexander.

Os conceitos (ferramentas) desenvolvidos por Alexander que suportam a sua metodologia e criam o que define como os Códigos Generativos, evoluíram da linguagem de padrões, mas são sistemas geradores muito mais sofisticados.

Um Código Generativo é um sistema de encadeamento de passos que pretende permitir que as pessoas inseridas numa

comunidade criem um bairro completo e saudável. Os passos são regidos por regras de desenvolvimento que não são rígidas, assim como o seu sequenciamento também não o é, mas que dependem do contexto, e do que esteve na sua origem. Pretende-se que as regras funcionem de uma maneira semelhante às regras que a natureza segue para desenvolver um organismo ou uma paisagem natural, da mesma forma que os códigos genéticos geram os embriões, deseja-se que estas regras deem origem a um bairro e aos seus edifícios a partir do todo, e conduzam a um resultado único para cada lugar.

As regras orientam-nos para passos específicos, de uma certa maneira que permite a continuação prossecução do processo, assim:

- a. Tal como os padrões (identificados em “A Pattern Language”, 1975), as regras abrangem uma grande variedade de escalas – todas as principais características do bairro, até os detalhes mais finos, incluindo espaços abertos, edifícios, caminhos pedonais, quartos, janelas, soleiras, etc.
- b. As regras são ordenadas sequencialmente, para desenvolver cada componente daquilo que está a ser criado, de forma harmoniosa e coerente.
- c. Além disso, no código generativo, cada regra é especificamente ligada a um determinado grupo de indivíduos, que devem participar em conjunto no processo.
- d. Finalmente, para que o processo tenha êxito, a operação no seu todo, que vai avançando passo a passo, é acompanhada por um conjunto de especificações práticas para as questões que respeitam à posse da terra, ao dinheiro disponível, à organização do agregado e à da comunidade onde o processo está a ser realizado.

Quando é utilizado um código generativo, a ordem pela qual as coisas se fazem tem um papel decisivo na correcta execução do desenvolvimento do processo, por exemplo:

- a. O diagnóstico do sitio é um passo inicial essencial.
- b. As estradas e acessos automóveis devem ser localizados e construídos após a estrutura pedonal, não antes.
- c. As estradas devem ser localizadas e construídas após as casas, não antes.
- d. Os esgotos devem ser localizados e instalados implementados após o espaço público estar criado, não antes.
- e. Quando as habitações são projectadas, o jardim deve ser localizado antes do volume desta estar localizado, e não depois.
- f. Os trabalhos de construção devem começar muito antes do projecto estar pronto, e os desenhos devem evoluir, em paralelo com o processo de construção.
- g. As janelas devem ser colocadas, projectadas e medidas e construídas, depois das paredes já terem começado, para que elas reflitam a situação real do quarto, a sua luz, e vista.
- h. O contrato estabelece que as alterações de projecto que não tenham nenhum efeito sobre quantidades, não devem ser vistas como pedidos de alteração, mas parte da obrigação dos construtores, desde que fiquem dentro dos parâmetros de quantidade e preço.

Numa sequência de desenvolvimento, estas coisas ocorrem segundo esta ordem incomum, não na ordem que se poderia esperar dos métodos de construção contemporâneos convencionais, isto porque cada atividade decorre da integridade do lugar. Estas alterações na sequência das atividades não são uma excentricidade, mas são necessárias para garantir que cada

coisa pode ser adaptada ao todo, de uma forma bem-sucedida. Elas são necessárias a fim de permitir um desenvolvimento coerente do bairro, onde as “coisas certas” vêm em primeiro lugar e as menores tomam o seu lugar no contexto. As “coisas certas” são as que têm o maior impacto sobre o meio ambiente do ponto de vista do ser humano, nomeadamente emocional, que são capazes de tornar as pessoas saudáveis porque os seus sentimentos mais profundos são respeitados.

A fim de evidenciar a diferença, esta é a ordem convencional em que as atividades são feitas normalmente em obra, muitas vezes estão definidas na legislação existente, na prática corrente e há muitas convenções relativamente à sequência das operações que se tornaram parte do saber instituído no planeamento, na arquitectura e na obra.

Os seguintes exemplos, convencionais, são entendidos como prejudiciais:

- a. As estradas são construídas antes dos edifícios que servem.
- b. Os esgotos são instalados muito antes das casas serem construídas.
- c. As casas são implantadas e o jardim é o que resta do lote, vem em segundo lugar.
- d. As janelas foram desenhadas e posicionadas em projecto.
- e. O projecto está concluído antes de qualquer trabalho de construção.
- f. Os planos dos bairros estão concluídos, antes de qualquer trabalho de construção.
- g. Os espaços públicos são concebidos após os edifícios individuais.
- h. As alterações são feitas por pedidos de alteração e, portanto, tornam-se muito caras.

Estas práticas não contribuem para a criação de «bairros vivos».

O projecto de autoconstrução iniciado em 1975 em Mexicali, coordenado por Christopher Alexander constitui ainda hoje uma referência de um modo de fazer habitação e de criar novas comunidades.

Aparentemente Alexander estaria desiludido com os resultados da aplicação das suas ferramentas designadas por “Pattern Language”, que tinham sido anteriormente usadas apenas durante o processo de concepção em projectos que depois tinham seguido o processo convencional de contratação e construção. Em Mexicali Alexander quis integrar o mais profundamente possível os futuros residentes no processo de planeamento e de construção da comunidade.

“Nós tentamos construir um processo de construção da habitação em que o sentimento humano e a dignidade humana viessem em primeiro lugar; em que o processo de construção da habitação é reestabelecido enquanto processo em que as pessoas integram os seus valores e elas próprias, em que se formam laços sociais, em que se integram e enraízam na terra, em que as casas que são feitas têm, acima de tudo, um valor humano, no simples e tradicional sentido em que as pessoas se sentem orgulhosas e felizes por viverem nelas e não iriam aliená-las de nenhuma forma por nada, porque são as suas casas, porque estas são o produto de das suas vidas, porque a casa é tudo para eles, a expressão real do seu lugar no mundo e a expressão real de si mesmos.” (Alexander citado por THWAITES p 73, tradução livre)

O carácter inovador desta experiência reside em primeiro lugar no processo, mas também no desenvolvimento de um sistema construtivo próprio, baseado em sete/oito princípios que foram definidos para garantir a sua continuidade.

A este respeito faz sentido explicitar a abordagem mais abrangente de Alexander, que se foca em sete/oito variáveis do processo de produção relacionadas com a concepção, os materiais, a construção, o controle de custos e a implementação.

Segundo Ruesjas há sete princípios, mas Thwaites identifica mais um e define oito regras no projecto de Mexicali, a saber:

- a. O arquitecto construtor – Reintegrar as funções de arquitecto e de construtor, “à moda antiga”, como “o fazer tradicional”, o que permite estender o processo de concepção durante a obra
- b. O estaleiro do construtor – Associar o estaleiro a cada obra específica para os respectivos materiais, equipamentos, produção e formação.
- c. Desenhar colectivamente – Os espaços comunitários são resultados duma decisão e dum sentir colectivo. Pensar/projectar uma estrutura global em substituição da rigidez da grelha tradicional (espaço público/semipúblico/semiprivado/privado) que prejudica a interacção e coesão social. A participação das famílias no projecto da casa permite também definir a relação entre espaços privados e espaços comuns.
- d. Passos operacionais – A definição de uma sequência das operações que permite integrar a participação do utilizador. (Ruesjas não refere este)
- e. Tipologia individualizada – A singularidade de cada casa deve reflectir a singularidade de cada utilizador, ainda que eventualmente não possa participar fisicamente na

construção

- f. Construção “passo a passo” – O edifício é gerado a partir de um determinado conjunto de operações e não pela junção de elementos, facilitando a participação e a criatividade. Alexander refere-o como o paradigma do desenrolar natural (tranquilo) como alvo para toda a técnica de construção
- g. Controle de custos – Casas melhores, mais conectadas com o utilizador e mais baratas, descentralização do centro de custos e economias de proximidade.
- h. O ritmo humano – Reconhecimento e aceitação da diferença, em termos qualitativos e de experiência, em trabalho, em criatividade e em envolvimento. (interpretado, a partir de tradução livre de RUESJAS, 1997 e THWAITES, 2007)

O objectivo do projecto de Mexicali residia na definição e implementação de um método de projecto e construção de habitação, adaptado às condições específicas do território e dos seus habitantes. A concepção humanista de Christopher Alexander relativamente à importância da habitação na qualidade de vida das populações, revelou-se na sua aspiração em construir uma comunidade autossuficiente e comprometida na sua valorização, para a qual o espaço urbano seria uma extensão das suas casas próprias, e como tal relevante na construção da identidade do conjunto.

Habitações: 30

Projecto: 1975

Construção: 1975

Área inicial/ lote: 80 a 100m² (habitação ocupação inferior a 2/3, foram construídas 12 unidades).

Área ampliada:

Materiais: Locais, com resistência anti-sísmica.

Construção: predominante autoconstrução.

O desafio: Construção de habitações para 30 famílias num lote único com infraestruturas (redes de electricidade, água e arruamentos sem pavimento) cedido pelo Estado, que seria posteriormente dividido em diversas parcelas/lotes.

A solução: Através da organização de equipas multidisciplinares, que incluíssem os futuros moradores, pretendia-se garantir a satisfação das suas carências físicas e espirituais e implementar técnicas construtivas de fácil execução, incorporando estruturas antissísmicas e soluções que garantissem um isolamento térmico eficaz, em resposta às condições climáticas do local.

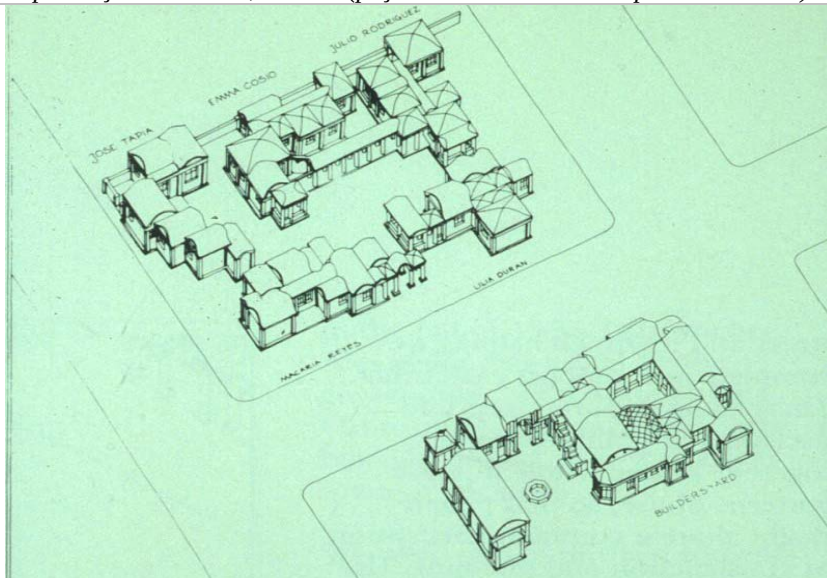
O projecto tentou criar um lugar bonito, não apenas beleza arquitectónica, mas nos aspectos essenciais de espírito e qualidade de vida.

Assentou numa lógica de padrões teorizada no seu livro “*A Pattern Language*” que foi utilizada para o desenho urbano, evoluída na perspectiva do conjunto de regras apresentado.

Ilustração 23......Construção: Mexicali, México (fot. Christopher Alexander)



Implantação: Mexicali, México (peças desenhadas Christopher Alexander) s/ escala..... Ilustração 24



.Vista original exterior: Mexicali, México (fot. Christopher Alexander)..... Ilustração 25



Vista original exterior: Mexicali, México (fot. Christopher Alexander)..... Ilustração 26



A evolução: Quer Thwaites como Ruesjas, reconhecem o relativo insucesso da experiência de Mexicali, não tanto no que diz respeito à metodologia ou ao quadro teórico que a suportava, mas essencialmente na sua aplicação, em primeiro lugar porque as especificidades locais não foram tidas em conta.

Vinte anos depois, o projecto inicial é praticamente irreconhecível, foram feitas alterações substanciais em vários domínios apesar de terem sido discutidas todas as opções durante o processo concepção/construção, assim:

- a. subdivisão do espaço comum e integração em lotes privados;
- b. demolições e ampliações;
- c. reconversão dos espaços interiores;
- d. alteração das cores, materiais e técnicas construtivas;
- e. colocação construção de paredes divisórias, muros e gradeamentos.

A primeira grande alteração ao projecto, justificada por necessidade de maior privacidade e segurança face devidas a mudanças no comportamento dos vizinhos, subverteu todo o sistema de padrões, afectando todas as restantes componentes do projecto, incluindo a localização e coerência dos espaços interiores e as suas relações.

A gradual perda de coesão entre os cinco agregados deu origem a adaptações sobretudo no sentido de aumentar a privacidade em detrimento das vivências colectivas.

Para explicar o insucesso da operação, Ruesjas sugere que determinados padrões como por exemplo a existência de espaços comuns, a função da cozinha na casa, a inexistência de relação com a rua – as casas estavam todas viradas para dentro – entre outros, foram escolhidos definidos pelo arquitecto e não

pelos futuros residentes e como tal não eram representativos do modo de habitar local. Os residentes terão referido mais tarde que nunca optariam por uma “estrutura comunitária” e teriam preferido lotes independentes.

Cristhoper Alexandre ao referir-se ao projecto em entrevista a Ruesjas admitiu: “Portanto, a verdade, a realidade é que, de todas as coisas tudo que eu construí em diferentes partes do mundo, acho que provavelmente sabia menos sobre a verdadeira natureza da cultura mexicana para o projecto em Mexicali do que para as coisas nas intervenções que tenho feito na Índia, ou no Japão, ou Europa, em Mexicali não houve tempo para fazê-lo, portanto nós não a entendemos. Relativamente aos padrões nas condições em que começámos o projecto, nós essencialmente pegámos em qualquer linguagem padrão que pudesse ser relacionado, demos às famílias e dissemos: "isto está bem para si?". Teriam sido necessários vários meses para se analisar seriamente e descobrir quais eram os verdadeiros padrões mexicanos, isso foi algo para que não tivemos tempo ou oportunidade.” (tradução livre, RUESJAS, 1997)

As alterações efectuadas ao longo dos anos refletem também as mudanças sociais, culturais e económicas das famílias. Reflectem em primeiro lugar a alteração natural da composição do agregado familiar e também a necessidade de expressão de uma identidade, gosto, estatuto e classe, o que levou à reaproximação da arquitectura da casa à linguagem tradicional e à personalização através da pintura, da introdução de elementos decorativos e elementos construtivos identificáveis (telhados, frontões).

Os agregados terão participado na concepção, mas sem interferir

na definição da forma física nem no sistema construtivo. Os “padrões” terão sido escolhidos antes da concepção e apenas ajustados com os residentes e o contexto envolvente não terá sido devidamente analisado, o que contradiz, segundo Ruesjas a metodologia da “Pattern language”.

As casas foram totalmente definidas pelos moradores, mas não a sua forma física.”

No que refere ao sistema construtivo, as alterações foram feitas recorrendo a materiais de construção produzidos ou disponíveis no mercado local e foram abandonadas as inovações tecnológicas introduzidas no projecto inicial mas, como reconhece Ruesjas, a extensão da experiência (apenas cinco casas) dificilmente poderia cimentar e constituir uma plataforma para a difusão de uma nova técnica construtiva.

Segundo Thwaites, a familiaridade com os processos de concepção e construção que o processo inicial lhes proporcionou, deu-lhes a capacidade para empreender as alterações que os seus contextos sociais lhes impuseram mais tarde.

Ruesjas finaliza fazendo uma análise crítica aos 7 princípios, por ele considerados:

- a. O arquitecto construtor – A participação do arquitecto num processo de concepção construção garantiu a “customização” das casas, coisa impossível seguindo os métodos tradicionais de produção de habitação social. No entanto, Ruesjas considera a presença permanente deste em obra uma prática irrealista pois aumentaria muito os custos.
- b. O estaleiro do construtor - Considera difícil avaliar a pertinência desta estrutura uma vez que foi eliminada no

final do processo construtivo inicial. No entanto, não foi necessária nas renovações posteriores, os agregados recorreram à experiência e materiais disponíveis no local.

- c. Desenhar colectivamente – É um princípio que teve a virtude de permitir aos agregados escolherem a localização da sua casa no terreno, embora tenha sido o primeiro padrão a ser eliminado pelos agregados por questões de ordem prática, mas também por não ter correspondência com o modo de vida local.
- d. Tipologia individualizada – As alterações posteriores indicam que apesar de participado, este processo teve uma abrangência muito circunscrita, foi demasiado controlado pelo arquitecto que definiu a priori os “padrões” que se revelaram pouco representativos da realidade local.
- e. Construção “passo a passo” – Pode ser uma alternativa à construção industrial estandardizada, permitindo ajustamentos durante o processo construtivo, não foi, no entanto, possível reproduzi-lo posteriormente por falta de apoio especializado. Os agregados recorreram a técnicas e processos construtivos existentes e disponíveis.
- f. Controle de custos – Apenas foi apenas possível devido à pequena dimensão da experiência.
- g. O ritmo humano – Aparentemente reforçou os laços entre os agregados e as suas casas, tanto que todos aí permaneceram.

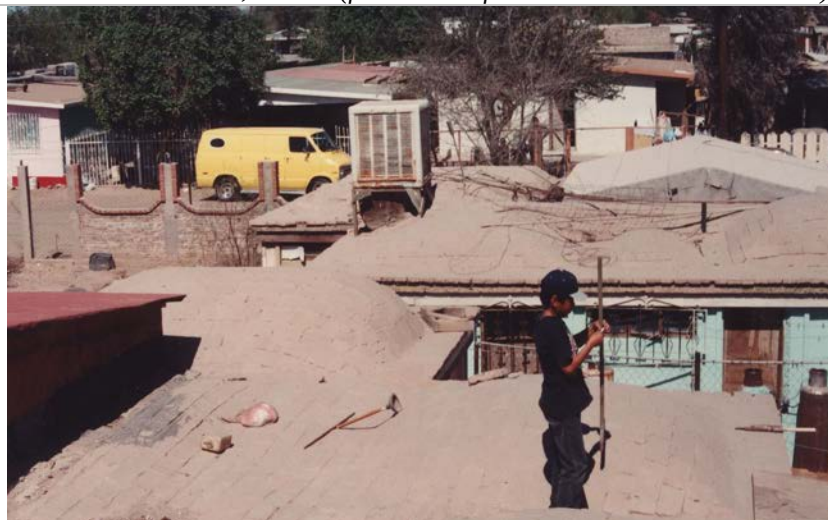
Vinte anos depois Christopher Alexander faz também uma reflexão importante sobre os resultados nas vertentes humanas e sociais da experiência da aplicação deste sistema de produção de habitação social, na citada entrevista a Ruesjås refere. “Esse é o principal problema com a nossa produção habitacional, é que na

verdade não liberta as pessoas, torna-as prisioneiras de da sua própria psique. Por outras palavras, num tipo de mundo as pessoas têm mais oportunidade de ser libertadas e noutro tipo de mundo elas não têm, não é apenas o mundo físico que é responsável por isso, obviamente, existem muitos outros factores, por exemplo, os aspectos sociais, educação, dinheiro, família, vida e assim por diante. Há muitas coisas que desempenham um papel nisso, mas a estrutura da envolvente ambiental é muito importante.”

Ilustração 27.....*Vistas originais interior: Mexicali, México (fot. Christopher Alexander)*



Ilustração 28.....*Vista exterior: Mexicali, México (fot. Press information: Hands on Urbanism)*



Vista exterior: Mexicali, México (fot. Press information: Hands on Urbanism)Ilustração 29



3.1.4. Banco Grameen: Housing Project, Bangladesh, 1984-contínuo

O Programa de Habitação do Banco Grameen evoluiu a partir do “Grameen Bank Project”, com início em 1976 em Jobra no Bangladesh e que consistia na atribuição de empréstimos à população mais pobre do Bangladesh com o objectivo de aumentar os seus rendimentos e melhorar o seu nível de vida.

Os resultados foram bem-sucedidos, os rendimentos dos beneficiários dos empréstimos aumentaram e foram capazes de reembolsar o banco com juros.

O responsável pela construção deste projecto foi Mohammed Yunus, então Diretor do Programa de Economia Rural do Departamento de Economia da Universidade de Chittagong, Bangladesh .

A população alvo deste projecto era a população rural que representava 85% da população do Bangladesh, desta, 60% não tinha terra ou tinha menos de meio acre. Eram famílias que viviam em situações muito precárias com a agravante de estarem sujeitas a difíceis condições climáticas, com frequentes cheias e ciclones. Para além da agricultura, esta população dedicava-se à tecelagem, fabricação de esteiras, pequeno comércio, criação de cabras ou ovelhas, criação de pombos, costura, descasque de arroz e produção cerâmica, mas não tinha dinheiro para comprar ferramentas e matérias-primas.

O Banco concedia crédito para o desenvolvimento de atividades geradoras de rendimento, preferencialmente atividades não agrícolas, a uma taxa de juro de 16% sem exigência de garantias. Por serem extremamente pobres, as famílias só teriam possibilidade de contrair empréstimos no sector informal a taxas muito mais altas.

Para contornar o problema da garantia, o Banco exigia, no entanto, que os candidatos a empréstimo se organizassem num pequeno grupo de cinco pessoas: “O Grupo fornece uma garantia sob a forma de disciplina mutuamente exercida e de vigilância para assegurar que os empréstimos dos membros do grupo são reembolsados atempadamente, uma vez que, se não forem é o grupo que sofre. No início de um grupo não são concedidos empréstimos a todos os membros do grupo ao mesmo tempo, garantindo assim a pressão dos pares dentro do grupo. A falha de um membro de um grupo levaria a pôr em causa a possibilidade dos outros membros do grupo de virem a obter empréstimos.” (NORTON, 1989; p5/6, tradução livre)

A elegibilidade de um indivíduo – apenas era permitida a candidatura de um indivíduo por agregado – para o crédito com vista ao desenvolvimento de uma atividade produtiva geradora de rendimento dependia assim de:

- a. possuir menos de meio acre de terra e ter um património total com valor inferior a meio acre de terra de média qualidade;
- b. estar integrado num grupo de 5 pessoas.

Os empréstimos podiam ser concedidos ao grupo ou a um indivíduo – mas era sempre o indivíduo que era responsável – por um período de um ano e eram pagos semanalmente (2% de cada vez) nas reuniões semanais. Para além do pagamento do empréstimo, os membros tinham de depositar 1 Taka (US\$1/30) por semana para a sua poupança pessoal na conta do grupo, “Group Fund Account”, e cada vez que um membro do grupo recebia um empréstimo teria de depositar 5% nessa conta, ou seja, uma taxa pela sua filiação. Os membros podiam pedir emprestado a este fundo por decisão do grupo. Para além disto cada membro pagava semanalmente $\frac{1}{4}$ da taxa de juro para o

fundo de emergência, espécie de seguro contra falta de pagamento, morte, invalidez, acidente ou desastres naturais. Exceto em situações excepcionais, o máximo de empréstimo era de US\$166.

O Banco estava organizado segundo uma estrutura em árvore: vários grupos formavam um Centro (2 a 10 grupos), onde aconteciam as reuniões semanais lideradas pelo chefe do Centro que era responsável pelo cumprimento das regras do Banco; cada Centro era acompanhado por um assistente (GB Branch Assistant), o qual podia acompanhar até 10 Centros e uma média de 300 pessoas, estando integrado numa filial/agência (“Branch Office”), filial que podia abranger até 60 Centros e perto de 20 aldeias; 10 filiais formavam uma Agência de Área (“Area Office”), integrada por sua vez numa Agência de Zona (“Zonal Office”). Esta podia abranger cerca de 8 Agências de Área e já tinha bastante autonomia. No topo da pirâmide, encontrava-se a Sede (“Head Office”) situada em Dhaka.

Em Março 1989, o Grameen Bank tinha 53 570 membros em 11 793 aldeias, 571 filiais, 21 612 Centros, dos quais 18 831 de mulheres e 2781 de homens.

Os membros do Banco elaboraram e tinham de seguir o Manifesto intitulado “As dezasseis decisões”

Em função dos resultados obtidos, o Banco Grameen foi aceite legalmente como um banco independente em 1983. Inicialmente, os fundos vinham do banco central do Bangladesh e de doadores internacionais. Em 1983, 60% do capital social era realizado pelo Governo e 40% pertencia aos mutuários do banco.

Em 2015, o Grameen tinha 2568 agências, com 21 751 funcionários servindo 8,81 milhões de mutuários em 81 392

aldeias. Recolhia uma média de US\$1,5 milhões de pagamentos semanais por dia. Dos mutuários, 97% eram mulheres e mais de 97% dos empréstimos foram pagos, uma taxa de recuperação mais elevada do que em qualquer outro sistema bancário. A metodologia desenvolvida pelo Banco Grameen é aplicada em projectos em 58 países, incluindo os EUA, Canadá, França, Holanda e Noruega. (tradução direta e livre do site do Banco)

Em 1984, o Banco decidiu alargar o seu apoio à construção de casas oferecendo crédito aos seus membros, maioritariamente mulheres, para o efeito.

O Banco recebeu dois prémios com relevância internacional: o “Aga Kahn Award for Architecture Projects” em 1989 e o “World Habitat Award” em 1998.

De acordo com a Building and Social Housing Foundation (BSHF), que atribuiu este último prémio, os objectivos iniciais do programa habitacional do Banco Grameen, programa, que define como uma parceria entre o sector privado e a comunidade local, seriam:

- a. colocar a habitação ao alcance dos pobres rurais;
- b. apoiar a construção de casas que são duráveis, seguras e com um custo de manutenção acessível;
- c. projectar uma construção que utiliza apenas as competências técnicas e os materiais disponíveis localmente;
- d. contribuir para o bem-estar e orgulho dos agregados, a fim de reforçar e manter a sua motivação para o desenvolvimento de actividades económicas.

Ainda segundo a mesma organização, os fatores inovadores do projecto são:

- a. fornecimento de pequenos empréstimos com base na confiança mútua e apoio dos pares como garantia de reembolso;
- b. concessão de empréstimos a um custo acessível para a construção de habitação permanente e resistente a desastres naturais;
- c. inclusão social das mulheres através do autoemprego e do acesso ao crédito.

Considera que o projecto tem um impacto social considerável pois conseguiu tirar da miséria milhões de famílias através da atribuição de crédito apenas com base na confiança mútua, na responsabilidade e na participação dos mutuários, beneficiando especialmente as mulheres que não tinham acesso às instituições financeiras e que é um projecto financeiramente sustentável, já que desde 1995 o Banco, por decisão própria, já não recebe empréstimos ou doações.

Como prova do sucesso da operação, a BSHF refere ainda que este modelo é replicado em 59 países por todo o mundo e as Nações Unidas declararam 2005 o Ano Internacional do Microcrédito.

Nos primeiros cinco anos do programa, 44 500 casas foram construídas e 98% dos participantes tinham pago os seus empréstimos.

Habitações: Projecto tipo.

Projecto: 1984.

Construção: contínua.

Área inicial: ~20m² (lote 50m²).

Área ampliada: 2º piso.

Materiais: Pilares pré-fabricados de betão *in situ*; bambu; madeira; materiais todos de produção local excepto ferro e

cimento comprado localmente.

Construção: predominante autoconstrução.

O desafio: Construção massiva de habitações modestas, a um preço acessível aos pobres, assente num processo participativo que pode ser replicado exaustivamente.

A solução: Com um empréstimo de aproximadamente US\$ 350 a 5% de juros, cada mutuário recebe um projecto tipo, quatro pilares de betão, uma laje sanitária pré-fabricada (turca) e 26 telhas de chapa ondulada.

Vista original interior: Bangladesh (fot. Banco Grameene)..... Ilustração 30



À medida que os rendimentos dos agregados aumentavam, tornou-se evidente a necessidade de uma casa melhor. A casa não funcionava apenas como abrigo, mas também como local de trabalho, estando os agregados maioritariamente em situação de autoemprego.

Foi difícil conseguir autorização do governo para financiar este programa, que foi recusado 3 vezes. Em primeiro lugar porque se considerou que o montante a emprestar não seria suficiente

para construir uma casa, passando o Banco a designar a construção como um abrigo. Foi rejeitado novamente pois considerou-se que os mutuários não iriam conseguir pagar um empréstimo que não gerava rendimento, ao que o Banco respondeu que o empréstimo serviria para construir oficinas, uma vez que os candidatos trabalhavam em casa. E mais uma vez foi rejeitado. Depois de muita insistência, o banco central questionou se Yunus achava que os empréstimos iam ser pagos, ao que ele respondeu: “Sim, eles irão pagar. Ao contrário dos ricos, os pobres não podem correr o risco de não pagar. Esta é a única oportunidade que têm.” (tradução livre, YUNUS 2007, p128 a 130)

Neste programa, o empréstimo podia situar-se entre US\$250 e US\$600, a taxa de juro era de 5%, muito mais baixa que a aplicada às atividades produtivas, e o reembolso era feito a uma taxa de 1000TK por ano. Para pagar, os agregados contavam com os rendimentos da atividade que desenvolviam a partir dos primeiros empréstimos. Este crédito destinava-se apenas aos membros cumpridores, mas para além da construção de uma nova casa também podia ser utilizado para reabilitação de casas existentes e para comprar o terreno.

Os empréstimos para habitação estavam restringidos às filiais que tivessem pelo menos 2 anos, cujos centros tivessem provado ser cumpridores, ter os pagamentos em dia e ter demonstrado competência na contabilidade e tarefas oficiais.

Por sua vez, os empréstimos estavam também restringidos aos indivíduos que estivessem em centros com instalações próprias e com pelo menos 2 anos, que tivessem demonstrado ser disciplinados, ter os pagamentos em dia, que não tivessem praticado pagamento de dote, que tivessem adoptado e aplicassem as decisões do Manifesto. O centro, de onde partia o

requerimento, tinha de declarar assumir a responsabilidade de pagar em caso de incumprimento dos indivíduos, de dar assistência e de liquidar as contas.

Para os indivíduos, o empréstimo para habitação tinha de ser um segundo empréstimo, e estes tinham de ter os pagamentos em dia e cumprir todas as regras, serem proprietários do terreno, caso contrário tinham de comprar ou receber o título (normalmente eram as mulheres que se candidatavam ao crédito e o marido que possuía a terra).

Os indivíduos tinham de apresentar vários elementos: estimativa do empréstimo e detalhe das despesas; o tipo de casa que pretendiam; as condições em que viviam anteriormente; o título de propriedade do terreno; a fonte de rendimentos; e o calendário de pagamentos. Tinha de assinar um título de garantia onde se comprometiam a pagar o empréstimo, os juros e as outras taxas semanalmente, declaravam a aceitação das condições, comprometiam-se a terminar a construção em 15 dias, incluindo a latrina, a utilizar o empréstimo de acordo com o definido, bem como a não vender a casa antes de pagar o empréstimo.

Dava-se preferência aos mais necessitados, por exemplo vítimas das cheias, e à construção de várias habitações organizadas em grupo em detrimento de construções dispersas.

Projecto Tipo: Bangladesh (peças desenhadas Banco Grameene) s/ escala..... Ilustração 31

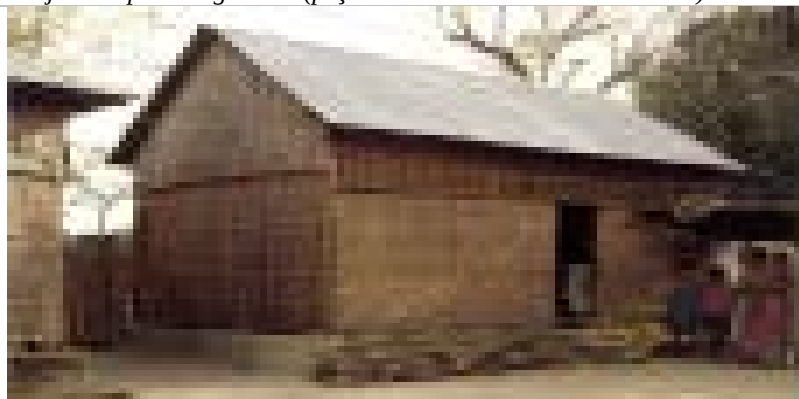


Ilustração 32..... *Construção Turcas: Bangladesh (fot. Banco Gramenne)*



O programa abrangia várias regiões, com diferentes climas e consequentemente soluções construtivas e uma arquitectura distintas.

Na generalidade, os alojamentos rurais tradicionais do Bangladesh são ocupados por um agregado, têm quase sempre 1 piso com 1 ou 2 divisões, e estão implantados no terreno formando grupos. As casas podem ter anexos para funções específicas – cozinhar, trabalhar ou guardar os animais. A ou as divisões são usadas para dormir, guardar roupa e as ferramentas de trabalho, os alimentos, e ainda podem ter uma zona para o trabalho e um altar.

São retangulares de 6 a 28 m², com um telhado bastante inclinado de duas ou quatro águas de acordo com a tradição regional, e assentam sobre uma plataforma sobrelevada em terra, com altura superior à média das cheias.

Podem ter ou não ter janelas, e quando têm normalmente são bastante pequenas: uma abertura na treliça de bambu ou quando maiores, protegidas por grelha de ferro, fechando por dentro com portadas de madeira. Podem ter uma ou duas portas (quando têm 2 divisões), em esteiras de bambu ou madeira. Por

vezes têm tecto falso abaixo das treliças, servindo de arrumo.

A estrutura é leve, em madeira ou bambu, os paramentos são também muito leves em esteiras de bambu ou varas de juta, e podem ser rebocados com barro dependendo da orientação e circunstâncias. A cobertura é de colmo. Havendo disponibilidade financeira, a cobertura e os paramentos são de chapa ondulada e a estrutura é de madeira, mas esta solução não é aconselhável por causa do peso da cobertura, das térmitas e das inundações. Bambu e juta são as melhores soluções, mais fáceis de substituir e transportar em situações de risco. No entanto, o bambu tornou-se muito caro porque tem de ser importado, a juta é uma solução mais acessível, mas menos durável.

Também são utilizadas paredes em taipa ou adobe, ou ainda tijolos maciços nas zonas onde não há cheias, com coberturas em colmo ou chapa ondulada. Por vezes, para maior resistência às cheias são colocados pilares nos cantos das construções.

O programa habitacional do Banco Grameen adotou as soluções da arquitectura tradicional embora com algumas exigências no que diz respeito à resistência e durabilidade da construção pelo que definiu determinados requisitos, nomeadamente que a cobertura fosse em chapa ondulada suportada por 4 pilares de betão armado.

Também exigia que os beneficiários conseguissem construir eles próprios a casa com pouca ou nenhuma assistência técnica. Por exemplo, os proprietários tinham de transportar os pilares (dois cabem numa carrinha tipo riquexó, e três homens podem transportar um).

O proprietário tinha de construir pelo menos 20 m², tendo em conta que a casa podia ser posteriormente ampliada e/ou

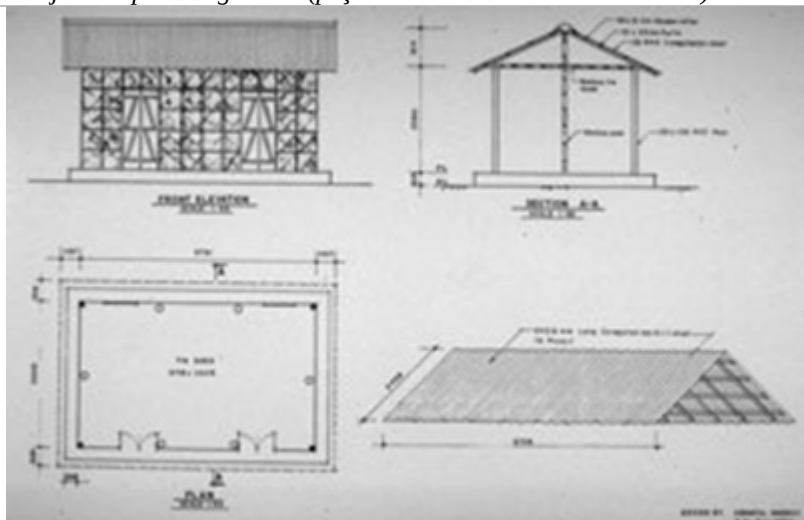
modificada de acordo com as necessidades e possibilidades do agregado.

Os 4 pilares de betão armado para os cantos eram produzidos pelo Banco, os pilares adicionais eram fornecidos pelo proprietário no material que ele pudesse pagar (bambu, madeira ou betão). As 18 chapas onduladas para cobrir a estrutura de madeira ou bambu do telhado, que se apoiava nos pilares eram obrigatoriamente compradas no mercado livre local. Os paramentos eram escolhidos pelo proprietário, assim como o número e tipo de portas e janelas (mas deviam abrir para dentro), o embasamento (geralmente feito numa mistura de barro e esterco de vaca) era também da responsabilidade do proprietário.

Para a produção dos pilares foram criadas unidades de negócio. O Banco procurou que todos os materiais fossem produzidos localmente e a partir de matéria-prima local. Mas não conseguiu criar unidades para produção das chapas onduladas, pelo que tinham de ser compradas no mercado local.

Desde 1988, o programa exigia a construção de uma latrina sifonada com material fornecido pelo Banco, mas a localização não era definida.

Ilustração 33...... *Projecto Tipo: Bangladesh (peças desenhadas Banco Grameene) s/ escala)*



O sistema estrutural é baseado num módulo padrão, e os materiais de construção pré-fabricados são produzidos em massa e disponibilizados a preços baixos. As famílias constroem as próprias casas.

Construção Pilares: Bangladesh (fot. Banco Grameene).....Ilustração 34



Outros materiais de construção são adquiridos, conforme necessário.

Construção Turcas: Bangladesh (fot. Banco Gramenne).....Ilustração 35



O empréstimo concedido para a Basic House era de 10 000TK (US\$333) – ou de 18 000TK para a Standard House - desagregado da seguinte forma:

- | | |
|------------|--------|
| a. Pilares | 1300TK |
|------------|--------|

b. Chapas	5000TK
c. Latrina	500TK
d. Estrutura do telhado e outros materiais	3200TK

Isto perfazia US\$16,6/m² (incluindo latrina), e contava-se que tivesse custos de manutenção mínimos (essencialmente para substituição de paramentos), tendo um custo aproximado ao dos alojamentos temporários que algumas organizações ofereciam em situações de crise (NORTON, 1989)

O empréstimo da casa representava menos de 10% do rendimento dos agregados.

A evolução: Em 1989, tinham sido construídas 44 500 casas e quase 100% pagas ao Banco. Dez anos depois, o montante emprestado chegava aos 190 milhões de dólares e 560 000 casas, quase todas pagas.

Em 2005, o montante máximo determinado para o empréstimo de habitação era de 15 000TK (US\$ 218) a ser reembolsado ao longo de um período de 5 anos em parcelas semanais. A taxa de juro era de 8%. Já foram construídas 647 130 casas com os empréstimos à habitação.

O Banco desenvolveu, entretanto, outros projectos de empreendedorismo social e diversificou as suas áreas de negócio na lógica do microcrédito, destacando-se o Village Phone Program, também este especialmente dedicado às mulheres, que ganhou o prémio “Petersberg Prize 2004” da Development Gateway Foundation, EUA, premiando o esforço do Banco Grameen em levar as tecnologias de informação e comunicação aos pobres.

Em 2006, o banco e o seu fundador receberam o Prémio Nobel da Paz.

A avaliação que consta do documento elaborado por Norton considera que estas construções são um bom ponto de partida para a construção de uma boa casa. Os materiais e tecnologia respondem aos principais problemas identificados – protecção da chuva, das inundações e das térmitas – e estão perfeitamente adaptados aos utilizadores e são por eles reconhecidos como boas soluções.

Os aspectos negativos apontados neste documento são: não ter sido possível utilizar apenas materiais locais, sendo a escassez de madeira e de bambu uma preocupação; o tempo de vida dos materiais relativamente à duração do empréstimo; e a durabilidade dos materiais secundários.

Conclui dizendo que os resultados, em conjunto com o crédito ao desenvolvimento da atividade económica, parecem ser bons pois começam a fazer-se melhoramentos nas casas, tais como ampliações, alpendres, melhores janelas, cimentar o chão, que representam 4 a 5 vezes o investimento inicial. Para os moradores, de acordo com entrevistas realizadas, a sua situação melhorou porque os objectos estão mais salvaguardados das inundações e dos ladrões, há menos doenças, melhores condições para trabalhar, mais dignidade social e aumento das capacidades por aumento da “força mental”.

Vista exterior: Bangladesh (fot. Banco Grameene)Ilustração 36



Os principais aspectos positivos referidos pelo fundador são:

- a. Dar crédito aos pobres, o que é melhor que a caridade pois permite-lhes iniciar um negócio com alguma liberdade de escolha, mobilidade social e autoconfiança;
- b. Dar mais poder às mulheres, mais desprotegidas pelo sistema, mas mais cumpridoras e mais orientadas para a família;
- c. Ensinar a democracia através do próprio sistema criado pelo Banco e incentivar ao envolvimento na vida política do país.

"Foi inicialmente dado igual acesso aos regimes às mulheres, que provaram não só ser mutuários de confiança, mas também empreendedores astutos. Como resultado, elas aumentaram o seu *status*, diminuíram a dependência dos seus maridos e melhoraram as suas casas e os padrões nutricionais dos seus filhos. Hoje, mais de 90% dos mutuários são mulheres. "

(tradução livre)

Apesar de largamente aplaudidos internacionalmente, estes projectos e programas, desenvolvidos no quadro do microcrédito têm sido alvo de muitas críticas, nomeadamente: o endividamento insustentável das famílias; o de não contribuir para melhorar a situação socioeconómica dos países; e o de contribuir para o não cumprimento das obrigações sociais dos Estados.

No caso do sistema montado pelo Banco Grameen, também pode ser questionado o poder do Banco, que vai muito para além da sua função, entrando na esfera do doutrinamento dos

membros, e o próprio sistema de funcionamento em grupos como forma de garantia.

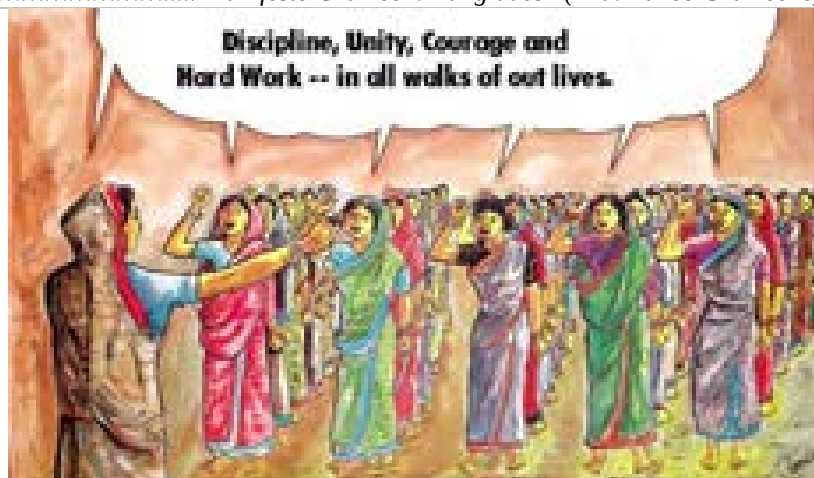
"A disciplina intensiva, a supervisão e a prestação de serviços caracterizam as operações do Grameen Bank, que são realizadas por "bancários de bicicleta" em filiais com considerável autoridade delegada. A rigorosa selecção dos mutuários e dos seus projectos por parte dos bancários, a forte pressão dos pares exercida sobre estes indivíduos dentro dos grupos e o regime de reembolso baseado em 50 prestações semanais contribuem para a viabilidade operacional deste sistema bancário rural destinado aos pobres. A poupança também foi incentivada. Segundo o esquema, 5 por cento dos empréstimos e a cada semana mais 5Tk são creditados num fundo de grupo." (tradução direta e livre do *site* do Banco)

O Manifesto: “As dezasseis decisões”

1. Os quatro princípios do Banco Grameen – disciplina, unidade, coragem e trabalho duro – devemos seguir e promover em todos os caminhos das nossas vidas;
2. Devemos trazer às nossas famílias prosperidade;
3. Não devemos viver em casas degradadas. Devemos reparar as nossas casas e trabalhar para construir novas casas com a maior brevidade;
4. Devemos cultivar vegetais durante todo o ano. Devemos comer muitos e vender o excedente;
5. Durante a época de plantações, devemos plantar o maior número de sementes possível;
6. Devemos planear manter a família pequena, minimizar as despesas e olhar pela nossa saúde;
7. Devemos educar os nossos filhos e assegurar que podem ganhar para pagar a sua própria educação;

8. Devemos manter as nossas crianças e a envolvente limpas;
9. Devemos construir e usar as latrinas;
10. Devemos beber água da torneira, se não estiver disponível, devemos ferver a água ou usar alúmen;
11. Não devemos pedir nenhum dote no casamento do nosso filho nem dar nenhum dote no casamento da nossa filha. Devemos manter-nos livres da maldição do dote. Não devemos praticar casamento entre crianças;
12. Não devemos infligir injustiças nem permitir que alguém o faça;
13. Para ter rendimentos mais elevados devemos colectivamente realizar maiores investimentos;
14. Devemos estar sempre prontos para ajudar o outro se alguém estiver em dificuldades, todos devemos ajudar;
15. Se soubermos de alguma quebra de disciplina em algum centro, devemos ir todos para lá e ajudar a restabelecer a disciplina;
16. Devemos introduzir o exercício físico em todos os centros e participar colectivamente em todas as atividades sociais.

Ilustração 37..... *Manifesto Grameen: Bangladesh (Ima. Banco Grameene)*



3.2. Desenvolvimento do Trabalho

Projectos desenvolvidos ao longo de meio século, todos construídos, que conclusões poderemos tirar das opções tomadas?

Em que medida as estratégias adoptadas contribuíram para a melhoria das condições de vida dos agregados?

Há identificação com o modelo de casa proposto?

Como se caracterizam as etapas de evolução das casas?

Os habitantes da fase inicial ainda permanecem hoje?

A transposição do “léxico arquitectónico” das preexistências para o novo bairro e as ampliações que foram realizadas para além da volumetria preestabelecida reflectem a realidade, uma realidade diferente para cada situação.

Os quatro casos abordados têm quase todos em comum: a participação dos envolvidos no projecto e na construção; serem de desenvolvimento horizontal; genericamente ter havido melhoria das condições de vida para além do conforto habitacional; não terem originalmente problemas de marginalidade significativos; e são em países em vias de desenvolvimento.

Contudo, globalmente esta não é a verdade banal, como aliás se pode constatar na realidade nacional. Há inclusive realidades distintas para o mesmo método utilizado, nos casos estudados e que queríamos estudar.

3.2.1. Caso de Estudo – Elemental: Renca e Barnechea – Trabalho de Campo

Inicialmente as opções eram por fazer incidir o trabalho de campo em Santiago, Lo Espejo e Iquique, Quinta Monroy. Localmente chegou-se à conclusão que as condições em Santiago apontavam para Renca, mantendo-se a Quinta Monroy.

Refiro o caso de Lo Espejo em Santiago, em que os problemas de marginalidade persistiram com as consequências inerentes e o caso paradigmático da Quinta Monroy em Iquique, que era inicialmente o caso de estudo que tinha sido programado e que não pode ser realizado por manifesta falta de condições mínimas de segurança.

Os estudos desenvolvidos relativamente à componente experimental decorreram em Santiago, Chile, incidindo nos projectos desenvolvidos em Renca e em Barnechea, com características relevantes para o estudo. Estes foram investigados por análise directa no atelier e por entrevistas com dois dos arquitectos envolvidos com participação a dois níveis distintos, direcção e trabalho directo.

Ao todo foram observados dois bairros e quinze unidades habitacionais, num mês e meio. As envolventes foram analisadas por observação directa e entrevistas a trinta e oito residentes, os espaços públicos exteriores foram analisadas por observação directa e entrevistas aos dirigentes, os espaços exteriores privados e as habitações foram analisadas por observação directa e entrevistas aos moradores, assinalou-se o padrão de ocupação e de utilização, o que permitiu observar a satisfação destes.

O conjunto de dados e informações obtidos ao longo do trabalho de campo, foi tratado e permitiu chegar às conclusões que se

apresentam.

3.2.1.1. Preparação

Optou-se por apresentar a preparação do trabalho de campo de forma resumida, como inicialmente foi feito, de seguida, no relatório apresenta-se o porquê das alterações.

Objecto de estudo: habitação, pobreza e auto-construção.

O que se quer saber: capacidade da habitação própria na redução de pobreza.

Instrumentos: entrevistas (inquérito por entrevista), análise de projecto, análise estatística, observação do terreno.

1. Objectivos de trabalho de campo:

- a. Dialogar com actores envolvidos: actores sociais, actores políticos, actores técnicos, instituições;
- b. Caracterização/diagnóstico: indicadores urbanísticos, sócio-demografia;
- c. Diagnosticar problemas: espaciais, económicos, sociais;
- d. Diagnosticar potencialidades: espaciais, económicas, sociais;
- e. Avaliar dinâmicas em evolução: sentido de lugar, apropriação do espaço, relações de vizinhança.

2. Recolha de informação

- a. Estatística;
- b. Legislação;
- c. Projecto Quinta Monroy e Lo Espejo;
- d. Projecto de arquitectura;
- e. Fotografias: antes, durante e depois;

- f. Processo de obra (ênfase nos documentos sobre a participação dos moradores).

3. Entrevistas

- a. Entrevista a Alejandro Aravena e Gonzalo Arteaga;
- b. Entrevistas a moradores;
- c. Inquirição junto de outros residentes na mesma zona.
- d. Idealmente percorrer as redondezas e falar com as pessoas em estabelecimentos de restauração e comércio. Estas conversas focam-se em duas questões apenas:
 - a. O que achou do projecto?
 - b. Gostava de morar na Quinta Monroy/Lo Espejo?

4. Observação

- 4.1. Estrutura física – Observação e levantamento fotográfico da ocupação do bairro: estacionamento, tratamento das fachadas (todas), localização de actividades não residenciais (serviços, comércio ou associativas), estado de conservação, investimentos populares no tratamento dos espaços públicos, etc. Sempre que possível pedir para entrar nas casas.
- 4.2. Estrutura social – Observação e levantamento fotográfico de dinâmicas sociais (como as pessoas usam o espaço público).
- 4.3. Envolvente – Levantamento das redes de comércio, serviços e equipamentos de educação, saúde e segurança pública na envolvente do bairro.

3.2.1.2. Relatório

- 1. Chegada a Santiago, curta visita (reconhecimento) à cidade.
- 2. Primeiro contacto com a Elemental, apresentação a Alejandro Aravena, reunião com Gonzalo Arteaga (chefe de

atelier) para discutir e acertar plano de trabalhos e obter contactos. Início do trabalho de recolha de informação de projecto.

3. Visitas de reconhecimento a: Santiago la Pintana; Santiago Pudahuel; Santiago sedes sociais Barnechea, Pudahuel e Renca.
4. Visitas de reconhecimento e início de tentativas de contactos a: Santiago Barnechea; Santiago Lo Espejo; Santiago Renca. Houve muita dificuldade nos contactos locais por questões de desactualização de informação fornecida, por mudanças de dirigentes e por questões de ordem social.
5. Assim, para as três situações de trabalho de campo aprofundado recomendadas, optou-se por Renca por parecer reunir as melhores condições, definitivamente abandonou-se Lo Espejo por falta de condições e, dadas as características duma das dirigentes de Barnechea, decidiu-se (no tempo disponível) alargar o trabalho de campo.
6. Todas as tentativas de contactos locais quanto a Iquique Quinta Monroy, revelaram-se infrutíferos, não só neste período mas até ao fim da viagem.
7. Trabalho de campo em Renca. Grande entrevista a dirigentes, doze entrevistas de fundo a residentes documentadas (desistiu-se duma por não se ter tido acesso programado à habitação), trinta entrevistas breves a residentes, vinte entrevistas breves de vizinhança.
8. Houve muito tempo de espera, decorrente da dificuldade em proceder ao trabalho nos horários agendados previamente com as pessoas o que obrigou, logo a partir do segundo dia, a uma reformulação do plano de trabalhos, prevendo tempos intercalares largamente superiores bem como trabalho de campo nocturno. Isto, a opção de alargar o trabalho de campo a dois casos e a necessidade de adaptar diariamente o plano de trabalhos, levou a que não se conseguisse produzir

- o tratamento prévio da informação, previsto para o período nocturno, o que teve de ser feito em Lisboa.
9. Elemental trabalho de recolha de informação de projecto e entrevistas.
 10. Trabalho de campo em Barnechea. Grande entrevista a dirigentes, seis entrevistas de fundo a residentes documentadas (desistiu-se de duas por não se ter tido acesso programado à habitação), vinte entrevistas breves a residentes, dezoito entrevistas breves de vizinhança.
 11. Houve muito tempo de espera bem como algum trabalho de campo nocturno. Isto, a opção de alargar o trabalho de campo a dois casos e a necessidade de adaptar diariamente o plano de trabalhos, levou a que não se conseguisse produzir o tratamento prévio da informação, previsto para o período nocturno, o que teve de ser feito em Lisboa.
 12. Elemental trabalho de recolha de informação de projecto e entrevistas.
 13. Partida para o Norte em direcção a Iquique. Visita de reconhecimento a Valparaíso. Foi um total insucesso pois não se conseguiu encontrar a localização no tempo disponível e, ou se retardava a viagem para Norte pondo em causa a restante agenda, ou se abandonava este reconhecimento, o que acabou por ser a opção.
 14. Viagem para Norte, Iquique.. Chegada a Iquique, visita de reconhecimento e início de tentativas de contactos (infrutíferas) na Quinta Monroy.
 15. A condição social vivenciada neste bairro (marginalidade), tornou o trabalho da grande entrevista a dirigentes, as entrevistas de fundo a residentes documentadas e as entrevistas breves a residentes, impossíveis pois, um primeiro contacto com um hipotético dirigente revelou-se muito complicado e dissuasor da prossecução do trabalho. Assim procedeu-se unicamente ao trabalho de

reconhecimento e a vinte entrevistas breves de vizinhança pois não havia tempo para tentar ganhar, em alternativa, a confiança dalgum outro residente, localmente reconhecido, não se sabendo mesmo se seria possível. Decidiu-se assim, tentar fazer uma visita de reconhecimento a Atofagasta.

16. Viagem para Antofagasta. Chegada a Antofagasta, visita de reconhecimento, seis entrevistas breves a residentes e dez entrevistas breves de vizinhança.

17. Viagem para Santiago. Partida para Lisboa.

Conclusão: Inicialmente as opções eram por fazer incidir o trabalho de campo em Santiago Lo Espejo e Iquique Quinta Monroy. Localmente chegámos à conclusão que as condições em Santiago apontavam para Renca, mantendo a Quinta Monroy mas dadas as dificuldades em conseguir contactar Iquique e as características atrás referidas quanto à dirigente de Barnechea, por segurança, decidimos avançar também com o trabalho de campo neste, o que veio a revelar-se providencial.

Assim, o trabalho de campo desenvolvido em Santiago excedeu largamente o previsto sendo que o previsto para Iquique ficou muito aquém do que se pretendia. Contudo, globalmente, o trabalho excedeu as expectativas planeadas.

Quanto ao trabalho desenvolvido na Elemental, contou-se com um muito simpático apoio, nomeadamente quanto à disponibilização e acesso à informação, embora condicionado, nas entrevistas, às disponibilidades num atelier muito atarefado.

Assim, não se conseguiu entrevistar o Alejandro Aravena, pois após lhe termos sido apresentados, viajou para a China. Fizeram-se duas grandes entrevistas, uma ao Gonzalo Arteaga e outra ao Juan Cerda que participou directamente nos projectos de Renca e Barnechea.

3.2.1.3. Guiões – Resumos

3.2.1.3.1. Guião – Resumo Entrevista Alexandro Aravena

Modelo de entrevista semi-directiva: colocação de perguntas relativamente gerais, de cuja resposta depende a intervenção do entrevistador para orientar a conversa para os tópicos que pretende abordar. As perguntas devem por isso ser curtas e nada dúbias, de modo a que a resposta seja directa e não influenciada pelas reflexões ou pré-conceitos do entrevistador.

Tempo de entrevista: A) Este modelo permite restringir a entrevista a 1 hora (tempo geralmente concedido com facilidade) com assertividade do entrevistador na manutenção da direcção da conversa. B) O tempo ideal para a entrevista é de 1h30 a 2 horas, não sendo aconselhável informar o entrevistado de mais do que 1h30. C) A mesma estrutura facilmente alarga a entrevista a várias horas, cabendo então ao entrevistador explorar as pistas fornecidas pelo entrevistado no desenvolvimento da informação desejada sobre cada questão colocada.

Realização da entrevista: Privilegiar um contexto de entrevista «à porta fechada» e evitar espaços com outras pessoas e actividades. A) Levar um guião simplificado numa só página para controlar o rumo da conversa e o tempo. B) Estar atento aos sinais do entrevistado relativamente à disponibilidade de tempo (olhar relógio, mexer o corpo ou objectos) de modo a apressar ou alongar as questões em conformidade. C) Colocar o gravador perto do entrevistado e não do entrevistador. D) Atenção ao ruído: janelas abertas, risos, sobreposição de perguntas e respostas, etc. E) Terminar entrevista solicitando esclarecimento de dúvidas, pessoalmente ou via e-mail de modo a ter oportunidade de retomar as questões que possam ter ficado mal esclarecidas e tomem relevância no decurso da tese. F) Não esquecer de obter consentimento para citação da entrevista, preferencialmente durante a gravação ou por escrito.

Sobre a ideia

1 – Qual a origem do projecto para a Quinta de Monroy? Foi solicitado ou investimento de Aravena?

(Objectivo: situar interesse dos agentes envolvidos)

2 – Quais foram as motivações (pessoal ou do promotor) e as directrizes do projecto?

(Objectivo: hierarquizar preocupações (sociais, económicas, disciplinares)

3 – Houve algum trabalho de investigação à priori do projecto, quer no que respeita a estudos de caso similares, quer no que respeita a pesquisas de cariz teórico?

(Objectivo: enquadramento disciplinar e pistas para aprofundamento da tese de doutoramento).

Sobre o projecto

4 – Sobre a «meia casa», quais os critérios para definir a metade que os habitantes não fariam sozinhos?

(Objectivo: hierarquizar condicionantes (sociais, económicas, culturais, legislativas) e perceber se uma alteração do contexto sociocultural significaria a construção e outra metade).

5 – O que quer dizer com «DNA da classe média»?

(Objectivo: localizar os referenciais construtivos do Chile, na medida em que noutro país as leituras sociais de localização, fachada, compartimentos, dimensões, etc., podem ser distintos.

6 – O desenho do projecto evidencia a construção de estrutura e vazios. Houve alguma premeditação no controlo do espaço e do objecto formal?

(Objectivo: avaliar os constrangimentos à «autoconstrução»)

7 – Os espaços vazios foram dotados de regras de preenchimento

previamente estabelecidas? Quais foram, porque foram determinadas e por quem?

(Objectivo: avaliar os constrangimentos à «autoconstrução»)

Sobre o processo

8 – Quais as metodologias usadas para envolver a população residente e como correram?

(Objectivo: avaliação da adesão, conflitos e movimentos de indução nas táticas e estratégias).

9 – A aplicabilidade do processo dependeu da proximidade sociocultural entre projectistas e populações? Seria possível adaptar a ideia a outros grupos sociais com outros valores espaciais?

(Objectivo: determinar estratégias transversais e condicionadas ao lugar)

10 – Que tipo de compromissos foram necessários estabelecer entre projectistas e populações na definição da meia casa?

(Objectivo: avaliação do grau real de participação ou indução das populações)

Sobre o resultado

10 – Houve algum acompanhamento à fase de «autoconstrução» pensado como parte integrante do projecto, ou solicitado pelos moradores, ou de iniciativa dos próprios projectistas?

(Objectivo: avaliar o conceito de «autoconstrução» como aprendizagem)

11 – As transformações já realizadas eram as expectáveis?

(Objectivo: antecipar surpresas)

12 – Tanto quanto sabe, os investimentos económicos na transformação das casas resultaram de necessidades ou desejos sobre a habitação? (ex. quartos para filhos ou duas salas / iluminação ou vãos decorativos).

(Objectivo: compreender as prioridades das populações)

13 – Tanto quanto sabe, diferentes investimentos das populações estão associados a diferentes traços socioeconómicos das famílias?

(Objectivo: avaliar a prioridade da habitação nos investimentos económicos)

Sobre as percepções individuais

14 – Considera que houve alguma modificação na atitude das populações face à sua habitação? Quais? (ex. maior investimento, alteração de comportamentos espaciais)

(Objectivo: avaliar natureza do entendimento das populações sobre a habitação)

15 – Tem conhecimento de melhorias de qualidade de vida das populações para além das condições de habitabilidade?

(Objectivo: percepção dos efeitos do projecto nas economias domésticas)

16 – Disse que as casas custaram US\$ 7.500 e valem US\$ 20.000. Acha que alguém compraria uma das casas? (explorar bem o assunto)

(Objectivo: avaliar se o valor da habitação é efectivo ou virtual)

3.2.1.3.2. Guião – Resumo Entrevista a Moradores

Modelo misto de inquérito, entrevista directiva e semi-directiva: colocação de perguntar muito directas e de resposta rápida. Atenção ao facto de o desenvolvimento das respostas por parte dos inquiridos poder significar disponibilidade de tempo, mas também a instrumentalização da entrevista para dar voz a um sentimento individual ou colectivo, podendo este ser positivo ou negativo.

Tempo de entrevista: caso o entrevistado não desenvolva as questões, o guião está preparado para 20 minutos aproximadamente (um tempo que nem todos darão). Caso o entrevistado desenvolva as questões, a entrevista pode demorar entre 1 hora a 2 horas. Visitas guiadas pela casa, acompanhadas de

fotografias, etc., alongam estes tempos.

Realização da entrevista: A primeira coisa a fazer é informar o inquirido sobre o âmbito da entrevista, sem explicações muito académicas (ex. estudo para uma universidade portuguesa para analisar a possibilidade de adaptar o projecto em outros lugares). Idealmente, a entrevista deveria ser realizada entre a casa e a rua, solicitando ao inquirido que acompanhasse as suas impressões orais com ilustrações reais dos espaços a que se refere. Considerar a entrevista anónima e informar o inquirido é sempre um bom ponto de partida para descansar o indivíduo.

Realização da entrevista na rua: Estas entrevistas tendem a ser realizadas em contextos exteriores e sujeitas a ruídos. Muitas vezes, as populações acanham-se perante um gravador e tendem a negar a entrevista ou a discursar de forma mais livre após o fim da gravação. A utilização de gravador deve, por isso, ser pensada em função de uma primeira empatia com o inquirido e ser complementada com notas. A anotação traz ainda a vantagem de enfocar o entrevistado nas questões. Mas a sua morosidade também pode fazê-lo perder a paciência.

Realização da entrevista em casa: Privilegiar um contexto de entrevista «à porta fechada» e evitar espaços com outras pessoas e actividades. A) Levar um guião simplificado numa só página para controlar o rumo da conversa e o tempo. B) Estar atento aos sinais do entrevistado relativamente à disponibilidade de tempo (olhar relógio, mexer o corpo ou objectos) de modo a apressar ou alongar as questões em conformidade. C) Colocar o gravador perto do entrevistado e não do entrevistador. D) Atenção ao ruído: janelas abertas, risos, sobreposição de perguntas e respostas, etc.

Caracterização do agregado

1 – Bilhete de Identidade (colocar as questões rapidamente e preencher em jeito de inquérito):

- a) Idade / Género / Naturalidade (país, cidade ou região) / Situação cidadã (se aplicável)
- b) Nível de escolaridade / Ocupação / Tipo de vínculo profissional / situação fiscal
- c) Dimensão e relação de parentesco do agregado familiar
- d) Rendimento familiar e discriminação (ordenados de quem, subsídios de que natureza)
- e) Tempo despendido entre casa e trabalho

2 – Onde residiam antes de vir para o bairro de onde foram realojados?

(Objectivo: situar a origem: ex. bairro social, classe média, espaço rural...)

3 – Porque foi viver para aí?

(Objectivo: situar história de vida: ex. casamento, desemprego, família, amigos...)

Ocupação do espaço

4 – Acha que esta casa foi desenhada a pensar nas suas necessidades?

(Objectivo: estabelecer relação com morador)

5 – Já fez transformações? Quais e porquê?

(Objectivo: analisar os processos de «autoconstrução»)

6 – O que fez nos espaços exteriores?

(Objectivo: avaliar actividades complementares: ex. horta, jardim, oficina)

7 – Ainda vai fazer mais transformações? Quais e porquê?

(Objectivo: identificar desejos e necessidades relativas à habitação)

8 – O que é que gosta menos na casa?

(Objectivo: avaliar natureza das queixas: espaço, térmica, ruído, vizinhos, qualidade)

9 – O que é que gosta mais na casa?

(Objectivo: avaliar natureza da satisfação: propriedade, projecto, vizinhança)
10 – Trouxe os seus móveis antigos ou comprou/fez novos?
(Objectivo: perceber investimento individual na casa nova)

Transformações nas condições de vida familiar

11 – Desde que veio morar para aqui, já houve alguma alteração no agregado familiar?

(Objectivo: relacionar com transformações da casa e perceber se a casa própria leva a alargamento do agregado, seja por filhos ou outros familiares)

12 – Desde que veio morar para aqui, houve alguma alteração nas relações entre os membros da família?

(Objectivo: relação entre habitação e dinâmicas familiares)

13 – Desde que veio morar para aqui, algum membro do agregado mudou de emprego?

(Objectivo: relacionar projecto com empreendedorismo)

14 – Desde que veio morar para aqui, conseguiu acumular mais rendimentos?

(Objectivo: relacionar projecto com acumulação de riqueza)

15 – Em que dependem as poupanças feitas?

(Objectivo: avaliar natureza dos investimentos familiares: ex. habitação, lazer, educação, consumo...)

Apreciações sobre o lugar

16 – Gosta das casas novas ou preferia ter sido realojado em outro tipo de casa? Porquê?

(Objectivo: avaliar leitura de «autoconstrução»)

17 – O que acha das transformações feitas pelos seus vizinhos? (boas e más)

(Objectivo: avaliar alteração no sentido de bairro)

18 – Gostou de ficar na mesma localização ou preferia ter ido para outro bairro?

(Objectivo: avaliar importância do lugar para a comunidade)

19 – Está envolvido em algum tipo de associação local ou convive com os vizinhos?

(Objectivo: compreender sentido de lugar e vizinhança)

20 – Acha que um dia vai querer vender esta casa? E alguém vai querer comprá-la?

(Objectivo: avaliar perspectivas e relação pessoal com habitação)

3.2.1.3.3. Guião – Resumo de Notas para trabalho de Campo

Objecto de estudo: habitação, pobreza e auto-construção

O que se quer saber: capacidade da habitação própria na redução de pobreza

Instrumentos: entrevistas (inquérito por entrevista), análise de projecto, análise estatística, observação do terreno.

Trabalho de campo no Chile

1 - Objectivos de trabalho de campo

- a. Dialogar com actores envolvidos: actores sociais, actores políticos, actores técnicos, instituições
- b. Caracterização / diagnóstico: sócio-demografia, indicadores urbanísticos
- c. Diagnosticar problemas: espaciais, económicos, sociais
- d. Diagnosticar potencialidades: espaciais, económicos, sociais
- e. Avaliar dinâmicas em evolução: sentido de lugar, apropriação do espaço, relações de vizinhança

2 - Recolha de informação

1 – Estatística:

- Recolha de elementos estatísticos sobre os agregados familiares Monroy e suas condições económicas, de educação e actividade profissional. O ideal é obter dados relativos a 2000 e 2010 (será de prever, dada a natureza do projecto, que a Elemental tenha esses dados)
- Recolha de elementos estatísticos similares à escala da cidade ou da freguesia, se houver, para termos comparativos, relativos aos anos 2000 e 2010 (o Instituto Nacional de Estadísticas do Chile – www.ine.cl – deverá ter esta informação).

2 – Legislação:

- Constituição de um acervo sobre a regulamentação nacional ou municipal relativa ao alojamento subsidiado (é possível que a Elemental tenha, em todo o caso deverão saber onde arranjar)
- Compilar legislação relativa a instituições com competências na área, subsídios disponíveis e condições de candidatura, regulação de indicadores arquitectónicos e urbanísticos específicos.

3 – Projecto Quinta Monroy

- Projecto de arquitectura
- Fotografias: antes, durante e depois
- Processo de obra (ênfase nos documentos sobre a participação dos moradores)

3 - Entrevistas

1 - Entrevista a Alejandro Aravena

2 - Entrevistas a moradores

3 - Inquirição junto de outros residentes na mesma zona.

Não sendo possível alargar as entrevistas a outros bairros sociais e de classe média, era ideal percorrer as redondezas de Monroy e falar com as pessoas em estabelecimentos de restauração e comércio. Estas conversas podem focar-se em duas questões apenas:

- a) o que achou do projecto
- b) gostava de morar na Quinta Monroy?

4 - Observação

1 – Estrutura física.

Observação e levantamento fotográfico da ocupação do bairro com especial atenção para: estacionamento, tratamento das fachadas (todas), localização de actividades não residenciais (serviços, comércio ou associativas), estado de conservação, investimentos populares no tratamento dos espaços públicos, etc.

Sempre que possível pedir para entrar nas casas.

2 – Estrutura social.

Observação e levantamento fotográfico de dinâmicas sociais (como as pessoas usam o espaço público)

3 – Envolvente

Levantamento das redes de comércio, serviços e equipamentos de educação, saúde e segurança pública na envolvente do bairro.

3.2.1.4. Ficha Tipo

Questionário		
CASA Nº	1	
Questões	Respostas	Obs.
Nome	AO	
Idade	42	
Educação	4º médio	
Profissão	administrativa	área, cuida empresa de propriedades
Trabalho	Contrato s/ termo	
Família, nº, sexo, relações parentesco	s.m. 3 1 fem. 2 masc. casal, 1 filho	
rendimento	450	
Tempo casa/trabalho	5 m. mando 25m	
Residência anterior	casim de lata	
Porquê	perda súbita de rendimento, não podia arrendar	
Casa satisfação necess. de des.	s.m.	
Modificações	não	
Porquê	n/ se aplica	
Uso dos espaços	frente-trabalho voluntário, trás-animal de estimação	
O que gosta menos	pavimentos	falta isolamento acústico
O que gosta mais	tudo	é minime
Móveis novos/usados	velhos	
O que mudou família	não	
Mudanças relações entre membros	não	
Mudança de emprego	s.m.	começou a trabalhar
Atrás superior ou inferior	mais	
O que faria com poupança	solamentos, pinturas interiores, pavimentos	
Casa o que faria em 1º lugar	n/ perguntado	
Preferia morar noutra cidade	não	
Pensa alterações aos vizinhos	com	
Está envolvido alguma associação	não	
Relação com vizinhos	bom	
Tem comodidade para casa agora	s.m.	
Mudou vida (acc. decorómica)	n/ perguntado	

[illegible]

Os agregados são na totalidade constituídos por famílias, uma por casa, em alguns casos de três gerações, e maioritariamente por casais com filhos, as mães com filhos representam menos de metade do total de agregados em análise.

Em média os agregados são de quatro pessoas, havendo um único caso de habitante só, viúvo que mudou para a nova habitação com dois filhos, tendo entretanto estes saído após os respectivos casamentos.

Relativamente aos aspectos económicos, o valor médio do rendimento líquido mensal por família/agregado é de 267 mil pesos, o que supera ligeiramente a média indicada pelos dirigentes aproximadamente 250 mil pesos.

121

entrega, pelo que a despesa pode adaptar-se ao rendimento, dado que apenas têm com a habitação o gasto de consumos de água e luz.

Aliás, quando inquiridos sobre o aumento do aforro a quase totalidade responde que aumentou, apenas três consideram ser igual e dois que diminuiu. Muito significativo é também o facto de que quando questionados qual o destino do aforro não só a maioria responder obras de melhoramento na casa, como haver já três famílias a ponderarem investimentos de futuro, por exemplo “...comprava mais casas!” (FR.-B03), “...investia num negócio.” (TV.-R11).

Na quase totalidade, as famílias vem de situações habitacionais extremamente precárias, a maioria de bairros de lata com condições que ficam bem evidentes nas palavras dos dirigentes “...terra, muita terra, não havia água potável, nem sequer luz eléctrica, ..., não tínhamos esgotos...” (AL. RencaI-Dirigentes). Os que vêm de casas de familiares descrevem condições de superlotação extremas (casal com quatro filhos num quarto de 3 por 3 metros).

Os condicionalismos e/ou circunstâncias que levaram estas famílias à situação de habitar em bairro de lata ficam frequentemente sem resposta, ou sem resposta clara, os casos perceptíveis decorrem por exemplo, de perda inesperada de rendimentos, vítimas de fraude, doença prolongada seguida de despedimento, ou de pobreza tradicional “...viviam os meus pais e depois nós,” (FR.-B03).

As qualidades físicas da habitação, e a respectiva qualidade da sua concepção, ficam evidenciadas pela totalidade de cem por cento que, à pergunta se a casa satisfaz as suas necessidades, responde inequívoca e enfaticamente “Sim”.

Do mesmo modo, quando solicitados a dizer o que menos gostam na casa respondem, que não há nada que não gostem, e apenas dois referem os pavimentos, que não isolam acusticamente os pisos. Quanto ao que mais gosta, respondem tudo, sendo que neste “tudo” enumeram-se razões como: espaço, luminosidade, ventilação, conforto, localização e acessibilidade de transportes, etc., e até divisões da casa como casa de banho e quarto.

Estes resultados são ainda mais surpreendentes, quando sabemos que os projectos de habitação social desenvolvidos pelo modelo da Elemental pressupõem a entrega para habitação de meia-casa, ou seja, mesmo os habitantes que não fizeram ainda quaisquer obras, e que são um terço dos inquiridos, apresentam os mesmos níveis de resultados e de apreciações positivas.

A casa é portanto um sonho concretizado.

A maioria, já fez obras, estas são sobretudo de acabamentos, forro de tectos, estuque e pinturas, substituição de pavimentos, são as primeiras prioridades até porque são possíveis de efectuar em sistema de autoconstrução e com ajuda de familiares e amigos, faseadamente e com gastos em material acessível e possíveis de fasear.

No entanto, os grandes sonhos são: retirar a cozinha aberta do espaço de sala de estar/comer para uma divisão isolada, em parte do pátio traseiro, correspondendo ao modelo tradicional de casa chilena, e melhorar o isolamento entre pisos através de intervenções em tectos e pavimentos, pelo deficiente isolamento acústico decorrente das estruturas e sobrados de madeira.

Há que referir, em especial, as obras utilitárias, ampliações/alterações efectuadas para permitir a instalação de comércio nos pisos térreos, estas obras têm um carácter evidente

de utilidade, permitindo à família estabelecer um pequeno negócio com evidentes vantagens ao nível dos rendimentos do agregado e permitindo, especialmente às mulheres, trabalhar em atendimento comercial sem sair de sua casa, sem deslocação.

Como é próprio dos sonhos, mesmo os que efectuaram obras, incluindo ampliações, continuam a desejar, uma varanda, mais uma casa de banho, um quarto independente para o filho mais velho, todos estes desejos/sonhos demonstram que há uma dimensão de investimento na casa muito significativa, e planos de nela permanecer para a vida.

Também as obras efectuadas pelos vizinhos, nas respectivas casas, são consideradas por todos (cem por cento) muito positivamente, manifestando opiniões de que são “bonitas” e que fica tudo mais bonito, sendo este “tudo” o bairro. As obras dos vizinhos são também uma fonte de inspiração para as suas futuras obras, comentado também gostava de ter aquelas janelas, varandas, etc.

Mesmo os que respondem que preferiam viver noutro bairro, não invocam a casa como motivo, referem em geral, preferência por outra zona da cidade porque, já viveram aí, onde têm familiares, ou que acham mais agradável, ou sossegada, etc.

Podendo-se concluir que o modelo de habitação social desenvolvido pela Elemental, para responder às inerentes situações sociais, e concretamente a estas populações, tem um sucesso comprovado junto dos usufrutuários.

As casas têm também procura, todos habitantes têm a percepção de que seria fácil encontrar comprador para a sua casa, muitos informaram que são abordados com frequência por pessoas, por vezes de meios económicos mais elevados, com propostas de

compra e até de aluguer, esta procura evidência a respectiva qualidade e a valorização das casas.

4. QUADRO CONCEPTUAL

4.1. Levantamento

Christopher Alexander no seu livro *The production of Houses*, faz uma análise dos princípios subjacentes à construção de habitação e suas consequências. “(...) *Actualmente a produção de casas, nas mais variadas formas, assenta no princípio da repetição “standardizada” da **unidade** de habitação. (...) Esta padronização excessiva resulta das “necessidades” de produção criada pelas exigências de oferta em larga escala e preços reduzidos*”.

Independentemente dos motivos que conduzem à estandardização, o poder de decisão sobre a habitação que irá ser utilizada pela família, é-lhe totalmente retirado, está nas mãos de arquitectos, administradores, funcionários municipais e supervisores bancários. Entidades estas, afastadas do contexto diário da família que efectivamente habita a casa. Sob estas condições é inevitável que a casa se torne desumana.⁹

Uma estratégia de produção de carácter exclusivamente operacional, conduz por um lado à inadequação do modelo da habitação e ao contexto geográfico e sociocultural em que é construído e por outro à incapacidade de criação de um vínculo afectivo entre os habitantes e a habitação, assumindo esta última um carácter abstracto. “ (...) *todos nós estamos familiarizados com a casa abstracta dos tempos modernos. Esta casa abstracta*

⁹ Baseado em Alexander, Christopher. *The Production of Houses*, chap.4: Layout of individual houses.

é usualmente indiferente a quem a habita e nunca terá a possibilidade de se humanizar, mesmo no decorrer do tempo. Com projectos deste tipo, existe o perigo eminente do Mundo se encher gradualmente de plástico e de contextos estanques que testemunham a marca do processo industrial, a rigidez do dinheiro, da tecnologia e das relações sociais.”¹⁰

A relevância da participação directa ou indirecta dos habitantes, começa na fase de planeamento e concepção da casa, uma vez que o levantamento e caracterização do contexto da intervenção, aos níveis sociocultural, económico e geográfico, resultam numa resposta mais adequada às suas necessidades específicas e perspectivas de evolução.

Definir uma metodologia de abordagem ao contexto local exige desenvolver um sistema de regras e instrumentos de aplicação, a par de um padrão de linguagem, que tornem possível a implementação do programa e a integração efectiva das populações no projecto/construção das suas casas.

No âmbito da autoconstrução, o trabalho conjunto entre técnicos e população constitui o ponto-chave para o sucesso, colaboração esta que não se esgota na fase de planeamento e projecto. A referência no terreno, de uma entidade conhecedora do contexto da intervenção aos vários níveis, e responsável pelo acompanhamento das operações, é vital para assegurar a manutenção e evolução controlada do programa, o agente de proximidade.

Se tivermos em consideração o possível carácter evolutivo das habitações, mais relevante será a presença continuada destes

¹⁰ Christopher.Alexander. Design, Mexicali Revisited, Design Observer, Places, vol.1nº4 p.76, 1984

agentes de proximidade como forma de assegurar o controlo de qualidade das várias etapas de crescimento e transformação.

A definição do programa da habitação – núcleo inicial e fases de expansão programadas – requer uma análise de diversos itens, que no seu conjunto permitam encontrar a solução adequada ao contexto da intervenção:

- a. O lugar – geografia, clima, infra-estruturas preexistentes, acessibilidades;
- b. O terreno – natureza do solo e configuração, dimensão do lote;
- c. O agregado/família – composição actual e perspectiva futura;
- d. A unidade (casa) – funções;
- e. Propriedade e mecanismos de financiamento – terreno e habitação;
- f. Processo construtivo;
- g. Intervenientes/participantes;¹¹

O âmbito deste trabalho não irá focar a análise de contextos geográficos, consolidados e não consolidados, uma vez que essa opção levar-nos-ia a infinitas variáveis que nos afastariam do objecto de estudo principal, a habitação.

No entanto importa salientar a relevância do reconhecimento e caracterização do contexto geográfico pois permitirá aferir numa primeira fase, as condições e carências existentes de forma a otimizar a solução a implementar.

A opção de construir uma casa, exige o conhecimento prévio do território no qual se vai integrar, uma vez que a sua viabilidade

¹¹ Adaptação de J. Paz Branco: autoconstrução, alguns conselhos e indicações – LNEC.

depende de inúmeros factores externos como a existência de infra-estruturas: redes de abastecimento de água e electricidade, rede de esgotos, arruamentos, rede de transportes e serviços, equipamentos colectivos, etc.

A natureza e escala dos projectos poderão ser muito diversificadas, o que conduz a níveis de análise e critérios distintos. Pretende-se com esta afirmação alertar para a importância da correspondência entre escala do projecto e critérios de análise a ter em consideração.

Por outro lado a identificação das necessidades dos agregados e perspectiva de evolução, permitirá a elaboração de quadros de exigências médias, nomeadamente a definição das áreas afectas a cada uso e assim começar a delinear o organograma funcional, (conceito que será abordado mais adiante neste capítulo), que servirá de base à elaboração do projecto da habitação.

Os hábitos, costumes e actividades quotidianas, assim como o local, espaços e equipamentos necessários para a sua realização, fornecem dados importantes para a definição dos espaços prioritários, localização preferencial, e seu dimensionamento.¹²

¹² Baseado em PORTAS, Nuno, “ Funções e exigências de áreas de habitação”, Lisboa, MOP LNEC, 1969

4.2. Programar e Financiar

A definição das etapas de evolução, de acordo com uma escala de prioridades: fase inicial ou mínima; fase intermédia ou de ajustamento; e fase final ou estabilização, tendo em vista a racionalização dos custos de construção, traduzirá simultaneamente a organização programática e funcional correspondente a cada fase.

A viabilidade de um projecto depende de forma inequívoca da capacidade de suportar os custos inerentes à sua concretização. Este aspecto deverá ser analisado numa primeira fase, focando os seguintes aspectos:

- a. Propriedade do lote – próprio, direito de superfície, necessidade de financiamento para sua aquisição;
- b. Habitação – valor global da construção, planeamento e definição do custo (% do valor global) correspondente a cada etapa de evolução planeada, necessidade de financiamento para sua aquisição.

A este conjunto de dois itens, teremos ainda que associar o processo construtivo e o tipo de mão-de-obra. No regime de autoconstrução está frequentemente associado a ajuda mútua e o aproveitamento dos recursos disponíveis. Estas são variáveis que não poderemos qualificar e quantificar de forma exacta, e que ao longo do processo podem conduzir a alterações ao plano estabelecido.

Adoptar os princípios da construção sustentável, constitui um contributo relevante na preservação das técnicas e tradições e na dinamização da economia local. A standardização de elementos construtivos, a aplicação de matérias-primas locais e a promoção

da actividade de pequenas indústrias e oficinas existentes poderão ser medidas importantes no alcance deste objectivo.

Corresponde à primeira fase do processo e constitui uma importante ferramenta de planeamento: como, quando e com que meios se irá construir.

4.3. Caracterização e Evolução

No início deste capítulo foi abordado o conceito de casa abstracta, resultante da padronização exigida pela produção em larga escala e a custos reduzidos. No extremo oposto da tipificação habitacional encontra-se a casa construída em regime de autoconstrução de carácter evolutivo.

(... Uma casa entendida como plataforma de transformações oferece uma nova perspectiva sobre o problema da habitação, uma vez que, não só permite satisfazer as necessidades variáveis dos seus usuários, como enriquece o tecido social e os mecanismos económicos dos bairros.)¹³

Depreendemos que a habitação evolutiva não se pode dissociar do contexto em que acontece, dado que também ela representa um papel importante na dinamização da própria comunidade. Em países com escassos recursos, e onde o acesso à habitação própria é limitado, o esforço de cada um dos habitantes deve ser aproveitado e valorizado nessa conquista.

A educação e formação para a responsabilidade individual e colectiva sobre o espaço de habitar, casa e bairro, poderá desempenhar um papel decisivo no empenho dos habitantes na valorização do contexto a que pertencem. No entanto, a realidade social é por vezes demasiado complexa, ficando esta intenção de cruzamento de sinergias muito longe das expectativas iniciais. A valorização do bem comum e a compreensão dos direitos e deveres sobre a propriedade numa perspectiva mais alargada, são conceitos muitas vezes inatingíveis em contextos sociais problemáticos.

¹³ Tradução livre de Time Builds! - Ed. Gustavo Gili, 2008

Tome-se como exemplo o projecto em Mexicali de Christopher Alexander. A concepção inicial de um conjunto de casas em torno de um pátio comunitário – definição da célula – idealizado como lugar de reunião e partilha entre as famílias do bairro, sem a definição de fronteiras físicas rígidas entre espaço exterior público e privado, conduziu paulatinamente ao encerramento das casas em relação ao pátio e à via pública.

Nas razões que conduziram a esta evolução as famílias entrevistadas, sete anos após a construção das casas, apontam maioritariamente questões de segurança. Alegam que lhes agradaria ter um espaço comum, se sentissem que poderiam usufruir deste sem perigos e conflitos com os vizinhos.

Este caso demonstra de forma clara, que a intenção do projecto poderá ser posta em causa por factores externos e alheios à construção da própria casa. A população de Mexicali, apesar desta alteração profunda de conjunto, faz uma avaliação muito positiva da casa individualmente.¹⁴

Os casos de insucesso são também importantes para uma análise crítica desde as intenções do projecto aos resultados práticos, para que daí se possam retirar ilações úteis a futuras intervenções.

4.3.1. Etapa Zero

A casa inicial corresponde à etapa zero num processo de sucessivas transformações, propõe as pistas que o utilizador interpretará para adaptar a casa às suas necessidades de espaço e programa. A virtude da proposta consiste na possibilidade de

¹⁴ Baseado em Dorit Fromm, Peter Bosselmann, Mexicali Revisited seven years later, Design Observer, Places, vol.1nº4 p.78, 1984

ampliação e mudança que acrescentam mais-valias ao valor inicial. Para atingi-lo, a etapa zero deve marcar as orientações que permitam articular estas operações satisfazendo as condições de segurança, de habitabilidade e boa qualidade ambiental nas várias fases de crescimento do agregado familiar. A etapa zero deverá também favorecer a economia doméstica, a formação de redes sociais e a incorporação de unidades de obtenção de rendimento.

O projectista deve estar consciente das dinâmicas de ampliação no momento de dimensionar e definir a sua proposta, o projecto é a plataforma que condiciona o processo, qualquer ambiguidade e indefinição conduzem à interpretação criativa, nalgumas ocasiões de forma coerente, noutras improvisando soluções estruturais, ocupando o espaço colectivo e desvalorizando o conjunto.

4.3.2. Casa Multifamiliar

A casa unifamiliar, em muitos casos e após sucessivas etapas de expansão, transforma-se em multifamiliar, em resposta a estruturas familiares mais complexas.

Esta última responde a organizações familiares diversas, com uma complexidade crescente ao longo do tempo, que não está prevista no modelo inicial dado o seu carácter genérico. Sem sacrificar a independência e qualidade de vida, os agregados beneficiam da poupança e eficiência da economia da grande família comum.

4.3.3. Hiper-Casa

A hiper-casa incorpora usos complementares ao uso residencial. A economia da hiper-casa consiste na capacidade de gerar rendimento familiar, através do arrendamento de quartos, da

incorporação de pequenas unidades de comércio ou oficinas. A casa transforma-se num artefacto de renda, o seu valor reside não só na capacidade de satisfazer a necessidade de habitação, mas também gerar rendimentos que fortalecem as economias dos agregados. Esta característica é comum em contextos onde a economia informal é expressiva.

4.4. Análise tipológica

No âmbito desta investigação foram considerados diversos casos de estudo, a partir dos quais se identificaram parâmetros de análise que por associação e complementaridade, possam constituir referências úteis na elaboração dos programas de habitação: tipologia; áreas; sistema construtivo; fases de expansão.

O propósito da criação deste modelo assenta na obtenção de directrizes de projecto optimizadas que resultam das informações expressas nos vectores considerados *inputs*, e não na obtenção da fórmula de projecto “ideal” para cada situação.

No desenvolvimento deste processo, tornou-se importante diagnosticar a informação recolhida através de uma ficha de classificação, denominada *ficha de análise tipológica* que apresenta os seguintes parâmetros:

- a. Tipologia do lote;
- b. Áreas: lote, áreas brutas do fogo (inicial e ampliação);
- c. Habitação: tipologia de evolução e tipologia funcional;
- d. Sistema construtivo.

4.4.1. Tipologias

4.4.1.1. Tipologia do lote

A definição do lote, que engloba configuração, dimensão e regras de associação, tem consequências directas na estruturação do tecido urbano.

As soluções a preconizar devem permitir a implantação de diversas tipologias de habitação previamente estudadas (programa e áreas), e definir as opções de composição volumétrica de forma a evitar densidades excessivas de

construção e ampliações em espaços exteriores. Para além deste aspecto intrínseco à unidade e qualidade do conjunto, no plano da dimensão do lote e regras de associação, deve ter em consideração áreas afectas à evolução noutras vertentes, designadamente, construção de equipamentos colectivos, áreas de lazer e estacionamento.

Tomando como referência o trabalho de investigação do LNEC adoptou-se a caracterização do lote em três categorias: estreito, médio e quadrado na análise dos casos de estudo seleccionados.¹⁵

Considerou-se este critério facilitador na interpretação dos exemplos e futura ferramenta na utilização do modelo de gestão operacional. Como foi dito atrás, a fase de levantamento é fundamental na identificação das necessidades dos agregados e perspectiva de evolução. A recolha destes dados numa fase inicial traduzirá uma resposta mais adequada em termos evolutivos, tendo por base as expectativas de crescimento e transformação do agregado.

4.4.1.2. Tipologia Funcional

O programa da habitação será definido com base nas funções identificadas que irão traduzir a estrutura espacial da casa numa fase inicial e nas etapas de expansão.

Tais como noutras áreas de intervenção que envolvam planeamento, importa prever o seu carácter dinâmico, onde o grau de imprevisibilidade evolutiva tem de ser considerado *a priori*.

A par da definição do programa funcional da habitação, é importante aferir as áreas médias necessárias a cada uso ou

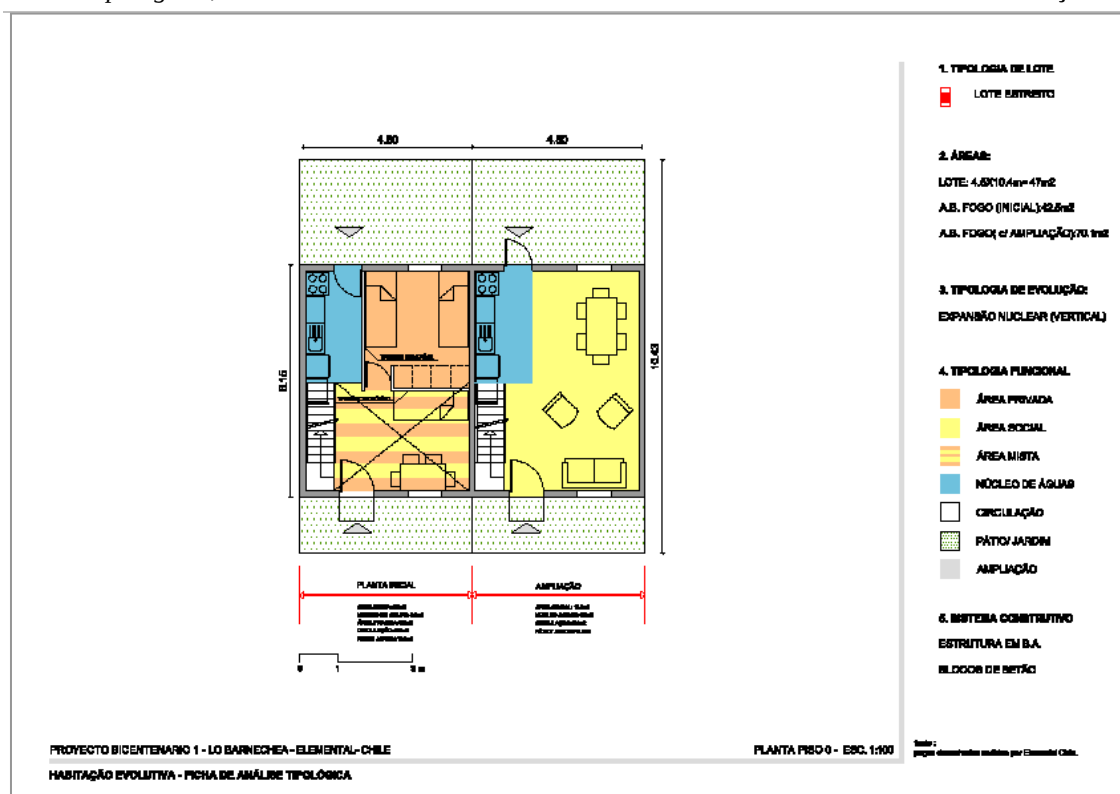
¹⁵ Edifício unifamiliar evolutivo: caracterização funcional e espacial : documento 04 do projecto 02 7526/83, COELHO, António J.M. Baptista - 1983 - LNEC

categoria de usos, que foram classificadas com o seguinte critério:

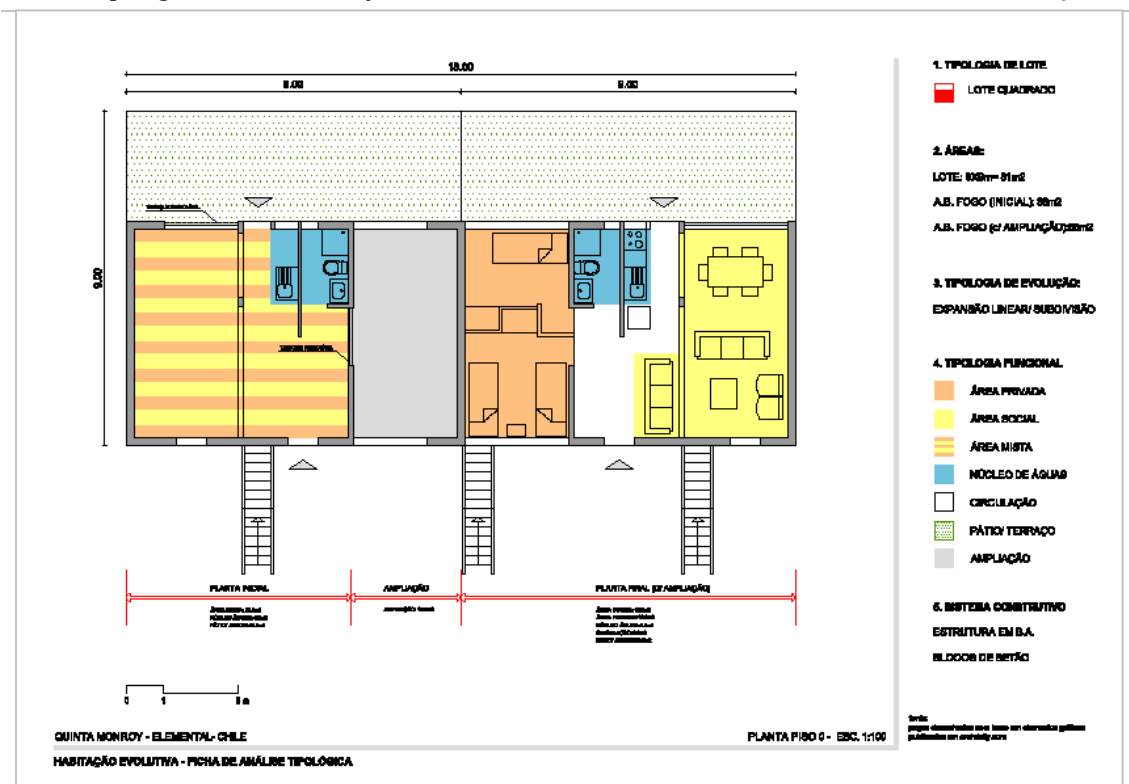
- Área social;
- Área privada;
- Área mista (espaços que acumulam usos afectos às duas primeiras categorias);
- Núcleo de águas;
- Circulação – vertical e horizontal;
- Áreas de pátio, terraço ou jardim;
- Outros compartimentos (garagem, loja/ oficina, etc.).

A classificação por usos nas várias etapas de crescimento da habitação faculta-nos dados importantes relativos à evolução das necessidades funcionais. Podem traduzir-se em ampliação, subdivisão, alteração de uso, etc. que serão ajustadas de acordo com as especificidades da transformação do agregado.

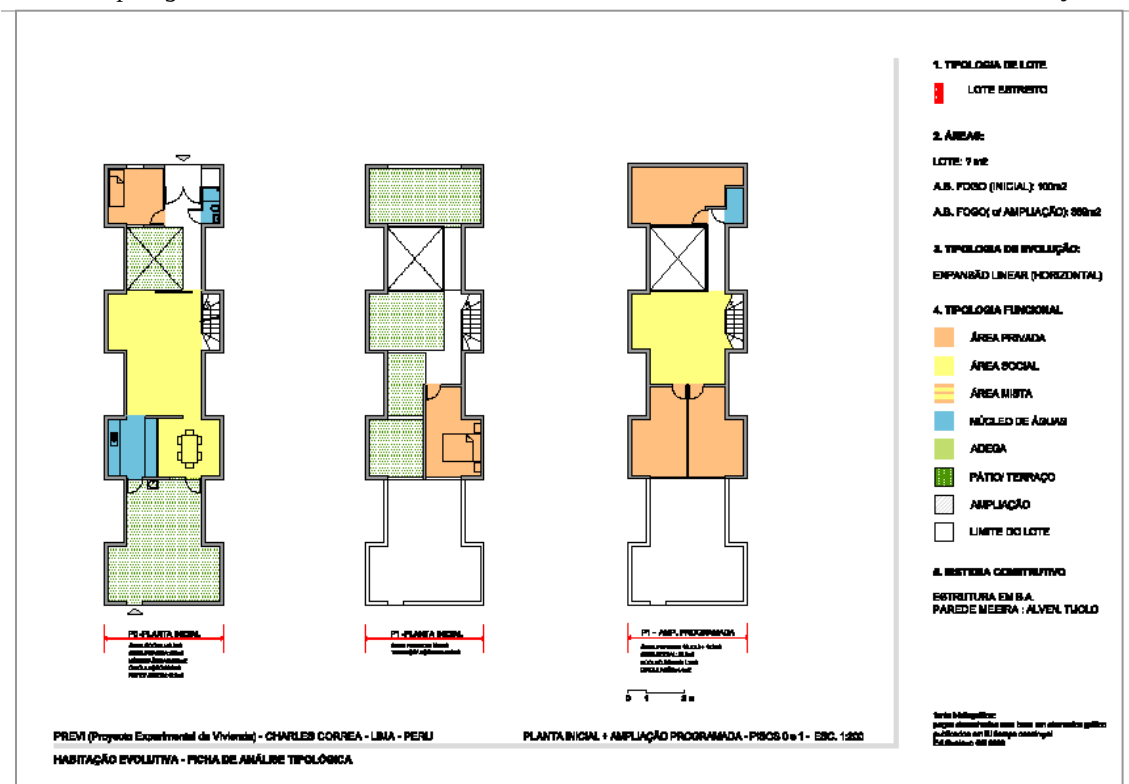
Fichas tipológicas, Renca s/ escala..... Ilustração 38



Fichas tipológicas, Quinta Monroy s/ escala..... Ilustração 39



Fichas tipológicas, PREVI s/ escala Ilustração 40



Amostra exemplificativa, as restantes fichas estão em ANEXOS

Todo este processo de análise que conduziu a classificação tipológica e organização programática e espacial, permite uma síntese da informação que poderá ser traduzida através de organogramas funcionais, conceito que será desenvolvido no próximo ponto.

4.4.1.3. Tipologia de evolução

A evolução sobre o núcleo inicial, de origem programada ou espontânea, pode ocorrer de diferentes formas, designadamente:

- a. Expansão linear (horizontal);
- b. Expansão nuclear (vertical);
- c. Subdivisão (consiste na partição do espaço por forma a albergar diferentes usos – área mista que evolui para área social mais área privada, dividir um espaço mantendo a mesma função – um quarto que se converte em dois de menor área).

4.4.2. Sistema Construtivo

Subjacente à escolha do método construtivo e materiais aplicados, estarão os princípios da construção sustentável, como foi atrás referido;

A aplicação do modelo de gestão contempla a existência de uma biblioteca de elementos construtivos que permitirá aos utilizadores ponderar as várias opções em cada caso particular tendo em consideração o resultado final e os custos inerentes.

Esta biblioteca consiste numa base de dados, de carácter dinâmico, actualizada progressivamente e que tem como objectivo principal fornecer um léxico abrangente de opções que vá ao encontro das diversas linguagens arquitectónicas e sistemas construtivos.

4.5. Funcionalidade

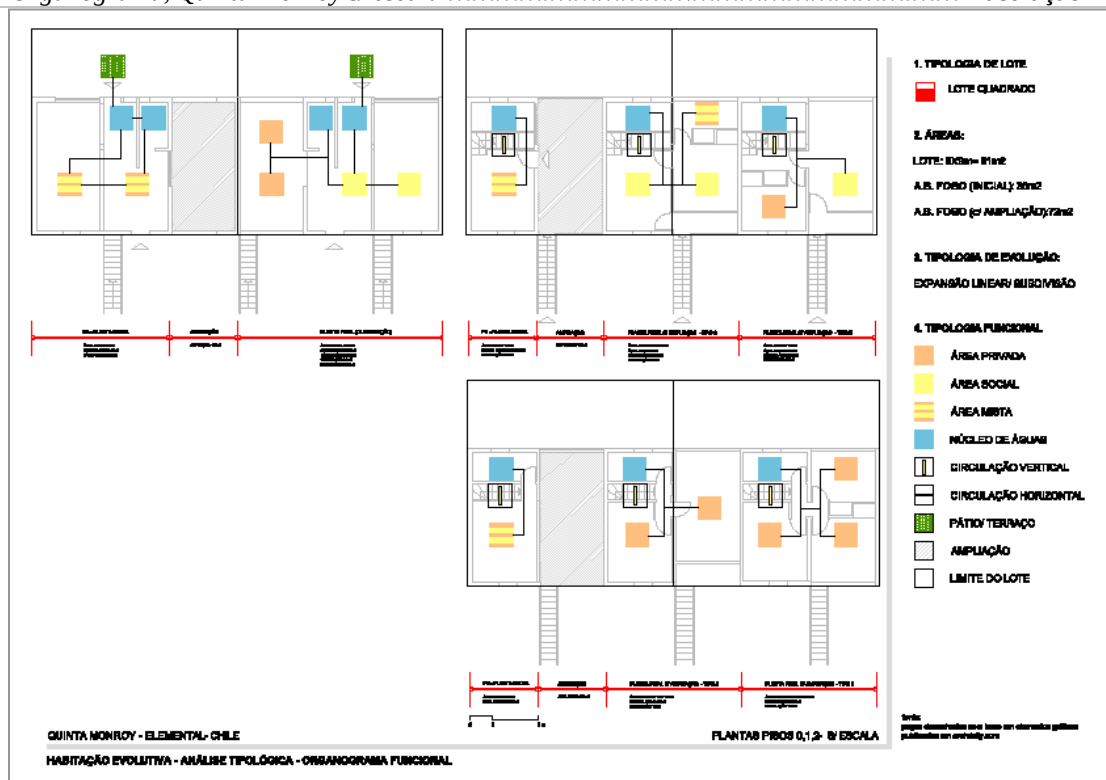
O organograma funcional, presente nos casos de estudo, surge como síntese da estrutura espacial da habitação. Neste, figura a classificação dos compartimentos de acordo com as suas funções e as relações espaciais entre si, espaços interiores e exteriores.

4.5.1. Organograma Funcional

O organograma permite por outro lado o ensaio das possibilidades infinitas de ancoragem de compartimentos, constituindo uma ferramenta de trabalho útil na fase de concepção participativa

Da aplicação do modelo operacional obteremos em cada caso, a estrutura espacial adequada aos requisitos e exigências assinaladas, *inputs*. Atendendo ao carácter dinâmico do modelo quaisquer dados são susceptíveis de serem modificados e/ou acrescentados na matriz.

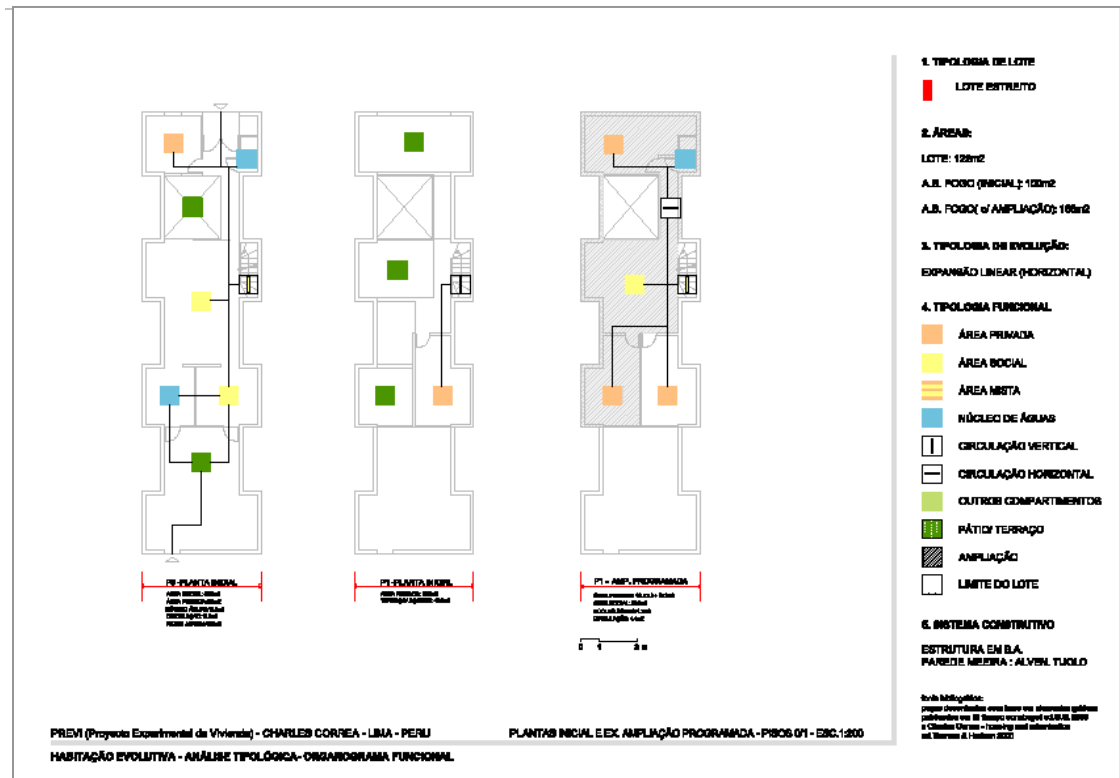
Organograma, Quinta Monroy s/ escala Ilustração 41



Organograma, Renca s/ escala Ilustração 42



Organograma, PREVI s/ escala Ilustração 43



Amostra exemplificativa, as restantes fichas estão em ANEXOS

4.5.2. ADN Métrico

A abordagem da equipa Elemental é pragmática: *se o dinheiro não chega para fazer uma casa de 80m², talvez chegue para fazer uma de 40m². “A nossa reformulação do problema foi considerar 40m² como metade de uma casa boa.”*

O conceito de *ADN de classe média*, formulado e testado pela equipa Elemental nos seus projectos de habitação evolutiva, traduzem uma preocupação constante sobre os parâmetros de qualidade que a casa deverá proporcionar aos seus habitantes, independentemente da sua condição social e capacidade financeira.

Esta opção permite gerir os tempos de construção segundo uma pauta de prioridades, sem desvirtuar a qualidade da mesma. Numa primeira fase a construção do núcleo prioritário (40m²) garante as funções primárias, permitindo a sua evolução em etapas futuras de acordo com as capacidades e necessidades dos habitantes.

O apuramento das áreas médias por categoria espacial, consiste num indicador fundamental em termos de racionalidade de projecto e construção; Designemos então o **ADN** métrico por categorias de usos, princípio este, que a partir do levantamento dos hábitos, costumes e actividades quotidianas do futuro agregado, assim como o local, espaços e equipamentos necessários para a sua realização, permite definir os *inputs* necessários aos vectores para o apuramento dos espaços prioritários, localização preferencial, inter-relação espacial e seu dimensionamento.

Em termos operativos, na óptica do modelo de base matricial, a aferição de áreas por categorias de uso constitui um dos vectores de partida que conjuntamente com os princípios descritos, permite formular o esquema compositivo e métrico da

habitação, em suma, as regras subjacentes ao projecto. Ressalve-se que deverá estar sempre subjacente o carácter evolutivo da habitação.

5. PROPOSTA

Mantém-te simples

(Marco Aurélio: Meditações¹⁶)

O Objectivo da investigação era atingir um modelo de gestão operacional aplicável no desenvolvimento da arquitectura social. Teria base matricial com três eixos:

- d. 1º Regeneração dos Agregados (incremento social);
- e. 2º Microcrédito (incremento económico);
- f. 3º Autoconstrução (incremento da construção).

Assim pretende-se chegar a uma Matriz tridimensional que assenta nos três eixos principais referidos:

- a. Regeneração do Agregado (sistemas sociogenético e cultural);
- b. Microcrédito (sistema socioeconómico);
- c. Autoconstrução (sistemas sociogeográfico e cultural).

A matriz incorpora ainda uma validação de Life Cycle Assessment (LCA), garantindo soluções construtivas sustentáveis.

Assume-se de forma axiomática, aquilo que nos interessa:

Pobreza: Insuficiência de meios para uma vida condigna;

¹⁶ AURÉLIO, Marco. **Meditation**. Trad. Maxwell Staniforth. London: Penguin Books, 1969

Habitação: Construção que abriga;

Própria: posse inequívoca passível de transaccionar;

Regeneração: Assumpção dum melhor estatuto social dentro dum grupo;

Agregados: Quem partilha habitação e acções, indivíduo ou grupo;

Microcrédito: financiamento apoiado à produção, por capitais alheios, sejam bens ou moeda;

Autoconstrução: Construção pelo indivíduo e/ou outros sob seu mando, para si;

Evolutiva: Permitir expansão e qualificação;

Sustentabilidade (LCA): Garantir materiais e ideias que agridam minimamente o meio;

Matriz: Sistema de vectores em altura largura e profundidade que comportam elementos (inputs) interagindo e operando.

Decorre que o modelo de gestão operacional será transversal, aporta os três sistemas referidos (RA, MC, AC), filtrados por uma validação de sustentabilidade.

Opera após a detecção duma situação de pobreza num grupo de pessoas (agregado mais ou menos alargado) com necessidades de habitação minimamente condigna e fá-lo da forma seguinte:

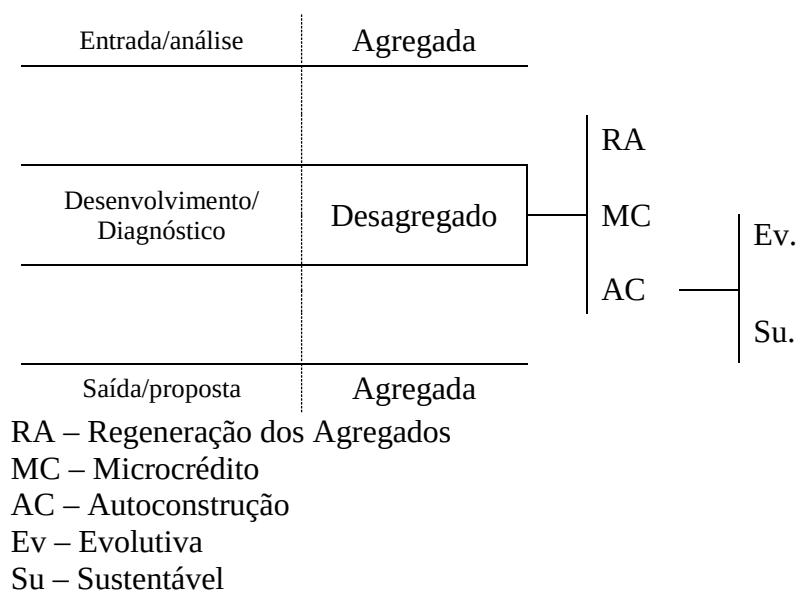
- a. Nomeia agentes de proximidade;
- b. Estes inserem-se no grupo, interagem e iniciam um processo de confronto daquela realidade objectiva e única com a matriz do modelo que é relativamente abstracta;

- c. Identificam as entradas (inputs) para os três vectores da matriz que fazem sentido naquele contexto e cruzam-nos, numa lógica quase de lista de verificação (check list);
- d. Após, constrói-se uma listagem de acções concretas a levar a efeito e filtram-se na perspectiva da sustentabilidade, nomeadamente da construção (LCA);
- e. Esta listagem, gere todo o processo, pretendendo-se evitar esquecimentos e minimizar erros cometidos no passado.

Tenta integrar êxitos identificados e evitar erros cometidos, obrigando a uma interacção alargada e impedindo que se ignorem aspectos que levaram ao insucesso noutras experiências.

Resumidamente, o problema da carência duma habitação condigna, não se resolve pela mera obtenção duma construção, pois começa a montante, começa na pobreza, portanto, se nos limitarmos a resolver a questão imediata, não resolvendo a questão profunda, não fazemos mais do que trasladar pessoas e os seus problemas para uma nova implantação. Sendo que a habitação minimamente condigna não comporta, por si só, a tensão geradora da mudança do paradigma socioeconómico, será só uma questão de tempo para que os problemas ressurgam, por vezes até de forma agravada.

5.1. Estrutura da Proposta



A estrutura da proposta assenta numa lógica de entrada, em que se procede à análise, identificando e posicionando correctamente o problema, segue-se um processo de desenvolvimento/diagnóstico, onde se contextualiza e sintetiza, o que leva a uma lógica de saída, a proposta, em que se constrói o modelo da ideia.

5.2. Entrada/análise

	ÂMBITO	ESTRUTURA	RESULTADOS ESPERADOS	
RA	Social	Pobreza	Identificar problemas sociais de pobreza	
RA	Grupo	Agregado Alargado	Definir o grupo, trazê-lo a participar	
RA	Pequeno Grupo e Indivíduos	Agregados Próximos/ Famílias	Organizar os grupos alargado e próximo	
RA	Predial	Posse	Propriedade legalmente garantida	MC
RA	Fracções	Público Privado	Definir os limites da posse do público e do privado (condomínio e individual)	MC
RA	Financiamento	Próprio Próprio e/ou alheio	Coisa Pública aloca verbas e privados perspectivam-se	MC
RA	Usos e Equipamentos	Espaço e Serviços Públicos Espaço e Serviços Privados	Definição de programas preliminares	
		AC AC		

Neste quadro a análise comporta os três vectores, à esquerda a Regeneração do Agregado, à direita o Microcrédito e em baixo a Autoconstrução.

Define-se na coluna da esquerda os âmbitos que se pretendem abranger, na do meio a estrutura em que se identificam as questões e na da direita os resultados que se querem alcançar.

Usa-se um código de cores, em que se identificam sobreposições

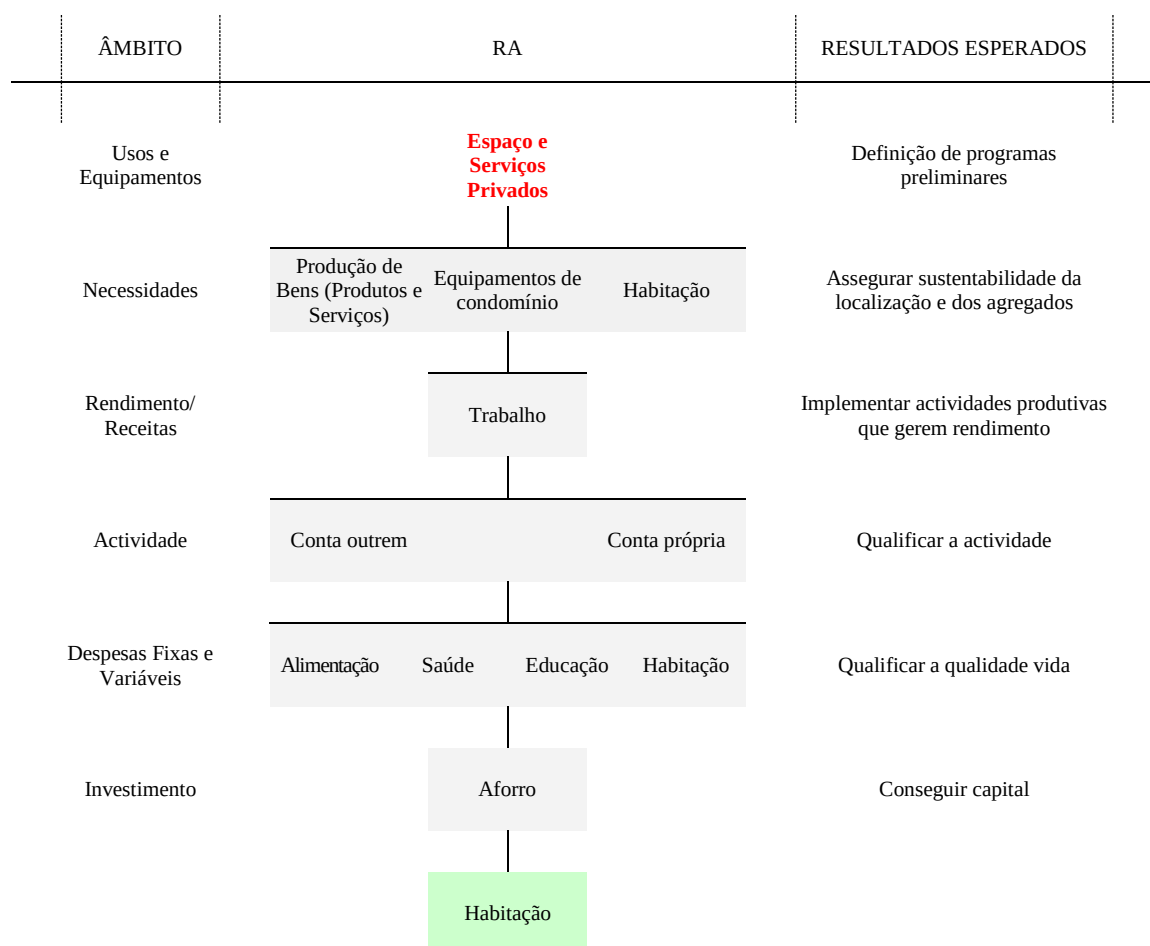
e constituem âncoras para os quadros seguintes, azul para a Regeneração dos Agregados, verde para o Microcrédito e vermelho para a Autoconstrução.

Exemplificando: No âmbito do financiamento em termos de vector RA este pode decorrer: de capitais próprios da dimensão pública (parte e condições de financiamento pelo estado); e da dimensão privada com capitais próprios ou alheios. Aqui cruza-se com a dimensão do vector MC, implicando o crédito ao investimento produtivo e/ou crédito à habitação, estes quando comportam uma construção, interceptam o vector AC.

Nos resultados esperados definem-se as condições de financiamento, identificando os montantes e as condições de alocação de verbas públicas e perspectivam-se os montantes e as condições de alocação de verbas pelos privados, quer sejam próprias ou alheias. Complementarmente no âmbito dos usos e equipamentos, estruturam-se programas.

5.3. Desenvolvimento/diagnóstico RA, MC, AC

5.3.1. Desenvolvimento/diagnóstico RA



Neste quadro fez-se transitar da análise quanto à Regeneração do Agregado, o espaços e serviço privados.

Define-se na coluna da esquerda os âmbitos que se pretendem abranger, na do meio a estrutura das acções implicadas e na da direita os resultados que se querem alcançar.

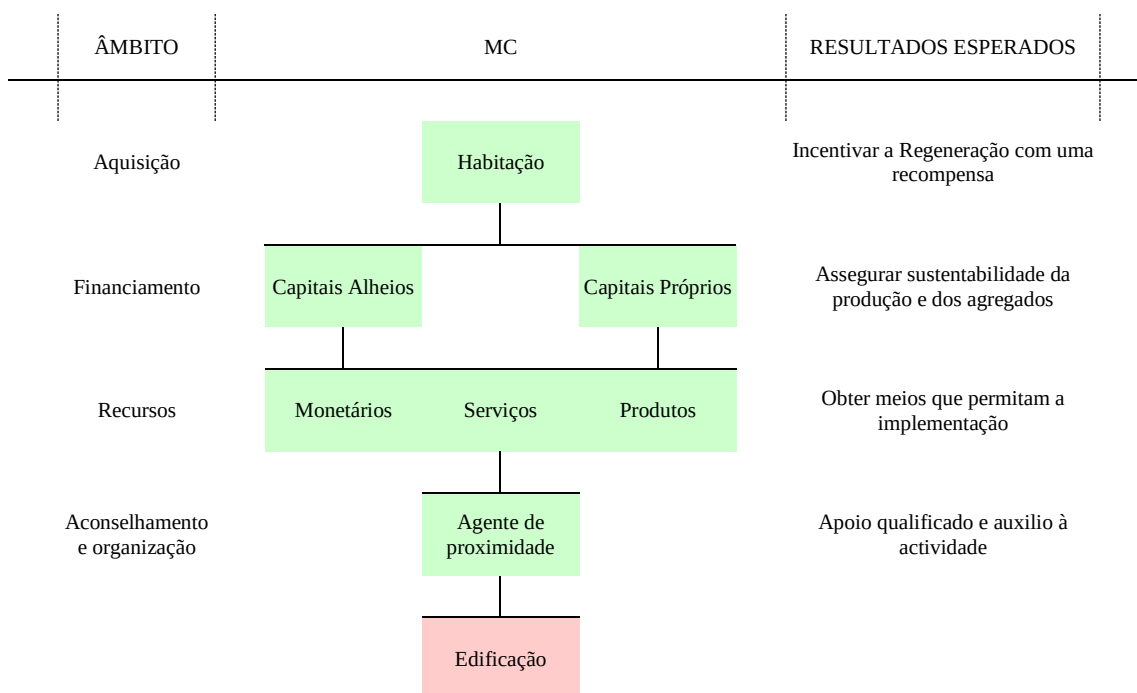
Usa-se um código de cores, em que se identificam sobreposições e constituem ancoras para os quadros seguintes, azul para a Regeneração dos Agregados, verde para o Microcrédito e

vermelho para a Autoconstrução.

Exemplificando: Quanto ao item espaço e serviço privados no vector RA (azul e vermelho), no âmbito das necessidades, concluiu-se pela necessidade para um agregado duma habitação com uma zona de trabalho, para assegurar a sua sustentabilidade. Implicitamente necessita de rendimentos e receitas que são provenientes desse trabalho, no caso por conta própria em serralharia. Os rendimentos aqui produzidos e outros associados, têm que suportar um conjunto de despesas, nomeadamente o do investimento na habitação com zona de trabalho, garantindo uma qualidade de vida adequada. Aqui cruza-se com o âmbito do investimento, implicando a capacidade de aforro de maneira a conseguir o capital necessário.

Os resultados esperados atrás referidos, levaram à possibilidade da construção duma habitação com zona de trabalho, identificando o programa das necessidades, assegurando a adequabilidade quanto à localização urbana, implementando actividades produtivas qualificadas, a qualidade de vida adequada e enquadrando os montantes necessários para suportar o investimento. Assim pode perspectivar-se alcançar a habitação que transita para o vector MC (verde).

5.3.2. Desenvolvimento/diagnóstico MC



Neste quadro fez-se transitar da Regeneração do Agregado, a habitação, para o vector MC.

Define-se na coluna da esquerda os âmbitos que se pretendem abranger, na do meio a estrutura das acções implicadas e na da direita os resultados que se querem alcançar.

Usa-se um código de cores, em que se identificam sobreposições e que constituem âncoras para os quadros seguintes, azul para a Regeneração dos Agregados, verde para o Microcrédito e vermelho para a Autoconstrução.

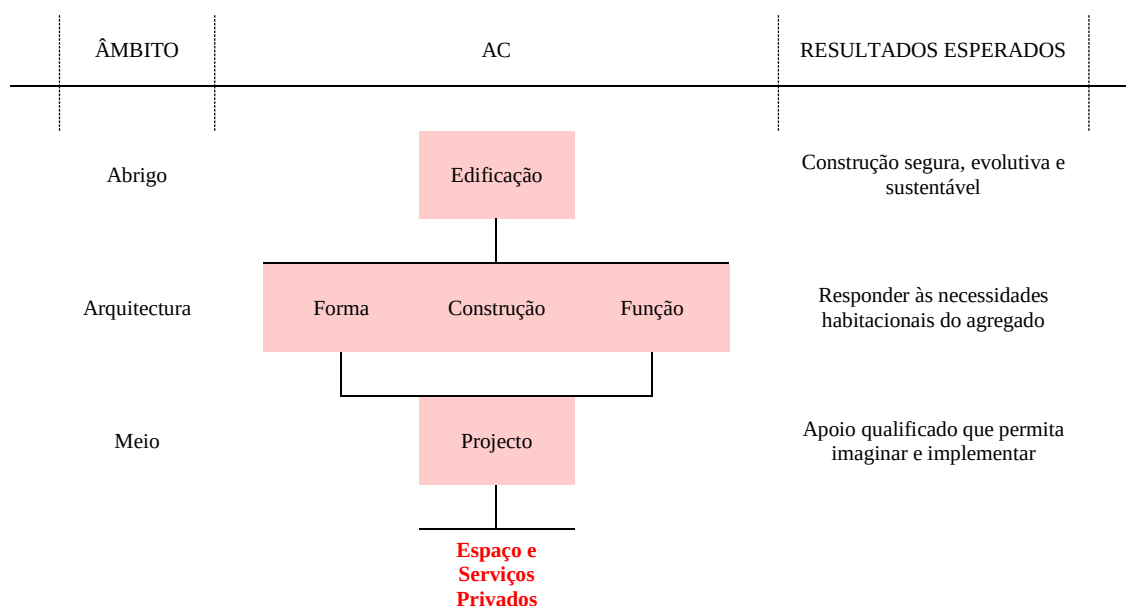
Exemplificando: Quanto ao item habitação no vector MC (verde), no âmbito definiu-se a necessidades de aquisição, concluiu-se pelo incentivo para ao agregado obtendo uma recompensa para o seu esforço. Implicitamente necessita de financiamento através de capitais próprios e alheios que devem assegurar continuidade e produção de riqueza. Os recursos necessários produzidos e outros associados, têm que abranger

um conjunto de aspectos, nomeadamente monetários, de serviços e de produtos, obtendo os meios que permitam a implementação. Tem que haver necessariamente aconselhamento e organização aqui cruza-se com a actividade do agente de proximidade, implicando apoio e auxílio qualificados.

Nos resultados esperados referidos no vector anterior (RA), já estavam identificados o programa das necessidades, a adequabilidade quanto à localização urbana, a implementação de actividades produtivas qualificadas, a qualidade de vida adequada e os montantes necessários para suportar o investimento, levando a poder perspectivar alcançar a habitação.

Aqui, os resultados esperados atrás referidos, levaram à possibilidade de edificar a habitação, garantindo a sua aquisição, o respectivo financiamento e os diferentes recursos necessários à sua construção, assim como a participação dum agente de proximidade em todo o processo e pós construção. Assim pode perspectivar-se a edificação da habitação que transita para o vector AC (vermelho).

5.3.3. Desenvolvimento/diagnóstico AC



Neste quadro fez-se transitar do Microcrédito, a edificação, para o vector AC.

Define-se na coluna da esquerda os âmbitos que se pretendem abranger, na do meio a estrutura das acções implicadas e na da direita os resultados que se querem alcançar.

Usa-se um código de cores, em que se identificam sobreposições e que constituem âncoras para os quadros seguintes, azul para a Regeneração dos Agregados, verde para o Microcrédito e vermelho para a Autoconstrução.

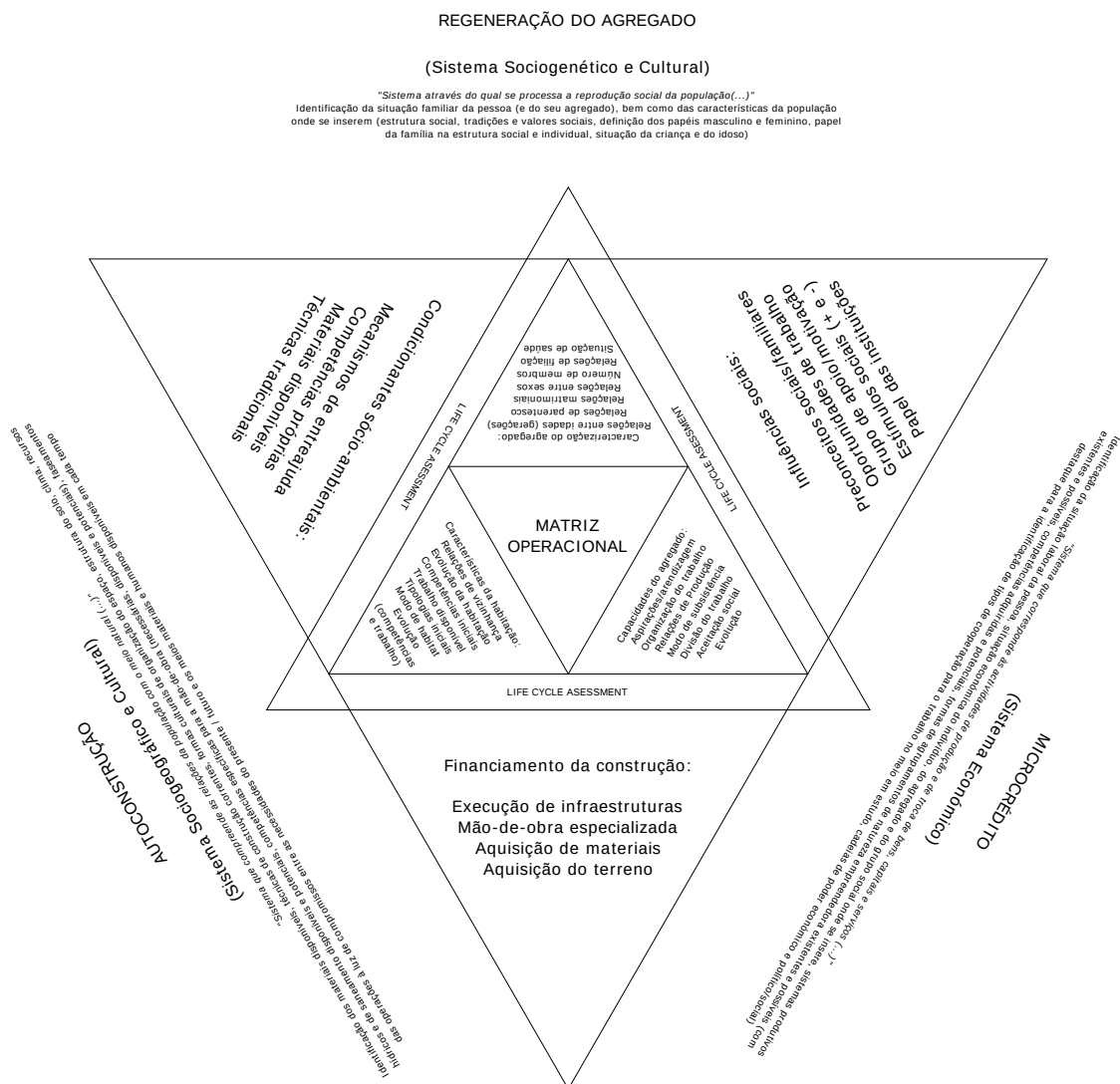
Exemplificando: Quanto ao item edificação no vector AC (vermelho), no âmbito definiu-se a necessidades de abrigo, concluiu-se pelas condições necessárias a uma construção segura, evolutiva espacial e qualitativamente, sendo sustentável. Implicitamente necessita de tomar forma (arquitectura) através duma abordagem quanto à forma, função e construção. Os meios implicam a produção dos projectos necessários com apoio qualificado.

Nos resultados esperados referidos no vector anterior (RA), já estavam identificados o programa das necessidades, a adequabilidade quanto à localização urbana, a implementação de actividades produtivas qualificadas, a qualidade de vida adequada e os montantes necessários para suportar o investimento, levando a poder perspectivar alcançar a habitação.

Nos resultados esperados referidos no vector anterior (MC), já estavam identificados para a edificação a garantia da aquisição, o financiamento, os recursos necessários à sua construção e a participação dum agente de proximidade em todo o processo e pós construção levando a poder perspectivar a edificação da habitação.

Aqui, os resultados esperados atrás referidos, levaram à possibilidade de construir a habitação, garantindo a sua segurança, evolução e sustentabilidade, a respostas às ambições formais, funcionais e construtivas do agregado, bem como apoios qualificados quanto aos projectos envolvidos e ao desenvolvimento da construção. Assim pode efectuar-se a construção do edifício e o seu uso.

5.4. Saída/proposta



A habitação, na maioria das situações constitui o maior investimento realizado por um agregado.

Resumindo, quer-se implicá-la na dinâmica de qualificação de vida dos mais desfavorecidos (comer, escolaridade, habitação condigna e sustentabilidade da subsistência), incorporando a preocupação de não contribuir para a degradação do ambiente, sustentada pela aplicação contínua dum modelo de Life Cycle

Assessment, na sua construção.

Tendo-se desenvolvido anteriormente os aspectos referentes aos três vectores considerados, aborda-se aqui o papel do filtro decorrente do LCA, onde se optou por estender aos aspectos sociais e económicos, para além dos ambientais, a noção de sustentabilidade da operação de realojamento, entendida enquanto sistema físico económico e social que tem condições para se regenerar, implementar e conservar.

Ao longo das últimas décadas, foi desenvolvido um conjunto muito significativo de quadros conceptuais em torno do desenvolvimento urbano sustentável bem como uma vasta panóplia de metodologias ou de ferramentas para o testar.

Tang, Hui-Ting e Lee, Yuh-Ming (2016), fazem referência aos modelos de “Cidades saudáveis”, “Cidades sustentáveis”, “Cidades de baixo carbono”, “Desenvolvimento orientado para o transporte sustentável”, “Cidades compactas”, “Cidades inteligentes”, “Cidades verdes”, “Cidades habitáveis”, teorias que partem de preocupações distintas com origem em diferentes sectores ou disciplinas, mas que partilham uma ideia central e um mesmo objectivo: alcançar o máximo desenvolvimento com o menor consumo de recursos e de impacto ambiental.

O alargamento do conceito de sustentabilidade, quer seja no âmbito de operações de urbanização como no planeamento urbano e regional, veio introduzir novos vectores, dos domínios da economia e da esfera social e cultural, nomeadamente introduzindo os conceitos de equidade, inclusão e participação. Passou-se para uma abordagem integrada: “O ambiente construído constitui um capital (recurso) físico, económico, social e cultural, que geralmente existe de forma integrada.” (HASSLER. et al. 2004)

No documento “Cidades Sustentáveis 2020” do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia 2015, foram definidos quatro eixos estratégicos: Inteligência e Competitividade, Sustentabilidade e Eficiência, Inclusão e Capital Humano, Territorialização e Governança; e uma visão em que a cidade sustentável é uma cidade mais próspera, mais resiliente, mais saudável, mais justa e mais conectada. No âmbito da Sustentabilidade e Eficiência, faz-se referência, entre outros, à regeneração e reabilitação urbana, habitação, ambiente urbano e baixo carbono. No eixo Inclusão e Capital Humano, faz-se referência à inclusão social, capacitação e iniciativa, cultura, cidadania e responsabilidade e comunidades urbanas. Isto para ilustrar as múltiplas dimensões associadas hoje ao conceito de sustentabilidade urbana.

No que respeita aos sistemas de certificação ambiental, inicialmente aplicavam-se essencialmente na avaliação de edifícios, infraestruturas e materiais de construção, uns mais direccionados para o consumo energético ou de recursos naturais, outros para o ciclo de vida e para os impactos no ambiente, orientados regra geral para os seguintes objectivos: eficiência energética; minimização do consumo de água; uso de fontes de energia renovável; reciclagem; poluição do ambiente; impermeabilização do solo; uso de materiais e técnicas sustentáveis e reaproveitamento de materiais provenientes de demolição.

De acordo com “Os métodos de avaliação existentes (EIA, Avaliação de Risco, SEA, Custo-Benefício, LCA e LCC) são quase exclusivamente relacionados com o impacto. O objetivo é minimizar o impacto ou custo de um produto ou serviço (LCA, LCC), projecto (EIA) ou plano (SEA). Embora a eficiência de todos os processos, produtos e planos possa ser melhorada, isso é insuficiente para atingir os objectivos de sustentabilidade. A

longo prazo, a suficiência e a conservação de recursos tornam-se critérios igualmente importantes e precisam de integração em todas as avaliações.”

Duas abordagens são interessantes neste contexto, a abordagem ecossistémica e a economia circular.

“As cidades podem ser descritas como um ecossistema físico complexo, de forma semelhante às zonas húmidas ou florestas. Técnicas de ecologia empírica podem ser aplicadas à modelagem de cidades em termos de fluxos de energia, nutrientes, materiais abióticos e os seus efeitos podem ser analisados nos outros ecossistemas físicos (como a paisagem circundante). A descrição do sistema é referida como "metabolismo urbano". Os conceitos de ecologia física também podem ser aplicados metaforicamente à dimensão social das cidades - pensar em cada cidade como um ecossistema social. (HASSLER. et al. 2004)

Ainda de acordo com os mesmos autores, “A Análise do Ciclo de Vida (LCA) tem sido considerada particularmente relevante porque aumentou os limites tradicionais do sistema no espaço, no tempo e no número de aspectos envolvidos.”, no entanto, “A aplicação da Análise do Ciclo de Vida aos fragmentos urbanos só é relevante se situado dentro da estrutura conceptual maior do urbano sustentável.”

A economia circular é a transição do modelo linear de produção de bens e serviços, para um modelo circular. Este modelo defende que os resíduos devem ser transformados, através da inovação, em potenciais subprodutos ou outros materiais. Se na LCA se faz a avaliação das entradas, saídas e dos impactos ambientais potenciais de um sistema de produto ao longo do seu ciclo de vida, neste modelo trata-se de reincorporar no sistema o

produto através da sua reutilização, recuperação ou reciclagem. Esta abordagem pode ser aplicada ao sistema urbano no seu todo.

Partindo deste breve enquadramento conceptual, e de forma a identificar requisitos ou critérios a incorporar na matriz operacional, propõe-se a leitura de três documentos, em que o primeiro tem um carácter político, estabelecendo metas que se querem universais para o desenvolvimento urbano sustentável e os outros dois são operacionais, na medida em que constituem sistemas de certificação de sustentabilidade, a saber:

- a. Draft outcome document of the United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III) Outubro 2016;
- b. LEED v4 for neighborhood development (Leadership in Energy and Environmental Design, US Green Building Council, updated April 5, 2016);
- c. LiderA – Sistema voluntário para a sustentabilidade dos ambientes construídos (Lisboa, IST Janeiro 2011)

Habitat III – Draft outcome document of the United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development, Outubro 2016

A 21 de Outubro de 2016, em Quito no Equador, a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável adoptou uma Nova Agenda Urbana onde se define como as cidades devem ser planeadas e geridas para promover uma urbanização sustentável. Este documento vem na sequência de várias iniciativas cujos trabalhos se iniciaram em Vancouver em 1976, passando por Istambul em 1996, dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em 2000 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: “A Nova Agenda Urbana reafirma o nosso compromisso global com o desenvolvimento urbano sustentável como um passo crítico para a realização do desenvolvimento sustentável de forma integrada e coordenada nos níveis global, regional, nacional, sub-nacional e local, com a participação de todos os actores relevantes. A implementação da Nova Agenda Urbana contribui para a implementação e localização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de forma integrada e para a consecução dos Objectivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável, incluindo o Objectivo 11 de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, resilientes e sustentáveis.”

Assenta numa visão suportada por 3 grandes princípios:

- a. não deixar ninguém para trás;
- b. assegurar economias urbanas sustentáveis e inclusivas;

c. garantir a sustentabilidade ambiental.

No Plano de implementação de Quito para a Nova Agenda Urbana são descritos um conjunto muito detalhado de compromissos organizados em torno de 3 vectores, o primeiro “Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e erradicação da pobreza” dirigido essencialmente para as questões socioeconómicas das pessoas e comunidades onde se integram, o segundo “Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos” relacionado com o desenvolvimento económico e o terceiro “Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente” focado nas questões ambientais.

Faz-se aqui a transcrição de excertos que tocam nos assuntos com maior relevância para a problemática da tese:

Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e erradicação da pobreza:

“25. (...) a organização espacial, a acessibilidade e o desenho do espaço urbano, assim como as infraestruturas e a prestação de serviços básicos, juntamente com políticas de desenvolvimento, podem promover ou dificultar a coesão social, a igualdade e a inclusão.”

“26. (...) desenvolvimento (...) centrado nas pessoas, protege o planeta, é sensível à idade e ao género e à realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, facilitando a convivência, acabando com todas as formas de discriminação e violência e capacitando todos os indivíduos e comunidades para uma participação plena e com significado. (...)”

“27. (...) partilha equitativa das oportunidades e benefícios que a urbanização pode oferecer (...)”

“31. (...) direito à habitação adequada para todos enquanto componente do direito a um padrão de vida adequado; (...) a participação e o envolvimento das comunidades e das partes interessadas no planeamento e implementação destas políticas, incluindo o apoio à produção social de habitação, (...)”

“32. (...) políticas de habitação integradas sectorialmente e adaptadas às idades e aos géneros, em especial nos sectores do emprego, da educação, da saúde e da integração social, e a todos os níveis da administração pública – políticas e abordagens que incorporem a disponibilização de habitações adequadas, acessíveis, a custos acessíveis, eficientes em termos de recursos, seguras, resilientes, bem conectadas e bem localizadas, com especial atenção ao factor de proximidade e ao reforço da relação espacial com o resto do tecido urbano e as áreas funcionais envolventes.”

“33. (...) variedade de opções de habitação adequadas, seguras, acessíveis e acessíveis aos membros de diferentes grupos de rendimento, levando em consideração a integração socioeconómica e cultural das comunidades marginalizadas, sem-abrigo e em situação de vulnerabilidade, prevenindo a segregação. (...)”

“34. (...) acesso universal, equitativo e a custos suportáveis a infraestruturas físicas e sociais básicas e sustentáveis, sem discriminação, incluindo terreno urbanizado a custos acessíveis, habitação, energia moderna e renovável, água potável e saneamento, alimentação segura, nutritiva e adequada, mobilidade sustentável, cuidados de saúde e planeamento familiar, educação, cultura e tecnologias de informação e comunicação. (...)”

“35. (...) segurança de posse para todos, reconhecendo a pluralidade de tipos de posse, e desenvolvendo soluções no âmbito do direito fundiário adaptadas à finalidade (...)”

“37. (...) espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas e ciclovias, praças, frentes ribeirinhas, jardins e parques, que constituem áreas multifuncionais de interação social e de inclusão, de saúde e bem-estar, de trocas económicas e de expressão e diálogo cultural (...)”

“38. (...) património natural e cultural, tangível e intangível, (...) destacando o seu papel na reabilitação e revitalização das zonas urbanas e no reforço da

participação social e do exercício da cidadania.”

“41. (...) participação consequente nos processos de tomada de decisão, planeamento e acompanhamento para todos, assim como um maior envolvimento civil e coprodução.”

Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos:

“43. (...) emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, é um elemento-chave do desenvolvimento urbano e territorial sustentável (...).”

“44. (...) forma urbana, a infraestrutura e o desenho de edifícios estão entre os maiores impulsionadores de eficiência de custos e recursos, (...).”

“46. (...) a habitação aumenta a formação de capital, gera empregos e poupança e pode contribuir para impulsionar uma economia sustentável e inclusiva nos níveis nacional, sub-nacional e local.”

“48. (...) a participação e a colaboração efectiva entre todas as partes interessadas, (...), a fim de identificar oportunidades de desenvolvimento económico urbano e identificar e enfrentar os desafios existentes e emergentes.”

“51. (...) gestão e utilização sustentáveis dos recursos naturais e da terra, compactação e densidade adequadas, policentrismo e usos mistos, através de estratégias de preenchimento ou expansão urbana, (...).”

“52. (...) priorizando a renovação urbana, planeando a construção de infraestruturas e serviços acessíveis e bem conectados, densidades populacionais sustentáveis e desenho compacto e a integração de novos bairros na cidade, (...).”

“53. (...) espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade como motores do desenvolvimento social e económico, (...).”

“54. (...) energias renováveis e a preços acessíveis e, sempre que possível, infraestruturas e serviços de transporte sustentáveis e eficientes, obtendo os benefícios da conectividade e reduzindo os custos financeiros, ambientais e de saúde pública (...).”

“55. (...) acesso a serviços públicos adequados, inclusivos e de qualidade; um ambiente limpo, levando em consideração directrizes de qualidade do ar, incluindo aquelas elaboradas pela Organização Mundial de Saúde; e infraestruturas e instalações sociais, como os serviços de saúde, (...).”

“56. (...) aumentar a produtividade económica, (...), fornecendo à força de trabalho acesso a oportunidades de geração de rendimento, conhecimento, instituições educativas e de formação profissional (...).”

“57. (...) promover, conforme for apropriado, o emprego pleno e produtivo, o trabalho decente para todos (...), com especial atenção às necessidades e ao potencial das mulheres, dos jovens, das pessoas com deficiência, dos povos indígenas e das comunidades locais, refugiados e as pessoas internamente deslocadas e os migrantes, em particular os mais pobres e em situação de vulnerabilidade, e promover o acesso não discriminatório às oportunidades legais de obtenção de rendimentos.”

“58. (...) enfrentar os desafios enfrentados pelas comunidades empresariais locais, apoiando as micro, pequenas e médias empresas e cooperativas em toda a cadeia de valor, em especial as empresas da economia social e solidária e informal.”

“59. (...) a reconhecer o contributo dos trabalhadores pobres na economia informal, em particular as mulheres, incluindo os trabalhadores não remunerados, nacionais e migrantes, para as economias urbanas, tendo em conta as circunstâncias nacionais. (...). Uma transição progressiva dos trabalhadores e das unidades económicas para a economia formal será desenvolvida através da adopção de uma abordagem equilibrada, combinando incentivos e medidas de cumprimento, promovendo simultaneamente a preservação e melhoria dos meios de subsistência existentes. (...).”

Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente:

“65. (...) gestão sustentável dos recursos naturais nas cidades e nos

assentamentos humanos de uma forma que proteja e melhore o ecossistema urbano e os serviços ambientais, reduza as emissões de gases de efeito estufa e a poluição do ar e promova a redução e a gestão do risco de desastres, (...).”

“69. (...) preservar e promover a função ecológica e social da terra, (...) promover o uso sustentável da terra, combinando extensões urbanas com densidades e compactação adequadas para prevenir e conter a expansão urbana, bem como prevenir a mudança desnecessária do uso da terra e a perda de terras produtivas e ecossistemas frágeis e importantes.”

“70. (...) apoiar a prestação local de bens e serviços básicos e alavancar a proximidade dos recursos, (...).”

“71. (...) gestão sustentável dos recursos, incluindo a terra, a água (oceanos, mares e água doce), a energia, os materiais, as florestas e os alimentos, com especial atenção à gestão ambientalmente racional e minimização de todos os resíduos, produtos químicos perigosos, incluindo o ar e os poluentes atmosféricos de curta duração, os gases com efeito de estufa e o ruído, e de uma forma que considere as ligações urbano-rurais, o abastecimento funcional e as cadeias de valor em relação ao impacto ambiental e à sustentabilidade e que trate de transitar para uma economia circular, facilitando a conservação, a regeneração, a restauração e a resiliência dos ecossistemas face a desafios novos e emergentes.”

“73. (...) utilização sustentável da água (...).”

“74. (...) gestão ambientalmente racional dos resíduos e a diminuição substancial da produção de resíduos através da redução, reutilização e reciclagem de resíduos, (...).”

“75. (...) desenvolver energia sustentável, renovável e acessível, edifícios e modos de construção eficientes em termos energéticos; (...).”

“76. (...) uso eficiente das matérias-primas e materiais de construção como o betão, os metais, a madeira, os minerais e a terra. (...) edifícios sustentáveis e resilientes, e priorizando o uso de materiais locais, não-tóxicos e reciclados e tintas e revestimentos livres de aditivos de chumbo.”

LEED v4 – For neighborhood development (Leadership in Energy and Environmental Design, US Green Building Council, updated April 5, 2016)

O LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) é uma certificação para construções sustentáveis, concebida e concedida pela Organização não-governamental americana U.S. Green Building Council (USGBC), em prática desde 1998. É talvez a certificação mais utilizada a nível mundial.

Mais tarde foi criado o LEED ND (neighborhood development) para a certificação de bairros. Embora se reconheçam algumas preocupações muito próprias à problemática urbanística norte-americana, sistematiza a generalidade dos princípios da urbanização sustentável.

“Através da certificação, a LEED for Neighborhood Development reconhece projectos de desenvolvimento que protegem e melhoram com êxito a saúde pública, o ambiente natural e a qualidade de vida das nossas comunidades. O sistema de rating incentiva o crescimento inteligente e as melhores práticas do novo urbanismo, promovendo a localização e o design de bairros que reduzem os quilómetros percorridos e as comunidades onde os postos de trabalho e os serviços são acessíveis a pé ou de transportes públicos. Promove uma utilização mais eficiente da energia e da água - especialmente importante em áreas urbanas onde a infraestrutura está muitas vezes sobrecarregada. Todos esses benefícios contribuem para a identidade e atractividade de uma comunidade. (...). Ao melhorar a eficiência, contribuir para o desenvolvimento económico, proteger o ambiente natural, fortalecer a independência energética, apoiar a proteção climática, construir comunidades mais saudáveis e melhorar a qualidade de vida, os projectos certificados por

LEED para o Desenvolvimento de Bairros irão contribuir para o trinómio - desenvolvimento económico, proteção ambiental e aumento da equidade.” (USGBC, 2009)

Os requisitos ou parâmetros de avaliação estão organizados em 3 temas: localização, onde se avalia a pertinência do local em termos biofísicos e na sua relação com a estrutura e infraestrutura urbana; desenho, onde se pontuam as opções do modelo urbano projectado; infraestrutura e edifícios, relacionado com os materiais e sistemas utilizados na construção, consumos e impactos ambientais.

Localização – requisitos:

Localização inteligente, comunidades ecológicas e espécies em perigo, conservação de zonas húmidas e corpos de água, conservação de terrenos agrícolas, proteção de leitos de cheia, localização preferencial, acesso a transportes, rede ciclável, proximidade residência-trabalho, proteção de escarpas, conservação, recuperação e gestão de habitats ou zonas húmidas.

Vale a pena desenvolver o que se entende por localização inteligente e localização preferencial. Esta pode ser de 4 tipos: preenchimento de vazios urbanos; áreas adjacentes e bem conectadas; áreas servidas por transporte ou áreas na proximidade de equipamentos existentes. São prioritários os bairros de geração espontânea, os bairros económica e socialmente problemáticos e a reconversão de áreas abandonadas.

Desenho – requisitos:

Desenvolvimento compacto, comunidade aberta e conectada, pedonalidade das vias, diversidade de usos, diversidade de tipologias habitacionais e a custos controlados / acessíveis para venda ou aluguer, reduzida mancha de estacionamento, existência e gestão de transporte colectivo, acesso a espaços cívicos públicos, acesso a espaços de recreio e desporto, acessibilidade universal, participação da comunidade – ao longo do projecto, implementação e manutenção, produção local de alimentos, arborização do espaço público, escolas locais.

Infraestruturas e Edifícios – requisitos:

Prevenção da poluição na construção, existência de edifícios certificados, eficiência energética, minimização do consumo de água – edifício e espaços exteriores, reabilitação/reconversão de edifícios, reabilitação de edifícios históricos, redução da perturbação do acto de construção, gestão da água das chuvas, redução do efeito de “ilha de calor”, aproveitamento da exposição solar – arquitectura solar passiva e activa, geração local de energia renovável, sistemas colectivos de aquecimento e arrefecimento, eficiência energética das infraestruturas, reaproveitamento de águas cinzentas e negras, emprego de materiais reciclados na construção, redução de detritos decorrentes da construção através de reciclagem de material, gestão dos resíduos sólidos urbanos (reciclagem, reutilização, etc.).

LiderA – Sistema voluntário para a sustentabilidade dos ambientes construídos (Lisboa, IST Janeiro 2011)

Por último, faz-se referência ao sistema de reconhecimento/certificação nacional, LiderA. Aplica-se a planos e a projectos e a empreendimentos em construção ou operação. A primeira versão, de 2005, destinava-se essencialmente aos edifícios e espaço exterior associado. Esta versão já foi adaptada ao sistema urbano, podendo-se aplicar a bairros ou zonas da cidade.

“Os princípios sugeridos para a procura da sustentabilidade são os seguintes:

Princípio 1 – Valorizar a dinâmica local e promover uma adequada integração;

Princípio 2 – Fomentar a eficiência no uso dos recursos;

Princípio 3 – Reduzir o impacte das cargas (quer em valor, quer em toxicidade);

Princípio 4 – Assegurar a qualidade do ambiente, focada no conforto ambiental;

Princípio 5 – Fomentar as vivências socioeconómicas sustentáveis;

Princípio 6 – Assegurar a melhor utilização sustentável dos ambientes construídos, através da gestão ambiental e da inovação.

As seis vertentes subdividem-se em vinte e duas áreas:

- Integração local, no que diz respeito ao solo, aos ecossistemas naturais e paisagem e ao património;
 - Recursos, abrangendo a energia, a água, os materiais e os recursos alimentares;
 - Cargas ambientais, envolvendo os efluentes, as emissões atmosféricas, os resíduos, o ruído exterior e a poluição lumino-térmica;
 - Conforto ambiental, nas áreas da qualidade do ar, do conforto térmico e da iluminação e acústica;
 - Vivência socioeconómica, que integra o acesso para todos, os custos no ciclo de vida, a diversidade económica, as amenidades e a interação social e participação e controlo;
 - Condições de uso sustentável que integra a gestão ambiental e inovação.”
- (Pinheiro, 2011)

A redundância da transcrição das listagens suportadas nos três documentos referidos, justifica-se, pois estas configuram um léxico de recurso para as entradas dos três vectores da matriz, que podem ser escolhidos numa lógica de lista de verificação, consubstanciando o desenvolvimento do quadro final (saída).

Desenvolvem-se de seguida tabelas relacionando os sistemas sociogenético, económico e sociogeográfico do organograma da matriz apresentado no quadro final, de forma a desenvolver e dar legibilidade ao que se pretende.

Quadro de princípios e parâmetros de sustentabilidade - Habitat III		
VECTORES	PRINCÍPIOS	COMPROMISSOS
SISTEMA SOCIOGENÉTICO (Vector RA)		
acesso a emprego, educação, saúde, assistência social, justiça, cultura + capacitação / capital social	NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS - Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e erradicação da pobreza	A importância do desenho urbano, da organização espacial, das infraestruturas e dos serviços básicos na coesão social, igualdade e inclusão; desenvolvimento centrado nas pessoas, partilha equitativa das oportunidades e benefícios que a urbanização pode oferecer; direito a habitação adequada para todos enquanto direito a um padrão de vida adequado; participação e envolvimento das comunidades e das partes interessadas; produção de habitação social; políticas de habitação integradas sectorialmente (emprego, educação, saúde e integração social); habitações adequadas, acessíveis, a custos acessíveis, eficientes em termos de recursos, seguras, resilientes, bem conectadas e bem localizadas, com especial atenção ao fator de proximidade e ao reforço da relação espacial com o resto do tecido urbano e as áreas funcionais envolventes; variedade de opções de habitação adequadas, seguras, acessíveis e acessíveis aos membros de diferentes grupos de rendimento, levando em consideração a integração socioeconómica e cultural das comunidades marginalizadas, sem-abrigo e em situação de vulnerabilidade, prevenindo a segregação; acesso universal, equitativo e a custos suportáveis a infraestruturas físicas e sociais básicas e sustentáveis, sem discriminação, incluindo terreno urbanizado a custos acessíveis, habitação, energia moderna e renovável, água potável e saneamento, alimentação segura, nutritiva e adequada, mobilidade sustentável, cuidados de saúde e planeamento familiar, educação, cultura e tecnologias de informação e comunicação; segurança de posse para todos; espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas e ciclovias, praças, frentes ribeirinhas, jardins e parques, que constituem áreas multifuncionais de interação social e de inclusão, de saúde e bem-estar, de trocas económicas e de expressão e diálogo cultural
SISTEMA ECONÓMICO (Vector MI)		
rendimento + património	ASSEGURAR ECONOMIAS URBANAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVAS - Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos	Emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, é um elemento-chave do desenvolvimento urbano e territorial sustentável; forma urbana, a infraestrutura e o desenho de edifícios estão entre os maiores impulsionadores de eficiência de custos e recursos; a habitação aumenta a formação de capital, gera empregos e poupança e pode contribuir para impulsionar uma economia sustentável e inclusiva nos níveis nacional, subnacional e local; aumentar a produtividade económica, fornecendo à força de trabalho acesso a oportunidades de geração de rendimento, conhecimento, instituições educativas e de formação profissional; com especial atenção às necessidades e ao potencial das mulheres, dos jovens, das pessoas com deficiência, dos povos indígenas e das comunidades locais, refugiados e as pessoas internamente deslocadas e os migrantes, em particular os mais pobres e em situação de vulnerabilidade, e promover o acesso não discriminatório às oportunidades legais de obtenção de rendimentos; reconhecer o contributo dos trabalhadores pobres na economia informal, em particular as mulheres, incluindo os trabalhadores não remunerados, nacionais e migrantes, para as economias urbanas, tendo em conta as circunstâncias nacionais; a transição progressiva dos trabalhadores e das unidades económicas para a economia formal será desenvolvida através da adopção de uma abordagem equilibrada, combinando incentivos e medidas de cumprimento, promovendo simultaneamente a preservação e melhoria dos meios de subsistência existentes
SISTEMA SOCIOGEOGRÁFICO (Vector AC)		
tipologia + sistema construtivo + sistema urbano	GARANTIR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente	Preservar e promover a função ecológica e social da terra; promover o uso sustentável da terra, combinando extensões urbanas com densidades e compactação adequadas para prevenir e conter a expansão urbana, bem como prevenir a mudança desnecessária do uso da terra e a perda de terras produtivas e ecossistemas frágeis e importantes; apoiar a prestação local de bens e serviços básicos e alavancar a proximidade dos recursos; gestão sustentável dos recursos, incluindo a terra, a água (oceanos, mares e água doce), a energia, os materiais, as florestas e os alimentos, com especial atenção à gestão ambientalmente racional e minimização de todos os resíduos, produtos químicos perigosos, incluindo o ar e os poluentes atmosféricos de curta duração, os gases com efeito de estufa e o ruído, e de uma forma que considere as ligações urbano-rurais, o abastecimento funcional e as cadeias de valor em relação ao impacto ambiental e à sustentabilidade e que trate de transitar para uma economia circular, facilitando a conservação, a regeneração, a restauração e a resiliência dos ecossistemas face a desafios novos e emergentes; utilização sustentável da água, gestão ambientalmente racional dos resíduos, energia sustentável, renovável e acessível, edifícios e modos de construção eficientes em termos energéticos, uso eficiente das matérias-primas e materiais de construção como o betão, os metais, a madeira, os minerais e a terra; edifícios sustentáveis e resilientes, e priorizando o uso de materiais locais, não-tóxicos e reciclados e tintas e revestimentos livres de aditivos de chumbo

Quadro de princípios e parâmetros de sustentabilidade - LEED v4		
VECTORES	VERTENTES	REQUISITOS E CRÉDITOS
SISTEMA SOCIOGENÉTICO (Vector RA)		
acesso a emprego, educação, saúde, assistência social, justiça, cultura + capacitação / capital social	LOCALIZAÇÃO	Reabilitação de áreas preferenciais, proximidade residência-trabalho, proximidade a escolas
	DESENHO	Comunidade aberta, diversidade de usos, diversidade de tipologias habitacionais a custos controlados/acessíveis, pedonalidade e intrincabilidade das vias, transporte colectivo, acessos a espaços cívicos públicos, acesso a espaços de recreio e desporto, acessibilidade universal, participação da comunidade ao longo do projecto, implementação e manutenção, produção local de alimentos, escolas locais
SISTEMA ECONÓMICO (Vector MI)		
rendimento + património	LOCALIZAÇÃO	Reabilitação de áreas preferenciais, proximidade residência-trabalho
	DESENHO	Comunidade aberta, diversidade de usos, participação da comunidade ao longo do projecto, implementação e manutenção, produção local de alimentos
	INFRAESTRUTURA E EDIFÍCIOS	Reabilitação/reconversão de edifícios
SISTEMA SOCIOGEOGRÁFICO (Vector AC)		
tipologia + sistema construtivo + sistema urbano	LOCALIZAÇÃO	Localização adequada do bairro, acesso a transportes, rede ciclável, proximidade residência-trabalho, proteção das comunidades ecológicas e espécies em perigo, conservação das zonas húmidas e corpos de água, conservação dos terrenos agrícolas, proteção dos leitos de cheia, proteção de escarpas, conservação, recuperação e gestão de habitats
	DESENHO	Desenvolvimento compacto, diversidade de tipologias habitacionais a custos controlados/acessíveis, pedonalização, reduzida dependência dos automóveis, existência de transporte colectivo, acesso a espaços cívicos públicos, a espaços de recreio e desporto, arborização, escolas locais
	INFRAESTRUTURA E EDIFÍCIOS	Prevenção da poluição e perturbação na construção, existência de edifícios certificados, eficiência energética, minimização do consumo de água – edifício e espaços exteriores, reabilitação/reconversão de edifícios, gestão da água das chuvas, redução do efeito de “Ilha de Calor”, aproveitamento da exposição solar – arquitectura solar passiva e ativa, geração local de energia renovável, sistemas colectivos de aquecimento e arrefecimento, eficiência energética das infraestruturas, reaproveitamento de águas cinzentas e negras, emprego de materiais reciclados na construção, redução de detritos decorrentes da construção através de reciclagem de material, gestão dos resíduos sólidos urbanos (reciclagem, reutilização, etc.), redução da poluição luminosa

Quadro de princípios e parâmetros de sustentabilidade - LiderA			
VECTORES	PRINCÍPIOS	VERTENTES	CRITÉRIOS
SISTEMA SOCIOGENÉTICO (Vector RA)			
acesso a emprego, educação, saúde, assistência social, justiça, cultura + capacitação / capital social	Valorizar a dinâmica local e promover uma adequada integração	VIVÊNCIA SOCIOECONÓMICA	Acesso a transportes públicos, mobilidade de baixo impacto, soluções inclusivas, flexibilidade - adaptabilidade aos usos, dinâmica económica, trabalho local, amenidades locais, interação com a comunidade, capacidade de controlo, condições de participação e governância, controlo de riscos naturais, controlo de ameaças humanas, custos no ciclo de vida
	Fomentar as vivências socioeconómicas sustentáveis	USO SUSTENTÁVEL	Condições de utilização ambiental, sistema de gestão ambiental, inovações
	Assegurar a melhor utilização sustentável dos ambientes construídos, através da gestão ambiental e da inovação		
SISTEMA ECONÓMICO (Vector MI)			
rendimento + património	Valorizar a dinâmica local e promover uma adequada integração	VIVÊNCIA SOCIOECONÓMICA	Acesso a transportes públicos, mobilidade de baixo impacto, soluções inclusivas, flexibilidade - adaptabilidade aos usos, dinâmica económica, trabalho local, amenidades locais, interação com a comunidade, capacidade de controlo, condições de participação e governância, controlo de riscos naturais, controlo de ameaças humanas, custos no ciclo de vida
	Fomentar as vivências socioeconómicas sustentáveis	USO SUSTENTÁVEL	Condições de utilização ambiental, sistema de gestão ambiental, inovações
	Assegurar a melhor utilização sustentável dos ambientes construídos, através da gestão ambiental e da inovação		
SISTEMA SOCIOGEOGRÁFICO (Vector AC)			
tipologia + sistema construtivo + sistema urbano	Fomentar a eficiência no uso dos recursos	RECURSOS	Eficiência nos consumos e certificação energética, desenho passivo, intensidade em carbono, consumo de água potável, gestão das águas locais, durabilidade, materiais locais, materiais de baixo impacto, produção local de alimentos
	Reduzir o impacto das cargas (quer em valor, quer em toxicidade)	INTEGRAÇÃO LOCAL	Valorização territorial, optimização ambiental da implantação, valorização ecológica, interligação de habitats, integração paisagística, proteção e valorização do património
	Assegurar a qualidade do ambiente, focada no conforto ambiental	CARGAS AMBIENTAIS	Tratamento de águas residuais, caudal de reutilização de águas usadas, caudal de emissões atmosféricas, produção de resíduos, gestão de resíduos perigosos, valorização de resíduos, fontes de ruído para o exterior, poluição lumino-técnica
	Assegurar a melhor utilização sustentável dos ambientes construídos, através da gestão ambiental e da inovação	CONFORTO AMBIENTAL	Níveis de qualidade do ar, conforto térmico, níveis de iluminação, conforto sonoro
		USO SUSTENTÁVEL	Condições de utilização ambiental, sistema de gestão ambiental, inovações

6. CONCLUSÃO

Há um conjunto alargado de factores que levam à intenção e prossecução dum trabalho de doutoramento, contudo, há três episódios que foram determinantes, decorrentes da nossa experiência e vivências.

O primeiro episódio ocorreu quando no período de 1999 a 2003, tivemos uma colaboração intensa na recuperação de Timor-Leste, neste período tivemos a oportunidade de visitar uma pequena aldeia na montanha que tinha sido parcialmente arrasada por um escorregamento (pensamos que translacional em solos estratificados).

Tinham-se passado apenas um ou dois dias, pensávamos ir encontrar uma população amargurada, lesada nos seus parquíssimos bens, a economia à época ainda era não monetária e baseada essencialmente na troca, e em especial revoltada com este acontecimento. Na oportunidade fizemos esta a visita acompanhando o Sr. Bispo de Baucau e, as primeiras manifestações a que assistimos foram da enorme alegria pela visita do senhor Bispo. Posteriormente, tivemos ocasião de acompanhar uma conversa entre os Chefes de Suco (entidades responsáveis da aldeia) e sua Excelência e, no nosso parco domínio de Tétum, percebemos que foram abordados diversos assuntos e entre estes a destruição causada pelo escorregamento, sem grandes manifestações de lástima e, com total naturalidade e pragmatismo, e especialmente muita gratidão por não terem ocorrido mortes nem feridos.

Efectivamente colocava-se um problema de habitação própria, e seis agregados familiares tinham perdido a sua habitação. Contudo a questão já estava basicamente solucionada, o chefe da aldeia tinha decidido onde se localizariam as novas habitações, e os agregados e a comunidade no seu todo, num sistema de autoajuda espontâneo e natural nesta sociedade, estavam a construí-las, em um ou dois dias estas construções já estavam em estado bastante adiantado.

Quanto aos bens, estes eram fundamentalmente três por família, uma catana, com que andam sempre normalmente, uma panela e algumas mantas. Logo, num primeiro momento, procuraram nos terrenos do escorregamento esses bens, e tinham recuperado uma boa parte assim como alguns elementos construtivos (bambu) das anteriores habitações, havia alguns problemas com a perda de uma ou duas panelas e de umas seis mantas, agradeciam muito a disponibilidade do Sr. Bispo para as repor. Assunto resolvido!

Pensávamos conhecer relativamente bem a realidade timorense, de facto conheciam-se estatísticas, conheciam-se trabalhos de campo, tinham sido efectuadas ações de formação com quadros da administração, estudados o quadro social urbano e o desenvolvimento rural, mas pouco tínhamos entendido das realidades efectivas. Felizmente este episódio passou-se cerca dum ano após o início da actividade em Timor o que permitiu uma reflexão profunda e o respectivo reajuste e redireccionamento das nossas intervenções.

Resumindo, as habitações eram construídas com bambu, terra e palapa (folha duma palmeira), os móveis sobretudo com bambu e madeira, todos os materiais estavam ali mesmo, debaixo dos pés e a toda a volta na floresta, que fantástica lição de simplicidade e sustentabilidade, o que se tinha perdido, era

perfeitamente biodegradável, o que se usou de novo é generosamente dado pela natureza, com zero de pegada de carbono.

A globalização diz-nos que estes cidadãos são pobres, estão mesmo abaixo do limiar de pobreza, efectivamente segundo os termos materiais, em uso nas sociedades globalizadas, falta-lhes praticamente tudo, socialmente, no seu contexto social e no seu agregado alargado, não o são, não há estigma e consequentemente não têm essa percepção negativa.

Cada pobreza é diferente.

O segundo episódio tem que ver com a tomada de contacto com o Banco Grameen. Conhecíamos a experiência teoricamente, mas só se pode compreender a diferença, percebendo a importância da proximidade e da participação, a influência dos seus agentes de proximidade na implementação e na massificação que conseguiram, obtendo resultados visíveis e comprovados na redução da pobreza com clara implicação no aumento do PIB do Bangladesh.

O Banco Grameen demonstrou como o financiamento (crédito a uma produção específica), através de capitais alheios, sejam estes bens (produtos e/ou serviços) ou monetários, com valores aparentemente ridículos, pelos parâmetros usuais noutras realidades e sociedades, pode transformar a vida das pessoas. Estas pessoas são fundamentalmente mulheres, mais de 80%, e aportaram aos seus agregados, através dos rendimentos que conseguiram gerar a partir do financiamento, melhor alimentação, melhor educação, melhor saúde e melhor habitação e são escrutinadas pela sua comunidade.

O financiamento é essencial ao desenvolvimento.

O último não é exactamente um episódio, mas antes um momento de tomada de consciência. Trabalhámos longos anos na área de planeamento, e cedo percebemos que planeávamos com base em dados que ao longo do processo, já teriam dois a três anos de desactualização e, sendo que até às aprovações institucionais podiam facilmente passar mais dois ou três anos, ou seja, concluímos que quando os planos estavam activos, tinham sido elaborados para uma realidade com cinco anos ou mais. A realidade social não se compadece desta lentidão, é muito mais dinâmica. Tentaram-se lógicas mais flexíveis, tipicamente matriciais, que sempre depararam com a intransponível barreira legal. Os planos naturalmente quando activos, parcialmente já não servem, limitando-se a serem agentes de constrangimentos.

As lógicas matriciais são facilmente adaptáveis, tornando-se flexíveis e de reacção atempada.

Tivemos necessariamente que trabalhar com diferentes aspectos da habitação social, própria ou de arrendamento e nas verdadeiras situações de pobreza, sempre assistimos à transição dos problemas para as novas localizações.

Sendo o abrigo um dos bens de primeira necessidade, como é facilmente visível em situações de calamidade, a consequente habitação é aglutinadora dos esforços dos agregados e das comunidades, ou seja, injectar dinheiro sobre as necessidades não chega se este não for incorporado pelos agregados, alterando-lhes a vida, serve de muito pouco.

Acreditamos ter demonstrado que a habitação própria é um factor catalisador na redução da pobreza.

Pensamos também ter demonstrado que muito do insucesso e do sucesso das abordagens na resolução do problema da habitação,

decorre das características socioeconómicas do agregado, resumidamente podemos concluir que existem fundamentalmente dois tipos de agregados:

- a. Os que tendo já as condições mínimas socioeconómicas, só lhes falta a capacidade de investimento, nomeadamente por falta de acesso ao crédito, para acederem a uma habitação;
- b. Os que não têm as condições mínimas socioeconómicas.

Assim, podemos verificar níveis de sucesso interessantes no caso do PREVI, em Mexicali, nas abordagens do Banco Grameen e em Barnechea, níveis ainda instáveis em Renca e insucesso claro na Quinta Monroy.

Da investigação feita pensamos poder concluir que nos quatro casos de sucesso, há uma clara predominância do primeiro grupo, sendo que no caso do Banco Grameen, esta é mesmo uma condição para se ter acesso ao crédito.

Em Renca, ainda decorreu pouco tempo, os dois grupos parecem equilibrados, existem já algumas tensões, mas a permanência das lideranças fortes, integradas e activas e a respectiva dinâmica do agregado alargado, aparentam ter controle sobre estas.

Na Quinta Monroy a prevalência é do segundo grupo, sendo que com o decorrer do tempo as lideranças iniciais desapareceram e faziam parte, na sua maioria, do primeiro grupo, já nem sequer vivem no agregado alargado, tendo arrendado as suas habitações.

Contudo, à excepção do Banco Grameen, em nenhuma das outras intervenções, a habitação contribuiu para a redução da

pobreza,

O que acontece é que a pobreza está a montante do problema da habitação, portanto quando se resolve este por si só, resolve-se o problema a jusante, quer dizer que há só uma deslocação física e a pobreza traslada-se. Consequentemente os dilemas desta, muitas vezes alargam-se, nomeadamente nos aspectos económicos, pois os agregados são chamados a assumir responsabilidade por novas despesas que não estão preparados para arcar.

A análise e lições a retirar dos casos estudados e do caso estudo, à luz dos já enunciados três vectores da matriz, que sustentam a eficácia – relação entre o efeito da ação e os objectivos pretendidos – de uma operação de realojamento, revelam a possibilidade de regeneração social dos agregados – assunção dum melhor estatuto social dentro de um grupo e do grupo enquanto todo – depende essencialmente de dois parâmetros: da capacitação dos agregados para a cidadania; e da produção de riqueza.

A sustentação financeira – capacidade dos agregados proverem o seu próprio sustento – consegue-se por duas vias: trabalho; e/ou posse de bens transacionáveis.

Tratando-se de operações de realojamento, na maior parte dos casos estudados, a atribuição de alojamento é um dado de partida. Mas a sustentabilidade desta nova condição do agregado, entendida enquanto sistema que tem condições para se manter ou conservar, depende em certa medida dos três vectores assinalados que se relacionam e são interdependentes. O caso do financiamento à habitação pelo Banco Grameen, é o que cumpre de forma inequívoca as interacções propostas e o que obteve maior êxito não só pelo seu número, mas pela flexibilidade que

demonstra e pelo partido que tira da estrutura de agentes de proximidade que já tem associados ao microcrédito.

O alojamento deve ser lido portanto numa perspectiva mais ampla que a habitação, deve ser enquadrado no contexto urbanístico em que se insere. Os parâmetros de enquadramento, introduzindo critérios de sustentabilidade, podem ser: tipologia, sistema construtivo, sistema urbano.

Relativamente à tipologia, consideram-se dois parâmetros: a adequabilidade do fogo ao agregado e a capacidade de adaptação do fogo a posteriores melhorias qualitativas, ampliações, divisões e reconversões para funções não habitacionais.

As experiências estudadas não provam que a participação do agregado na concepção e na construção da habitação tenha um papel determinante na adequação das habitações aos seus proprietários, veja-se o caso de Mexicali. Embora Alexander tenha reconhecido que houve falhas na aplicação do processo, não reconheceu que houve falhas no processo em si.

Incontornável é o conhecimento que os arquitetos devem ter da cultura e dos hábitos das comunidades a realojar. O sucesso do PREVI, pondo de parte as questões formais e estéticas, reside, não só na experiência acumulada dos arquitetos convidados, mas também porque lhes foram dadas condições para compreender as diferentes variáveis do programa: o local, as famílias de baixos rendimentos, os assentamentos informais, os projectos de habitação do governo, os materiais e práticas da indústria da construção.

Pode-se, no entanto, sugerir que o acompanhamento e participação no processo de concepção e construção leva a uma maior identificação dos agregados com a sua casa, comprovado

na experiência de Mexicali. Ainda assim, em todos os casos, exceptuando no projecto do Banco Grameen, as casas sofreram alterações formais de ajustamento à identidade dos proprietários.

No caso do Banco Grameen, esta questão não se coloca pois não havia sequer projecto da casa, apenas dos elementos estruturais - pilares e cobertura.

Em contrapartida, antecipar a intervenção dos agregados na evolução da casa – uma habitação evolutiva – provou ser capital por várias razões: é mais barato para o Estado ou para quem financia, é mais acessível para quem compra, pois pode ir ampliando a casa à medida das suas necessidades e das suas possibilidades financeiras. Pode ainda permitir a geração de rendimento através do arrendamento de parte da casa para habitação ou para outra função ou ainda para acomodar a actividade económica do agregado. Esta última capacidade amplia a possibilidade de regeneração social e de independência económica do agregado. Aconteceu nos bairros da Elemental e em mais larga escala no PREVI, de uma forma mais evidente neste caso porque mais anos decorreram desde o início da operação. O facto de a habitação ser evolutiva, de poder ser intervencionada também garante uma progressiva adequação ao agregado.

No entanto, isto só é possível se o agregado tiver a posse da habitação e se a tipologia for a de casa independente.

Todos os casos estudados, à excepção de Mexicali – as casas de Mexicali acabaram por evoluir também – são aplicações do conceito de habitação própria e evolutiva. Sugere-se que seja precisamente pela junção destes dois parâmetros que, ao fim de muitos anos e mesmo após terem ocorrido alterações na estrutura familiar, grande parte das famílias ainda permanece, os

bairros não se tenham degradado e se encontrem em constante regeneração.

Relativamente ao sistema construtivo, a sua sustentabilidade exige que este seja adequado às competências, tecnologia e materiais existentes no local. Adequado pode significar não introduzir qualquer factor inovador ou introduzir saber que possa ser absorvido pela comunidade e pelo sistema produtivo local. Assim, reduz-se a necessidade de importações e transporte e por outro lado, cria-se espaço para o surgimento de novas unidades de negócio.

Outros aspectos relacionados com a sustentabilidade têm que ver com garantir uma baixa emissão de carbono, considerando o carbono incorporado nos materiais de construção, que se utilizem sistemas orientados para a eficiência energética, redução do consumo de água e da produção de resíduos, considerando a reciclagem e a reutilização. Estes critérios são conceitos recentes e não foram discutidos nos casos de estudo. Podemos, no entanto, considerar que a casa evolutiva se enquadra no conceito de reciclagem e reutilização.

De todos os projectos, o mais paradigmático em termos de sustentabilidade é o Projecto do Banco Grameen. Apesar de não ter atingido os objectivos na totalidade, o Banco procurou que todos os materiais fossem produzidos localmente e a partir de matéria-prima local. Também exigia que os beneficiários conseguissem construir eles próprios a casa com pouca ou nenhuma assistência técnica, utilizando as técnicas tradicionais. Para a produção dos pilares e das turcas foram criadas unidades de negócio locais.

O projecto que mais explorou o sistema construtivo foi o PREVI e o que mais explorou as vantagens da arquitetura bioclimática,

foi o projecto do Charles Correa. Convém não esquecer, no entanto, que nas intervenções posteriores, os agregados recuperaram as técnicas tradicionais. Faltou com certeza o apoio técnico adequado e a apropriação do conhecimento por parte do sistema produtivo local.

Relativamente ao sistema urbano, os parâmetros a considerar são a localização do bairro, o nível de infraestruturação, a existência de equipamentos e as características do espaço público.

A aptidão que uma determinada área urbana tem para o florescimento da actividade económica, para a geração de postos de trabalho, depende em grande parte do seu desenho e localização. Neste domínio, apenas o PREVI tem dimensão que justifique a análise: verificou-se ter havido reconversão de habitação para equipamentos, serviços ou comércio, directamente relacionadas com a localização relativa destes lotes no bairro e com a relação do bairro com a envolvente, transformando o bairro numa área densa e multifuncional e com utilização intensiva dos espaços colectivos. No caso da Elemental, esta variável foi contornada, ao integrar os conjuntos habitacionais em bairros consolidados, já servidos por equipamentos colectivos e junto ao mercado de trabalho.

A regeneração social dos agregados depende da existência de equipamentos e de serviços públicos que promovam a capacitação dos agregados e ainda da existência de capital social, rede de apoio que se cria entre familiares, amigos ou os membros de uma comunidade. A existência de capital social adquire uma importância maior nas comunidades mais vulneráveis tornando-as mais resilientes.

Não faz sentido avaliar a criação de capital social no projecto de

Mexicali, pela sua pequena dimensão e nos projectos da Elemental por serem muito recentes. No entanto, o conceito de espaço colectivo – uma propriedade comum de acesso restrito – fez parte da estratégia da Elemental, como forma de preservar as redes sociais existentes. Já no PREVI, os investigadores concordam que foram criadas condições para o fortalecimento do capital social – relações de vizinhança graças a um desenho e a uma escala de espaços públicos que permite a sua apropriação pelos habitantes e a existência de diferentes níveis de privacidade, para onde se estende a vida familiar encontrando-se com a vida comunitária.

A relação intrínseca entre os três vectores – regeneração social, microcrédito e autoconstrução – foi perfeitamente compreendida e está na base de projecto do Banco Grameen. Este projecto inclusivamente inverteu a ordem dos acontecimentos: só quem já tinha forma de sustento e aceitava empreender o caminho da regeneração social (veja-se o Manifesto) é que podia aceder à habitação.

Neste caso, do ponto de vista territorial a habitação é um elemento isolado, daí não estarem presentes todo um conjunto de infraestruturas e serviços indispensáveis ao bem-estar e cumprimento de critérios ambientais mínimos de acordo com a visão e as normas do mundo ocidental. Também não são as instituições públicas que são chamadas a providenciar apoio social. Este assenta exclusivamente na rede de suporte constituída pelo complexo sistema montado pelo Banco. O Banco exigia que os candidatos a empréstimo se organizassem num pequeno grupo de cinco pessoas – grupos que se inseriam em centros, que se inseriam em filiais, que se inseriam em agências e por aí adiante – que se autocontrolava sob a forma de uma disciplina mutuamente exercida e de vigilância. Este tipo de controlo exercia-se em todos os níveis do sistema. Para além

de servir de garantia quanto ao reembolso do empréstimo – a falha de um membro de um grupo levaria a pôr em causa a possibilidade dos outros membros do grupo virem a obter empréstimos – também servia de fiscalização do respeito pelas obrigações cívicas e sociais definidas no “contrato de empréstimo”, impondo assim a criação de capital social dentro do próprio sistema.

Como sugeriram alguns investigadores do PREVI, o sucesso destas operações reside na adopção de um processo que se encontra a meio caminho entre a formalidade da urbanização tradicional e a informalidade dos bairros espontâneos.

Neste processo aprendemos que necessidade e desejo não são facilmente destrincháveis, ou não o são de todo, acreditamos que sendo necessário sair da pobreza, se não o desejarmos, dificilmente o alcançaremos, a ideia é que a habitação própria possa incentivar e aguçar esse desejo.

O modelo de gestão decorrente da matriz operacional pretende ajudar a construir o caminho a percorrer.

7. BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ABRANTES, Vitor; URAL, Oktay – **Innovative Housing Practices : Better Housing Through Innovative Technology and Financing**. [S.l.] : Oxford Pergamon, 1989.

ACIOLY Jr., Cláudio C. – **Planejamento urbano, habitação e autoconstrução : experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau**. Delft : Universidade de Tecnologia de Delft, 1993.

ALEXANDER, Christopher; DAVIS, Howard; CORNER, Donald – **The Production of Houses**. Oxford University Press, 1985.

ANNEQUIN, Guy – **Os tesouros das civilizações pré-colombianas**. Lisboa : Amigos do Livro, Editores, 1978.

ARAVENA, Alejandro; IACOBELLI, Andrés – **Elemental : manual de vivienda incremental y diseño participativo /Elemental : incremental housing and participatory design manual**. [S.l.] : Hatje Cantz, 2012. ISBN 978-3-7757-3460-8.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges – **História da vida privada : do Império Romano ao ano mil**. Porto : Edições Afrontamento, 1990. ISBN 978-972-36-0221. Vol. 1.

AZEVEDO, Marcello de – **Vivir la fe en un mundo plural : discrepancias y convergencias**. Navarra : Verbo Divino, 1993.

BAÍÁ, João – **SAAL e autoconstrução em Coimbra : memórias dos moradores do bairro da Relvinha, 1954- 1976.** [S.l.] : Edição 8 de Colecção Cultura e sociedade, 2012.

BANDEIRINHA, José António – **O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974.** Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

BAPTISTA, Isabel, et al. – **Um olhar sobre a pobreza : vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo.** Lisboa : Gradiva Publicações, 2008. ISBN: 9789896162535. p. 26-63.

BAY, Joo-Hwa; ONG, Boon Lay – **Tropical sustainable architecture : social and environmental dimensions.** Oxford : Architectural Press, 2006.

BLOOM, Nicholas Dagen – **Public housing that worked : New York in the twentieth century.** Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2008.

BLOOM, Nicholas Dagen; UMBACH, Fritz; VALE, Lawrence J. – **Public housing myths : perception, reality, and social policy.** London : Cornell University Press, 2015.

BRANDÃO, Douglas Queiroz – **Habitação social evolutiva aspectos construtivos : diretrizes para projectos e proposição de arranjos espaciais flexíveis.** Cuiabá : CEFETMT, 2006.

BRATT, Rachel G.; STONE, Michael E.; HARTMAN, Chester W. – **A right to housing : foundation for a new social agenda.** Philadelphia, PA : Temple University Press, 2006.

BREDENOORD, Jan; LINDERT, Paul Van; SMETS, Peer – **Affordable housing in the urban global South : seeking sustainable solutions.** New York : Routledge, 2014.

CABRITA, António M. Reis – **O homem e a casa : definição individual e social da qualidade da habitação.** Lisboa : LNEC. Departamento de Edifícios, 1995.

CABRITA, António Reis; COELHO, António Baptista – **Habitação evolutiva e adaptável.** Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1990.

CAMPOS, Vítor – Estratégias de intervenção urbanística num contexto de recursos muito escassos. **Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992.**

CARVALHO, Jorge – **Formas Urbanas.** Coimbra : Edições Minerva, 2003. ISBN 972-798-079-1.

CHRISTOL, Michael; NONY, Daniel – **Roma e o seu Império: das origens às invasões bárbaras.** 2ª ed., Lisboa : Publicações Dom Quixote, 2000. ISBN 972-20-1040-9.

CHUN, Alice Min Soo; BRISSON, Irene E. – **Ground rules in humanitarian Design.** Hoboken, New Jersey : John Wiley & Sons, 2015.

CLARK, J. Desmond – **A pré-história da África.** Lisboa : Editorial Verbo, 1973.

CLARK, Woodrow W. – **Sustainable communities Design handbook : green engineering, Architecture, and technology.** Burlington, MA : Butterworth-Heinemann, 2010.

COELHO, A. Baptista; CABRITA, Reis – **Habitação evolutiva e adaptável : Arquitectura.** Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2003.

COELHO, A. Baptista; CABRITA, Reis; TRIGO, José Teixeira – **Habitação evolutiva e por auto-construção : estudos de**

casos. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1986.

CORREA, Charles – **Housing and Urbanisation.** Thames & Hudson, 2000.

CORREA, Charles – Housing and urbanization. **London/New York : Thames & Hudson, 2000.**

CORREA, Charles – The new landscape : urbanisation in the third world. **London/New York : Butterworth Architecture, 1989.**

CORREA, Charles – **The new landscape : urbanisation in the Third World.** Butterworth Architecture, 1989.

COSTA, João Pedro – **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português.** Lisboa : Livros Horizonte, 2002.

COWAN, David; COWAN, David S.; MCDERMONT, Morag – **Regulating social housing : governing decline.** Abingdon : Routledge-Cavendish, 2006.

DAVIS, Sam – **Designing for the homeless : architecture that works.** [S.l.] : University of California Press, 2004.

DIAS, Francisco Silva – **Tipologias de edifícios : habitação evolutiva : princípios e critérios de projectos.** Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1971.

DIAS, Francisco Silva; PORTAS, Nuno – Tipologias de edifícios : habitação evolutiva : princípios e critérios de projectos (Processo 86/1/4032). **Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1971.**

DURAND-LASSERVE, Alain – **L'exclusion des pauvres dans les villes du tiers-monde : accès au sol et au logement.** Paris : L'Harmattan.

EHRENFELD, John R.; FERRÃO, Paulo; REIS, Isabel – 17 Tools to support innovation of sustainable product systems. In CONCEIÇÃO, Pedro; et alt. – Knowledge for the inclusive development. [S.l.] : Quorum Books, 2000, p. 417-434.

FATHY, Hassan – **Architecture for the poor : an experiment in rural Egypt**. Chicago : University Of Chicago Press, 2000.

FAUCHER-LAMONTAGNE, Karine – **Logements sociaux évolutifs au Mexique : adaptation de la typologie INFONAVIT pour accommoder la cohabitation et le travail à domicile**. Université Laval, 2003.

FERA, Giuseppe; GINATEMPO, Nella – **Autocostruzione marginalità o proposta**. Casa del Libro Editrice, 1982.

FERNANDES, António Teixeira – Etnicização e racização no processo de exclusão social. In FERNANDES, António Teixeira – O estado democrático e a cidadania. Porto : Edições Afrontamento, 1995, p. 9-66.

FERRÃO, Paulo – **Introdução à gestão ambiental : a avaliação do ciclo de vida de produtos**. Lisboa : IST Press, 1998.

FRIEDMAN, Avi – **Fundamentals of Sustainable Neighbourhoods**. [S.l.] : Springer, 2014.

FRIEDMAN, Avi – **Innovative houses : concepts for sustainable living**. [S.l.] : Laurence King Publishing, 2013

GRIMAL, Pierre – **O Império Romano**. Lisboa : Edições 70, 2010. ISBN 978-972-44-1616-8.

GUEDES, Manuel Correia – **Arquitectura sustentável em Timor-Leste**. Lisboa : IST Press, 2015

HARVEY, David – **Potter addition : poverty, family, and kinship in a heartland community**. [S.l.] : Transaction Publishers, 1993.

HARVEY, David – **Spaces of hope**. [S.l.] : University of California Press, 2000.

HERMAN, Jacques – **Guia de História Universal**. Lisboa : Edições 70, 1981.

HEYWOOD, A. – **The end of the affair : implications of declining home ownership**. [S.l.] : The Smith Institute, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – Manual de orientação para construção por ajuda-mútua. **São Paulo : Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1998.**

IRACE, Fulvio – **Casa per tutti abitare la città globale**. Milano : Fulvio Irace, Triennale Electa, 2008.

JACOBSON, Heidi Zuckerman; BRUDERLEIN, Claude Naomi – **Shigeru Ban : Humanitarian Architecture**. D. A. P./Distributed Art Publishers, 2014.

KERN, Ken – **Casa autoconstruida : Owner-built home**. 2.^a ed., Barcelona : Gustavo Gili, 1982.

KHAN, Hasan-Uddin; CANTACUZINO, Sherban; CORREA, Charles – **Charles Correa : architect in India**. Singapura : Butterworth Architecture, 1989.

KHAN, Tareef Hayat – **Living with transformation : self-built housing in the city of Dhaka**. New York : Springer, 2014.

KIBERT, Charles J. – **Construction ecology : nature as the basis for green buildings**. London/New York : Spon Press, 2002.

KIBERT, Charles J. – **Reshaping the built environment : ecology, ethics, and economics**. Washington : Island Press, 1999.

KIBERT, Charles J. – **Sustainable construction : green building design and delivery**. Hoboken, New Jersey : John Wiley & Sons, 2005.

LAMARQUE, Gilles – **L'exclusion**. Paris : Presses universitaires de France (PUF), 1995.

MAHANGA, Milton Makongoro – **Urban housing and poverty alleviation in Tanzania**. Dar es Salaam : Dar es Salaam University Press, 2002.

MCDONOUGH, William; BRAUNGART, Michael – **Cradle to cradle : remaking the way we make things**. New York : North Point Press, 2002.

MCGUIRK, Justin – **Radical cities : across Latin America in search of a new architecture**. London/New York : Verso, 2014.

MCQUAID, Matilda – **Shigeru Ban**. London: Phaidon Press, 2003.

MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis – **Limits to growth : the 30-year update**. United States/Chelsea : Chelsea Green Publishing Company, 2004.

MÉTRAUX, Alfred – **Os Incas**. Porto : Vertente, 1988.

MITHRARATNE, Nalanie; VALE, Brenda; VALE, Robert – **Sustainable living : the role of whole life costs and values.** Boston : Butterworth-Heinemann, 2007.

MOKGADINYANE, Sakane Annah – **Revisiting the incremental housing process as a Policy implementation tool for accelerating housing delivery : a study of selected rural areas in South Africa.** [S.l.] : Tshwane University of Technology, 2012.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida – **Arquitectura y política : ensayos para mundos alternativos.** Celesa, 2011.

PORTAS, Nuno – **A habitação social : proposta para a metodologia da sua arquitectura.** Porto : FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, 2004.

PORTAS, Nuno – **Arquitectura(s) : teoria e desenho, investigação e projecto.** Porto : FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, 2005.

REEVES, Paul – **Affordable and social housing : policy and practice.** New York : Routledge, 2014.

ROBERTS, John M. – **História ilustrada do Mundo – A Ásia Oriental e a Grécia Clássica.** Lisboa : Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1907-0.

SÁ, Henrique Oliveira – **Política de habitação.** Lisboa : Diabril Editora, 1975.

SARTI, Raffaella – **Casa e família : habitar, comer e vestir na Europa moderna.** Lisboa : Estampa, 2001. ISBN 972-33-1671-4.

SOLAR, David; VILLALBA, Javier – **História da**

humanidade -A América Pré-Colombiana. Lisboa : Círculo de Leitores, 2007. ISBN 978-972-42-4118-0.

SOLAR, David; VILLALBA, Javier – **História da humanidade -A pré-história.** Lisboa : Círculo de Leitores, 2007, ISBN 978-972-42-4118-0.

SUST I FATJÓ, Xavier – **Adequació de l'habitage als seus usuaris : directrius per a una política de qualitat a l'habitatge.** Barcelona : Institut de Tecnologia de la Construcció de Catalunya, 1981.

THWAITES, Kevin; PORTA, Sergio ; ROMICE, Ombretta ; GREAVES, Mark – **Urban Sustainability through environmental design, Approaches to time-people-place responsive urban spaces.** Routledge, London and New York, 2007

VALE, Lawrence J. – **Purging the poorest : public housing and the design politics of twice-cleared communities.** Chicago : University of Chicago Press, 2013.

VALLADARES, Licia do Prado – **Habitação em questão.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1980.

VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino da - **Portugal, que modernidade?** Oeiras : Celta Editora.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan, co-autor – **O banqueiro dos pobres : o microcrédito e a luta contra a pobreza no mundo.** Miraflores : DIFEL, Difusão Editorial, 2002.

YUNUS, Muhammad; Weber, Karl – **Creating a world without poverty : social business and the future of capitalism.** New York : PublicAffairs, 2007.

ORGANIZAÇÕES

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS – **A desocupação forçada e os Direitos Humanos**. Lisboa : Gabinete de Documentação e Direito Comparado Procuradoria-Geral da República, 2005.

ARCHITECTURE IN DEVELOPMENT (ORGANIZATION) – **Lima, Peru - PREVI**

ARCHITECTURE FOR HUMANITY (ORGANIZATION) – **Design like you give a damn : architectural responses to humanitarian crisis**. New York, NY: Metropolis Books, 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO – **A COMISSÃO DE CRÉDITO : princípios gerais**. Lisboa, 2003.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO – **O agente do microcrédito : linhas de orientação**. Lisboa, 2003.

BUILDING AND SOCIAL HOUSING FOUNDATION – **WORLD HABITAT AWARDS – winners and finalists – The Grameen Bank Housing Programme**

CHRISTIAN AID – **The climate of poverty: facts, fears and hopes : a Christian Aid report**. Christian Aid, 2006.

CONSEIL INTERNATIONAL DU BÂTIMENT;
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL – **Housing policies and housing programs orientations, strategies and evaluation**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1993.

GPCHU, GABINETE DE PLANEAMENTO E CONTROLO DA HABITAÇÃO E URBANISMO – **O crédito bonificado à**

aquisição de casa própria em 1978 : análise económica e sociológica. 1979

GROUPE “ ACCOMPAGNEMENT ” DU COLLECTIF
PROFESSION CREATEUR – **Recueil de pratiques pour
l’accompagnement des créations de petites entreprises. 2000**

HABITAT III – **Adopted Draft of The New Urban Agenda**

LIVINGNEIGHBORHOODS.ORG – **The Mexicali
Construction Process, Five pages excerpted from The
Nature of Order, Book 3**

PUBLICAÇÕES EM SÉRIE, ARTIGOS

ACERO AMAYA, Johana Andrea; AGUIRRE OSORIO, Yohana Cristina – Social housing operational systems : ciudadela la enea, manizales. Bitácora Urbano-Territorial, Vol. 1, nº 16 (2010), p. 159-166.

ALEXANDER, Christopher – Mexicali revisited. Places, The MIT Press, Cambridge, Vol. 1, nº 41984 (1984), p. 76-77.

ALMEIDA, Nuno Guerreiro de; GOMES, Daniela; LIEBMANN, Waldir – Do espiritual na paisagem : o urbanismo paralelo da autoconstrução de sobrevivência. Arquitectura e Vida, nº 50 (Jun. 2004), p. 28-31.

ALVES, Nuno – Novos factos sobre a pobreza em Portugal. Boletim Económico. Banco de Portugal (Primavera 2009), p. 125-154.

BASTOS, Susana Pereira – Habitar longe de casa: modos de apropriação do espaço de uma comunidade Hindu-Gujarate em Diu e em Lisboa. Antropologia Portuguesa (1993), p. 29-42.

BAUMGARTNER, Marianne – Walkways, Oases and Playgrounds – collective spaces in the PREVI. Digital Architectural Papers, Issue 9 – PREVI revisited, 2012

BRANDÃO, Douglas Queiroz; HEINECK, Luiz Fernando Mählmann – Significado multidimensional e dinâmico do morar : compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais. Ambiente Construído. Porto Alegre, Vol. 3, nº 4 (out./dec. 2003), p. 35-48.

CAMPOS, Antonio Carlos – A Cidade, Espaço de Convivência. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. IX, nº 546 (2004).

CHARLES, Kerwin Kofi; HURST, Erik – The transition to home ownership and the black-white wealth gap, The Review of Economics and Statistics 84 (2002) p. 281-297.

CONCÍLIO, Viviana Palombo; ABIKO, Alex Kenya – Mutirão habitacional : adequação de processos e sistemas construtivos. Boletim técnico da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1998).

E.C.V., Fernando; M.S., Rosa; F.N.G., Suely; J.F. António – Uma Aplicação de um Sistema de Assistência Técnica a Auto-construção de Habitações Econômicas – A Experiência do Programa CASA DA GENTE no Distrito Federal (1998). Engenharia Civil, Um, nº 14 (2002).

FERGUSON, Bruce – Micro-finance of housing : a key to housing the low or moderate-income majority? Conference on Microfinance of Housing, publicada em Environment and Urbanization (1999).

FERGUSON, Bruce ; SMETS, Peer – Finance for incremental housing; current status and prospects for expansion. Habitat International 34 (3) (2009).

GARCÍA-HUIDOBRO, Fernando; TORRITI, Diego Torres; TUGAS, Nicolás – PREVI Lima y la experiencia del tiempo. Revista Iberoamericana de Urbanismo, nº 3, 2010 em UPCommons,UPC

GARCÍA-HUIDOBRO, Fernando; TORRITI, Diego Torres; TUGAS, Nicolás – PREVI Lima: 35 anos despues. ARQ, nº 59,

Santiago, 2005 (on-line version)

HASSLER, U.; ALGREEN-USSING, G.; KOHLER, N. - Urban Life Cycle Analysis and the conservation of the urban fabric. SUIT Position Paper (6) – Janeiro 2004

KURT, Jacobsen; KHAN, Sayeed Hasan; ALEXANDER, Alba – Building a foundation : poverty, development, and housing in Pakistan. Harvard International Review. 23 (4) (2002), p. 20-25.

McGUIRK, Justin – PREVI: The Metabolist utopia. DOMUSweb, Abril 2011

PEREIRA, Raul da Silva – A habitação própria – solução do problema habitacional? Análise social. ISSN 0003-2573. 3.^a série, Vol. 19, nº 77/78/79 (1983), p. 737-741

PEREIRINHA, José – Pobreza e exclusão social : fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida. Análise Social, 102 (1992).

RAMIS, Tomeu – What is PREVI?. Digital Architectural Papers, Issue 9 – PREVI revisited, 2012

RAMIS, Tomeu – Experimental Nature – Interview with Peter Land. Digital Architectural Papers, Issue 9 – PREVI revisited, 2012

RAMIS, Tomeu – Learning From PREVI. Digital Architectural Papers, Issue 9 – PREVI revisited, 2012

RAMIS, Tomeu; BAUMGARTNER, Marianne – Big Hopes – Interview with Alfredo Pini, Atelier 5. Digital Architectural Papers, Issue 9 – PREVI revisited, 2012

RAMIS, Tomeu; BAUMGARTNER, Marianne – Local

background – Interview with Frederick Cooper. Digital Architectural Papers, Issue 9 – PREVI revisited, 2012

RAMIS, Tomeu; BAUMGARTNER, Marianne – Genetic Strategy – Interview with Fumihiko Maki. Digital Architectural Papers, Issue 9 – PREVI revisited, 2012

RICO, Ana Cristina Vasconcelos – A auto-construção : as ambivalências do habitar e as sínteses espaciais possíveis. Antropologia Portuguesa (1993), p. 51-58.

RODRIGUES, Eduardo Vítor; et al. – A pobreza e a exclusão social : teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. Sociologia: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 9, (1999) p. 63-101.

SALAS, Julian; LUCAS, Patricia – The validity of Previ, Lima, Peru, Forty years on. Openhouse International, Vol. 37 Nº1, 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa – O estado social, estado providência e de bem-estar. Diário de Notícias, 29 Dezembro 2012.

SILVANO, Filomena; COELHO, Tereza – Sobre a construção de uma casa. Antropologia Portuguesa, Vol. 11 (1993), p. 59-66.

TANG, Hui-Ting ; LEE, Yuh-Ming - The Making of Sustainable Urban Development: A Synthesis Framework. MDPI (Multidisciplinary Digital Publishing Institute), 19 Maio 2016

DOCUMENTOS

ALLOU, Serge; e outros – “Estudio BID Vivienda - Problemática y oportunidades para la provisión integrada de terrenos equipados y crédito para la vivienda progresiva”. Paris: 2001

Da SILVA, Marcelo Roque – "O papel do micro-crédito e das micro-finanças como instrumentos de redução da pobreza". Lisboa: 2002

FORJAZ, José – “Gestão dos Recursos Naturais e Política Ambiental”. 2004

FORJAZ, José – “Os Materiais da Arquitectura”. 2002

FORJAZ, José – “...Entre o Adobe e o Aço Inox”.

FORJAZ, José - “The Shelter Problems in Sub-Saharan Africa”.

FORJAZ, José - “Training Architects in Developing Countries”.

KIBERT, Charles J. - "Toward an Ethics of Sustainability". 2004

KIBERT, Nicole C. - "Cultural and Legal Strategies for Combating Environmental Injustice". 2002

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA – Cidades sustentáveis 2020. 2015

NORTON, John – “Grameen Bank Housing Programme, Bangladesh, 1989” -Technical Review Summary, Aga Kahn Development Network

PINHEIRO, Manuel Duarte - “LiderA – Sistema Voluntário para a sustentabilidade dos ambientes construídos” - Apresentação Sumária, (V 2.00c, versão de trabalho), Lisboa, IST, UTL Janeiro 2011

REIF, Benjamin; QUEZADA, Fernando - “Housing Information System: A Simulation Model for Strategic - Decision Making Applied in Venezuela”. Washington DC: 2003

RIVERO, Manuel de; MADRAZO, Félix – “¿Y PREVI?” . Lima, Peru: 2004

Secretário-Geral da ONU - “Role of Microcredit in the Eradication of Poverty”.

.S. GREEN BUILDING COUNCIL – “Guidance to Local and State Governments – Using LEED for Neighborhood Development as a Policy Tool to Encourage Sustainable Development” 2009

U.S. GREEN BUILDING COUNCIL – “LEED v4 for neighborhood development -Leadership in Energy and Environmental Design” updated April 5, 2016

VERBEEREN, Pierre; LARDINOIS, Ira – “Guide pratique sur le micro-crédit: l’expérience du Prêt Solidaire”. Bruxelles: Fondation Roi Baudouin, 2003

YUNUS, Muhammad - “Halving Poverty By 2015 - We Can Actually Make It Happen”. London: 2003

YUNUS, Muhammad - “Expanding Microcredit Outreach to Reach the Millennium Development Goal - Some Issues for Attention”. Dhaka: 2003

TESES, DISSERTAÇÕES, OUTRAS

ARAÚJO, Ana Filipa Verol de – Des-sub-urbanizar: o papel do arquitecto como mediador entre a cidade formal e a cidade informal. Lisboa: FA-Biblioteca, 2010. Tese de Mestrado.
<http://bibliotecas.utl.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=432121>.

BONACCORSO, Nadir; SILVA, Sónia – Abrigo sustentável para campo de refugiados no deserto. *Arq./a.*, 2003. Lisboa: FA-Biblioteca. http://bibliotecas.utl.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=298566&shelfbrowse_itemnumber=265534#shelfbrowser.

BRILLEMBOURG TAMAYO, Alfredo; São Paulo (Brazil), Secretaria de Habitação; Columbia University; S.L.U.M. Lab – São Paulo, projectos de urbanização de favelas / São Paulo, architecture experimente. São Paulo, Secretaria Municipal de Habitação / New York, Columbia University Graduate school of Architecture, Planning & Preservation, 2010.

CAPUCHA, Luís – Problemas da pobreza: conceitos, contextos e modos de vida. Lisboa, 1992. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural.

CHÁVEZ, Roberto – Incremental Housing: The Past and Future Dwelling Solution for the Poor, sem data.

CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANISTICO –
Projecto do PREVI -Laboratório Urbano – Urbanismo
Contemporâneo – DGP CNPQ

FINEP; BRANDÃO, Douglas Queiroz; Universidade Federal de Mato Grosso – Disposições técnicas e diretrizes para projecto de

habitações sociais evolutivas. ANTAC - Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 14 de Maio de 2011.

GAMEIRO, António – Sub-Programa de Auto-Construção Dirigida. Angola, 27 de Setembro de 2013.

<http://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/antnio-gameiro-auto-construo-dirigida-dw-debate-09272013>.

GATTONI, George; GOETHERT, Reinhard; CHAVEZ, Roberto – With the Fundación Salvadoreña de Vivienda Mínima (FUNDASAL), and the assistance of students of the Universidad José Simeón Cañas (UCA) and the Universidad de El Salvador (UES) – Self-help and incremental housing El Salvador: Likely directions for future policy. El Salvador, 2011.

GAYE, Malick; SATTERTHWAITTE, David – Entrepreneurial Cities: Public Services at the Grassroots. Occasional Papers - ENDA n.184/185 1996. Dakar : ENDA, 1996.

GREENE Z., Margarita; INFORME PROYECTO – Self Help Housing and Incremental Housing : The Likely Directions for Future Housing Policy. Junho de 2011.

KING, Peter – A social philosophy of housing. Aldershot, Hampshire, England : Burlington, VT, USA : Ashgate, 2003.

KING, Peter – Choice and the end of social housing. London : Institute of Economic Affairs, 2006.

LADEIRA, Carolina Joana de Freitas – Cidade informal: a casa e os modos de habitar na Cova da Moura. Lisboa: FA, 2010. FA-Biblioteca. Tese de Mestrado. <http://bibliotecas.utl.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=428577>.

LAMB, Zachary B. – Incremental Housing at the Receding Suburban Fringe. Massachusetts Institute of Technology,

Department of Architecture, 2010.

LANSING, John B.; CLIFTON, Charles Wade; MORGAN, James N.; University of Michigan Survey Research Center – New Homes and Poor People: A Study of Chains of Moves. Institute for Social Research, University of Michigan, 1969.

LEBREIRO, Francisco Paisana de Vilas-Boas – Habitar: espaços de cooperação. Lisboa: FA, 2010. FA-Biblioteca [suporte eletrónico].

MELO, Inês Quental – O Mercado de Arrendamento – Principais oportunidades e fragilidades face ao Mercado de habitação própria. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2009. Tese de mestrado.

MOITA, Maria – Trabalhar a escassez em Timor-Leste. JA 223, Junho de 2006.

MONTEIRO, Arminda Marlene Braga Almeida – O endividamento, relativo à habitação, das famílias residentes num bairro social, em Lisboa. Lisboa: ISCTE, 2010. Tese de Mestrado.

PEREIRA, José Miguel Fortuna – Des-sub-urbanizar: abrir o Alto da Cova da Moura à cidade. Lisboa: FA, 2010. FA-Biblioteca Tese de Mestrado. <http://bibliotecas.utl.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=433999>.

PEREIRA, Sandra Marques – Micro-empresas apoiadas num bairro de realojamento. Lisboa: Secretaria de Estado da Habitação, 2000.

PORTAS, Nuno – Funções e exigências de áreas da habitação. Informação Técnica de Edifícios. Lisboa: Laboratório Nacional

de Engenharia Civil, 1969.

ROBERTSON, Mélanie – Sustainable Cities Local Solutions in the Global South. Warwickshire, UK; Ottawa: Practical Action Pub. ; International Development Research Centre, 2012.
<http://public.eblib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=931171>.

RUESJAS, Ana Laura – The Mexicali Experimental Project: Na analysis of its changes, Montreal: McGill University, 1997

SHAFIE, Zakia, e with Teaching Assistants Ahmed H. Sherif and Tolba Ragab Tolba – Comparison of core house designs in Egypt new towns, sem data.

Silva DIAS, Francisco, e Nuno Portas. *Habitação evolutiva*, sem data.

SIMÕES, Joana Isabel de Araújo Freitas – A habitação social como instrumento de combate à Pobreza e Exclusão Social: estudo de caso no Bairro Alves Redol. Lisboa: ISCSP, 2010.
Tese de Mestrado em Política Social.

SMETS, Peer – Small is beautiful, but big is often the practice: Housing microfinance in discussion. Habitat International, 2006.

TARIQ, Fariha – Facilitating community development with housing microfinance - appraising housing solutions for Pakistan after disasters, sem data.

TARIQ, Fariha – Investigation of Incremental Housing Processes Based on Microfinance: Implications for Policies and Practice. North Carolina State University, 2012. Ph. D.
<http://gradworks.umi.com/35/75/3575665.html>.

TEDESCHI, Altamir; BASILE, Renato; Instituto de Arquitectos do Brasil, Departamento de São Paulo; Companhia de

Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – Sustentabilidade e inovação na habitação popular: o desafio de propor modelos eficientes de moradia, 2010.

TORRES, Gonçalo Nuno Reis; DUARTE, José Manuel Pinto – Células habitacionais sustentáveis: personalização em série de habitação colectiva sustentável. UTL, Instituto Superior Técnico, 2008. IST - Biblioteca do Tagus Park. Tese de Mestrado <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/thesis/2353642204626>.

VIMEO : Experimental Housing Project (PREVI) Lima, Peru, 1968 <https://vimeo.com/76847624>

WAKELY, Patrick; RILEY, Elizabeth – The Case for Incremental Housing. Cities Alliance Policy Research and Working Papers Series No. 1, June de 2011.
<http://web.mit.edu/incrementalhousing/articlesPhotographs/pdfs/Case-for-Incremental-Housing.pdf>.

8. ANEXOS

(Amostra impressa exemplificativa, os restantes estão só em formato digital no CD2 – ANEXOS)

ANEXO 1 – Entrevistas na Elemental

Entrevistas efectuadas no âmbito do trabalho de campo com elementos da Elemental.

Nos primeiros dias da minha chegada ao Chile, desloquei-me à Elemental como tinha previamente acordado por email.

Falei nesse dia com o Alexandro Aravena que ia na semana seguinte para a China, o que me impediu do entrevistar pois ainda não tinha feito o trabalho de campo, contudo foi de grande simpatia, apresentando-me ao nosso colega chefe de atelier e disponibilizando-me o apoio que fosse necessário.

Todos os entrevistados deram a sua prévia autorização para o respectivo tratamento e publicação das entrevistas recolhidas.

No tratamento e tradução foram dispensadas/retiradas, por não serem relevantes, fórmulas de cumprimentos e/ou conversas eventualmente ocorridas, sem relação directa com o objecto desta tese. Foram também feitas algumas pequenas alterações, cortes e/ou acrescentos para tornarem o texto mais explícito e adequado à forma escrita.

Entrevista a Juan Ignacio Cerda – “Arquitecto Socio”

JC. Juan Cerda, JLL. José Luís Loureiro

JLL. – A primeira questão é sobre a ideia, gostaria de saber as motivações, os teus motivos pessoais para te envolveres neste projecto, e as directrizes prévias do projecto, vamos concentrar-nos no projecto de Renca, porque é mais fácil pois é o que conheço melhor.

JC. – As minhas motivações pessoais não são distintas das de todo o pessoal do Atelier, porque no processo deste projecto estiveram envolvidos muitos profissionais (...), as minhas motivações são as mesmas de todos no Atelier.

A primeira motivação é que a habitação no Chile atravessou um processo em que o subsídio obrigou a reduzir o seu tamanho e demo-nos conta de que as casas no Chile sempre chegam a um ponto em que ficam reduzidas a um mínimo de metros quadrados por família, se assim não acontecer é porque a habitação não reflecte o valor do subsídio, portanto o grande conceito da Elemental é, em vez de fazer uma boa pequena casa fazer uma boa meia casa, porque o valor do subsídio não dá para fazer uma casa inteira, quando te colocas perante a restrição de recursos, do recurso do dinheiro, e projectas metade de uma casa, a pergunta que surge depois é que parte dessa meia casa vais tu fazer e a isto respondemos vamos fazer o que a família não pode fazer, e o que é que as famílias não podem fazer infra-estruturas (águas, esgotos, electricidade inicial), estruturas e encerramento do volume exterior, tudo o mais fazem-no eles, a ampliação dos quartos, as paredes interiores, a envolvente, fazem-no eles, a principal motivação é essa, porquê? E qual é o ideal estratégico?

É porque todos sabemos que a maneira de criar desenvolvimento social é com uma boa educação, uma boa saúde e uma boa habitação, mas principalmente através da educação, mas a educação é um processo muito longo, que demora muitos anos a ser validado e testado, no Chile estamos a vivê-lo, portanto a nós parece-nos que a cidade e a habitação são um atalho, porque um atalho, aqui partilho das teorias de Hernando de Soto, um economista peruano, a habitação é um atalho porque ter um património para a família, as famílias que vivem em bairro de lata que não são donas da sua casa, que não têm um património formal, ao passarem a ter um património, portanto um capital, medido em pesos, com um valor monetário, permite-lhes terem – primeiro capacidade de economizar, de criar um negócio, e portanto capacidade de aforrar; – segundo herança, para deixar aos seus filhos um mínimo de capital, e assim sucessivamente permite-lhes que saiam desse ciclo da pobreza, e gerem riqueza para a família, para isso há necessidade que esta habitação aumente o seu valor no tempo, portanto o processo participativo tem como intenção que, não somente a família conheça, tenha intenções e opine sobre a sua casa, como também que nós lhes transmitamos que se eles cuidarem da sua habitação o seu capital aumenta, no tempo, nós temos os ateliers participativos para isso.

JLL. – Houve algum trabalho de investigação *a priori*? Tu não estavas aqui antes de Iquique?

JC. – Não.

JLL. – Certo, então gostava de saber, no teu caso, que género de trabalho de investigação fizeste *a priori* e se utilizaste matéria de estudos similares, tanto no que respeita à natureza de investigação teórica, como prática?

JC. – Não, nós autodenominámo-nos um “do tank”, não um “think tank”, o “do tank” tem a particularidade, do “tank” representar a comunidade, é o cerne, o cérebro colectivo que cria, mas não é um colectivo que pensa, digamos que é o colectivo que decide, define as condicionantes, e não vimos outras referências, nem estudámos outra informação teórica, não fizemos mais senão fazer as coisas a partir do que já sabemos como arquitectos.

JLL. – De acordo, mas no teu caso por exemplo, citaste o economista Hernando de Soto peruano, que é uma referência do ponto de vista de pensar sobre realidades inerentes.

JC. – Sim, em todo o caso, não é um referente formal, mas é uma referência económica.

JLL. – Alexandro (Aravena) usou um termo, que creio que necessito de compreender um pouco melhor, o que é o ADN da classe média?

JC. – ADN da classe média é um termo muito simples, que aponta para que quando alguém faz habitação social, não faça habitações mínimas, faça habitação normal, creio que é uma habitação mínima quando fazes um quarto que mede 2m por 2m, portanto colocas uma cama mas não tens como fazer a cama, ou colocas uma cama e não podes colocar um guarda-roupa, portanto o ADN de classe média fala do tamanho mínimo que qualquer família necessita para poder viver, que é um quarto de 3 por 3 metros, espaços comuns com 6m, ou 4,5m por 6m, *standard* de espaços grandes, espaço para carro, tudo isso considerado em projecto como um *standard* mínimo, quando falamos de ADN de classe média, queremos dizer que quando fazes a habitação mínima com divisões mínimas o seu ADN não permite melhorar os seus *standards*, se fazes um quarto com 3

por 3 metros pode ser o quarto da pessoa mais rica ou da pessoa mais pobre, e depende deles como vão valorizar no tempo esses 3 por 3 metros de quarto, entendes?

JLL. – Sim. Creio também que há uma hierarquia, normalmente definida desse ponto de vista, então o que fizeste aqui no Atelier, foi decidir qual é o ADN de classe média?

JC. – Sim, mas mais que decidir é do senso comum, quando o ser humano mede entre 1,50m e 1,80m e dorme numa cama de 2 por 1, sabes que essa pessoa vai ter que fazer a sua cama, ele veste-se e como se veste, e que vai precisar de espaço para o armário, é sentir esse senso comum e isso dá-te um quarto de dormir de 3 por 3, eu e tu, em casa de meus pais tinha um quarto de 3 por 3.

JLL. – Sim, os meus filhos têm quartos de 3 por 3 em minha casa.

JC. – De acordo, esse ADN é o resultado a respeitar, sem importar a condição social, é uma escala humana mais do que uma escala social.

JLL. – O projecto apresenta um desenho de estruturas e de vazios, certo?

JC. – Sim.

JLL. – Houve um pouco de previsão do controlo do espaço e do objecto formal, ou não? É uma preocupação para vocês?

JC. – Não, é procurado que haja uma customização pela família, que a família traga carácter à sua casa, é procurado, quer dizer, nós não queremos que as casas fiquem todas iguais mas sim que tomem o carácter familiar, no entanto, como nos preocupa que essa casa ganhe valor no tempo, explicamos à família a importância de que o envelhecimento seja coordenado com as

outras famílias, não importa o que fazem, mas que saibam que sua casa faz parte de um todo, e que esse total como conjunto deve ser melhor com a intervenção de cada um individualmente.

JLL. – E crês que chegaram lá?

JC. – Temos tido casos muito bons e casos muito maus.

JLL. – Como normalmente.

JC. – Como normalmente, temos tido casos de grande êxito, e isso depende muito mais das famílias do que de nós, aliás depende sempre das famílias.

JLL. – Entendi que há, apesar de tudo, um tempo e que Iquique começa em 2004 a ser construído, Lo Espejo em 2007, Renca I em 2008 e Barnechea em 2010, creio que estes dois modelos são mais abertos e que, em Renca e Barnechea os modelos são mais fechados. Isto é assim?

JC. – O que se passa é que são modelos distintos, porque um, tem terreno por cada casa, que foi solicitado pela família, mas, menores densidades e um *standard* de espaço um pouco menor e o modelo da Quinta Monroy e Espejo, um modelo em que há um *duplex*, em que se sobe pela escada, que está relacionada com o terreno, e com isso obtêm-se melhores densidades e um *standard* de espaços um pouco maior, de espaço por casa, em todos os projectos o elemento decisivo são as famílias, e como as famílias funcionam como um comité dizemos-lhes, com esta tipologia de casas cabem mais famílias, com esta outra tipologia tem que ir-se algumas famílias do comité, (...), e eles tem que decidir-se por um ou por outro, no entanto, ambas as casas tem vazios, umas com terreno e as outras sem terreno.

JLL. – Sim, sim porque o modelo é isto, há um vazio exterior e um vazio interior, a minha pergunta era, se era uma questão de controlo espacial, ou não, e já me respondeste que não, é uma questão de tipologia de acordo com as necessidades?

JC. – Exacto. Como tens mais espaço quando usas estes esquemas sobrepostos, podes estender mais a casa, quando fazes uma casa com pátio como a comprimes não há os mínimos e isso obriga-te a fazer um modelo mais compacto.

JLL. – Que tipos de metodologia utilizam para convocar a população local e de que forma funcionou?

JC. – Os casos são muito parecidos, forma-se um comité, que é quem dirige as famílias, e que tem uma relação directa connosco e permanente, dás o número de telemóvel a essas pessoas e contactam-te frequentemente, são pessoas que participam de todo o processo, e muito frequentemente, já para o comité completo, quero dizer, para o grupo de famílias no seu total, os dirigentes comunicam com eles e nós temos reuniões com eles, reuniões periódicas mas não tão frequentes, uma vez por mês às vezes mais, por isso temos o colectivo e os dirigentes, os dirigentes linha directa todos dias, quando queiram, e o colectivo periodicamente.

JLL. – Vi fotos em que as pessoas estavam a fazer as suas maquetas ...

JC. – Sim, isso é são os ateliers participativos, criámos esse processo para transmitir e permitir interacção, para entenderem como as decisões individuais afectam o colectivo, cada família pintava a casa como queria e depois colocávamo-las em conjunto na maqueta e dizíamos-lhes: -Como vêem isto? -Que acham vocês disto, parece-vos bem ou mal? E eles diziam -Fica Mal!

Como queriam vocês que se visse, se não se põem de acordo com as cores, então eles davam-se conta.

JLL. – A aplicabilidade do processo depende da proximidade sociocultural entre os projectistas e as populações, e o que gostaria de saber é se seria possível aplicar a ideia a outros grupos sociais com outros valores espaciais?

JC. – Quando falas de proximidade referes-te à proximidade física?

JLL. – Não, ao envolvimento.

JC. – Sim, depende muito, mas nem todos os casos são iguais, por exemplo nós temos um projecto de Montrey no México, que é um projecto em que as famílias vão adquirir a casa pelo método mexicano, e nós desenvolvemos uma tipologia que é muito genérica, branca, e que eles vão customizar à sua maneira, aí o aspecto participativo existiu na medida em que nos transmitiram alguns requisitos, aqui a participação é absoluta eu tenho linha directa com eles, e é muito importante que haja uma relação frequente com o cliente, para nós é o nosso o cliente, se isto se pode replicar a outra escala? Bem, creio que sim, não há nenhum problema, o importante é que isto se aplica e surge fruto das restrições, quando falas dos melhores *standard* de qualidade aí prima mais o desenho, mais do que as restrições, entendes?

JLL. – Sim.

JC. – Pode ser que uma família queira ampliar, queira a casa ampliada e tenha os recursos para isso, são cenários distintos, mas sou um arquitecto!

JLL. – Vocês acompanham a etapa da auto-construção, depois?

JC. – Isso é que muito difícil, nós criámos os ateliers, para que as famílias saibam como ampliar, porque o desenho, isto é muito importante, o desenho explica como ampliar, porque não há invenções em obra, é tudo *low-tech*, é tudo na medida dos materiais que existem no mercado (...), quando quiseses construir uma laje de madeira, está construída a metade, portanto copias o que já está construído, deixámos inclusive um taco de madeira, taco refere-se como um pedaço de madeira em que se apoia a viga (cachorro), porque é um peça estrutural, ou seja, o processo de auto-construção nós tratámos de o guiar, mas cor nada, simplesmente fizemos os ateliers para que saibam como o seu desenho impacta no global, e para mais, muita da auto-construção já excede muitíssimo, como nós nunca imaginámos, viste em Renca? Essas casas, que estão construídas à frente da casa, é incrível!

JLL. – Sim, sobretudo vi que as janelas....

JC. – Mudaram todas?

JLL. – Não, mas gostam muito de *bow windows*!

JC. – Sim, é muito pessoal, a *bow window* é muito de classe alta, é cultural ...

JLL. – É cultural, mas da cultura anglo-saxónica não da cultura latina...

JC. – Mas de alto nível, eles trabalham e conhecem pessoas que tem essas casas, e essas janelas, então copiam-nas ali.

JLL. – Mas quando as pessoas fazem auto-construção não vêm ter convosco?

JC. – Nós pensámos como ampliar, para que o crescimento seja orgânico, (...) pensámos os espaços de forma a que possam ser

ampliados e continuem a ser bons recintos, e para mais há um aspecto muito importante que é a normativa, não podem ampliar tudo o que quiserem, porque deformariam toda a casa e torná-la-iam um grande edifício insalubre, portanto transmitimos-lhes de acordo com as normativas, onde podem efectuar as ampliações, (...), se fazem outras coisas, estão a sair das normas, e nós não vamos lá fiscalizar

JLL. – Mas estão a desqualificar espacialmente, porque vão fazer uma divisão com 2 metros...

JC. – Pois, a ideia é que utilizem os espaços previstos para crescer, mas não que os extravasem.

JLL. – Crês que estas casas novas produziram uma evolução económica para as famílias? Antes estas famílias estavam em bairros de lata, o que pretendia saber é se a nova casa contribuiu para uma prospectiva de objectivos, para que toda a família implemente uma inversão económica, com novas perspectivas?

JC. – Estou de acordo com isso, creio que melhorou a perspectiva económica das famílias, e o seu rendimento (...), o conceito de que falámos antes, de que o governo gasta subsídios para metade de uma casa, que aumenta o seu valor no tempo, faz com que em vez de ser gasto social se converta em investimento social, ao investir esse capital o governo recupera-o na verdade, não somente fisicamente mas também socialmente, porque socialmente a família fica menos vulnerável, porque não estão refugiados, porque têm um bom bairro, um espaço para jogos, etc. O que produz a casa, e a habitação definitiva, e o subsídio, é que a família tem que poupar para obter o subsídio, e como tem que economizar tem que por ordem nos seus gastos, (...) essa necessidade de organizar os seus gastos abre a janela da poupança, que muitos não a têm, e dão-se conta que podem

poupar, este é como um ponto de partida, é que se dão conta, e dizem: -Olha tinha 200 mil pesos e dupliquei-os! Em dois ou três meses, um ano o que seja, não importa, tenho o dobro, então entusiasma-se muito com a casa, como eles sabem que a casa é uma obra que não é habitável, sabem que tem que terminá-la, e vem a seguir o segundo entusiasmo, que é a grande aspiração de juntar dinheiro para embelezar a casa, há pessoas que pouparam, nota o projecto teve início..., estes projectos demoram muito tempo são projectos que demoram 4 ou 5 anos, nesses 4 anos há famílias que tinham 2 milhões, 4 milhões de pesos inclusive, para embelezar a sua casa, e eu chegava 2 ou 4 meses depois, e havia casas com escadas em caracol, tudo pintado de rosa, em 2 ou 3 meses! Com o tempo, muitos deles começaram a valorizar a sua casa, e outra questão da casa, é que todos começam dar-se muito melhor, a questão é quando tu estás num bairro de lata, quando na tua casa está tudo mal, não há necessidade de melhor nada, porque é estrutural, é que o ADN está no seu nível mínimo, quando tens a tua casa e pintas aquela parede e fica linda, a parede que está ao lado fica mais feia, e comesas a pensar se pinte aquela parede porque não pinto esta? E produz-se uma aspiração por ter um espaço melhor que é muito são.

JLL. – Crês, e reconheces claramente, que a melhoria da qualidade de vida das pessoas é, não só do ponto de vista da habitação, mas também social?

JC. – Estou muito de acordo, a habitação, uma família infeliz não sei se a casa lhes vai entregar a felicidade mas isso é mais filosófico, mas creio que a melhoria da qualidade de vida está na vontade de família de querer outra qualidade de vida, na vontade de sair do ciclo da pobreza, não somente do ponto de vista económico, mas do desenvolvimento das pessoas, é socioeconómico cem por cento, quando nós falávamos nas assembleias e se juntavam todas as famílias, uma das primeiras

coisas que lhes dizíamos é que muito bom que venham, e que venham todos, tragam os seus parentes, porque da mesma maneira que estão sentados juntos aí vão passar toda a vossa vida juntos, (...), a qualidade de vida também está um pouco nas boas relações interpessoais, se tens ódio ou um rancor com o teu vizinho isso vai diminuir a tua qualidade de vida.

JLL. – ... Obrigado.

Entrevista a Gonzalo Arteaga – “Arquitecto Socio, Gerente Proyectos”, segunda figura da hierarquia da Elemental

GA. Gonzalo Arteaga, JLL. José Luís Loureiro

JLL. – A Quinta Monroy é o projecto inicial de todo este processo, podes explicar-me qual é a origem do projecto modelo, como chegaram aqui?

GA. – Em termos de gestão?

JLL. – Não, no que respeita há solicitação, e como se passou?

GA. – Coincidiram várias coisas, em primeiro lugar no ano de 2000/01 coincidiram em Harvard, Alexandro Aravena e Andrés Iacobelli e juntos começaram a pensar como vamos fazer uma melhor habitação social, a equação era um pouco, porque seria tão má, ou seja, o Chile estava num tão bom momento, porque é que a habitação social era de tão má qualidade, Alexandro começou a trabalhar em alguns ateliers com alunos de Harvard de origem católica, quando voltaram, quando Andrés voltou para o Chile, preparou programas de políticas públicas na Universidade Católica e, junto com Alexandro, começaram a pensar como poderiam começar um projecto que permitisse concretizar as ideias que se tinham vindo a desenvolver dentro do Atelier, mas não perderam muito tempo, no Chile houve uma mudança, entretanto, na política da habitação, até esse momento a habitação financiava-se com um subsídio e depois com um crédito que as famílias pagavam ao Estado, mas como era o Estado que dava o empréstimo a essa família a taxa de morosidade era altíssima, e na prática terminava com o Estado a entregar um duplo subsídio, um subsídio formal, e depois o crédito não pago que era outro subsídio, então a política adaptou-

se e aumentou-se o subsídio e eliminou-se o crédito, portanto as famílias ficaram sem dívida, e dado que o montante total de financiamento da habitação se reduz um pouco, apesar de que continuavam a receber o subsídio, a política de habitação assumiu que as famílias em vez de pagarem dividendos iam poder investir os seus recursos na melhoria das suas casas. Isso foi em 2001 e quando se lançou esta política de habitação, não havia no mercado nenhuma proposta que permitisse responder rapidamente às novas condições da política de habitação, daí os primeiros concursos foram concursos a fundos, resultaram mas não conseguiram distribuir todos os recursos que havia, então, nesse momento contactou-se o Ministério da Habitação, que conheceu as ideias que se vinham a desenvolver desde a Católica de Harvard pela mão de Alexandro e Andrés, e inteiraram-se da possibilidade de fazer um conjunto piloto em Iquique, Quinta Monroy, e fez-se outra vez um programa chamado Chile Barrio, Chile Barrio era um programa estatal que procurava acabar com os bairros de lata, resolvendo-os num determinado espaço de tempo, então em Iquique o Chile Barrio tinha um bairro de lata, com mais de 30 anos de existência, muito bem localizado no centro, as famílias não queriam perder a localização que tinham, mas o problema é que o terreno era muito pequeno, era só meio hectare para cem famílias, então com as soluções disponíveis no mercado, com as tipologias disponíveis no mercado, não se conseguia dar solução a cem famílias com os recursos que existiam ali.

Esse foi o ponto de partida, basicamente havia que dar casa a cem famílias, no mesmo lugar onde viviam há 30 anos, onde tinham as suas redes sociais, de trabalho, de educação, etc., bem consolidadas, com um conjunto de recursos associados à nova política de habitação, que basicamente estipulava que se atribuía um determinado subsídio por família, esta nova política de

habitação mudou de uma política de entregar recursos, em que se entregava um “voucher” a uma pessoa para esta ir ao mercado gastá-lo, a fazer um conjunto construído, a uma política em que se passou a privilegiar a organização global, e a postura como um grupo, e um conjunto de projectos social e técnico, este grupo de famílias organiza-se, procura um terreno, sobre esse terreno desenvolve-se um projecto técnico específico, que tem que ser aprovado pela entidade respectiva, e planeia-se um projecto de habitação social, que no fundo procura ir equacionando socialmente este grupo e organizando-o, para que possa ter um processo de ocupação da sua habitação tão saudável quanto possível. Essa questão de organização, identificação do terreno, compra do terreno, licitação da construção, a decisão sobre a nossa contratação para o projecto, é o que faz o Chile Barrio, é o papel de Chile Barrio, a imobiliária do projecto.

JLL. – Que é uma imobiliária pública?

GA. – Claro, claro, é uma agência pública.

JLL. – O que entendi é que por um lado há um investimento por parte de Alexandro e Andrés, mas por outro há condições políticas que entretanto se desenvolveram aqui e há como que o encontro destas situações, está correcta esta visão?

GA. – Sim. Não sei exactamente como se passou pois iniciou-se nos Estados Unidos e não estava presente, mas efectivamente consegue-se fazer essa ligação aqui.

JLL. – Houve alguns trabalhos de investigação *a priori*, neste processo, tens ideia, ou seja, em matéria de estudo de casos similares, ou no que respeita à natureza de investigação teórica?

GA. – Isso deveria ser perguntado ao Alexandro, sei que o Alexandro não era um especialista em habitação social, era um

absoluto “inexperto”, absolutamente, e isso foi uma grande virtude para poder enfrentar um problema que era complexo, sem os preconceitos e os “travões”, sem os preconceitos que têm os especialistas, como sabes, se todos os caminhos têm um problema no final, não segues nenhum! Provavelmente essa in experiência permitiu ser mais arrojado, até certo ponto isso foi determinante, isso foi claro. A ideia em geral, há duas coisas que creio que são realidade, uma é que se desenvolve o projecto com a mesma seriedade, e disposição com que se abordaria qualquer outro projecto, e o tratamento desta comunidade é finalmente, como o que daríamos a qualquer outro cliente, e as discussões são nessa linha, em geral, há uma abordagem da parte de Alexandro e da equipa, que é mais pelo desafio profissional, que pelo tema social ou de “caridade”, isso explica porque é que a Elemental pode estar a fazer um projecto de habitação social, ou um laboratório na China, ou qualquer outra infra-estrutura, o enfoque nestes projectos não é tanto na “caridade”, é na “qualidade”.

JLL. – Sobre o projecto, na meia casa, quais são os critérios para definir a metade que se vai fazer?

GA. – Deriva basicamente de investir os recursos públicos em tudo o que viria a ser, extremamente difícil, se não impossível, para uma família desenvolver, muitas destas famílias ou vêm ou estão associadas há construção, muitos deles são operários da construção, ou tem conhecidos que são, ou podem pagar a um mestre-de-obras, por exemplo acabamentos, pinturas, trabalhos não estruturais, assentar janelas, pôr azulejo, etc., mas também há uma série de outras condições, que as famílias, mesmo tendo os recursos económicos, dificilmente o poderiam fazer de forma articulada, por exemplo escolher bem dentro da cidade onde instalar-se, porem-se de acordo entre todos os vizinhos para desenhar o espaço urbano e a organização das casas, a estrutura

da casa, as instalações sanitárias, eléctricas, os corta-fogos, diria que foi isso basicamente o que considerámos, e isso foi avaliado com eles, como o que era estritamente necessário à partida, até porque não havia recursos para fazer tudo, pelo que à pergunta pudemos fazer só algumas coisas, quais as que elegemos, houve bastante consenso e bom senso por parte das famílias, de nos concentrarmos nas partes mais complexas tecnicamente, das casas e do conjunto.

JLL. – O querem dizer com ADN da classe média?

GA. – Quer dizer que é uma casa que se construiu com os recursos de uma habitação social, mas está desenhada com os *standards* de habitação de classe média, da qual nós só podemos entregar parte. O mercado, pelo menos no Chile, pensamos que são as mesmas condições que se replicam no terceiro mundo e nos países em desenvolvimento, frente à escassez de recursos tende a construir a casa nas periferias, de maneira a pagar menos, para o terreno ficar mais barato, tende para pequenez, a reduzir as áreas e, nessa redução da superfície, no Chile, faz-se o exercício de lhes tirar programa, tirar divisões, apertar-lhes tudo, apertar as instalações sanitárias, apertar os quartos, apertar a sala de estar/jantar, gastas-te o dinheiro, mas finalmente, como se apertou tudo tanto, no fim quando a família tem os recursos para fazer a ampliação, essas divisões iniciais ficaram com uns *standards* muito maus, que não lhes permite evoluir, pelo que nós tomámos a opção de inclusive entregar menos divisões, mas que as que entregamos tivessem um *standard* de localização, tamanho, iluminação natural, de estruturas, de qualidade acústica, que assegurará, e marca um pouco também a “pauta”, de como podem fazer-se os crescimentos posteriores, e essas primeiras divisões têm um *standard* similar ao que se entrega em termos de classe média, e não ao que se entregava em termos de habitação social, é a isso que nos referimos basicamente. E por

outro lado, ao renunciar a fazer a casa completa, por falta de recursos, o que resulta é que a primeira parte da casa está colocada estrategicamente, de maneira que os crescimentos possam ter *standard* de classe média, possam ter uma dimensão racional, não tenham que investir excessivamente em estruturas, esteja assegurada a localização, a iluminação natural, estejam asseguradas as circulações eficientes, as estruturas, e as infra-estruturas, é mais difícil que o façam mal, do que o façam bem, nós praticamente deixámos-lhes planos de como deviam ampliar a casa, preocupámo-nos com o sentir comum para orientar como se faria o crescimento, se as pessoas não ampliam como lhes dissemos e desenhámos na nossa proposta, se as pessoas não seguem esse caminho, fazem-no mais caro, ou mais difícil, ou mais lento, ou mais inseguro, há umnexo entre o sentir comum e o desenho, que nos permite entregar a habitação com certa tranquilidade de que o processo de ampliação, no momento em que tenham recursos para isso, vai ser saudável.

JLL. – Há uma coisa que senti, e que gostaria de saber se faz também sentido para ti, o que se passa, do meu ponto de vista, é que o espaço necessário para que alguém esteja confortável é o mesmo para um pobre, para a classe média ou para um rico, e aquilo que me pareceu é que os vossos projectos têm esse sentido, há um espaço que é o espaço necessário, pois se és rico podes ter uma sala enorme, mas a verdade é que há um espaço/conforto que é suficiente, o que entendi dos projectos e das construções que visitei, é que sinto-me confortável com aquele espaço, creio que todos estaremos confortáveis com aquele espaço, isto faz sentido?

GA. – Sim, sim, nós vimos que em geral uma família, de quase qualquer extracto, independentemente da superfície inicial da sua casa acaba por funcionar mais ou menos à volta de 90m², as famílias mais pobres no Chile, que tinham inicialmente 30m² a

40m², acabaram por ampliar até 80m² a 70m², isso foi o que constatámos, isso dá-te uma dimensão de espaço familiar, e de divisões *standard* que no fundo te orienta, orienta o desenho, desenhás a casa final para decidir qual a metade que podes entregar inicialmente, para assegurar a segunda, mas estamos pensando sempre no ponto de chegada.

JLL. – O desenho do projecto demonstra a construção de estruturas e de vazios, da vossa parte enquanto projectistas, houve a previsão de controlar o espaço e o objecto formal, ou não? Parece-me que o objecto formal não, mas o espaço sim, mas pergunto-te.

GA. – Sabes, ou seja, toda a estratégia de crescimento das casas, o problema é que a Quinta Monroy está baseada em, a que distância, qual a dimensão dos vazios, a que distância estão os volumes construídos entre si, isso é o que lhes permite finalmente terem espaços de crescimento, que sejam facilmente preenchidos pelas famílias, o pensamento é basicamente estratégico ou técnico, e necessariamente não formal, porque sabemos que no final aqueles vazios vão ser preenchidos, mas as condições, as dimensões desse vazio estão muito bem medidas para assegurar que o processo de ampliação se desenvolverá facilmente, com as técnicas construtivas de que dispõem e manejam, que são basicamente madeira, e a madeira vem sempre com 3 metros no Chile, ou um perfil metálico (...), o mesmo com a exposição solar, os seis metros de que dispõem tem que comportar duas divisões e manter aberturas para iluminação natural, temos assegurados os metros para continuar a ter iluminação natural, há um manejar estratégico desse vazio, não da imagem ou aparência do resultado final, como sabemos que teremos 50% de casa depois, e ainda que esses 50% vão ser bastante caóticos em alguns casos, a única estratégia é que os primeiros 50% que nós desenvolvemos que seja rígido, parco,

inclusive duro, e seja capaz de ordenar e conter todo esse caos que vem posteriormente, historicamente as discussões do tema de habitação social foram como entregar condições de customização das casas, sem perder a eficiência que permite a massificação, e há montes de questões, como podes construir pequenos detalhes, decorações ao fim e ao cabo, para poderes regularizar, fixar essa customização, mas na realidade quando, desde o princípio assumes, que a casa completa não és tu que a vais fazer, mas sim, que o vais fazer com o proprietário, essa questão da customização acaba naturalmente por ficar com as famílias, isso permite-te afinal ser muito mais eficiente e fazeres o teu trabalho sem nenhum tipo de complexos.

JLL. – Creio que se pode dizer que vocês controlaram o espaço, mas não a forma.

GA. – Creio que a forma e o espaço estão unidos, nós não controlamos a fachada.

JLL. – De acordo, vocês controlam a estrutura formal também, depois vêm as decorações, que não é um problema para vocês, a estrutura está lá.

GA. – Claro, claro.

JLL. – Porque isto é sempre um problema para os arquitectos como sabes, fazes o teu desenho e depois há alguém que o vai mudar, há exemplos fantásticos, inclusive clássicos, com Corbusier as transformações são exuberantes, mas é sempre uma questão de estrutura, a estrutura passa pelo espaço, e pela estrutura formal depois podes ter, se quiseres, como que uma roupa que se veste mas o corpo está lá, então é sempre possível inclusive recuperá-lo.

GA. – Claro.

JLL. – Creio ter compreendido duas situações distintas no vosso modelo, um modelo em que o espaço é, modelo aberto e outro em que o espaço é fechado, por exemplo em Iquique e em Lo Espejo o espaço é aberto, mas em Renca e Barnechea o espaço é fechado, há como que uma caixa, e o espaço é mais interior, interiorizado, isto não tem nada que ver com questões de controlo formal?

GA. – Não, tem que ver com que o Chile estende-se por cerca de 5000 quilómetros de longitude, e vai do deserto extremo com zero de precipitação, até uma pluviosidade altíssima no Sul, então temos condições climáticas muito distintas, e finalmente os processos de crescimento no Norte extremo, no deserto de Iquique, tem condições muito distintas dos processos de crescimento, e ordenamento do crescimento, no Sul, não tanto enquanto espaço, área, senão que naturalmente nos ocorreu que no caso do Sul em que há chuva, e Santiago aí incluído, a questão das infiltrações ou da impermeabilização da casa, considerámos que era parte dessas coisas que tínhamos que fazer bem tecnicamente, desde o princípio, porque senão o fazíamos, para as famílias seria difícil fazerem-no bem, e comprometia o bom funcionamento da habitação, o conjunto de condições que necessariamente temos que ser nós a incluir na primeira parte da fase da habitação, ou não incluir, está associado, pode juntar-se, dependendo do contexto, o tema climático é um exemplo claro disso.

JLL. – Mas por exemplo aqui em Santiago, se pensamos em Renca e Barnechea é um modelo, mas Lo Espejo é um modelo diferente?

GA. – Porque estávamos procurando ..., estávamos preocupados com a cobertura, que é a grande diferença com Iquique.

JLL. – Porque creio que do ponto de vista cronológico que Lo Espejo é o segundo a ser construído, depois da Quinta Monroy...

GA. – Sim, mas o seu desenho começou depois de Renca.

JLL. – Ah! Que engraçado porque Lo Espejo foi construído em 2007, Quinta Monroy em 2004, e Renca em 2008, mas o seu desenho é anterior?

GA. – Em 2003, quando se desenvolvia o projecto de Quinta Monroy, nós organizamos um concurso mundial de Arquitectura que procurava associar sete ateliers pelo mundo para desenvolver sete projectos aqui no Chile, com o mesmo conjunto de permissas. Renca é um desses sete projectos que começaram a desenvolver-se em 2003, não em 2004, princípio de 2004, em 2004 começámos a trabalhar com essas famílias, o que se passa é que o processo desses sete projectos, que dado que eram muito recentes as políticas de habitação e que havia ainda muitas coisas que não sabíamos como iam funcionar etc., e tinha para mais dificuldades de ..., o concurso serviu muito para termos ideias novas e abrir a discussão em torno de como se desenvolvia essa questão da habitação social, mas depois, para a execução, foi bastante mais complicado para trabalhar com critérios similares, isso foi prologando em geral o desenvolvimento desses sete projectos, enquanto se desenvolviam estes sete projectos do concurso, dos quais finalmente se construíram cinco, entretanto e posteriormente íamos tendo outras encomendas, como por exemplo Lo Espejo ou Barnechea, que começaram a ser desenhados depois de ter começado Renca mas que a sua construção se terminou antes, e também eram projectos muito pequenos, muito menos complexos que Renca, Renca esteve praticamente parado.

JLL. – Renca creio são qualquer coisa como 170 famílias e Lo Espejo são aproximadamente 30, é muito mais pequeno.

GA. – O terreno de Renca, que foi um terreno comprado pelas famílias, era um terreno que originariamente era uma lixeira, houve que retirar todos esses lixos, trazer terra nova e esse processo foi super complexo e longo.

JLL. – Contaram-me que os militares ajudaram, a fazer esse trabalho?

GA. – Sim, sem encargos, foi numa lógica de voluntariado, claro que se conseguiram os militares mas, se os militares necessitavam da máquina um dia levavam-na, e a máquina voltava um mês depois e era...

JLL. – Então isto não é por uma questão de controlo formal, que a “caixa” se fechou?

GA. – Não, não, ao contrário nós fazemos, quando é possível, temos preferido privilegiar o vazio, na lógica de Lo Espejo e de Iquique, ao invés de controlar o que seja, o problema que temos em Barnechea e Renca, é que nós inicialmente controlávamos cem por cento a fachada, e isso é o que queremos evitar, é ao contrário, nós deixámos de controlar, mas só que temos, pelas condições climáticas que encerrar um certo volume, fazer o crescimento no interior, assegurando que esses espaços não se degradam.

JLL. – Crês que o modelo que usaram em Renca e Barnechea é um modelo mais adaptado aqui a Santiago, que o modelo do Lo Espejo? Porque vocês preferem mesmo o espaço aberto?

GA. – É essa a ideia.

JLL. - Porque vocês preferem mesmo o modelo aberto ideologicamente...

GA – Sim! Como ideia, e... é o que resulta melhor para esses conjuntos de famílias.

JLL. – Quais são as metodologias utilizadas para convocar a população, e como funcionou?

GA. – Funciona, há uma parte importante de participação, prévia à entrega do subsídio, que é onde se envolvem as famílias no desenho, e isso faz-se, tratando de estabelecer, primeiro logo de entrada, temos que transmitir-lhes as restrições do problema, restrições normativas associadas ao sistema de subsídio, não podem vender a sua casa antes de cinco anos, o tipo de programa de divisões que tem a casa etc., restrições económicas, quanta área podes construir com isso, que tipo de pavimento podes fazer, restrições técnicas, por exemplo em Renca, como tem mais terreno, não podemos subir acima de certa altura, quais são as condições para controlar as diferentes situações, há uma primeira aproximação em que tens basicamente que transmitir-lhes todas as restrições e em vez de estarmos nós deste lado da mesa o cliente do outro lado da mesa, pomo-nos os dois do mesmo lado para poder ver isto como um desafio conjunto, para o qual vamos procurar soluções, em função disto desenvolve-se uma proposta, e esta proposta é conversada imediatamente com as famílias para poder quantificar, hierarquizar, dado que os recursos não são suficientes para construir o total da casa, pois então, em conjunto temos que decidir quais são as coisas que se consideram mais urgentes e estratégicas de construir com os recursos públicos, e desde logo deixar o resto das partes da casa para que possam executar eles, e há uma terceira linha que se relaciona com a organização do conjunto, em Iquique passou-se que lhes apresentámos três ou quatro opções, nós pensávamos que ia

ganhar uma que era muito globalizada etc., e as pessoas preferiram uma que tinha estrutura social bastante mais pequena, na realidade não havia mais de 25 famílias por conjunto, para considerar o fechamento dos espaços conjuntos.

JLL. – É mais controlável.

GA. – É muito mais controlável (...). Com a continuação, e à medida que vamos conseguindo casos, inclusive o Atelier vai aprendendo muito sobre quais são as ideais e as necessidades, o que se passa é que na realidade há acordos que terminam muito bem e que são logo aceites pelas famílias, mas a discussão é intensa, em Iquique e em Renca eles debatiam muito para se decidirem, qual vai ser a proposta, como vamos começar isto, etc.

JLL. – Que tipo de compromisso sociocultural é necessário estabelecer entre os projectistas e os residentes, para a definição da sua casa?

GA. – Creio que, é o mesmo compromisso que assumes com qualquer cliente, de respeito, seriedade, procurar pôr as “ferramentas” profissionais ao serviço dessa comunidade, é da ética do trabalho, são clientes, têm a mesma capacidade de transmitir-te as suas necessidades e tu tens que tratar de responder-lhes a essas necessidades.

JLL. – As transformações que se levaram a cabo foram como vocês esperavam?

GA. – Em geral sim, mas também há casos em que não, e há casos que não e em que te lembrás, em que houve mais querer, mais energia e empreendimento inclusive no que os donos sonharam, e em que inclusivamente de forma clara saem, quebram as regras, esses são menos, mas há casos em que

quebram as regras e que entretanto ficam consolidados, em Iquique, ao princípio passou-se um caso que é interessante, as famílias sabiam que, por razões estruturais não podiam construir paredes de alvenaria no segundo e terceiro níveis, e também que não podiam construir nos pátios frontais, porque era espaço colectivo e, a poucos dias da entrega das casas construídas, uma ou duas famílias fizeram construções de alvenaria nos espaços colectivos, e foi mesmo a comunidade que nos ligou avisar, isso demonstra a intensidade e a realidade do processo participativo e que tinham muito claro quais eram as regras, e exerceram a sua autoridade para poder resistir-lhes, mas há outros casos em que, claro quando tudo está concluído, a organização e a participação vai-se...

JLL. – Esmorecendo ...

GA. – Quando obtiveste o projecto, tens a tua casa, tendes a pôr o teu esforço na melhoria da tua casa, e o teu esforço tende a ir para a tua casa e não para o colectivo de obter um bairro e é nessa fase que alguns transgridem as regras.

JLL. – Tanto quanto sabes, o investimento económico na transformação das casas, resulta de necessidades ou de desejos?

GA. – Necessidades ou desejos?

JLL. – Sim, porque uma *bow window* é um desejo, não é uma necessidade, perguntei se há melhores condições de conforto com o uso desse tipo janelas? Porque mudam a janela numa *bow window*? Pensei que houvesse alguma melhoria ambiental, mas não, é uma mera questão de desejo, é uma questão meramente decorativa.

GA. – Creio que é artificial fazer a separação entre desejo e necessidade, é como qualquer pessoa quando faz intervenções

em sua casa, quando faço alguma coisa em minha casa não penso se é necessidade ou desejo, o problema é que tenho necessidade e respondo-lhe de uma determinada maneira, em que está misturado o desejo também, o desejo faz tanto parte da solução como problema, pode ser que quisesse mais luz e então faz esse trabalho nessa janela, a fachada não é estrutural, portanto vêm-se alterações, todos concordámos em colocar essas janelas que derivam de um desígnio racional, mas muitas famílias queriam outras janelas, sempre sonharam com ter outra janela, com outro tamanho, e no momento em que a vamos fazer, se custa praticamente o mesmo fazer a janela plana ou fazer uma *bow window* fazemo-lo, estão muito misturados a necessidade com o gosto e com o desejo.

JLL. – Por exemplo se tens necessidade de fazer um quarto para um filho é muito evidente, não é tão evidente fazer uma *bow window*.

GA. – Porquê?

JLL. – Do ponto de vista de necessidade;

GA. – Isso é uma separação artificial de técnico, é um problema de arquitecto, para a pessoa, a sua janela, tem que ser uma *bow window*, porque quer mais luz e porque gosta de *bow window*, não segue esse processo do que é que eu necessito, o que é que eu desejo.

JLL. – Creio que tens razão, porque quando entrevistei residentes, o ponto de situação que fizeste, que não há diferença entre desejo e necessidade, é verdade, é uma realidade.

GA. – E para mais as necessidades estritas estão resolvidas, não estamos a falar de fechar uma divisão que antes não tinha janela, há um *standard* mínimo, e mais que mínimo, que está

assegurado, e eles vão intervir sobre isso, quanto de necessidade, quanto de desejo, quanto de capricho têm..., não é relevante.

JLL. – Crês que os investimentos na habitação estão associados à evolução socioeconómica das famílias, ou não?

GA. – Creio que sim.

JLL. – Tanto quanto sabes há mudança de atitude das pessoas relativamente à sua casa, por exemplo, mudança de comportamento espacial, depois que se mudaram para as casas novas?

GA. – Creio que sim, estamos a falar de famílias que vieram de bairros de lata, que viviam em níveis de precariedade muito baixos, e há mudança de cultura, do momento que tens que pagar a conta da luz, ou da água, mudaste da condição de viver com uma puxada ilegal, a viver com propriedade, o que é bastante mais sofisticado, em termos legais, do que só o ser proprietário da casa, há uma série de acordos no respeito a tudo o resto, há propriedades comuns, há propriedade exclusiva, é isso exactamente que modifica a tua maneira de te comportares, sobretudo no espaço colectivo, têm que estar permanentemente a pôr-se de acordo para decidir, aqui pode-se estacionar ou não se pode estacionar, como vamos fazer este jardim, abrir o portão ou fechar o portão. No interior da habitação também creio que sim, temas como poder contar com casa de banho, revoluciona a maneira de estar, muitas destas famílias não tinham instalações sanitárias na sua casa, tinham que sair de casa para fazer as suas necessidades, para lavar roupa, tive contacto por exemplo com casas em que nem todas as divisões tinham ventilação e luz natural, tu entrases numa casa e ires passando pelas divisões sem janela, e ires para a tua casa e teres janelas..., em todas as divisões para abrir e para ventilar, diria que é um pouco sonhar,

são pequenas mudanças, que na realidade são o resultado de passar de uma situação de extrema precariedade a uma casa formal.

JLL. – Crês que a melhoria da qualidade de vida destes residentes, não é só no melhor conforto da habitação, é em geral diferente?

GA. – Sim, creio que é diferente, e de que maneira, passaram de ser ocupantes, a serem cidadãos, não só adquirem direitos como também assumiram deveres, até estão organizados de outra maneira, até é interessante o tratamento das fachadas, porque no fundo, a primeira coisa que fazes é “pintares” a cara quando te vais apresentar à cidade, sem qualquer pretensão de validade ou de certeza, diria que antes não havia auto-estima, não havia amor-próprio, inclusive ver as pessoas a fazerem revestimentos de fachada e *bow window*, as *bow window* afinal têm muito mais a ver com a fachada, que com a divisão em que está a janela, isto são sinais claros de que há outra atitude, inclusive endividarem-se para puderem apresentar uma “cara” distinta. Sim, creio que assistimos a uma transformação que vai muito para além do *standard* físico da casa.

JLL. – Creio que o Alexandro referiu que as casas custaram cerca de 7500 dólares e que o seu valor seria de cerca de 20000 dólares.

GA. – Possivelmente, no caso de Iquique que foram as primeiras, hoje em dia a política de habitação disponibiliza bastante mais recursos, efectivamente as casas de Iquique podem valer facilmente esse valor. Em Renca, aconteceu-nos por exemplo, que essas casas o custo de construção foi de 600 UFs, (...), no mesmo dia da inauguração havia famílias a quem estavam a

oferecer 1200 UFs, sem terem vivido um dia nas suas casas estas já valiam o dobro, pela localização, pelo *standard*, etc..

JLL. – E pelo espaço.

GA. – Isso é o que estamos a ver acontecer sistematicamente, também famílias de Renca contaram-nos que na ocasião em que foram pedir um crédito, hipotecaram as suas casa por 1500 UFs, e elas custaram 600 UFs então valorizaram-se duas vezes e meia, isso é a tendência que se vê e que está, creio que, confirmada.

JLL. – Creio mesmo que os projectos têm um grande sucesso, desse ponto de vista, fiz a mesma pergunta aos habitantes, se tinham a sensação que poderiam vender a sua casa rapidamente e valorizada e todos me disseram que sim, porque ao princípio chamavam às casas caixas de fósforos, mas depois quando as pessoas entram para vê-las, há espaço, há luz, e todas as pessoas gostam muito das casas, a resposta é inequívoca, clara, imediata, quando pergunto, crê que está casa foi desenhada para satisfazer as tuas necessidades? Todos responderam -Certamente.

Muito obrigado (...).

ANEXO 2 – Entrevistas em Barnechea

Entrevistas efectuadas no âmbito do trabalho de campo com elementos dirigentes de Barnecheia.

Todos os entrevistados deram a sua prévia autorização para o respectivo tratamento e publicação das entrevistas recolhidas, que são anónimas, tendo sido utilizadas iniciais de nomes apenas para distinguir o interlocutor.

No tratamento e tradução foram dispensadas/retiradas, por não serem relevantes, fórmulas de cumprimentos e/ou conversas eventualmente ocorridas, sem relação directa com o objecto desta tese. Foram também feitas algumas pequenas alterações, cortes e/ou acrescentos para tornarem o texto mais explícito e adequado à forma escrita.

Entrevista a Dirigente – AO

AO. Dirigente feminino, JLL. José Luís Loureiro

JLL. – O seu nome por favor?

AO. – A... O...

JLL. – Quais foram as tuas motivações pessoais para te envolveres neste processo?

AO. – O principal motivo foi ver a quantidade de gente, na comuna, sem casa vivendo em condições precárias na margem do rio, também em termos pessoais não tinha casa e a minha motivação foi conseguir algo em grupo, já que individualmente era impossível.

JLL. – Era um bairro de lata?

AO. – Na comuna existiam nesse momento oito bairros de lata, comecei a trabalhar com um em especial que era muito emblemático, um bairro de lata ao qual a municipalidade dava muito pouca atenção, e nesse dediquei-me primeiro a trabalhar com as crianças e depois com os adultos, e encontrei um projecto que estava em gestação os jovens de Un Techo para Chile em conjunto com a Chile Barrio e fiquei a conhecer aquele desenho de casa, que era da Elemental, gostei muito do projecto e decidi seguir com esta questão.

JLL. – Quais foram os principais objectivos deste projecto?

AO. – O principal objectivo era fazer desaparecer aquele primeiro bairro de lata, aquele em que eu trabalhava, nesse momento, não era muita gente nesse momento, ainda estavam aí 58 famílias que, ao serem deslocalizadas as pessoas que estavam

a sair para casas próprias, elas ficavam sem nenhuma possibilidade de conseguir casa, e estas 58 famílias tinham inclusivamente que realojar-se dentro da comuna, e o objectivo era que ficassem, e conseguissem ter casa dentro da comuna.

JLL. – Fez algum trabalho de investigação própria para todo este processo?

AO. – Comecei por iniciativa própria e após dois anos a trabalhar com o bairro de lata, surgiu a oportunidade de fazer um curso de habilitação, um diploma na Universidade Hurtado como dirigente, fomos o primeiro grupo habilitado para dirigente na Universidade Hurtado e também (...).

JLL. – Tem alguma referência teórica especialmente importante para si, algum livro, algum nome de alguém, neste processo?

AO. – Neste processo o que nos indicaram como habilitação, foi um manual, desenvolvido pelo Governo, (...) um manual para dirigentes, que utilizávamos bastante porque apresentava todos os pontos que têm que ser tratados para cada projecto, que se nos pode apresentar enquanto Dirigente, a (...), projecto social, a tudo em geral, dava-nos indicações para cada um, passo-a-passo.

JLL. – Sobre os projectos, na meia casa como são os critérios para definir a metade da casa que vai ser feita?

AO. – Em primeiro lugar, quando concordamos em fazer um projecto que é meia casa, nós principalmente dávamos muita atenção à parte estrutural, à parte de exterior, e a que ampliação fosse interna, isso permite jogar muito com os espaços, é mais barato, e para mais fica mais barato construir no interior que construir exterior.

JLL. – Os espaços vazios, para ampliar, têm normas específicas?

AO. – Sim!

JLL. – Tem ideia de algumas, mais importantes que possas dizer-me?

AO. – Os espaços de ampliação interna, deram-nos algumas normas, obviamente os pisos não se podem elevar nem baixar da altura a que foram desenhados, não se podem derrubar estruturas principais, causas estragos no conjunto completo se quebras a estrutura principal, não retirar estruturas gerais, como as fachadas ou as coberturas, que não se podem alterar, a ideia é manter esteticamente as fachadas e as coberturas ao longo do tempo.

JLL. – Sobre o processo, que tipo de metodologia utilizaram para convocar a população, e como funcionou?

AO. – Começámos por recensear, os três principais acampamentos que existiam, eram oito, mas conseguimos recensear três. Os três os acampamentos principais eram Las Lomas, El Transitório e João Paulo II, Transitório era o acampamento em eu que trabalhava, recenseou-se e chegámos a um consenso de que havia 770 famílias nesse momento, com o qual conseguimos o projecto, o acordo, com Chile Barrio, e este recenseamento consistiu em averiguar cada família para saber se tinham uma casa anterior, ou um bem de raiz, se tivessem já não podiam receber este subsídio, porque o Governo aqui é só uma vez que subsidia a habitação, e ter um bem de raiz não corresponde aos critérios.

JLL. – Crês que, este processo se não houvesse uma proximidade sociocultural entre os desenhadore e as pessoas que vão habitar, era possível?

AO. – Os desenhadore, quando conheci este projecto, eles tinham feito uma exposição em Un Techo para Chile relacionada

com este tipo de projectos, não participaram só eles participaram outros arquitectos também, e nós quando visitámos o lugar vimos quais as casas que gostávamos mais, e quais eram mais práticas para habitar, e também pelo espaço, ou seja, considerando o espaço que tínhamos conseguir casas de um piso era impossível, pelo que tínhamos que densificar em altura, e este tipo de casa, dentro do que gostávamos, era o mais apropriado.

JLL. – Creio que há um trabalho muito intenso com os desenhadores da Elemental?

AO. – Sim.

JLL. – Há muitas reuniões durante o processo?

AO. – Tivemos poucas reuniões com as pessoas da Elemental, tivemos com eles aproximadamente umas seis reuniões durante o projecto, também tinha reuniões com o pessoal da municipalidade, os quais não se manifestavam sobre o projecto, então se nós lhes perguntávamos alguma coisa era ..., com a “-Elemental!”, eles relacionavam-se com o construtor, o construtor não sabia, não tinha o vocabulário para explicar às pessoas, os arquitectos da Elemental, em especial Pablo, Ignacio Cerda, é que tiveram reuniões connosco e foram bastante didácticos nas explicações, e as pessoas ficavam muito contentes.

JLL. – Mas foram só seis ...

AO. – Seis reuniões aproximadamente.

JLL. – E entendes que foram suficientes, ou talvez se tivessem tido mais as coisas poderiam ter sido um pouco melhores?

AO. – Como nós conhecíamos o projecto, como dirigentes, não havia necessidade de mais reuniões, foram suficientes.

JLL. – Sobre os resultados, as transformações que se fizeram são como se esperava?

AO. – Dentro do grupo, nem todas as casas estão regulares, dentro do que esperávamos que pudesse acontecer, houve muita gente que fez intervenções antes de ter as indicações técnicas, acontece que também não nos chegaram as indicações técnicas da parte da EIFS, e suspeito que não vão chegar, visto que as estamos pedindo desde que nos entregaram as casas.

JLL. – Tanto quanto sabes, o investimento económico na transformação das casas, é resultado de necessidades, ou de desejos?

AO. – Ambas as coisas, em muitos casos é uma necessidade, pela quantidade de filhos falta-lhes uma divisão, noutros casos é porque as pessoas não têm o hábito de ter a cozinha de tipo americano, e tem o hábito de uma cozinha fechada, com porta, e tiraram a cozinha para o exterior, e outros casos, que são os que vejo como mais complicados na questão das ampliações, foram os que têm um negócio.

JLL. – Porque aí há grandes transformações, e para o exterior porque o negócio tem necessidade de ir para o exterior?

AO. – Bastantes, sim!

JLL. – Tanto quanto sabes, houve mudança de atitude das pessoas, depois de que vieram para as suas casas, em geral?

AO. – Em geral sim, as pessoas começaram a ter uma grande mudança, quando viviam em bairros de lata não tinham muita motivação para arranjar as suas casas, não as arranjavam, não as pintavam, não arranjavam os tectos, enquanto que aqui, dou-me conta que pessoas que viviam muito precariamente no

acampamento, chegam à sua casa, e bem, vai contra o meu pensamento endividar-se para fazer arranjos na casa, eu penso ao contrário, juntar o dinheiro e aí arranjá-la, mas eles queriam ter a sua casa linda por dentro e endividaram-se e pintaram-na, e arranjaram tudo por completo, estão a pagar prestações por dois anos, mas bem são decisões familiares.

JLL. – Crês que, viver aqui trouxe melhorias da qualidade de vida, não só de conforto da habitação, mas por exemplo conforto relacional, conforto social, de objectivos de vida e tudo isso?

AO. – Muitas famílias tiveram uma atitude bastante positiva relativamente a esta questão, muitas mulheres que não trabalhavam fora de casa procuraram trabalho fora da sua casa para terem melhores objectivos e perspectivas para os seus filhos, coisa de que tinham muito poucas esperanças estando nos bairros de lata, tinham pouca esperança que os seus filhos conseguissem estudar, eu não vejo uma mudança em si, no total, mas as pessoas sentem uma grande mudança, eu não vejo diferença, sim saíram de um acampamento mas as pessoas são as mesmas, é a percepção como pessoa, a auto-estima da pessoa aumenta ao viver numa casa, onde pode convidar pessoas, é algo que lhes mudou a vida.

JLL. – Disseram-me que, quando procuras emprego, se dizes que vens de um acampamento há como que um preconceito, e as probabilidades de chegares a ter esse emprego reduzem-se?

AO. – Sim, bastante, infelizmente discrimina-se muito as pessoas pelo lugar onde vivem, e não pelas capacidades que tem cada pessoa.

JLL. – Então este bairro é também muito importante desse ponto de vista, de acabar com esse género de discriminação, porque é diferente habitar aqui ou habitar num bairro de lata?

AO. – Claro, já viveres num bairro de lata associa-se muito com a delinquência, a questão da delinquência quando procuras trabalho, é que as pessoas têm medo de estar a contratar alguém, é que os roubem, e não vêm a capacidade que tem a pessoa.

JLL. – Quanto pensas, em geral, que será o rendimento médio das famílias aqui?

AO. – Em geral, neste sector, as pessoas que viviam em bairro de lata têm um nível de escolaridade muito baixo, muitos têm o oitavo básico, uma grande parte só o oitavo básico, e outros quatro médio, há muito insucesso escolar entre as crianças, portanto não têm acesso a um emprego com melhor vencimento, aqui nivela-se muito o nível de escolaridade, estudos, com o vencimento, creio que a maioria das pessoas de aqui que trabalham o seu vencimento não supera os 200 a 230 mil pesos por pessoa que saí a trabalhar, se saem a mulher e o homem, se pensarmos neste *standard* entre 200 e 230 mil pesos, serão entre 400 e 460 mil pesos, agora se trabalha um são só os 230.

JLL. – E crês que aqui maioritariamente trabalham os dois?

AO. – Maioritariamente o homem, e muitas mulheres que são mães solteiras, porque este projecto era de mulheres.

JLL. – Então elas estão sozinhas?

AO. – Sim, vivem sozinhas com os seus filhos, neste projecto concretamente as donas da casa são as mulheres, determinou-se, inclusivamente ficou na lei (...) que elas são as donas da casa, mesmo que tenham o seu marido, pelo motivo que quando há uma separação quem fica com as crianças são as mulheres, e dar um tecto para a protecção dos filhos.

JLL. – Tens ideia qual é o tipo de trabalho que mais se faz aqui?

AO. – Os homens jardineiros, e condutores de camião, e as mulheres, a grande maioria, em limpezas, em empresas de limpezas ou empregadas domésticas.

JLL. – E crês que em 30% das famílias as mulheres trabalham, ou menos?

AO. – Creio que menos, creio que uns 10%.

(...)

JLL. – Como fizeram para comprar este terreno?

AO. – Este terreno, onde se construí este projecto, era um terreno que pertencia aos bens nacionais, os bens nacionais vendem-no a SERVIU, e a SERVIU entrega-o à municipalidade para construir este projecto.

JLL. – Então vocês, os habitantes não tiveram despesa com o terreno?

AO. – Não! Fez-se directamente a nível de governo (...).

Continuação Entrevista a Dirigente no exterior

AO. Dirigente feminino, JLL. José Luís Loureiro

JLL. – Aqui é o espaço o comum, ou semi-privado?

AO. – Semi-privado, de acordo com o que está Plantas, o espaço privado é como o que tens aí à direita, tudo o mais é espaço comum, em geral aqui, a maioria desde o princípio queria manter o seu espaço aberto.

JLL. – E como fazem para estacionar?

AO. – Aqui cabem perfeitamente catorze veículos, temos que resolver a questão do jardim que há que eliminar, isso foi solicitado para estacionamento, e aí cabem até catorze se estiverem bem arrumados.

JLL. – É um por cada casa?

AO. – Há doze casas.

JLL. – Ah! ainda há dois a mais.

AO. – Sim, bem arrumados cabem catorze veículos.

JLL. – Aqui não há linha telefónica?

AO. – Não, não há rede telefónica.

JLL. – Então também não há Internet por linha?

AO. – Por linha não, só móvel.

JLL. – Que é mais cara?

AO. – Sim, mais cara e pior.

JLL. – Crê que vai haver?

AO. – Estamos a ver se apresentamos um projecto para construção da rede, porque se conseguirmos uma quantidade de famílias, que tenham tido telefone por cabo antes, pago por algum tempo, talvez se possa fazer o projecto para tentar alguma das empresas telefónicas a cablarem, e a instalarem-se aqui.

JLL. – Quantas famílias?

AO. – Aqui há 150 famílias, cada condomínio, bem eu digo assim ..., cada conjunto interno tem doze casas com a sua família.

JLL. – O que é isto aqui?

AO. – Isto é um colégio particular (...) de religiosos.

JLL. – Mas... escusavam de ter feito uma cerca desta altura.

AO. – Claro.

JLL. – Porque há problemas?

AO. – Não, não. Creio que é mais por prevenção, por preconceitos em relação às pessoas que vieram de bairros de lata, então eles pensam que os vão perturbar.

(...)

JLL. – E ali é um comércio?

AO. – Sim, esse é o tipo de intervenção que se fez para comércio, é o que vejo como mais chocante, há alguns que fizeram bastante bem, bonito e agradável, mas há outros que não.

(...)

AO. – Aqui têm mais carros, que nós, e têm os lugares de estacionamento marcados, estão mais bem organizados.

JLL. – Como chamas a isto?

AO. – Condomínio, mas é só um termo porque na realidade...

AO. – Aqui, na casa 78, ela também participou como dirigente no projecto.

JLL. – Há pessoas que mudam um pouco as portas.

AO. – Sim, estão a pôr-lhes um toque pessoal.

(...)

AO. – É a Elsa, estava a trabalhar é desenhadora de vestuário e trabalha em casa, vês! Dá muito uso à casa, está com um cliente não pode receber-nos.

AO. – Daqui vamos a uma zona em que se fizeram intervenções, quase totalmente, para o negócio...

JLL. – Aqui é engraçado porque há sempre quem goste de um espaço mais fechado, e quem tenha um espaço mais aberto, diferentes opções.

AO. – Claros, todos têm que marcar, com o seu toque pessoal.

JLL. – Estão aqui desde quando?

AO. – Há um ano e quatro meses.

JLL. – É um dos bairros mais recentes, creio?

AO. – Sim, este foi a última entrega de habitação social da comuna, a última que houve, e foi em Julho de 2010.

JLL. – Desde Julho de 2010 não houve nenhuma outra?

AO. – Não, não há outra, a anterior foi em 2005, que foram as casas que estão ao ali ao fundo, essas são as anteriores, mas essas não são do tipo da Elemental é outro tipo de habitação, são três tipologias de habitação, são apartamentos pequenos de 35 metros, de 47 e casas de 52 metros.

JLL. – E que pensas por comparação?

AO. – De forma prática e por metragem esta casa é claramente melhor, e outra coisa, pela questão igualitária é claramente melhor porque vendo do ponto de vista económico o valor destas casas é maior que das outras.

JLL. – E não há diferenças, é o mesmo volume para toda a gente?

AO. – Sim.

JLL. – Ali há diferenças porque há mais área ou menos área?

AO. – Sim, há apartamentos pequenos, apartamentos médios e casas...

JLL. – Que são atribuídos em função do tamanho da família?

AO. – Supostamente devia ter sido assim, mas encontrei famílias, uma família com 10 filhos a viver num apartamento de 47 metros, e pessoas que são dois e vivem numa casa de 52 metros, não tem relação uma coisa com a outra, houve uma má gestão das pessoas do município na atribuição das casas, então para este as pessoas todas receberam o mesmo, todas puseram a mesma quantidade de dinheiro e receberam exactamente o mesmo, por isso aqui estão contentes, não estão com a sensação de que receberam alguma coisa que não queriam, ou algo que é mais ou menos do que os outros.

AO. – Ali é um cabeleireiro.

JLL. – Cabeleireiro, mas com outro pequeno negócio?

AO. – Com outro pequeno negócio, é que muitas vezes são pessoas que não tinham como sair a trabalhar fora...

JLL. – De acordo então fazes o teu próprio negócio aqui.

AO. – Em casa.

JLL. – Que é o mesmo que a senhora que faz costura ali fez e aproveitou, creio que mesmo desse ponto de vista é bem interessante porque assim vais conseguir ter a habitação como

suporte do teu negócio e se estivesses no bairro de lata não era possível.

AO. – Já no bairro de lata trabalhavam no mesmo, mas não em sua casa.

JLL. – Esse era o problema, porque as pessoas para irem ao bairro de lata seria um problema, em princípio?

AO. – Claro.

(...)

JLL. – Aqui têm um bocado mais de espaço à frente, mas é mais devassado, porque não tem privacidade que os outros espaços têm.

AO. – Eles têm de forma individual, bom também tinham a possibilidade de fechar fazendo um espaço único, o que se passa é que as pessoas preferiram ter este espaços exterior a ter esse espaço limitado.

JLL. – Sim, sim, havia uma intenção diferente da vivência dos espaços, havia os que preferiam aquela situação e outros que preferiam esta situação..., isto é interessante porque permite as duas situações (...).

AO. – Claro, e para mais as pessoas escolheram o lugar para onde vinham viver, por exemplo, o grupo que está aqui quiseram este lugar e se havia dois grupos que queriam o mesmo lugar foram a sorteio.

JLL. – De acordo, boa para que não haja problemas.

AO. – Os doze vizinhos que estão aí dentro escolheram-se (...) entre eles, e quando não havia acordo sorteava-se, então todos estão localizados dentro do espaço no lugar que queriam, havia

muita gente que queria ficar para este lado porque aqui está o parque ...

AO. – No fundo foi a maneira de manter que as pessoas decidissem onde queriam viver, dentro do lugar específico, dentro do espaço físico que se estava a construir, e bastante meses antes de se entregar este projecto já as pessoas tinham ido ao lugar “onde vou viver”, haviam ido (...), haviam visitado o lugar, “-Eles, estão a fazer a minha casa!”.

JLL. – É normal porque é um grande investimento para a família.

AO. – Sim.

(...)

AO. – Sempre expliquei essa questão às pessoas, quando havia reuniões e durante todo o processo, que a ideia não era mudar do bairro de madeira para um bairro de cimento, a ideia é que as pessoas evoluíssem como pessoas e melhorassem a sua qualidade de vida.

(...)

JLL. – O mais importante propriamente não só a habitação é o processo, a habitação própria é, do meu ponto de vista, um factor de mudança, é um factor dinâmico de mudança, isso é o que espero demonstrar.

(...)

AO. – Passa por essa questão, creio que há gente que podes pôr numa casa, podes pôr numa barraca, podes instalar num palácio que vai continuar a viver exactamente igual, não muda o seu estilo de vida, não o vão melhorar nem o vão piorar, não é um problema só económico, senão bastaria aumentar os salários.

JLL. – As condições de vida das pessoas, há um problema estético e se calhar “aquilo” até vai desvalorizar um pouco o bairro é verdade, mas as condições das pessoas estão primeiro...

AO. – A realidade social não se pode esconder há que vivê-la, essa questão eu assumo-a muito, tudo o que existe no bairro como bairro, e independentemente da questão económica gosto mais do sistema de bairro do que outros lugares que são mais impessoais, e as pessoas são mais distantes.

JLL. – Falas com vizinhos destes bairros aqui? E que pensam eles das casas, em comparação com as suas?

AO. – Em comparação com as suas casas gostam mais destas, pela questão dos metros de espaço.

JLL. – Creio que isso é muito bom aqui.

AO. – Os espaços que entregam às pessoas, para eles, tenho um apartamento pequeno, mas gostava de ter uma casa dessas.

JLL. – A prática habitual em bairros de lata é a habitação térrea, e quando vives em apartamentos é um problema ...

AO. – Custa mais a convivência, mas para mim um apartamento ou conviver assim é quase o mesmo, mas a percepção das pessoas é diferente.

JLL. – Há umas escadas comuns é diferente do ponto de vista da intimidade.

AO. – Há lugares como este, que eram bairros de lata, depois estiveram desocupados 5 a 6 anos, e encheram-se de escombros e lixo, e debaixo disso ficaram os restos do bairro antigo e apareceram térmitas, fizeram-se os trabalhos de melhoramento dos terrenos e tudo...

Aqui também estão bastante organizados, têm jardins, aqui fecharam pela questão que não querem que passem à tua porta, te batam na janela, é mais privado pelo facto de teres o teu (...), eles fecharam mais o espaço.

JLL. – Aqui toda gente que passa na rua passa à tua porta.

AO. – 90% das pessoas aqui são mestres canteiros, jardineiros, trabalham por conta própria.

(...)

JLL. – M

Anexo 2.1 – Entrevistas em Barnechea - Habitantes

Entrevistas efectuadas no âmbito do trabalho de campo com habitantes de Barnechea.

Todos os entrevistados deram a sua prévia autorização para o respectivo tratamento e publicação das entrevistas recolhidas, que são anónimas, tendo sido utilizadas iniciais de nomes apenas para distinguir o interlocutor.

No tratamento e tradução foram dispensadas/retiradas, por não serem relevantes, fórmulas de cumprimentos e/ou conversas eventualmente ocorridas, sem relação directa com o objecto desta tese. Foram também feitas algumas pequenas alterações, cortes e/ou acrescentos para tornarem o texto mais explícito e adequado à forma escrita.

Entrevista a Habitante – AO

AO. Habitante feminina, JLL. José Luís Loureiro

JLL. – O seu nome por favor?

AO. – A... O... S...

JLL. – A sua idade?

AO. – 42 anos.

JLL. – Onde nasceu?

AO. – Sou de Viña del Mare.

JLL. – É perto, ou não, de Santiago?

AO. – Sou da costa, aproximadamente duas horas de Santiago.

JLL. – É cidadã chilena?

AO. – Sim.

JLL. – Qual o seu nível de educação?

AO. – Quarto médio.

JLL. – Que ocupação tem?

AO. – Neste momento trabalho na área jurídica de uma empresa de propriedades.

JLL. – Qual é a sua situação laboral, que tipo de contrato tem?

AO. – Contrato fixo, tenho um contrato com vencimento fixo.

JLL. – Quantas pessoas, da sua família, habitam aqui na sua casa?

AO. – Três pessoas, o meu marido, o meu filho e eu.

JLL. – Qual o rendimento mensal médio da sua família?

AO. – Neste momento é o meu vencimento aproximadamente 450 mil pesos, o vencimento do meu marido, neste momento, está a ser destinado somente à reinstalação do seu negócio, o qual tinha perdido, roubaram-no, ou seja, está a refazer novamente o seu negócio.

JLL. – O que faz ele?

AO. – Ele faz móveis, é mestre marceneiro.

JLL. – Quanto tempo demora entre a sua casa e o trabalho?

AO. – Cinco minutos.

JLL. – E o seu marido?

AO. – O meu marido trabalha no sector de Vitacura são aproximadamente vinte a vinte e cinco minutos.

JLL. – Para lá e para cá?

AO. – Sim.

JLL. – Aonde vivia antes de viver aqui?

AO. – Vivia num terreno que pertencia aos meus sogros, (...) do bairro de lata.

JLL. – E porque foi viver para aí?

AO. – Perdemos ..., nós arrendávamos uma casa no sector de Barnechea, arruinou-se o negócio do meu marido que era uma oficina de móveis, sofreu uma fraude, perdemos tudo e acabámos a viver naquele sítio.

JLL. – Crê que esta casa foi desenhada para satisfazer as suas necessidades?

AO. – Pessoalmente, sim.

JLL. – Fez alterações?

AO. – Até este momento não, não fiz nenhuma alteração, esta casa encontra-se exactamente como foi entregue há uma ano.

JLL. – Que fazem nos espaços livres exteriores?

AO. – Bom, no espaço livre privado, na parte do pátio traseiro tenho o meu animal de estimação, e neste momento tenho o projecto de, mais para frente, fazer um terraço fechado, e o espaço comum que tenho na frente, bem dedico-me ao meu trabalho com as crianças e aproveito aproximadamente uma hora a uma hora e meia com as crianças daqui, os mais pequenos.

JLL. – Do que mais gosta na sua casa?

AO. – Na minha casa, a minha casa gosto dela toda, encanta-me, acho-a linda!

JLL. – E o que é que menos gosta na casa?

AO. – Na casa, bem foi sempre para mim, uma questão que podia ser melhorada, a questão dos pisos, que em vez de serem sobrados poderiam ser lajes de cimento.

JLL. – De acordo, o problema é o som os ruídos, não?

AO. – Os ruídos exactamente, e o isolamento, ainda não tratei disso porque estou a ver qual é o melhor para o isolamento de ruído.

JLL. – Trouxeram os vossos móveis velhos ou compraram, ou fizeram novos, quando vieram para aqui?

AO. – Tudo que tenho aqui é o mesmo que tinha antes, mas pretendo, e tenho projectos de mudar muitos dos móveis que tenho, e fazer móveis à medida para o lugar.

JLL. – De acordo, o seu marido pode dar aí um bom contributo!

AO. – Sim, pode fazê-los, por isso é que estou à espera que recupere bem o seu negócio, primeiro há que trabalhar muito e logo...

JLL. – Para poupar.

AO. – Claro!

JLL. – Desde que vieram para aqui houve mudanças na sua família?

AO. – Não.

JLL. – Desde que começaram a viver aqui houve mudanças no relacionamento entre os membros da família?

AO. – De forma pessoal não, continuamos iguais, mas nós temos uma família consolidada, estruturada e não tivemos grandes mudanças.

JLL. – Algum membro da família mudou de trabalho, desde que começaram a viver aqui?

AO. – Eu própria, porque antes não estava a trabalhar, trabalhava de forma esporádica, e quando terminou este projecto comecei a trabalhar numa empresa como substituta, nesta empresa em que estou a trabalhar agora, e acabei por ser contratada até hoje, contrataram-me a termo indefinido.

JLL. – Desde que começaram a viver aqui têm mais rendimentos?

AO. – A ideia era melhorarmos os nossos rendimentos, mas o meu marido teve o acidente e, não foi possível, mas já estamos de novo em processo de.

JLL. – Se tivesse pequena poupança, o que faria com ela?

AO. – Com a poupança? Iríamos melhorar a casa, enquanto decoração, mais nada, porque é só o que lhe falta, e algum isolamento que falta, isolamentos de ruídos e essas coisas, pinturas interiores e pavimentos.

JLL. – Se tivesse possibilidade de optar escolheria um outro bairro social, e não este?

AO. – Gosto do bairro, gosto do lugar onde vivo, e aliás, quando trabalhava neste projecto sempre lutei para que as pessoas não saíssem daqui, porque era o que as pessoas queriam e eu também, pessoalmente.

JLL. – O que pensa das alterações que os seus vizinhos fizeram nas suas casas?

AO. – Todos fizeram muitos esforços a alterar as casas por dentro, não estruturalmente, mas nas questões como pintar e tudo mais, e creio que as pessoas se sentem mais contentes, porque conseguem arranjar as coisas ao seu gosto, e é algo que não lhes vão tirar.

JLL. – Gostou de ficar no mesmo local, ou preferia ter ido para outro local em Santiago?

AO. – Em Santiago gosto muito desta comuna.

JLL. – Está envolvida em algum tipo de organização local?

AO. – Neste momento não.

JLL. – Qual é a relação com os seus vizinhos directos?

AO. – Os meus dois vizinhos não tenho nenhum problema com eles, pelo contrário, trato de ajudá-los o mais possível, nos dias que estou na minha casa a cuidar das crianças, se têm que fazer alguma tarefa, e precisam que lhes traga algum material também, pois se os tenho! Trato de ajudá-los o mais possível aos meus vizinhos e eles por sua vez fazem o mesmo comigo

JLL. – Funciona bem.

AO. – Funciona bastante bem.

JLL. – Pensa que algum dia irá vender esta casa?

AO. – Creio que não, não a venderia, porque creio que se melhora-se a minha situação socioeconómica, creio que inclusivamente a manteria, pela questão de que foi a minha primeira casa própria, é uma coisa sentimental, mesmo que a minha situação melhora-se muito ficaria com ela por uma questão sentimental.

JLL. – Creio que, mesmo do ponto de vista conceptual e estético, agrada-lhe esta casa.

AO. – Considero-a esteticamente bonita, e também é bastante prática.

JLL. – Então é uma questão sentimental mas, também relativamente objectiva, porque gosta da casa do ponto de vista estético e funcional?

AO. – Sim, acho-a muito funcional, inclusivamente porque como não lhe fiz alterações, sei que esta casa pode funcionar tal e qual como foi entregue, e não tenho nenhum problema ao habitá-la assim, é confortável como está.

(...)

JLL. – Se um dia pensasse vendê-la, por exemplo agora, crê que seria fácil ou difícil encontrar quem a quisesse comprar?

AO. – Seria muito fácil, encontrar quem a comprasse.

JLL. – Há muita gente que gostaria de comprar casa aqui, portanto?

AO. – Sim, a comuna tem bastante a projeção e alguém de nível social médio gostaria muito de a comprar porque há trabalho ao redor, os locais de trabalhos estão bastante perto, e dentro de Santiago é onde melhor se paga o trabalho, é aqui, digo-lhe na empresa em que trabalho veem pessoas desde Maipú para o trabalho, esse é um lugar bastante longe dentro de Santiago, no outro extremo, mas a nível de vencimento compensa.

JLL. – Tive muito gosto (...) e muito obrigado.

ANEXO 3 – Entrevistas Renca Dirigentes

Entrevistas efectuadas no âmbito do trabalho de campo com elementos dirigentes de Renca I.

Todos os entrevistados deram a sua prévia autorização para o respectivo tratamento e publicação das entrevistas recolhidas.

No tratamento e tradução foram dispensadas/retiradas, por não serem relevantes, fórmulas de cumprimentos e/ou conversas eventualmente ocorridas, sem relação directa com o objecto desta tese. Foram também feitas algumas pequenas alterações, cortes e/ou acrescentos para tornarem o texto mais explícito e adequado à forma escrita.

Entrevista a Dirigentes – A. L. e E. R.

AL. Dirigente feminino, ER. Dirigente masculino, JLL. José Luís Loureiro

JLL. – Gostava de saber, como dirigente quais foram as suas motivações pessoais para o projecto, e as directrizes do projecto que são mais importantes, do seu ponto de vista?

AL. – Na habitação porque, de verdade como dirigente, quando eu comecei a ser dirigente, os nossos primeiros projectos não foram questões de habitação, foram outros tipos de projectos que executámos antes deste, e depois demo-nos conta que em realidade vivíamos num sector, onde vivíamos muitas famílias, mas não eramos donos de nada, porque não fazemos então um projecto de habitação, onde de verdade iríamos lutar pelo que era nosso, mas anteriormente comecei a ser dirigente para solucionar outro tipo de problemas.

JLL. – Como por exemplo?

AL. – A saúde, porque o nosso sector como era semi-rural, antigamente todo o sector em que eu vivia, tínhamos grandes caminhos, terra, muita terra, não havia água potável, nem sequer luz eléctrica, nesse tempo, não tínhamos esgotos, e isso significava então muitas doenças nas famílias em que vivíamos, e grandes distâncias para chegarmos a um consultório, porque não tínhamos meios de locomoção também onde estávamos localizados, e isso então proporcionou que nos começássemos a organizar para resolver questões de saúde, e então criámos o primeiro grupo organizado, que foi um grupo de saúde, foi nessa base que nos começámos a organizar. Esse grupo de saúde começou a solucionar as questões de saúde em si, porque tínhamos um canal que corria, começámos a lutar pela questão

da água potável nos lugares onde vivíamos, e começámos também a trabalhar questões de prevenção e atendimento da saúde, com uns médicos que nos ensinaram e tínhamos um uma ligação com uns consultórios, então isso foi como no início começámos a ser uma organização.

Através dessa organização de saúde, começaram a surgir outras necessidades, os nossos filhos, sentíamos que os mais pequenos não tinham um lugar, porque quando iam para fora à escola estavam menos preparados que os outros, porque não tinham igual ao que vinham de outros lados, portanto sentíamos que tínhamos necessidade que os nossos filhos também tivessem um espaço onde comessem a desenvolver-se por si mesmos, e começámos a lutar para ter uma pequena creche, também nos organizámos para ter mais um espaço, a nossa primeira intenção era ter um espaço, onde as mesmas mães, as que cuidavam destas crianças, e as que os tinham, onde se pudesse fazer algum tipo de alimento para lhes dar, estes foram os nossos primeiros objectivos, e depois vendo isso, e vendo as necessidades, que a maioria mulheres eram jovens, havia necessidade de lhes darmos alguma formação, começámos a pensar em fazer um berçário, berçário e creche comunitária, o que foi trabalhado através de (...), (...), até que chegámos a fazer alguma coisa mais sólida e maior e aqui trabalhamos com *Integra* que é uma Fundação que trabalha com creches.

Trabalhámos então pelas questões de saúde e pelo mais pequenos, que eram as questões comuns, e conseguimos, e em algum momento dentro desta organização, dissemos-nos porque não vamos mais à frente, tínhamos um terreno mas estava cheio de lixo, na verdade era um grande terreno mas não servia para nada, e em algum momento enfrentámos a questão e dissemos-nos porquê, se a maioria dos que vivem aqui neste sector não somos donos de nada, porque não então formar um comité de habitação

e lutar por este terreno, ficarmos aqui mesmo no nosso terreno, isso foi o que fizemos, começámos a construir o nosso comité do bairro Loroza, começámos a reunir as pessoas e a agrupá-las, e aí demo-nos conta que na realidade erámos muitos os que necessitávamos de habitação, e foi nessa base que criámos este comité Vivienda Loroza, tendo formado o comité começamos a averiguar o que se passava com estes terrenos quem era os donos, como conseguir contactos das pessoas donas destes terrenos, em todo esse processo encontrávamos pessoas que nunca nos queriam dar a informação, mas ao lado destes terrenos, que eram dos mesmos donos, começaram a construir habitações e aproximámo-nos do construtor para ver se conseguíamos as informações dos donos destes terrenos, mas era como antes, enganavam-nos, não nos atendiam nada bem, (...), até que um dia o senhor que cuidava da obra disse-nos venham amanhã, de manhã vem o director da obra e podem conversar com ele e ele atende-vos, no outro dia estivemos como nos tinha dito à hora, fomos à porta deixaram-nos passar e aí o senhor atendeu-nos e aí conseguimos as informações dos donos, para começar a negociar o terreno, ora os donos destes terrenos eram uns senhores que tinham que ver com política, eram autoridades de política, as autoridades políticas não podes facilmente aproximar-te deles porque têm outro nível diferente do nosso, e recorremos então a um contacto com a deputada da nossa zona que era, que é ainda, María Antonieta Saa e a ela então pedimos-lhe, que por favor nos fizesse uma aproximação com os donos do terreno, e através dela então conseguimos contactar os donos do terreno, e aí começou-se a negociar este terreno, não entendíamos nada de UF, nesse tempo, não entendíamos o que era, nem quanto custo tinha um UF, e o senhor falava-nos em UF, mas nós quando nos disseram da primeira vez que eram cerca de 5 UF o metro, ficámos felizes, mas não sabíamos o que eram 5 UF, pensámos que era muito pouco, mas era muito,

muito, muito, (...) então afinal era cerca de 5 UF o metro e eram muitos metros, cerca de três hectares aqui, então efectivamente chegámos super contentes porque nos tinham dito que era a 5 UF, e nesse tempo eramos assessorados por Un Techo para Chile e quando nós lhes dissemos, às pessoas que trabalhavam connosco do Techo, que tínhamos conversado com esse senhor e que nos tinha dito que era 5 UF o custo que tinha o metro quadrado de terreno, que “- Não! É impossível isso é muito dinheiro, não se pode pagar isso...” e não sei que mais, ficámos outra vez em baixo porque tínhamos ficado super contentes, mas quando nos disseram que era demasiado, de novo em baixo, fomos outra vez a contactá-los e comunicámos com os senhores que eram donos do terreno e dissemos-lhe que na verdade era demasiado dinheiro, que não podíamos e que tínhamos que continuar sem casa, mas houve um momento em que nos chamaram, venham porque queremos conversar convosco de novo, e voltávamos a ir e por fim chegou a cerca de 3 UF mas mesmo assim era muito dinheiro para nós, era como impossível, pensem, diziam-nos os donos, porque de verdade não pode ser por menos, vejam se lhes convêm ou não lhes convêm porque de verdade por menos não, não mas é que mesmo assim é muito dinheiro, isso é como três vezes o que pudemos pagar por esse terreno, até que finalmente o senhor disse então, e por última vez, vamos a ver se lhes convêm, convêm, senão desistimos mas o último preço, e então já não nos falou em UF falou-nos em milhões de pesos e aí já o entendíamos, o último preço afinal em números redondos cem milhões de pesos, cem milhões de pesos começámos a calcular a quantidade de dinheiro que havia por família, e com essa quantidade de dinheiro nós tínhamos cerca de 55 milhões de pesos entre as 170 famílias, bem ao princípio erámos 40 famílias era só o comité, quando começámos a negociar e vimos que este terreno tinha esse grande valor, tivemos que pensar, porque com 40 famílias jamais pagaríamos

este terreno, associar-nos com outros bairros, os mais próximos que viviam nas mesmas condições que nós, aí formou-se uma coordenadora e começámos a juntar dinheiro das famílias e acabámos por ser 170 famílias e assim tínhamos 55 milhões de pesos, mas ainda nos faltavam cerca de 40 milhões para chegar aos cem milhões, que custava o nosso terreno, sentimos que não seria fácil, mas bem temos esta necessidade queremos solucioná-la como vamos fazer e procurámos como fazê-lo, alguém deu a ideia porque não mandamos uma carta ao Presidente da República, que naquele tempo era Lagos, e pedimos-lhe estes 40, porque eles sempre têm um fundo particular para os presidentes que podem destinar ao que quiserem, mandámos a carta a dizer que erámos um conjunto de famílias que queríamos ter casa, que tínhamos terreno porque entraríamos com o nosso aforro que era tantos UFs, mas que nos faltava tantos UFs para que tivéssemos o terreno, então houve uma mudança da presidência, saiu Lagos e entrou a Michelle, mas afinal em algum momento nessa mudança chama-nos Michelle que sim, manda-nos pela secretária a resposta à nossa carta, que sim que ia entregar-nos o montante que solicitávamos, aí acabámos porque pelo menos já tínhamos o dinheiro para este terreno, o que era muito importante. Mas..., ficámos com a outra questão, que vinha a seguir, que era como arranjar isto, porque era uma lixeira, muito lixo, e o lixo não estava em cima havia partes em que estava até cinco metros de profundidade de terra suja, e havia que tirar e pôr, tirar e pôr, um trabalho caríssimo porque havia que contratar máquinas, contratar pessoal, e para mais havia que comprar terra nova, se temos esse talude aqui atrás é porque era parte da terra que se tirou daqui, porque era muito dinheiro para a tirar toda, então colocámos muito pouca terra e o resto ficou ali em cima nessa colina, (...) isto significava então ao fim e ao cabo mais dinheiro que não tínhamos, mais dinheiro...! Mas alguém disse o Regimento de Sapadores, dedica-se a fazer esses caminhos e a

arranjar, porque não os contactamos? Hum, dizíamos por todas as razões, primeiro porque os militares estão em dívida para connosco os cidadãos, pelas questões de 73, a gente não os quer, estão mal vistos pelas questões que se passaram em 73, mas o que se passou foi que se fez o contacto com eles, e eles comprometeram-se a vir melhorar o nosso terreno, contactou-se o Regimento que está aqui em Quinta Normal, no escritório, e isso tinha que ver em parte com o Ministério da Defesa, havia que falar com o Ministro da Defesa, tivemos que falar com o Ministro da Defesa para lhe pedir o Regimento porque, o ministério é que lhes pagava para fazerem esses trabalhos, para virem aqui tinha que se lhes pagar, não tanto, mas em todo caso havia que pagar, e então concordaram em fazer este trabalho e o Regimento militar foi quem saneou o terreno e o melhorou, trouxe a sua gente, as suas máquinas e melhorou-nos o terreno, mas faltava-nos dinheiro para a terra, novamente dinheiro, tudo era dinheiro, que fazemos, mais tanto de dinheiro de novo, e fomos ao Ministro da Defesa dessa vez, e fomos falar com o Ministro da Defesa e fizemos-lhe a proposta, mas na verdade não levávamos nem metros cúbicos, nem a necessidade que tínhamos, nem qual era o custo, quando falámos com ele e disse-nos se querem que os ajudemos tragam-nos por escrito as quantidades que necessitam, tragam tudo, que se necessitam entrego-lhes, veremos o que podemos fazer, e com uma boa disposição para ajudar-nos, isso foi um bom princípio, e assim quando finalmente lhe apresentámos os cálculos quanta terra, quanto dinheiro era, com isso deu-nos o dinheiro que necessitávamos para melhorar o nosso terreno, portanto também recebemos dinheiro ao Ministro da Defesa, tirámos dinheiro a todo o mundo.

Com isso então começámos a trabalhar no nosso projecto, a melhorar o terreno, então a Elemental num determinado

momento entrou em contacto connosco, e a Elemental começou a desenhar a casa, e apresenta-nos através do desenho, o primeiro desenho era, nós sempre lutámos por uma casa, não por apartamentos, a Elemental sempre queria fazer-nos apartamentos, não casas, para eles supostamente esses apartamentos, bem para nós eram apartamentos para eles não eram apartamentos, (...) então por fim no segundo projecto que nos trouxeram em que havia como um tipo duplo e com pátios assim também muito abertos, também para nós continuavam a ser apartamentos porque não havia privacidade não tínhamos o nosso jardim, não havia nada, e nós queríamos algo mais nosso, mais individual, mais casa, e houve um momento em que fomos a uma reunião no atelier (...), e apresentaram-nos esse novo desenho, que tinham desenhado, e nós não é o que queremos, continuamos a insistir para nós o que nos estão a apresentar são apartamentos não é uma casa, e nós insistimos que queríamos uma casa e não apartamentos, mas não, diziam eles isto é uma casa, e nós não, mas isto é um apartamento, terminámos essa tarde muito frustrados, eles e nós, não chegámos a nenhum acordo, é que não chegávamos a acordo nenhum, nada, e fomos, e no outro dia, parece-me que o Gonzalo, chama-nos que tinham desenhado outro projecto, uma nova modalidade de desenho, e que fossemos vê-la para ver se nos interessava, no outro dia então lá fomos novamente e aí apresentam-nos esse outro desenho, e vimos que nos satisfazia mais, o modelo desse desenho, porque já era mais individual, tínhamos á frente um jardim, um pátio nosso para cada casa, e que era realmente o que queríamos no fundo, e aí chegámos a um acordo nesse dia, (...), afinal chegámos a acordo nesse dia e começámos a trabalhar com a Elemental, acertámos o modelo, apresentámo-lo às famílias, dissemos em que consistia, e as famílias aceitar Elemental.

JLL. – Fez algum trabalho de investigação própria para todo este processo?

AL. – Não.

JLL. – Só com o sentir e o conhecimento local?

AL. – Mais nada.

JLL. - Há uma ideia sempre aqui, que é a meia casa, como foram os critérios para definir a metade da casa que vai ser feita?

AL. – O desenho da casa apresentou-se desde o princípio, tal qual como estava, e primeiro apresentaram-nos a questão das ampliações por fazer, que não ficavam feitas, e essa foi outra questão em cima da mesa, uma vez que havia recursos para a terminar casa e deixá-la o mais terminada possível, apresentaram-nos o desenho da casa tal como está, mas à medida que ia ganhando forma, que o construtor ia avançando, nós íamos observando e nessa medida também observávamos pormenores e alterações e nesse processo, bem houve um momento em que negociámos porque havia um quarto de dormir em baixo, para quê fazer um quarto em baixo se afinal as famílias não tem essa necessidade, porque que é que esse material não o utilizamos no outro piso, não façamos coisas que as pessoas vão destruir, vão tirar, porque não têm conveniência em ter esse quarto em baixo, mudamos esse material para cima, e outra coisa que tivemos que negociar com eles foi a questão da casa de banho, porque a banheira era muito pequena e nós dizíamos porque não prologam mais a aumentar a casa de banho para colocar uma banheira completa...

JLL. – Isso já na construção, durante o processo de construção?

AL. – Durante o processo de construção, aí fomos observando a nossa casa, e então (...) prologaram a casa de banho e deixaram uma banheira completa, e ficou a casa de banho muito mais ampla.

JLL. – Crês que, esta ideia de haver um espaço vazio, é uma ideia que foi bem aceite pelas pessoas?

AL. – Creio que, nós como vivemos na realidade, quando nos apresentam Plantas não temos a capacidade, não sabemos ler, não conhecemos de Plantas, não é o mesmo que me mostrem uma casa feita a que me mostram um papelito com um desenhito muito bonito, aqui fizeram-se muitas ateliers em que traziam as maquetas e nos mostravam de perfil, de lado, por cima a “casita” às famílias, mas mesmo assim era incompreensível para muitos, não entendíamos muito, e é super difícil essa questão da “casita”, creio que de verdade o facto de ter esse espaço não terminado do primeiro ao terceiro, nesta casa sobretudo, não é bom, não é bom, nós conseguimos que ficassem todas iguais, porque conseguimos obter muitos recursos depois de, para poder chegar a ficar com a casa quase terminada praticamente, mas há outro projecto igual ao nosso que foi entregue há pouco tempo, e que foi entregue como o primeiro modelo com esse quarto de dormir em baixo no primeiro piso e com o segundo e o terceiro vazios, porque há que fazer a escada e a placa de piso, sinto que se as pessoas não continuam a estar organizadas, e não continuam a formar grupos para continuarem a trabalhar na questão da habitação, pode perdurar eternamente o segundo e daí para cima sem uso, preocupa-me, porque sinto que os espaços para mim são úteis quando de verdade os posso usar, a casa ficou espectacular e muito grande mas se afinal não o posso usar, esse espaço não me serve de nada, isso preocupa-me como se vão acabar esses projectos afinal, dá-me a impressão que com as políticas de habitação que se seguem através da SERVIU estas

casas não se podem acabar, preocupa-me, nós por exemplo para chegarmos à casa como foi entregue, primeiro entrámos com a política antiga com um subsídio de 270 UF por família, hoje em dia são 320 aumentou muito, mas foi uma luta porque queríamos que este projecto se inserisse na cidade no espaço urbano, urbanizado, mas o custo do terreno é outro, é muito diferente quando se vai para a periferia, (...), então com o que entregava o SERVIU para nós não era realista, o projecto completo (...) mas o dinheiro não dava, lutámos muito para aumentarem o subsídio, depois de já estarmos a construir, acabámos por conseguir o subsídio para ampliação, para o subsídio de ampliação a casa tem que estar terminada e as pessoas a viverem na casa, para puderes requerer esse subsídio, não sei com que cabeça se pensa neste país, pois se estás construindo, há uma construtora que já está no terreno a trabalhar, tem que ir-se embora essa construtora para depois pedir o subsídio de ampliação é meio estranho o processo, não me entra na cabeça, se estamos a requerer esta casa e precisamos de ampliações porque não contemplar logo essa outra ampliação, ou esse outro quarto ou divisão, porque não considerá-lo logo de uma vez nesse subsídio que entrega de uma só vez o Estado, na prática fica igual, porque as pessoas têm essa necessidade.

JLL. – Estas ampliações e alterações, são feitas de acordo com normas pré-estabelecidas, ou não?

AL. – É assim, as ampliações em todo este projecto foram feitas seguindo a norma, ficaram escritas na direcção de obras municipais, que dizem que as famílias podem fazer essas ampliações, ficaram escritas.

JLL. – Então há normas?

AL. – Sim. Ficaram normas.

JLL. – Como se organizaram para convocar a população em todo este processo?

AL. – Como nos organizámos, através da assembleia, primeiro era o nosso comité sozinho, fomos-nos coordenando e visitando os outros acampamentos a convidá-los a fazer parte disto, e convidámo-los porque o terreno era muito grande tinha um custo elevado e necessitávamos que fossem mais famílias que quisessem trazer recursos para levar isto a cabo, e através de assembleias, para manter as pessoas informadas era sempre uma assembleia geral.

JLL. – Eram muito participadas?

AL. – Muitos participantes sim, a maioria das famílias estava muito interessada na casa, e cada vez que as chamávamos estavam sempre presentes, aí se informava em que processo estávamos, quais eram as dificuldades, o que se estava a passar com o nosso projecto, onde tínhamos encontrado obstáculos de repente, porque não é fácil e tivemos muitas dificuldades inesperadas.

JLL. – Crês que, porque este processo foi possível, isso depende da proximidade entre os beneficiários e os desenhadores, os arquitectos, ou não?

AL. – Creio que sim, creio que aqui há um conjunto, não são só os arquitectos, isto é um conjunto de pessoas a trabalhar connosco, onde os principais protagonistas somos nós, as famílias que requeremos, quais são as nossas necessidades, que sabemos o que queremos, cremos que somos nós os principais protagonistas de todo o processo, e acompanhados por exemplo de instituições, de autoridades, como a Elemental por exemplo para a arquitectura, como SERVIU que era a entidade, instituição, que tinha que nos apoiar, privados que também se

aproximaram e que nos apoiaram, creio que conseguimos fazer um conjunto de coisas para que isto pudesse suceder, foram muitos os actores que participaram para que isto se realizasse na realidade, não só famílias e arquitectos, mas muitas coisas mais que há que agregar.

JLL. – No entanto, do ponto de vista da habitação em concreto, da sua forma, e dos seus espaços, a relação é mais próxima entre vocês e os arquitectos, ou não?

AL. – Desde que se construiu, ou como?

JLL. – Não, desde o momento em que se desenhou, em que começou o desenho.

AL. – Creio que sim, aí começa uma proximidade, do momento em que se decide que eles vão desenhar o nosso projecto, sentávamo-nos uma vez por semana com eles aqui no terreno e íamos vendo os avanços da obra, e íamos vendo as modificações, e todas as questões que tinham que ver com o desenho da casa.

JLL. – E do teu ponto de vista quais foram os principais compromissos necessários para essa relação? Porque disseste que ao princípio havia um desenho que vocês não queriam...

AL. – Creio que não, creio que o ponto de vista é nossa responsabilidade, ao ter tantas famílias por trás que estão a querer alguma coisa, e põem confiança em nós que estamos a dirigir com as pessoas que têm que ver com a questão, neste caso com a arquitectura e com a construtora, e põem confiança em nós, nós para isso temos que fazer um bom trabalho, responsável e com acerto, e ver o que era melhor para nós e para todas as famílias, sempre tivemos que ir vendo o que era melhor para todos, e quanto melhor fosse para nós melhor seria o projecto também, mas com Elemental, com os arquitectos em si tivemos

muita proximidade porque estavam aqui constantemente connosco uma vez por semana, aqui sentados connosco, a ver o que gostávamos o que não gostávamos, a fazer-nos decidir a fazer-nos escolher, não foi chegar e pôr.

JLL. – Do ponto de vista de avaliação, como dirias que correu muito bem, bem, assim assim, ou mal, esse processo com Elemental?

AL. – Não, creio que afinal correu bem, avançámos depois com um bom processo, eles entenderam que nós erámos parte fundamental que podíamos propor, e que nem todas as propostas vinham deles, e que nós eramos quem ia dar uso ao produto portanto eramos nós que tínhamos que ficar contentes com os resultados, depois de nos entendermos nessa parte, que a princípio não entendiam, mas afinal isso conseguiu-se, e afinal na verdade reconheceram que eramos nós os principais utilizadores do produto e que tínhamos que ficar contentes com o que se está a fazer, eles é que estão a vender-nos um produto, portanto é assim.

JLL. – Depois, as transformações que se fizeram aqui, do ponto de vista vosso enquanto dirigentes, foram o que pensavam que ia acontecer, ou não?

AL. – Creio que o acontece aqui, hoje em dia com o que se está a fazer, não sei se era o que pensávamos que ia acontecer, mas parece-me que cada um também tem que ter uma visão de futuro ao desenvolvimento, pois a casa não é só o desenvolvimento da família, mas também há muitas outras coisas no ambiente à volta de que ela necessita para se desenvolver também, para isso então pensou-se neste centro comunitário, pensando no futuro dos que vêm a seguir, e afinal no que pudemos fazer como comunidade, e na realidade gostava que se apropriassem disto, gostava muito, as

famílias não entendem que tudo isto lhes pertence, que é como um bem próprio para essa família, e que na medida em que incentivam isto estão incentivando também os seus filhos em consequência, no fundo é isto, eu gostava dessa questão da participação, vê no fundo é, como participar.

JLL. – As alterações nas casas resultaram sobretudo de necessidades?

AL. – Não creio que resultem de necessidades, porque a casa como foi entregue respondia às necessidades da família, tal e qual como foram entregues, creio que as alterações nas casas tem a ver com o dar-lhe identidade melhor para cada um, dar-lhe melhor comodidade, conforme o que a família queria ter, creio que corresponde à identidade de cada um, de ter a casa que cada um queria ter, apesar de que continuam a ser iguais por fora, mas por dentro transformaram-nas às vezes completamente.

JLL. – Mesmo por fora há muitas transformações.

AL. – Sim, algumas, muito poucas, mas também é como que a dizer esta é a minha casa, estes são os meus gostos aqui estão, vejam!

JLL. – Em geral, está convencida que houve uma mudança de atitude nas pessoas, com as novas casas?

AL. – Creio que sim, produziram-se muitas alterações de atitude, quando estás com estas pessoas na fase de solicitação é outra a pessoa, é uma pessoa que participa, que se preocupa, que está sempre interessada, atenta ao que se está passando, é uma pessoa muito mais próxima, quando se vê na sua casa volta o individualismo, e de repente nem sequer se olha para o vizinho há mudanças estranhas, não sei se dependem, ou são, porque na verdade a família queria só obter este produto, e não quer saber

do o vizinho, e não quer saber da para a comunidade, produzem-se grandes mudanças e tornamo-nos muito individualistas.

JLL. – Quais são as principais melhorias na qualidade de vida das pessoas aqui, que observa, sem ser as da habitação?

AL. – Creio que a qualidade de vida melhora cem por cento, desde que vivias num bairro de lata e que agora vivemos numa casa, muda cem por cento a tua vida. Primeiro que nada as condições higiénicas são outras, tens água potável, (...), tens uma casa de banho só tua, que é limpa com uma fechadura, e que só usas tu e a tua família (...), temos espaços muito mais abrigados, no bairro se havia vento voava o tecto, voava-nos tudo, aqui não, aqui nem nos damos conta que houve vento porque estamos numa casa bem quentinha, bem isolada e arranjadinha, temos também as mudanças de que por exemplo a nossa auto-estima aumenta, é super importante ter uma casa, porque também dá outra perspectiva de nós aos outros, quando estamos em bairros de lata a nossa auto-estima é diferente, é inferior também, temos as mudanças de poder viver em sectores muito mais ordenados em que há recolha de lixo (...), há estas mudanças, creio que são muitas as mudanças que se produzem, e todas são positivas na realidade e isso traz também desenvolvimento, porque animas-te em querer melhorar, em querer trabalhar, a querer melhorar a casa, a viver melhor, a pintar, (...) há muitas mudanças, muito positivas, não só para cada um como para toda a família, há um impulso de ânimo para todos, a continuarem a crescer, a continuarem a desenvolver-se, e a quererem ser melhores e a crescerem mais.

JLL. – Tenho outra pergunta para vocês enquanto dirigentes, qual é a avaliação das casas, pensam que se puserem as casas à venda, há quem queira comprá-la?

AL. – Sim!

JLL. – Sem problemas?

AL. – Sim, mas, não se podem vender, supostamente a lei diz cinco anos, mas na nossa escritura ficou por dez anos, pela questão de que nós como mulheres protegemos a mulher com filhos, pensando que a mulher por uma questão de dinheiro pudesse vender a casa e deixar os filhos na rua novamente, então para que isso não aconteça, e por último se os filhos tinham cinco anos e com mais dez anos teriam quinze, para os proteger até essa idade, e para que eles não as vendam (...), na nossa escritura ficou proibida a venda, e não se pode vendê-las antes de dez anos, para proteger os filhos.

JLL. – Em todo caso quando falam com os vizinhos, que não são do vosso bairro que são de outros bairros, pensam que eles gostariam de viver aqui, ou não?

AL. – O que acontece no início é que as pessoas que passam por fora, pensam que estas casas são muito pequenas, muita gente pôs-lhes o nome de casitas de fósforos, pensando que são pequeninas, quando os nossos vizinhos, esses de outros bairros, entram nas nossas casas “-Oh! Pensávamos que era assim, mas afinal é assado...”, e descobrem que são muito maiores inclusive que as casas deles, pelas quais inclusive estão a pagar empréstimos, e gostam desta casa e acham-na bonita.

JLL. Então crêem que a maioria dos vizinhos gostaria de morar numa casa como aqui?

ER. – Creio que sim, porque nós temos o que às pessoas lhes falta ter, que é ter uma casa, um espaço como este, mudar o sistema de vida que é importante, e nós, depois de uma luta muito longa, conseguimos tê-la, creio que sim, esta gente que

está atrás de mim e atrás da Ana, desta população, sonha com ter algo como o que nós temos, no entanto pois podem tê-lo.

JLL. – Uma das questões principais é que as pessoas quando vêm a casa por fora pensam que é pequena, mas depois quando entram percebem que há muito espaço, e esta é uma das principais razões que as leva a gostar daqui?

AL. – Que são muitas divisões, que têm três quartos muito amplos e tem uma casa de banho que é super ampla e muito cómoda, que não têm as casas que eles pagaram muitas vezes com endividamentos, não é igual, e isso é o que lhes chama mais a atenção.

JLL. – Do ponto de vista espacial, do espaço, qual é a principal crítica que vocês ouvem?

AL. – Para mim, pelo menos é o que sinto, os espaços como estão, como existem, sinto que são cómodos e habitáveis e são bons.

ER. – Sim, (...) eu penso como a Ana estou satisfeito com o espaço, vou repetir, nós temos espaço suficiente que aos outros lhes falta, e isto é o mais importante, quando uma pessoa já teve uma mudança radical de vida de sair da pobreza e da marginalidade, isso é outra coisa recuperámos o direito de nos sentirmos e sermos mais valorizados na coisa pública porque no Chile ainda há discriminação, então melhora a condição de vida, sonho que esta problemática da habitação no Chile, espero que com o tempo melhor, e que a juventude diga isto é o que nós queremos, temos aquilo porque lutámos e esperámos por anos, que não se passe com as novas gerações o que nós sofremos e vivemos na lama, na incomodidade, seres um criminoso, quando vais a uma empresa para trabalhar, com um documento, tenho este documento (...) venho para trabalhar, “- Hum, mas donde

vens tu?”; “- De um acampamento”; “- Ah! Não!”, e aí já nunca te vão chamar.

JLL. – Há um carimbo social?

AL. – Sim acontece muito.

JLL. – Do ponto de vista social, quais são os problemas que ainda identificam aqui, no vosso bairro?

AL. – Hoje em dia do ponto de vista social, creio que um dos pontos é a educação, sinto que é super importante, apesar de aqui temos muitos pobres, pessoas adultas, a maioria da população é pobre, faltas-lhes educação, isso também desvaloriza os trabalhos, se não há educação hoje em dia de oitavo ano, quatro médio, não servem nem para varrer as ruas as pessoas, é super importante essa questão da educação.

JLL. – Há problemas de criminalidade, significativos?

AL. – Não, são pontuais as questões da criminalidade.

ER. – Sim, é sectorizado, aqui o que se passou, sou honesto em dizer, as pessoas esqueceram-se que houve um momento em que tivemos a necessidade de ter uma casa como a nossa, rica, plena, cheia, e este é um projecto que no entanto na América do Sul a nível de países e no nosso, é único e está crescendo para outras regiões (...), Iquique, e as pessoas aqui, conseguimos a casa e esquecemos os deveres e direitos, e o que temos que fazer como bons compatriotas e chilenos...

JLL. – Como cidadãos.

ER. – É nula a participação neste momento, há uma decadência (...), pois tenho a habitação isto é o que queria... Não! Há que continuar, continuar...

AL. – Há que continuar a trabalhar, e a desenvolver as famílias e as pessoas, que continuem a crescer, porque na realidade, aqui os sonhos são que os nossos filhos não sejam o fomos nós, estou a falar, que eles tenham oportunidade de estudar e chegar à universidade, que é o ideal, e que não continuem esse ciclo que é o pai operário, filho operário, neto operário, e continuem sempre nesses trabalhos, que haja uma mudança radical, é isso, e que através da educação tenham também desenvolvimentos por essa parte, e porque se tiverem educação podem fazer o mesmo em qualquer lugar.

ER. – Para que o país se desenvolva, porque uma boa educação torna sólido o trabalho e um bom salário, bom comércio, boa construção, bom engenheiro, bons professores, aqui falta, aqui não se investe dinheiro para a preparar as pessoas (...).

JLL. – Digam-me, têm ideia de qual é o rendimento médio mensal por família?

AL. – Médio, eu sei que umas mais ou menos 250, ou menos.

ER. – Sim, não mais do que isso.

JLL. – Em média com o trabalho da mulher e do marido?

ER. – Depende se trabalha o homem 250, menos porque fazem os descontos de uma pilha de coisas, agora se trabalha a mulher, há o problema da discriminação, a mulher aqui no meu país ganha menos, o salário mínimo aqui, para que tenhas uma ideia são 170, 169 mil pesos, e tens que te sustentar com isso ...

JLL. – Mas, é líquido?

ER. – É o total, ainda tem os descontos, fica uns 150...

AL. – Não, menos ainda, 130 a 140.

ER. – Os descontos sobem, estão a par com o salário, isso significa voltar para a pobreza, ser discriminado e um montão de coisas, com mil pesos na nossa mão vais a um comércio, de qualidade ou de preços mais módicos, passas os mil pesos olhas para a mão e não trazes absolutamente nada.

JLL. – Então dirias que o dinheiro que entra nas famílias em média será 250 mil, com o trabalho do homem e da mulher, em média?

AL. – Mais ou menos.

ER. – É uma média,???? mas, aqui o chileno trabalha 40 a 50 anos, para ter quanto?

AL. – Depende do que tiver poupado na vida.

ER. – Pela minha parte serão 800 mil pesos, daí a cinco anos dá-lhe um ataque cardíaco e acaba-se tudo.

Continuação Entrevista a Dirigentes no Exterior

JLL. – Agora pedia-vos para darmos uma volta pelo bairro, porque gostava que me falassem das coisas que acham interessantes no bairro, do ponto de vista físico, por exemplo, o comércio, a estrutura associativa, a creche, também do ponto de vista das dinâmicas sociais como as pessoas usam o espaço público, e também o comércio que existe aqui os serviços que existem ou não, e em geral os serviços que existem na envolvente.

JLL. – Enquanto dirigentes pensam que há alguma a acrescentar, que eu não tenha perguntado, e que queiram dizer?

AL. – A única questão é que temos aqui na nossa comunidade, disse-te que a nossa organização começou pela questão da saúde, e que tínhamos no bairro de lata, aqui temos espaço de saúde implementado, a questão é que neste momento não temos a chave de nenhum dos dois espaços.

AL. – Vamos caminhando, e vamos-te apresentando às pessoas e vamos-te apresentando os espaços que temos ao mesmo tempo, este é o nosso espaço comunitário para reuniões e para desenvolvimentos e para tudo.

AL. - Aqui vamos mostrar-te o espaço, é o mesmo que tínhamos quando estávamos no bairro mas era mais pequeno, aqui também o construímos, mas aqui fizemo-lo maior e melhor, isto é o nosso berçário e creche, chama-se “...”, aqui está o nosso berçário e a nossa creche comunitária.

JLL. – O que quer dizer?

AL. - Isso era Flores de Água em Mapudungun, Mapudungun o nosso idioma, aqui em cima se queres subir temos a nossa biblioteca, foi construída com muitos sonhos para as pessoas, para melhorar os nossos filhos, mas na verdade está como sem uso, e isso dói-nos muito, um espaço muito bonito...

JLL. – As pessoas não vêm aqui, para ler?

AL. – Não há interesse, podia-se trabalhar este espaço, e a biblioteca chama-se “...” tem um nome em Mapudungun mas não me recordo o que quer dizer, está fechada à chave e não temos a chave para entrar, mas este é o nosso espaço de biblioteca.

JLL. - E há livros?

AL. – Há livros, há tudo, está equipada.

JLL. – E as pessoas não vêm?

AL. – Simplesmente há uma inércia de não querer fazer nada, por nada.

JLL. – É uma cultura muito visual a televisão e os jogos.

AL. – É a questão efectivamente, e a inércia de não querer fazer nada fico na minha casa é mais cómodo, não posso fazer nada.

JLL. – Você lê?

AL. – Eu a maior parte do meu tempo escrevo e leio, gosto muito de ler.

JLL. – Escreve para si?

AL. – Escrevo sobre temas de organização, da palavra empreendimento, porque creio que ter uma casa ajuda a empreender a família a sair da pobreza, então desde a questão que se entrega uma habitação social já estás a empreender outro estilo de vida, mudanças de vida, também desde a organização destes espaços sinto que também nós empreendemos, empreendemos no desenvolvimento de toda uma comunidade, porque estamos a entregar-lhe desde o berçário, a espaço de biblioteca, espaço de saúde que temos também lá em baixo implementado e isso é para uma melhor qualidade de vida, para as pessoas não mais do que isso, e para que também comecem a sair desse círculo vicioso, de não fazer nada de ficar na minha casa, queixo-me muito de tudo mas não faço nada para melhorar, a ideia é não me queixar, e fazê-lo!

JLL. - E vocês vêm à biblioteca para buscar livros?

AL. – Neste momento não temos ninguém encarregado disto, é um espaço que está perdido, não faço parte do directório neste

momento, porque se fizesse (...) de verdade tenho outros assuntos, mas interessa-me muito esta questão porque creio que aqui está a base do desenvolvimento dos nossos filhos, dá-me pena vê-la fechada porque lutámos muito para que isto se construísse...

JLL. – Sabe, que se instalar aqui um computador com Internet chama os jovens, e se estão aqui vão ver o livro levam-no ...

AL. – A creche podia fazer uso disto e está fechado, dá-me muita pena, e em segundo pode-se fazer cultura de diferente âmbito, a mim por exemplo, hoje em dia estão a oferecer-me esse programa “Uma viagem às estrelas” que significa vêm astrónomos, que são de diferentes países que estudam aqui, que trazem um telescópio e ensinam-te a ver (...) o céu, e que estão a oferecer-se para fazerem aqui, e eu digo não tenho nada que me encarregar da cultura, não posso ocupar-me de tudo porque na verdade há o tempo, é que já avisei a todos, vejam temos isto que nos estão a oferecer quem quer tratar disto, (...) há coisas que se perdem porque não há pessoas que queiram ocupar-se e tratá-lo para todos.

ER. – Vou explicar-te um pouco mais no que respeita à biblioteca. A biblioteca fez-se especificamente para reforço escolar, e para as crianças com mais dificuldades, e aqui está parada porque não há pessoas com boa disposição para cultivar as crianças e ensiná-las, vieram voluntários mas foram-se, cumpriram um período e foram-se.

AL. – A creche também tem o objectivo de dar trabalho às próprias mães, e que fossem as mães da nossa comunidade a trabalhar aqui, e aqui temos sete pessoas a trabalhar, gera emprego aqui mesmo, produzem e ajudam a cuidar das crianças das famílias.

AL. – Esta é a nossa praça central, tem uma escultura de Federico Assler, um grande escultor chileno, na verdade esta escultura é única na nossa povoação, não existe outra, fizemo-lo também porque sempre sonhámos com algo diferente na nossa comunidade, e porque dizíamos porque é que sempre tem que haver esculturas nos lugares por aí acima, porque não podemos ter uma escultura aqui em baixo, também temos direito há cultura, há escultura e há cultura, então Federico Assler

Federico Assler. *La Deuda de Chile* (fot. www.plataformaurbana.cl)



com muito boa disposição criou esta peça para nós e (...) e mostrou-nos como se fazia isto, o que foi super importante, e hoje em dia está aqui connosco, e pelo menos as pessoas respeitam-na, isso significa que não a riscam, não fazem pinturas, e deixam-na nas mesmas condições em que estava, e pelo menos respeitam-na.

ER. – Pelo menos mantêm-se tal e qual como a deixou o engenheiro quando a acabou, o arquitecto, mas pergunto-me se é uma maçaroca? Não sei? Mas aí está...

AL. – À imaginação de cada um, tinham que ter como um sentido de comunidade, isso é o que faz, isso tem duas partes como que um homem e uma mulher (...).

AL. – Podes ver aqui tens a nossa sala de saúde, não temos a chave por isso não te pudemos mostrar, e aqui temos a sala dentária, também totalmente equipada, aqui faltam só os profissionais, não temos profissionais porque todos profissionais querem ganhar dinheiro e não temos dinheiro para pagar, isto são profissionais caríssimos que gostam de ganhar muito dinheiro, e esse muito dinheiro a gente não o poderia pagar, então necessitamos que seja alguém que se encarregue mas com sentido social, que não venha para ser rico, mas sim que venha dar o seu trabalho porque há uma necessidade.

JLL. – Mas não há profissionais que façam trabalho social?

AL. – Não, a maioria vem pelo dinheiro, há que pagar, (...) gostaríamos muito.

AL. – Esta é a nossa cozinha comunitária, e aqui é o escritório.

AL. – O Centro Comunitário aqui chama-se “La Rioja”, então este espaço chama-se “La Rioja”, porque foram umas pessoas de Espanha, da povoação da Rioja* que nos deram os recursos para construir este Centro, por isso é o centro Comunitário de “La Rioja” - Espanha, foram eles que deram o dinheiro para fazermos todo este grande centro comunitário, também dinheiro, visto que este era o nosso espaço comunitário e estava, na realidade, abandonado não havia ninguém que se encarrega-se houve um momento em criámos o projecto de Hortas Urbanas, com um

grupo de mulheres, e com o cavalheiro que me acompanha que é Dom Ernesto, e começámos a criar isto como um processo de trabalhar em comunidade, de nos ligarmos um pouco com a terra, de querer aprender, aqui há uns jovens universitários que nos apoiam, e eles ensinaram-nos todas as técnicas, e nós pusemos tudo isso em prática, aprendemos muito com eles, e estamos a cultivar batatas, aipo, *choclo* (milho) e um canto de ervas aromáticas, hortelã, erva-cidreira, (...), e também está complementada com flores, e depois começámos a usar este outro terreno, que estava abandonado encarregamo-nos dele, e estamos a semeá-lo, e aqui estamos a semear tomate e melões.

JLL. – Para que serve isto?

AL. – Isto serve para depois guiar o tomate para cima (...), zona das hortaliças vês, e muito aipo, o nosso espantalho, e quisemos fazer um pomar, então temos ameixeiras, aqui é o nosso pomar, aqui estão as maçãs (...), maçãs que lindas...

JLL. – E aqui tens cactos?

AL. – Sim cactos, zona de cactos, aqui temos tudo o que é cactos, estamos a reproduzir cactos, este é para ser um projecto produtivo na realidade, estamos a produzir agora para vender, estamos a reproduzi-los, estão a ensinar-nos como se faz isto e vamos produzir para começar a vender, tudo isto é comunitário portanto pertence-nos e a qualquer pessoa que queira vir fazer qualquer tipo de trabalho neste sector, estas são as nossas composteiras, aqui preparamos terra, (...), e através desta terra que produzimos fomos melhorando todo terreno, (...), estes são os nossos sonhos, é super importante para nós.

JLL. – Porque é uma questão cultural, também?

ER. – E educativo.

AL. – Também é educativo, porque as crianças não sabem como cuidar de uma arvorezita, não sabem de onde se vêm os produtos verdes, as mães também não sabem como educar os seus filhos sobre o ecológico, e segundo tem também que ver com partilhar em comunidade com outras pessoas, pois podia plantar esta árvore na minha casa sozinha e para mim era igual, mas a ideia é que nos juntemos e que entre todas façamos um trabalho partilhado e (...), a ideia é essa partilhar com os outros, e também desenvolver o futuro e alicerçar o futuro com projectos produtivos que nos proporcionem alguns recursos, não só a mim, mas a todo o grupo que trabalha aqui, e motivar.

JLL. – O retorno é sempre importante.

AL. – Importantíssimo que com isso também vamos activar mais isto, e para mais também a ver com uma visão se futuro, a Bolsa sobe e desce e manda, sobem os produtos todos os dias, dinheiro rende-me menos, se tenho isto vou poder viver e continuar a viver tranquilamente (...) vou poder comer....

AL. – Esta é a nossa placa também está um pouco abandonada, quando te dás conta as pessoas também não lhe têm muito carinho, custa limpá-la, porque estão sempre a pensar que outra pessoa tenha o trabalho e não eles.

JLL. – As crianças vêm aqui?

AL. – Os que estão mais perto são os que brincam aqui, mas que estão mais longe não vêm aqui, também porque está super distanciado.

ER. - Aqui tem um comércio esta senhora, e dá jeito ter um comércio assim à mão.

AL. – Aqui ocupou a parte de baixo da casa para fazer um negócio, a esta hora está fechado, mas mais tarde funciona.

JLL. – É produtivo, funciona, já está aí há algum tempo?

AL. – Funciona sim e mantém-se.

AL. – Aqui mudaram as janelas, cada um vai-lhe dando a sua identidade, dependendo do que quer ver.

JLL. – Vi que mudam muito as janelas por este género de janela que vem um pouco para fora, tem alguma razão ou é só por gosto?

AL. – Creio que é de gosto, não tem nenhuma razão na realidade, não, nada, não serve para a regular a temperatura nem nada, é só uma questão de gosto.

JLL. – E ali o que se passa?

AL. – Aqui está terra que sobrou, que necessitávamos de muito dinheiro para a retirar para vazadouro, e ficou aqui como parque, quisemos fazê-lo mas já não é, aqui investiu-se muito dinheiro para fazer este parque mas nunca se pensou na água, nunca, como íamos regar, ninguém pensou nisso, e então está tudo seco vê todo esta colina e em baixo aqui passa um canal, está o canal do Maipo, está canalizado, e este foi um projecto de parque onde as famílias iam ter espetos para fazer os seus assados, e vês está meio desarmado mas está, assentos para se sentarem, foram construídos para as famílias, mas não foram cuidados pelas famílias, aqui em baixo está o canal de água.

JLL. – Mas a água pode servir para regar, ou não?

AL. – Para isso havia que pedir autorização, não podemos chegar aí e tirar água, mas podia servir.

AL. – Aqui vês as casas por detrás, vês os pátios traseiros, isso não devia existir, esses segundos pisos, se nós formos reclamar por causa desses segundos pisos têm que os demolir todos, porque isso não, está proibido, não, porque te tapa o ar e o Sol, então não o deviam fazer, mas as pessoas vê, e para mais estão a construir pegados uns aos outras a fazê-lo, vês como estão pegados uns aos outros, isso para mais não se pode fazer em construções de madeira porque se há um incêndio vai tudo junto, não se pode (...), mas a verdade é que ninguém controla o sistema, e afinal as pessoas fazem o querem e como querem, aqui temos uma pessoa que dirige mas não sabe dirigir afinal, porque não devia permitir isso, eu se tenho um cargo, e se sou autoridade, eu digo não! Olha o perigo, queimas tudo, apanha tudo por cima.

JLL. – E mesmo do ponto de vista da qualidade de vida, porque não há Sol não há arejamento para os mais baixos. E aqui o que acontece? É um novo bairro de lata?

AL. – Sim, isto na verdade, é que em algum momento saiu muita gente destes terrenos, este era como bairro antigo, mas as pessoas quando se vão vendem, não é deles, mas vendem a casa, e as pessoas voltam a viver e o acampamento não termina nunca, é um círculo vicioso, e volta a vir gente, e volta a vir gente, e vamos em três projectos de habitação e continua gente aqui nos terrenos, não sei como se controla...

(...)

ER. – Creio que mais que nada deviam ser as autoridades, neste caso as municipais, deviam tomar conta deste assunto para que na realidade isto termine.

AL. – Aqui vê-se bem as casas, quando estamos em baixo não se vê, mas quando sobes aqui a cima vês tudo por trás, olha as varandas por trás...

JLL. – As varandas também não se podem construir?

AL. – É que nada, no segundo piso nada se pode construir, só podes construir em baixo se quiseres fazer alguma coisa, no teu pátio, no segundo não...

(...)

JLL. – No primeiro piso é possível, ou não, aquelas varandas?

AL. – Nos primeiros pisos sim, houve um momento em que as pessoas começaram a fazer varandas e vieram os arquitectos e disseram que, se estiverem bem construídas, não havia nenhum problema, não se pode fazer coisas que ponham em perigo as pessoas, tem que ser algo seguro para as pessoas.

JLL. – Esta última casa tem mais espaço?

AL. – Sim, mas na realidade não é que tenha mais espaço, são espaços comunitários que pertencem a todos, devia ser um espaço verde isto tudo, mas por conveniência da família e por uma questão de segurança desta passagem daqui para ali entregou-se-lhes, como concessão à família que vivia ali, porque na realidade isto deveria ser como um jardim verde para que as pessoas daqui até lá ao fundo para que as pessoas passassem, fechou-se mas é um espaço que nos pertence a todos.

JLL. – Há um campo de jogos?

AL. – É um campo de futebol, mas também não lhe dão muito uso, porque não há pessoas que se dediquem a formar grupos de crianças e jovens, cada um calça as chuteiras e vem jogar na hora que quer, não há quem queira dar formação às pessoas (...).

AL. – Aqui termina, nesta passagem é o limite da nossa povoação, nesta casa vive a presidente da nossa comunidade, e

aqui termina o nosso projecto, vês os cilindros em cima são do projecto das pessoas que requereram painéis solares, são poucas famílias, hoje em dia oito na realidade, mas era um excelente projecto e as famílias também não entenderam que era um bem próprio e dava economia, segurança, comodidade e limpeza, não entenderam, e custa a que as pessoas entendam que isto é para melhorar, pensam ah que estão a obrigar-me, a este projecto tiveram acesso todas as famílias se quisessem podiam tê-los todos, porque o Estado também contribuí com UFs para a instalação.

(...)

JLL. – Ainda se faz muito transporte em carroças?

AL. – Antigamente sim, muito aqui, porque este era um sector rural, havia muitos animais, muitas carroças, eram o nosso meio de transporte, houve uma altura em que transportávamos as crianças para a escola numa carroça, tapámo-la e pintámo-la de amarelo e as crianças para irem à escola eram transportadas numa carroça, e havia uma pessoa encarregada de levá-las e ir buscá-las, era o nosso transporte escolar também, agora já se perderam estes transportes, porque na cidade as pessoas incomodam-se com os cheiros, as moscas, os excrementos, então isto desapareceu um pouco, mas aqui temos lamas.

JLL. – Que fazem com os lamas, é para leite (...)?

AL. – Tiram-lhes fotografias, levam-nos ao centro para tirarem fotografias, ganham a vida com os lamas.

ER. - É para as festas, Natal, aniversários, e para os turistas.

(...)

AL. – Tudo isto é nosso, imaginas se tudo isto estivesse verde, com plantas verde e bem cuidado, seria um rico passeio.

JLL. – Vocês fizeram um projecto, ou é só uma ideia?

AL. – Não, não, foi feito um projecto em que se investiram muitos milhões em que os que canalizaram o Maipo puseram dinheiro, o “Techo para Chile” também pôs dinheiro, mas o dinheiro perdeu-se, porque não houve resultados.

(...)

JLL. – O que é aquilo com plásticos?

AL. – Aquilo é a nossa estufa das hortas, ali fazemos os alfobres de plantas para transplantar depois para a terra, está dentro do jardim por isso não tem uma entrada directa mas é ali que temos os alfobres, ali os temos para depois plantar na terra.

(...)

AL. – (...) Ali começou um projecto muito igual ao nosso, mas estas são as casas que te disse, que estão sem estar terminadas, do primeiro ao terceiro não estão terminadas, não têm janelas, as pessoas destruíram-nas porque queriam fazer janelas assim como as nossas e porque cada um quis fazer as suas janelas, foram destruindo mais do que construíram, é um projecto que está muito feio, (...) ainda por cima os caminhos ficaram em tosco, não existe nenhum tipo de pavimento, por isso no Inverno isso tudo é um lamaçal, por isso eu me pergunto sempre o que faz o SERVIU com estes subsídios, porque se supõem que temos um subsídio que se chama Pavimento Participativo, mas, quando nos dão as condições para o requerer, em nenhum lado te dizem que tens que viver nestas povoações cinco anos primeiro para depois entrar com o requerimento de um pavimento, tenho a minha casa nova em que quero ter um chão limpo, tenho que suportar cinco

anos a pisar a lama, para depois dizer vou requerer porque agora já me permite o SERVIU, estas são as políticas que não entendo, com que cabeça penso que vou entregar uma nova povoação, porque não dou oportunidade às famílias de requererem esse pavimento quando vão para aí viver, isto é o mesmo que viver em bairro de lata, sem pavimentos, chegar com os pés todos enlameados no Inverno, não ter um caminho não ter nada.

JLL. – Há pessoas que fazem um bocadinho de pavimento à frente das suas casas.

AL. – Uma, mas o resto, os caminhos são lama, são poças e lama e as crianças dá-lhes igual metem os pés na lama, (...) quem é o génio que decide que isto funciona assim, porque a maioria dos projectos entregam-nos sem pavimentos, como podes continuar a viver na casa cinco anos, vens de sair de um acampamento em que estás metido com os pés na lama todos os dias da tua vida, tens uma casa que pode ser muito linda mas no Inverno com a terra fica tudo feio.

(...)

AL. – Não nos pertence, pertence à empresa de electricidade, nem sequer é da municipalidade por isso também não trata dele, e temos que fazer uma petição deste terreno à empresa de electricidade, e outra possibilidade é pedir-lhes a concessão, se não o querem manter seria melhor nós fazermos a manutenção, e para mais servia para pararem de pôr lixo, que agora estão aqui a pôr lixo, e outra coisa é que essa paragem que temos ali está muito mal colocada na curva.

(...)

ER. – Isto dá má imagem e tira valor à tua casa.

AL. – Isto desfeia o bairro...

ER. – Mas, em todo o caso está mais de 70% bastante agradável a povoação, há certos sectores mal tratados como aqui, mas há que dar-lhes uma solução.

AL. – Este é o único autocarro que passa por aqui e que nos deixa na Estação, necessitávamos de mais autocarros, aqui só temos uma carreira.

JLL. – E o município não põe mais autocarros?

AL. – Aqui o município não trata de nada, temos que ser nós a fazer petições para um semáforo ou mais carreiras, ou o que seja.

JLL. – Então há um problema de transportes, e para as crianças irem à escola?

AL. – Para irem à escola têm que apanhar o autocarro, e depois mudar.

ER. – Este pelo menos permite-te chegares à praça de RENCA e depois tens mais.

JLL. – E quando tens um problema de saúde?

AL. – O município construiu um Centro de Saúde novo, inserido nessa nova povoação que fizeram ali, é muito recente tem cerca de um mês, senão tens que ir aí a cima à praça.

AL. – Este é um negócio fazem uns churrascos, mas agora está fechado, só abrem à noite.

AL. – Alexandre estava no bairro Esperanza, as pessoas que te apresentámos vieram de diferentes partes.

AL. – Aqui fizeram umas janelas muito grandes, também é o meu sonho, ter umas janelas maiores, tem muitas plantas muito bonitas, ela vende plantas.

AL. – Aqui há um negócio, dentro da sua casa, aqui na frente, vendem água e gelados e mercearias também, dão-se muito bem os negócios aqui na frente, pequenos.

(...)

JLL. – O que é este pavimento?

AL. – Isto eram as entradas que se faziam, dependendo da quantidade de metros que tinha a passagem era o pavimento que ficava, isto é para entrarem os veículos porque todos os nossos estacionamentos estão nas entradas, pensava-se que de ali para aqui as famílias iam fazer um espaço verde, mas afinal parece que ganhou o estacionamento, e em vez de ser área verde ganhou a questão dos veículos, as famílias preferem chegar com o carro à porta de casa a ter um espaço verde.

JLL. – Muito obrigado (...).

Anexo 3.9 – Entrevistas em Renca I - Habitantes

Entrevistas efectuadas no âmbito do trabalho de campo com habitantes de Renca I.

Todos os entrevistados deram a sua prévia autorização para o respectivo tratamento e publicação das entrevistas recolhidas, que são anónimas, tendo sido utilizadas iniciais de nomes apenas para distinguir o interlocutor.

No tratamento e tradução foram dispensadas/retiradas, por não serem relevantes, fórmulas de cumprimentos e/ou conversas eventualmente ocorridas, sem relação directa com o objecto desta tese. Foram também feitas algumas pequenas alterações, cortes e/ou acrescentos para tornarem o texto mais explícito e adequado à forma escrita.

Entrevista a Habitante – JN

JN. Habitante feminina empregada c. c., JLL. José Luís Loureiro

JLL. – O seu nome por favor?

JN. – J... N...

JLL. – A sua idade?

JN. – 40 anos.

JLL. – Nasceste onde?

JN. – Em Santiago de Chile.

JLL. – Cidadã chilena?

JN. – Sim.

JLL. – Qual o seu nível de educação?

JN. – Tenho estudos de quarto médio terminado, e tenho de estudos superiores de auxiliar técnico paramédico.

JLL. – Que ocupação tem?

JN. – Neste momento sou manipuladora de alimentos, para o berçário.

JLL. – Qual é a tua situação laboral?

JN. – Contrato a prazo fixo de Março a Janeiro.

JLL. – Quantas pessoas, da tua família, habitam aqui na tua casa?

JN. – Em minha casa somos seis.

JLL. – E quais são as relações de parentesco?

JN. – Tenho quatro filhos, o meu marido e eu.

JLL. – Qual é o rendimento mensal médio?

JN. – Ganho o salário mínimo, mais o salário mínimo do meu marido também.

JLL. – Dois salários mínimos, são aproximadamente 170 mil pesos?

JN. – Sim.

JLL. – Tens algum outro subsídio?

JN. – Não.

JLL. – Quanto tempo, esta não se aplica a ti, demoras de casa a ir para o trabalho?

JN. – Uns minutos.

JLL. – Mas, o teu marido?

JN. – De 2 a 3 horas para ir e para voltar (...).

JLL. – Aonde vivias antes de viver aqui?

JN. – Vivia num bairro de lata que se chamava Via Esperanza.

JLL. – Perto daqui?

JN. – Perto.

JLL. – Porque foste viver para aí?

JN. – Como acabei a viver no bairro de lata, acabei a viver aí porque na ocasião o meu marido teve um acidente, em consequência desse acidente estive mal cerca de um ano, estive

incapacitado por uns meses e sem trabalhar, quando quis voltar ao trabalho despediram-no, então foi por uma questão económica que ficámos a viver no bairro, porque não tínhamos como sustentar, nesse tempo eu não trabalhava, não tínhamos como pagar a habitação, não tínhamos casa, arrendávamos, e em consequência desse acidente acabámos a viver no bairro Via Esperanza.

JLL. – Já tinhas os quatro filhos?

JN. – Não tinha três filhos.

JLL. – Crês que esta casa foi desenhada para satisfazer as tuas necessidades?

JN. – Penso que sim, porque também tive participação activa neste projecto, porque também fui dirigente em Via Esperanza, e quando a coordenadora se juntou com os bairros próximos, e o comité geral, a direcção teve muito cuidado a escolher a casa, e a comunidade em si teve influência em como era a casa, ou seja, nós decidimos o modelo, o desenho, da casa.

JLL. – Então os arquitectos corresponderam?

JN. – Sim.

JLL. – Fizeste alterações na casa?

JN. – Muito poucas.

JLL. – Quais e porquê?

JN. – O que fizemos primeiro foi fechar o contorno da casa.

JLL. – Para quê?

JN. – Para protecção mais nada, e depois fomos forrando os tectos, e aos poucos vamos arranjando à medida que vamos tendo dinheiro, vamos fazendo pequenos arranjos na casa, mas outros arranjos não, agora por exemplo quero ampliar um pouco mais para trás com a cozinha, tirar a cozinha para o exterior para trás, começámos o trabalho mas estamos parados, mas temos o projecto em tendo algum dinheiro vamos construir a cozinha atrás.

JLL. – Porque queres fazer os tectos?

JN. – Porque é uma questão pessoal de opção, porque nem era feio a viga à vista, é uma opção mais de gosto e também para a acústica, porque se ouvia os passos, foi isso principalmente, no primeiro piso pusemos os tectos

JLL. – Que fizeste nos espaços ao ar livre à frente e atrás?

JN. – A primeira coisa que fiz foi plantar um limoeiro, quando me mudei uma amiga minha ofereceu-me um limoeiro e disse-me com este limoeiro vais ter sempre para colher, e é verdade tenho sempre limões, e depois foi plantar uma árvore à saída da minha casa que é para o calor, para o Sol, para que me desse sombra, porque na posição em que está a minha casa dá-me todo o dia o Sol, é um benefício para mim no Inverno e no Verão porque evita os fungos, escolhi onde queria viver e analisei todos os pontos, os benefícios e as vantagens de onde queria viver, escolhi esse lado pelo Sol e pela luminosidade, por tudo isso, então plantei uma árvore, que me ofereceu a construtora, e plantámo-la à saída da casa, essa árvore agora já está grande e já me dá sombra.

JLL. – E há flores também?

JN. – Também.

JLL. – Então já conheço a tua casa porque é a única que tem uma árvore defronte da porta.

(...)

JN. – É essa a minha casa, tenho uma árvore no exterior, o tronco já está grosso, e está bem cuidada e bem mantida, eu é que a cuido, então árvore quando se lhe dá carinho cresce, isso protege-me e dá-me conforto.

JLL. – Fizeste mais alterações?

JN. – Não, e a única que quero fazer é tirar a cozinha para o exterior, por uma questão de espaço mais do que qualquer outra coisa, e porque quando estou a cozinhar incomoda-me, os cheiros, e está junto à sala de jantar e de estar, quero ter o espaço livre e que seja a cozinha e lavandaria atrás, é uma questão de comodidade.

(...)

JLL. – Do que é que menos gostas na casa?

JN. – Neste momento o que menos gosto na casa são os pavimentos, o segundo piso, porque na verdade pus o tecto no primeiro piso, pelo motivo da acústica mas mesmo assim ouve-se quando alguém anda em cima, é a única coisa que não gosto na minha casa, porque de resto gosto, há detalhes que queremos fazer, por exemplo, sonho com alargar as janelas, como a minha vizinha que tem umas janelas maiores, é uma questão de quando se abre ventila melhor, mas isso são detalhes que se conseguirá fazer, mas a questão dos pisos que ecoam quando se anda por cima é desconfortável.

JLL. – Do que mais gosta na tua casa?

JN. – É a minha casa! É que é a minha casa, e que consegui, consegui tirar os meus filhos do bairro de lata em que estávamos refugiados, e agora tenho os meus dois, porque tenho quatro filhos, os dois rapazes ocupam o terceiro piso, as minhas filhas ocupam o segundo piso ao lado do quarto de casal e não estamos tão desconfortáveis, tão refugiados, e o que algum dia melhor gostaria de fazer é que o meu filho mais velho, se fizesse uma divisão mais pequena em baixo, para a independência dele, porque já tem 20 anos e o meu outro filho tem 16, então pegam-se, um é mais arrumado e o outro mais desarrumado então pegam-se por isso, mas é a única coisa, de resto gosto de tudo.

JLL. – Quando vieste para aqui, trouxeram os vossos móveis velhos ou compraram, ou fizeram novos?

JN. – Quando me mudei trouxe pouco ou nada do que tinha no bairro, porque estava tudo deteriorado e já não serviam muito, numa casa nova há que pôr móveis novos, porque senão os móveis velhos vêm-se..., dá como ..., mas aos poucos vamos comprando coisas e acomodando a casa que seja um conjunto de sofás ou um de refeição, mais bonito.

JLL. – Desde que vieram para aqui houve mudanças na tua família?

JN. – Sim! Da parte do local existiram muitas mudanças, sobretudo porque eles agora estão num ambiente em que estão bem, e já não se molham, já não passam frio, já não estão ao vento, que se metia (...), agora têm uma casa sólida tem o seu espaço para trazer o seu namorado e já não lhes dá vergonha o sítio em que vivem, porque antes tinham vergonha de onde viviam.

JLL. – Desde que começaram a viver aqui houve mudanças no relacionamento entre os membros da família?

JN. – Com os meus filhos sim, porque também todos agradecem muito os sacrifícios, e também concordo que deixei-os um pouco de lado por estar envolvida na parte directiva, porque saí à rua para ter a minha casa, mas digo tudo tem sacrifício, se não me tivesse mexido podia ainda estar lá, e se não tivesse feito tudo o que fiz várias famílias não teriam chegado aqui, então nesse aspecto sim, mas o meu marido sempre me apoiou, porque tal como há homens machistas que querem ter a mulher em casa fechada entre quatro paredes, e que não façam nada e que não sejam independentes, ele gosta que eu que faça coisas ...

JLL. – Desde que começaram a viver aqui algum membro da família mudou de trabalho?

JN. – Não.

JLL. – Desde que começaram a viver aqui têm mais rendimentos?

JN. – Sim, mas nota desde que cheguei aqui comecei a trabalhar na creche, porque antes não trabalhava, desde que me casei que deixei de trabalhar, dediquei-me só a criar os meus filhos e a tratar da casa, o marido provia, produzia e trazia o dinheiro e dispunha, então quando comecei a trabalhar comecei a abrir os olhos a ver que era outro mundo, a ser um bocadinho mais independente, e a organizar melhor o dinheiro.

JLL. – Se tivesses uma pequena poupança, o que farias?

JN. – Aforro não tenho, a verdade é que não consigo poupar, porque quando tens uma família numerosa, acho que é numeroso ter quatro filhos, porque agora em média as famílias têm dois, três, eu tenho quatro, a poupança é muito pouca, quando tenho um pouco mais de dinheiro gasto-o nas coisas que faltam na casa, a fazer algum pequeno arranjo na casa ou dar mais conforto

aos meus filhos para estarem melhor, mas poupança para pôr dinheiro num banco não, difícil, é difícil poupar com um salário mínimo, é que a vida está muito cara, a alimentação está cara, a educação está cara, a saúde cara, (...), tenho que pagar e seguir para a frente (...).

JLL. – Gostas das novas casa aqui ou se tivesse possibilidade de optar escolheria um outro bairro social, que não este?

JN. – Não, gosto da minha casa e gosto do bairro, gosto de onde estou a viver, escolhemos onde íamos viver, comprámos o terreno toda a comunidade, escolhemos a casa, o arquitecto mostrava-nos um projecto, outro projecto, outro modelo questionávamos e discutíamos com os arquitectos, diziam como não gostam destas casas, estas casa são bonitas e boas, não é o que nós queremos, queremos casas mas que sejam amplas, toda a gente olha para as casas e diz que são pequenas, mas não, quando as vês de fora parece-te mas quando entras vês, eu gosto sou uma das defensoras deste projecto, este projecto é o ideal para as familiares que de escassos de recursos, são ideias para as famílias numerosas, por exemplo eu aqui somos seis pessoas (...), sempre as famílias mais pobres são as mais numerosas, não temos televisão..., esta casa cumpre todas essas valências que nós queríamos, eu estou contente com a minha casa.

JLL. – Então não conheces outro bairro social em que preferisses viver?

JN. – Sim, pelo facto de que fui dirigente conheço vários bairros e esta casa para mim é a melhor, e o melhor bairro, do ponto de vista da arquitectura, da localização, da localização das passagens, como está do ponto de vista de que conseguiram que as casas tivessem boa ventilação, boa luminosidade, acho que estiverem bem (...).

JLL. – O que pensas das alterações que os teus vizinhos fizeram nas suas casas?

JN. – Estas casas, supostamente (...) não tínhamos que fazer nada nas casas, eram só detalhes e nada mais, mas muitos vizinhos abriram-nas, ampliaram-nas para cima, fizeram muitas alterações, à medida que têm mais dinheiro estão a querer melhorar mais a sua casa, não questiono isso na verdade, na sua parte que o façam muito bem, mas não incomodem os vizinhos e não lhes impeçam a visibilidade, a luminosidade e a ventilação do teu espaço, penso que até tudo bem, mas se um vizinho te tapa o teu pátio, ou sobe uma parede e deixa-te sem ventilação aí rebenta o conflito.

JLL. – Creio que há uns problemas porque há pessoas a fazerem dois pisos atrás e isso fecha completamente (...).

JN. – De repente, há pessoas que o fazem espontaneamente mas na verdade, nem tem o cuidado de consultar pessoas que saibam, para mim o mais importante, é que a minha casa esteja ventilada, que tenha Sol, e que corra o ar, porque se me vão tapar e que fico sem ventilação, e não entra o ar e no Inverno fico com fungos, e a minha casa fica húmida, há pessoas que não sabem, estou mais informada e trato de que saibam, mas há pessoas que têm o dinheiro para fazerem as ampliações e fazem-no por iniciativa própria mas não se fazem assessorar por pessoas que realmente saibam, isso é um problema.

JLL. – O bairro em que estavas era perto daqui?

JN. – Sim.

JLL. – Então foi bom ficares perto do local em que estavas?

JN. – Sim, foi uma boa ideia, porque também as pessoas não querem perder as suas raízes, porque eu por exemplo, não gostaria de ir para outro bairro, outra comuna, sendo que sempre vivi aqui em Renca e considero que todas as comunas deveriam ter espaço para não ter que deslocar as pessoas para a periferia, não me parece lógico, pessoas que já vivem na comuna deveriam ter espaços para começarem a fazer a sua habitação ali mesmo, aqui passou-se assim, também tivemos muitos obstáculos mas enfrentámos.

JLL. – Estás envolvida em algum tipo de associação local?

JN. – Não, agora não, estive.

JLL. – Qual é a relação com os teus vizinhos directos?

JN. – Sim, é boa, porque também tivemos muita atenção em que se escolhessem os vizinhos, porque tivemos uma organização como não se fazia noutros sítios, a nossa organização também foi pioneira nesses aspectos da habitação social, nós tivemos uma organização em que escolhemos onde viver, escolhemos os nossos vizinhos, (...), decidimos tudo, é um projecto muito participado por toda a comunidade e que as pessoas estivessem inteiradas das coisas, e que bom que nos calharam arquitectos que também nos deram a oportunidade de que também participássemos, que sem sermos estudiosos, eles tiveram em atenção o que queríamos, entendiam as nossas ideias, e trataram de nos acomodar como nós queríamos.

JLL. – Porque mesmo quando não há estudos, há uma cultura, e isso é o mais importante (...), porque eles tinham reuniões semanais com vocês?

JN. – Sim semanais, os arquitectos aprenderam a conhecer-nos e nós a eles, aprenderam a conhecer-nos como pessoas, de onde

vínhamos, o que queríamos para o futuro e o que queríamos como futuro com as nossas famílias com os nossos filhos, eles deram-nos a possibilidade de que nós pudéssemos opinar sobre essas questões, sem sermos arquitectos sem termos estudos, mas deram-nos a oportunidade puseram-nos as Plantas e disseram-nos, “-Gostas disto? “-Não, não gosto, mas não sabíamos nada de medidas e desenhar linhas e, não foi como noutros lados, em que as pessoas que têm mais recursos quero comprar uma casa, e tem o dinheiro e pois compra-a, mas não interioriza que a fez, nem quem é que esteve envolvido, e depois vêm os problemas.

JLL. – Crê que, um dia vai, vender esta casa?

JN. – Esta casa, eu tenho uma filosofia de vida em todo o caso, sempre disse ao meu filho, que quando o último dos meus filhos tiver casa, que seja com o seu trabalho ou com subsídio, porque penso que sempre haverá que existir subsídios ainda que possam ter outro nome, o último dos meus filhos que tenha a sua casa esta casa vende-se, porque assim como me custou a mim quero que lhes custe a eles, esta é a minha filosofia de vida, e digo aos meus filhos vocês podem viver na casa, e partilharem-na viverem com a vossa mulher, que ocupem a casa, mas sempre com o objectivo de terem a sua própria casa, e depois que o último dos meus filhos tenha a sua casa, esta casa vende-se.

JLL. – Mas enquanto for viva não pensa vendê-la?

JN. – Não, não, essa é a minha filosofia de vida, no futuro quando eu morrer, já não tenho influência nisso, mas isso é o que eu quero, assim como me custou a mim eles também devem sacrificar-se para terem a casa deles.

JLL. – Mas crês, em todo o caso, que se hoje quisesses vendê-la, haveria quem a quisesse comprar?

JN. – Há muita gente, muita gente quer comprar esta casa, mas eu não a venderia, arrendava-a, mas em vida não, não a vendo.

JLL. – Muito obrigado, amanhã (...).

ANEXO 4 – Historiografia Breve da Habitação Própria

Fase estudada, sem qualquer pretensão que não fosse recolher informação que ajudasse a enquadrar e entender historicamente os factos

HISTORIOGRAFIA BREVE DA HABITAÇÃO PRÓPRIA

Posse e propriedade na habitação: uma perspectiva histórica

Introdução

Uma perspectiva histórica da problemática da habitação própria, em especial num passado recente, é essencial para o entendimento das implicações e consequências associadas à propriedade na habitação (HEYWOOD, 2011, p.9). Assim, este estudo desenvolve-se em torno da posse e da propriedade da habitação, com o objectivo de contextualizar e demonstrar a importância perene que a habitação própria assume ao longo da história da humanidade. Esta reflexão assume especial foco num passado recente, explorando as intervenções e medidas que podem estimular ou dificultar o desenvolvimento do mercado habitacional. Paralelamente, uma breve abordagem permite entender o papel dos corpos governamentais na evolução da habitação própria, i.e., a forma como a intervenção política pode estimular ou dificultar o desenvolvimento do mercado habitacional (HEYWOOD, 2011, p.9). Deste modo, a análise sintética que aqui se pretende, contribui para a reflexão sobre as perspectivas e estratégias que se poderão adoptar no futuro.

Explora-se também a evolução da família, e do agregado familiar, pela evidente importância que a estrutura familiar assume no contexto da habitação. Na verdade, a influência do agregado familiar na habitação própria é recíproca, e a análise é fundamental para compreender e caracterizar esta problemática. O conceito de família não tem uma definição unívoca ao longo da história, e o conceito tem vindo a sofrer uma evolução. Numa perspectiva etimológica, família prende-se, primeiro que tudo, com a relação de pais e filhos, alargando-se a outras relações de parentesco. No entanto, na evolução e alargamento do conceito é possível identificar duas linhas ou ideias fundamentais. Por um lado, a noção de família suportada pelas ligações de parentesco, casamento e afinidade, não necessariamente conviventes. Por outro, a família definida pela condição de partilha de uma mesma habitação a que chamamos agregado. (SARTI, 2001, p.64)

Do ponto de vista etimológico, a palavra “família” deriva em diversas línguas em vocábulos semelhantes, desde *famiglia* em italiano, a *familiya* em russo ou *familia* em latim. Originalmente, o conceito prendia-se com a dependência de um chefe ou patrão, referindo-se ao conjunto de empregados ou servos dependentes desse mesmo patrão (SARTI, 2001, p.64). É o caso do Império Romano, em que o número de escravos era um indicador de riqueza e a palavra família associou-se por isso à ideia de património e de posses. (SARTI, 2001, pp.64-65). Família correspondia ao conjunto dependentes de um mesmo pai de família, incluindo filhos, servos ou outros dependentes. Neste caso, a condição fundamental era a relação de dependência. Assim, o termo *paterfamilias* não correspondia necessariamente à paternidade biológica, mas a uma representação de autoridade e de poder no contexto doméstico (SARTI, pp. 64-65). Na Idade Média, *familia* corresponde ainda aos dependentes de um senhor, e este significado predomina até à extinção do feudalismo. Até hoje, o conceito conserva a noção de dependência nalgumas línguas (SARTI, 2001, p.65).

“Por muito tempo, aliás, à semelhança de um polvo, o significado etimológico do termo “família”, isto é, grupo de servos, consegue abarçar com os seus longos tentáculos mulheres e filhos em nome da dependência que os associa aos criados e em detrimento da unidade entre conjugues, por um lado, e entre progenitores e prole, por outro: eis então que muitas vezes “família” indica o conjunto de mulheres, filhos e servos, à parte o pai, que chefia este grupo compósito sem dele fazer parte.”

SARTI, 2001, pp. 73-74

Como foi referido, além das relações de parentesco, dependência ou autoridade, o termo família, e o agregado familiar, tem também uma relação intrínseca com a ideia da casa e da coabitação, expressando-se aliás de forma clara no termo inglês *household*. Assim, a evolução do conceito de família é também influenciada pela alteração de funções e do conceito de casa. Estes conceitos tocam-se naturalmente, e nalguns casos/para alguns autores, chegam mesmo a coincidir: a noção de casa inclui não só a casa-material mas também o conjunto de “pessoas que, morando juntas, constituem e formam uma família” (SARTI, 2001, p.67).

Por fim, apresenta-se uma reflexão centrada no século XXI, nas implicações socioeconómicas inerentes à propriedade da habitação e nas perspectivas para o futuro da habitação própria. Enquanto direito aceite e reconhecido a nível mundial como necessidade básica para o desenvolvimento de uma população, a problemática da habitação exige hoje novas soluções e estratégias para responder às necessidades e expectativas da população, sobretudo a mais carenciada.

1. O início: da pré-história às primeiras civilizações

As raízes da humanidade

“A abundância de restos fósseis do homem primitivo e dos seus antepassados imediatos, trazidos

à luz durante os últimos trinta anos (...), confirma amplamente a teoria de Charles Darwin de que teria sido nos trópicos – talvez em África – que o homem evoluiu a partir de um antepassado simiesco.”

CLARK, 1973, p.48

Dado o próximo grau de parentesco entre os macacos superiores africanos (o chimpanzé e o gorila), o entendimento da natureza e do modo de vida destes primatas oferece dados importantes sobre a natureza biológica e o comportamento dos antepassados do homem (CLARK, 1973, p.48). Esta linha de pesquisa indica que os primeiros homínídeos derivam de um antepassado arborícola, i.e., habitante das florestas (CLARK, 1973, p.50). No entanto, a base habitacional é um aspecto essencial do modo de vida dos primitivos homínídeos. A base habitacional, um lugar de ocupação contínua, ainda que temporária, explica-se talvez pela duração do crescimento e da dependência das crianças e dos jovens em relação aos adultos, salientando desde sempre a importância da relação mãe-filho. Já nos Australopithecíneos, a dependência do jovem era quase tão prolongada como no homem moderno. Este período de dependência corresponde ao tempo que antecede a maturidade, e que se prende sobretudo com a aquisição de conhecimentos necessários à vida adulta. A base habitacional poderá por isso estar ligada às necessidades de um grupo cuja mobilidade está limitada pelo período de dependência das crias. Encontram-se já nesta fase as primeiras noções de delimitação do espaço, em determinadas áreas que são definidas por pedras, sugerindo mesmo intencionalidade (CLARK, 1973, p.75).

Embora seja naturalmente difícil determinar a dimensão dos agrupamentos de homínídeos, a área da base habitacional sugere que estes não eram grandes. Os agrupamentos poderiam ser

compostos por membros de duas ou três famílias de mães e filhos, e de dois ou três machos adultos (CLARK, 1973, p.76).

“Todos estes indivíduos dependiam uns dos outros e dividiam entre si o produto das suas actividades de caça e pilhagem; na verdade, a divisão dos alimentos é a base das sociedades humanas

e constitui uma das diferenças fundamentais entre os modos de vida humano e animal.”

CLARK, 1973, p.76

No entanto, nos hominídeos como nos actuais primatas, isto representa uma pequena parte do padrão de vida, não suporta as sociedades como no caso dos humanos. As mães deveriam em princípio guardar as crianças e adolescentes e procurar alimentos na zona, e os machos e as fêmeas sem filhos estavam encarregues da caça (CLARK, 1973, p.76).

“A variedade e o número de animais encontrados nos locais de habitação

provam que estes não eram lugares de ocupação puramente ocasional,

mas sim que devem ter servido de base para vários dias pelo menos.”

CLARK, 1973, p.76

Mais tarde, no Acheulense superior, o *Homo Erectus* viveu em estações quase sempre junto a zonas de água, geralmente fora das florestas. Por vezes utilizaram-se grutas para habitação, por grandes períodos de tempo, numa fase que parece ter sido caracterizada por condições climáticas favoráveis e estáveis (CLARK, 1973, p.99). A acumulação de pedras nestas estações notavelmente da autoria do homem, pode ser vista como os alicerces da habitação, pois parecem ter sido usadas não só para definir o espaço mas para protecção contra inimigos e/ou como munições (CLARK, 1973, pp.100-101). Há também provas de

enterramento intencional e cuidado dos mortos nesta altura. Isto poderá significar não só a preocupação com o morto, mas com o próprio grupo, constituindo o desenvolvimento de uma forma de consciência social emergente (CLARK, 1973, pp.150-151).

“Os comportamentos relacionados com o cuidado dos mortos proporcionam (...) informação sobre vários níveis do mundo simbólico e ideológico. Para estes períodos antigos, o facto de os mortos terem recebido um tratamento particular implica, por um lado, o despertar da consciência de si mesmo e,

por outro, o da identidade grupal: quem enterra e prepara oferendas para um morto, concebe-o como um reflexo de si mesmo e como membro do grupo a que pertence.”

SOLAR e VILLALBA, 2007, pp.76-77

Nos finais do Plistocénico desenvolvia-se no Nilo um mosaico de tradições culturais num grupo de populações que se concentrou talvez devido às más condições climáticas deste período e à consequente falta de recursos no deserto (CLARK, 1973, pp.175-176). Estes grupos viviam da caça, da pesca e dos cereais, que assumem crescente importância na subsistência (CLARK, 1973, pp.177-178). A extensão dos acampamentos em que se distribuíam estas populações dependia naturalmente da disponibilidade de recursos alimentares na zona.

“Por vezes, (...) é possível que o número de componentes do agregado familiar tenha atingido cinquenta ou mais indivíduos. No entanto, esses devem ter sido habitualmente mais pequenos, não parecendo provável que reunissem mais de quinze a vinte e cinco pessoas, vivendo em seis ou menos agregados familiares.”

CLARK, 1973, pp.191-192

Alguns grupos de caçadores recolectores começam a viver de forma sedentária, quando um contexto natural abundante oferece recursos para se fixarem. Na costa noroeste da América do Norte, por exemplo, algumas aldeias datam já de 9000 a.C. Também no Próximo Oriente os caçadores recolectores

habitavam em covas escavadas com 1m de profundidade e delimitadas por paredes de pedra.

As primeiras civilizações

Entre 5000 e 3200 a.C., a adopção da domesticação do gado viria permitir o sedentarismo permanente dos povos (CLARK, 1973, pp. 175-176). Em Çatal Hüyük, um dos aglomerados mais impressionantes deste período, na Anatólia, viviam vários milhares de pessoas. As casas, em tijolo cru, eram rectangulares e adjacentes, formando com os seus terraços o espaço público. Nesta fase, os mortos poderiam ser enterrados debaixo das casas. Embora seja já considerada uma cidade, poder-se-á argumentar que não é o número de habitantes que faz a cidade, mas a organização do espaço, a existência de edifícios públicos, de edifícios especializados com funções associadas por exemplo ao poder, ao lazer ou ao comércio. Neste contexto, consideram-se que as primeiras cidades surgiram cerca de 3000 a.C. na Mesopotâmia e posteriormente no vale do Indo.

A noção de morada, o direito a um lugar para além da necessidade fundamental de abrigo, é também entendida como uma necessidade para os mortos. A primeira das grandes pirâmides da região do Nilo, data aproximadamente de 2625 a.C. e, juntamente com uma pirâmide mais pequena, representa o primeiro complexo funerário estruturado.

Na Ásia, a primeira civilização conhecida parece ser tão antiga como as do Egipto e da Mesopotâmia. No actual Paquistão, um misterioso império revela indícios de ordenamento e urbanização impressionantes. A organização evidencia uma clara distinção entre espaço público e espaço privado, em que as casas se formavam por um conjunto de divisões distribuídas em torno de um pátio quadrado.

“Construídas segundo uma planta em xadrez, os quarteirões de casas rectangulares, ruas com oito metros de largura que se entrecruzam em ângulos rectos e ruelas perpendiculares, dotadas de uma rede de esgotos muito elaborada, (...) Harappa e Mohenjo-Daro são o mais antigo testemunho conhecido de urbanismo metódico.”

Por esta altura, surge na babilónia o primeiro código de leis, por Humarábi, que agrupa reflexões e sanções relativas ao roubo, ao

trabalho, ao comércio e à família, entre outras questões. Esta noção de regras e penas para cada agressão ou falha para com o próximo, integra uma estratificação da sociedade que separa os homens livres (proprietários, comerciantes, sacerdotes, entre outros), de uma classe inferior (os *mushkenus*) e os seus escravos. Esta sociedade definia também elementos feudais e a existência de propriedades fundiárias doadas pela família real, com títulos de doação a que chamavam *kudurrus*. A primeira dinastia da Babilónia teve fim cerca de 1595 a.c.

Também na China, cerca de 1200 a.c., o rei transmite terras a título de emolumentos ao “chanceler e aos ministros² que com ele colaboram. Originalmente estas terras não eram hereditárias, mas posteriormente passaram a sê-lo, tanto as terras como os próprios cargos.

“O soberano dá igualmente terras aos membros da sua família, os quais lhe devem em troca um tributo anual. Uma “aristocracia” poderosa e privilegiada recebe, a título hereditário, “países”, bem como as rendas dos camponeses que neles trabalham.”

2. O Império Romano

O Império Romano assume um carácter de referência pelas inúmeras contribuições que persistem até aos dias de hoje, um pouco por todo o mundo. Além do património material, que se traduz por exemplo na arquitectura e no desenvolvido sistema de estradas, também a sua forma de governo influencia até hoje a maioria dos países europeus e muitas ex-colónias europeias. Os romanos desenvolveram de forma excepcional a ciência da administração pública, introduzindo um amplo serviço civil e métodos formais de cobrança de impostos. Assim, o Império Romano representa até hoje o “quadro geográfico e jurídico no interior do qual se produziu a mais prodigiosa mutação (...) e cujas consequências, de toda a ordem, decorridos dois mil anos, ainda não se esgotaram.” (GRIMAL, 2010, p.7). Neste contexto, um olhar sobre a cultura romana, com foco na casa e na família, oferece algumas pistas importantes sobre a noção de propriedade na habitação, neste período.

A noção de *imperium*, intimamente ligada com a questão da propriedade, da posse, esteve presente na mentalidade romana desde as suas origens: “Designa uma força transcendente, simultaneamente criativa e reguladora, capaz de agir sobre o real, de o submeter a uma vontade. É assim que o proprietário de um terreno, que o desbrava e cultiva para depois colher, ..., exerce o seu *imperium*.” (GRIMAL, 2010, p.7). Com efeito, o crescimento e extensão do Império Romano fizeram-se através da ocupação progressiva de terras e da instalação de colónias: os colonos romanos recebiam as terras da cidade indígena após a ocupação (GRIMAL, 2010, p.17). No final do séc. I a.c., o *imperium* era um sistema eficaz, que integrava povos muito diferentes, pela sua caracterização social, cultural e pela sua organização política. É possível encontrar na literatura referências a diferentes regiões, como a África Romana, onde se situou uma das mais importantes províncias do Império Romano. Apesar das particularidades locais, uma identidade única desenvolveu-se ao longo do tempo e os princípios gerais são válidos em todo o Império (ARIÈS e DUBY, 1990, pp.305-306).

O Império Romano caracterizou-se, antes de mais, por uma forte urbanidade. A natureza aparecia nas cidades e nas colónias romanas em parques e jardins, mas eram os banhos públicos, e os edifícios públicos de um modo geral, que estavam originalmente no centro da vida quotidiana (ARIÈS e DUBY, 1990, p.181). No entanto, ao longo do tempo, o modelo de vida sofreu uma profunda alteração. Citando GRIMAL (2010, p.75), “Já não são o fórum ou o teatro, ou a arena ou o pórtico público,

ou qualquer outro local de encontro, que devem acolher a existência do quotidiano, mas, cada vez mais, pelo menos no caso dos ricos, a residência privada, em redor do qual tudo se organiza.”

A casa romana era um local de actividades heterogéneas, de âmbito mais ou menos público, como por exemplo a recepção do vasto círculo de clientes do senhor da casa. A própria relação entre o espaço público (da rua), e o espaço privado (das residências), era geralmente marcada por pórticos, que estabeleciam uma transição suave, num espaço que tanto podia acolher uma vivência mais pública como estar mais ligado às actividades da casa (ARIÈS e DUBY, 1990, p. 316). A dualidade entre privado e público está intimamente ligada com a questão da propriedade e do usufruto da casa, como a noção de posse ou domínio está implícita na definição do privado.

“...o próprio Vitrúvio utiliza a expressão “locais públicos” para designar as partes das residências abertas às pessoas do exterior, e será cómodo, ao estudar as diferentes partes da casa, empregar esta grelha privado/público para caracterizar de maneira significativa a natureza diversa dos locais.”

ARIÈS e DUBY, 1990, pp.306-307

Casa e família

A casa tornava-se assim um lugar essencial, e a palavra *domus* servia não só para designar a casa, mas a família e outras realidades intrínsecas da vida privada. Na verdade, a casa na cultura romana tinha uma dimensão religiosa, social e económica. Antes de mais, estava associada ao culto do passado e dos antepassados, conservava símbolos e objectos comemorativos, ou associados a um carácter funerário. Na dimensão social reflectia-se a intrínseca ligação entre casa e família e aglomerado.

“Há coincidência, no vocabulário, entre as pessoas e o espaço: a *domus* são as paredes e os habitantes, e esta realidade manifesta-se nas inscrições tal como nos textos, onde o termo pode significar umas e os outros, e na maior parte dos casos a totalidade concebida como indissolúvel.”

ARIÈS e DUBY, 1990, p. 395

A família era o centro da estrutura social da cultura romana e expressava-se em dois termos distintos. Por um lado, a *gens* incluía todos os descendentes de um antepassado comum, mais distante, podendo ter centenas ou mesmo milhares de elementos. Por outro, a *família*, incluía um grupo restrito, abrangendo eventualmente até ao bisavô (CHRISTOL e NONY, 2000, p.47), e assemelhando-se mais ao termo actual e ao agregado familiar. O agregado familiar obedecia ao pai de família - *paterfamilias* -, e este podia incluir, além da mulher e dos filhos, os pais, os

funcionários domésticos e escravos. Distinguiam-se ainda com o termo *vernaculi* os que nasciam na casa (ARIÈS e DUBY, 1990, pp.306-308).

“Todos os homens são iguais em humanidade, mesmo os escravos, mas os que têm um património são mais iguais do que os outros.”
ARIÈS e DUBY, 1990, p.141

Finalmente, a casa estava também fortemente associada à economia, especialmente nos extractos mais altos da sociedade: “a casa tornou-se há muito uma mercadoria que se compra, que se transforma e revende, ao sabor das necessidades profissionais e matrimoniais ou das necessidades económicas. Os notáveis ricos dispõem, na maior parte dos casos, não de uma venerável residência carregada de lembranças, mas de várias residências.” (ARIÈS e DUBY, 1990, pp. 395-396). De facto, são raros os casos em que se sabe o nome dos sucessivos proprietários de uma habitação e é por isso difícil entender a forma como a casa era transmitida (ARIÈS e DUBY, 1990, p. 396). No entanto, a literatura oferece algumas noções sobre o património e a propriedade na cultura romana.

Tal como o conceito *domus* abrangia o agregado familiar, também a palavra *familia* é referida na literatura como significando não só o aglomerado mas a própria casa e o património (ARIÈS e DUBY, 1990, p.141), reforçando-se esta intrínseca ligação. A economia pertencia à vida privada e o “pai de família” assumia um papel central na política de negócios patrimonial. O homem livre (cidadão romano de condição privada, *quirites*) via reconhecido no estatuto jurídico da *libertas*¹⁷ o direito a uma fortuna pessoal e o direito de a legar (GRIMAL, 2010, pp. 8-9). Neste contexto, a expectativa associada a um “bom pai de família” prendia-se sobretudo com o assegurar o futuro da casa, proteger e aumentar o património (ARIÈS e DUBY, 1990, pp.141-143). O património dividia-se em bens perecíveis, que incluíam casas mobiliadas vulneráveis a incêndios e escravos que podiam morrer, e valores seguros, os bens fundiários e o ouro (ARIÈS e DUBY, 1990, pp.156-157).

“Qualquer que seja a organização da empresa patrimonial, o importante é dirigi-la como “bom pai de família”; a expressão é menos patriarcal do que parece, e o direito comercial moderno aplica-a ainda à salutar gestão das sociedades por acções. (...) para alguém ser um pai de família digno desse nome não bastava

¹⁷ *Libertas*: Palavra que designa a República durante o Império (GRIMAL, 2010, p.175)

conduzir-se de forma neutra e ter por única ambição transmitir aos herdeiros um património não diminuído; é recomendado o investimento com todo o discernimento desejável, e sabendo comparar os custos do investimento com o aumento do rendimento que dele se pode esperar.”

ARIÈS e DUBY, 1990, p.156

Como o “pai de família”, também o usufrutuário tinha o direito de melhorar a propriedade mas não devia modificar o seu destino, “não deve esgotar o subsolo e deixar o vazio atrás de si; enfim, o novo investimento não deve ser ruinoso para o resto do domínio e, feitas as contas do custo da mão-de-obra suplementar, o rendimento total não deve ser diminuído.” (ARIÈS e DUBY, 1990, pp.156-158). Esta noção de usufruto leva-nos à questão do arrendamento e da propriedade da habitação na cultura romana. Na verdade, a propriedade do solo assumia um papel importante na economia: além da agricultura, do cultivo, as habitações urbanas e outros empreendimentos eram construídos e o arrendamento era uma importante fonte de riqueza (ARIÈS e DUBY, 1990, pp.153-156). No mundo romano não havia a correspondência entre classes sociais e actividades económicas. A classe de nobres que possuía o solo recebia as rendas, mas preenchia também actividades mais burguesas como as de negociantes e de fabricantes (ARIÈS e DUBY, 1990, p. 144).

“Nas suas terras fazem construir portos, botequins, bordéis, “celeiros” (isto é, docas que se alugavam para aí amontoar mercadorias e também para abrigar dos incêndios urbanos os objectos preciosos e os documentos); precipitam-se para obter do imperador o privilégio (ou “graça do príncipe”) de ter um mercado nos seus domínios e de aí cobrarem uma taxa sobre as transacções; exploram minas e pedreiras, que é uma espécie de actividade anexa à agricultura, assim como a indústria: fábricas de tijolo ou de louça funcionam no seu domínio, dirigidas ou alugadas pelo proprietário, e os trabalhadores da terra aí se empregam na estação morta dos trabalhos rústicos.”

ARIÈS e DUBY, 1990, pp.153-156

No entanto, a agricultura não estava desenvolvida ao ponto de sustentar uma grande parte de população. Pelo contrário, o cultivo de um agricultor alimentava a sua família mais próxima, mas não era suficiente para assegurar a sobrevivência de massas operárias ou de grupos dedicados a outras actividades, o que limitava os exemplos de não-agricultores. Algum excedente tornava possíveis as trocas de comércio e permitia a alguns possuidores de património dedicar-se à estratégia privada e ao arrendamento. Ainda assim, era importante possuir terras,

mesmo não cultivadas ou exploradas, pelo seu valor, como caixa de poupança (ARIÈS e DUBY, 1990, pp.153-156).

Na literatura, encontram-se algumas referências ao arrendamento. GRIMAL (2010, p.75-76) refere pequenas casas arrendadas, num conjunto definido por quatro ruas – *vicius* – que era propriedade de um romano rico. Também ARIÈS e DUBY (1990, pp. 342-343) encontram no estudo da arquitectura habitacional algumas pistas a espaços mais ou menos independentes, frequentemente utilizados para actividades comerciais, e possivelmente alugados a pessoas estranhas ao agregado familiar. Com efeito, vários textos do mundo romano assinalam espaços e apartamentos inteiros alugados a pessoas do exterior (ARIÈS e DUBY, 1990, pp. 342-343). No entanto, o reconhecimento dessas zonas e as características destes eventuais exemplos de aluguer são pouco conhecidos. A forte organização e contractualização na cultura romana, leva-nos a crer que os exemplos de arrendamento, além de escassos, teriam carácter temporário, de estadias curtas. Na verdade, a noção de propriedade e de posse é central no desenvolvimento e caracterização do Império Romano desde as suas origens.

3. A América pré-colombiana

Na era pré-colombiana inclui-se a história das culturas indígenas que se desenvolveram na América desde a pré-história. Embora o termo se refira ao período anterior às descobertas de Cristóvão Colombo, por volta de 1500, algumas destas culturas só foram determinantemente modificadas pela presença dos europeus algumas décadas ou séculos depois, pelo que este período se estende por vezes para além dessa data. A história da humanidade no continente americano é curta, em relação a qualquer outra região do mundo, à excepção da Austrália (ROBERTS, 1998, pp.62-63) e muitas dúvidas permanecem entre os investigadores.

Embora haja indícios de que os grupos indígenas no continente americano datem já de 3000 a.C., assume-se que os grupos sedentários se tenham desenvolvido definitivamente por volta de 1000 a.C. Junto ao Amazonas, havia indícios de povoadamentos mais definitivos, como por exemplo uma grande casa “comunal”, que abrigaria cerca de cento e cinquenta pessoas (SOLAR e VILLALBA, 2007, pp.212-213). Posteriormente, algumas grandes civilizações pré-colombianas marcaram a história do continente americano, incluindo os Olmecas, os Maias e os Astecas, na Mesoamérica, e os Incas, na região dos Andes. Estas civilizações são reconhecidas pelos desenvolvimentos e características notáveis que apresentavam, como é o caso dos aglomerados urbanos, da agricultura, da arquitectura e da hierarquia social.

Por volta de 2000 a.C., emerge na América Central a primeira grande civilização americana: os Olmecas. Caracterizados pela sua sociedade organizada e eficiente, os seus domínios desenvolveram-se essencialmente a partir de centros cerimoniais importantes, que tomavam forma em grandes pirâmides de terra. Ao que parece, os Olmecas dominaram a América Central e estenderam-se até à região a sul do actual El Salvador. É difícil para os historiadores entender como surgiu esta civilização sem antecedentes numa zona pantanosa e arborizada. Os Olmecas assumem especial importância pela forte influência que exerceram sobre culturas posteriores, designadamente em aspectos religiosos, arquitectónicos e artísticos das suas tradições. Entre outras heranças, os próprios deuses dos Astecas eram descendentes dos seus deuses. Os Olmecas viriam a desaparecer cerca de 500 a.C., dois mil anos antes dos Espanhóis desembarcarem no Novo Mundo (ROBERTS, 1998, pp.63-64).

Os Maias surgem no actual México a partir do 3.º milénio a.C. (HERMAN, 1981, p.164) e desenvolveram-se em três períodos: o pré-clássico, o clássico e o pós-clássico, nos quais se estabelecem em diferentes zonas geográficas na Mesoamérica. No entanto, o seu período próspero e mais marcante foi a partir do séc. III (ANNEQUIN, 1978, p.45). Esta civilização é reconhecida pelo alto grau de desenvolvimento, do qual são exemplos o calendário de extraordinária precisão, o nível da escrita, a aritmética e a construção das pirâmides de degraus onde celebravam sacrifícios humanos (ANNEQUIN, 1978, p.45; HERMAN, 1981, p.164). No contexto sociocultural, os Maias caracterizavam-se por uma estrutura muito fechada, baseada em grupos autónomos governados por sacerdotes. A civilização Maia entrou em decadência com uma guerra civil no início do séc. XV, mas deixou uma forte herança a outra notável civilização: os Astecas (HERMAN, 1981, p.164).

Os Astecas construíram Tenochtitlán, uma das cidades mais impressionantes do mundo, onde hoje se situa a Cidade do México. À semelhança dos Maias, os Astecas ficaram conhecidos pelas pirâmides em degraus, onde procediam a sacrifícios humanos em honra dos seus deuses (HERMAN, 1981, p.164). Caracterizados por sistemas sociais de estrutura impositiva e de vigilância, os Astecas desenvolveram também um sistema educativo notável. Apesar de ter atingido o seu apogeu no séc. XIV (HERMAN, 1981, p.164), esta civilização desenvolveu-se até à chegada dos espanhóis à região do México, no início do séc. XVI. A chegada dos Espanhóis ditou o fim do império asteca: além do aniquilamento de uma guerra desigual, muitos astecas morreram das doenças trazidas da Europa, para as quais não tinham anticorpos, como a varíola e a gripe. Ao que tudo indica, em 30 anos a população na zona do México baixou de vinte e cinco milhões para dois milhões e meio (ANNEQUIN, 1978, pp.10-11).

Nos Andes, os Incas desenvolveram a partir do séc. XIII ou XIV, o maior Império da América pré-colombiana. O império desenvolveu-se a partir de Cuzco, a 3400 metros de altitude no actual Peru, que contava com cerca de duzentos mil habitantes. (HERMAN, 1981, p.164; METRAUX, 1988, p.23). Os Incas caracterizaram-se pela desenvolvida rede de estradas, pela irrigação inteligente, conheciam o cálculo, a ourivesaria e a tecelagem. O regime social desta civilização era comunitário (HERMAN, 1981, pp.164-165).

Casa e família

Apesar da dificuldade de caracterizar com precisão o modo de vida nas civilizações pré-colombianas, e salvaguardando a diversidade cultural que preenche este período, é possível traçar algumas noções sobre a propriedade, a família e a habitação. Na civilização Maia, o grupo habitacional era o sistema básico de vida. Este era habitado por famílias nucleares (formadas apenas pelos pais e respectivos filhos) ou por famílias alargadas, com filhos já casados, os seus cônjuges e a prole. Vários grupos habitacionais formavam um conjunto, onde se partilhavam laços matrimoniais (SOLAR e VILLALBA, 2007, pp.97-98).

O vasto império inca desenvolveu-se com base na agricultura intensiva e na criação de gado. A população vivia em casas isoladas ou agrupadas em pequenas comunidades rurais, geralmente em terrenos rochosos ou estéreis, para poupar os campos férteis. Preferencialmente, as vilas e aldeias localizavam-se numa encosta montanhosa entre as pastagens no topo das montanhas e as terras temperadas do vale. Um “ancião” geria um grupo de cabanas com vários casais aparentados, dispostas em volta de um espaço comum. Dada a extensão e diversidade do império Inca, vários aspectos da vida quotidiana dependem de zona para zona. Nos vales dos Andes centrais, por exemplo, estas cabanas eram feitas em adobe e cobertas de colmo (METRAUX, 1988, p.74). O Estado tinha como unidade económica o lar, ou o agregado familiar. Assim, as tarefas e actividades agrícolas eram distribuídas de acordo com a constituição do aglomerado familiar e se os jovens ou os idosos não eram considerados na distribuição de algumas tarefas, não deixavam de participar nas actividades agrícolas, como podiam (METRAUX, 1988, p.102). Cada família era proprietária dos produtos das suas terras e dos animais cuja criação tinha por sua conta. Algumas matérias-primas eram objecto de trocas, mas de um modo geral o produto do trabalho era para sustento directo da família (METRAUX, 1988, p.108). No caso dos camponeses tributários, estes deviam cultivar com equipas, para os pobres, os inválidos e para as famílias cujo chefe estava no exército ou nos estaleiros (METRAUX, 1988, p.103).

“A propriedade privada de cada pessoa deveria reduzir-se à posse de um abrigo, de uma cerca, de alguns animais domésticos e de bens mobiliários, como roupas e utensílios.

Tudo o resto pertencia ao Inca.”

METRAUX, 1988, p.96

No interior do mosaico social e geográfico que caracterizava o império inca, cada família gozava de direitos cuja natureza é

difícil de aferir. Algumas fontes indicam que as terras se transmitiam por herança, numa mesma família (METRAUX, 1988, pp.69-70). Outras contradizem esta noção de propriedade de raiz e indicam que as terras do Estado eram atribuídas periodicamente a cada família, numa área correspondente às suas necessidades (HERMAN, 1981, pp.164-165). Metraux (1988) explora os costumes de comunidades actuais da América do Sul, encontrando ainda hoje cerimónias alusivas à distribuição das terras (METRAUX, 1988, pp.69-71). De acordo com esta ideia, ao conquistar uma nova província, os incas dividiam-na em três partes, uma para o Sol, outra para o rei e a terceira para o povo (METRAUX, 1988, p.95). Este último terço era então dividido anualmente em parcelas maiores ou menores, de acordo com a dimensão do agregado familiar e com o género dos indivíduos (METRAUX, 1988, pp.69-71; 96). O povo deveria trabalhar para o Imperador, nos campos do Sol, por exemplo, onde se cultivavam bens utilizados em cerimónias religiosas. Em troca, era dada ao povo a propriedade e usufruto das suas terras (METRAUX, 1988, p.96).

“Cada família tinha vários amuletos (...). Havia de todos os tipos. Aos mais comuns, pedras de cor ou com aspecto insólito, era atribuído o poder de garantir a prosperidade dos moradores da habitação e de afastar dos respectivos membros a infelicidade e a doença.”

METRAUX, 1988, p.78

Também na América do Norte se desenvolveram grupos indígenas, que se dividiam fundamentalmente em dois tipos, de acordo com o modelo sociocultural: o dos caçadores nómadas e o dos agricultores sedentários. No caso dos sedentários das Grandes Planícies, uma habitação era partilhada por uma família alargada, ligada pela linha materna. Era nesta unidade familiar que assentava a organização social. As mulheres trabalhavam os campos e os homens caçavam e defendiam a família (SOLAR e VILLALBA, 2007, pp.15-16). Os conjuntos multifamiliares eram o sistema básico de ocupação. Cada um destes edifícios era habitado por várias unidades familiares interdependentes, relacionadas por parentesco e com uma função ou especialização económica semelhante. (SOLAR e VILLALBA, 2007, p. 69)

4. A Idade Moderna

Com as invasões bárbaras e a consequente decadência do Império Romano, desenvolveu-se na Europa Ocidental o feudalismo, um sistema político, social e económico que predominou durante toda a Idade Média, caracterizado por se basear no uso da terra e pelas relações de serviços. O sistema feudal entrou em declínio por volta do séc. XIII, ao mesmo tempo que se iniciou um forte desenvolvimento do comércio. Assim, a Idade Moderna caracterizou-se por ser um período de transição: marcou a substituição do modo de produção feudal pelo capitalista, associada também a profundas mudanças sociais. O desenvolvimento do capitalismo foi suportado pelo forte crescimento do comércio. A produção aumentou, para responder às oportunidades do comércio e com o desenvolvimento de um sistema monetário, os trabalhadores passaram a ter um salário. Paralelamente, surgiu uma nova classe social que usufruiu desta forte dinâmica socioeconómica, a burguesia, reunindo, por exemplo, banqueiros e mercadores. Embora esta transição a nível socioeconómico se tenha dado em momentos e de formas diferentes no mundo, este capítulo foca-se na Europa Ocidental, onde a Idade Moderna assume um período importante.

Casa e família

Ao longo de toda a história é possível identificar algumas profissões que exigem maior mobilidade e estão por isso associadas a situações precárias de habitação. Também na Idade Moderna, uma parte da população, que incluiu por exemplo pastores, guardadores de cavalos e ciganos, habitavam de forma temporária abrigos rudimentares, muitas vezes transportáveis. Por vezes, deslocavam-se famílias inteiras, outras só alguns dos seus membros, e as consequências desta precariedade habitacional reflectiam-se na relação com a casa e na estrutura e coesão da família. Na verdade, é possível identificar uma relação directa entre viver sem casa e não ter família. Estas condições, geralmente associadas a miséria e a pobreza, contrastavam com as famílias ricas e nobres que além das suas habitações, tinham uma série de propriedades de férias e lazer. A relação entre a casa e a família multiplicava-se na diversidade dos contextos socioeconómicos (SARTI, 2001, pp.33-35).

“Sob muitos pontos de vista, precariedade habitacional e precariedade familiar caminham, por assim dizer, de braço dado.”

SARTI, 2001, p.37

Na Idade Moderna, o termo *família* seguia fundamentalmente a noção do grupo, relativamente alargado, de dependentes do mesmo pai. No entanto, o conceito sofreu alguma evolução neste período e assumiu diferentes significados. Eventualmente, a relação de convivência e mesmo de partilha de uma casa começou a assumir um papel importante na definição da família, na direcção da ideia actual de família. (SARTI, 2001, pp.66-67). Entre as várias influências que definiram e traçaram a evolução do conceito de “família”, estão o pensamento aristotélico, os contextos políticos que se baseiam no poder do *paterfamilias* sobre os seus dependentes, ou conviventes familiares, ou mesmo concepções religiosas que incidem sobre a família, em especial associando o chefe da família ao controlo moral e religioso. Assim, são as leis, os hábitos e as crenças que moldam este conceito com a noção de hierarquia. Apesar de mantermos até hoje esta noção hierárquica de família, a partir do séc. XVIII as relações famílias desenvolveram-se sobre bases mais igualitárias (SARTI, 2001, pp. 72-74).

A ideia de casa, enquanto matriz, noção essencial de família, está ligada também ao desenvolvimento da dicotomia privado-público. A ligação que se foi estabelecendo entre a casa e a família, introduziu a definição das esferas do privado e do público: a oposição entre o mundo dos afectos e o agir racional, entre um espaço hierarquizado de dependência e um outro, de liberdade e igualdade (ref. a ARIÈS e DUBY, 1990). Assim, esta evolução do conceito de família, e a relação que se estabelece com a casa, reflecte-se na própria sociedade: por oposição à estrutura baseada nas relações de trabalho (servos e patrões), surgem agora ideias de igualdade, liberdade e independência (SARTI, 2001, pp. 362-363).

Embora as famílias não sejam estáticas, e possam aumentar ou diminuir ao longo do tempo, é possível identificar algumas tendências nas estruturas familiares da Idade Moderna. Uma tendência que se verificava já na Idade Média, é que havia mais famílias nucleares (compostas apenas por pais e filhos) nas cidades do que no meio rural circundante. Várias questões podem ter contribuído para esta tendência. Por um lado, esta verificava-se nas classes socioeconómicas mais baixas, enquanto as classes mais altas se apresentavam mais em famílias alargadas, complexas (que além do casal e da sua prole, incluíam outras pessoas, com ou sem laços de parentesco) (SARTI, 2001, pp.83-84).

Mesmo no contexto rural, os trabalhadores agrícolas que não tinham terras próprias apresentavam, em várias regiões, maior tendência para viver numa estrutura nuclear, do que os camponeses que dirigiam uma propriedade, fosse esta sua ou de um patrão. Provavelmente, isto deve-se à vantagem que uma

família maior representa para trabalhar a terra (SARTI, 2001, pp.84-85). Esta questão assume especial importância, por reflectir desde já a relação entre a propriedade ou a posse, e a estrutura familiar, pois a forma de posse ou propriedade está directamente relacionada com as necessidades da família, e afecta por isso a estrutura da mesma (SARTI, 2001, pp.84-85). No entanto, é de salvaguardar que todas estas transformações e caracterizações da habitação e da família na Idade Moderna, apresentavam diferenças, de zona para zona, de acordo com o contexto local (SARTI, 2001).

O reconhecimento de alguém como membro de um agregado familiar determina de algum modo direitos e responsabilidades. Na Idade Moderna, a partilha da habitação não implicava que o grupo tivesse o mesmo nível socioeconómico. Isto prende-se com o facto de a coabitação não implicava a partilha ou gestão conjunta dos rendimentos. Pelo contrário, no caso de famílias muito pobres, que viviam em condições mais precárias, cada um devia sustentar-se por si. Assim, era possível na mesma família identificar pessoas extremamente pobres e outras com um nível socioeconómico relativamente estável. Outras modalidades de co-residência podem também contribuir para esta desigualdade socioeconómica. Nalguns casos, por exemplo, a propriedade era dividida entre os filhos homens, que partilhavam a casa mas viviam com as famílias que formavam em espaços diferentes, no interior de uma mesma casa ou em casa contíguas. Estes casos eram estruturados por linhas de parentesco agnático, i.e., de linha paterna (Sarti, 2001, pp.147-149). Uma situação particularmente interessante da relação entre a casa e a família, é aquela que Sarti (2001, p.75) refere como “casas que tinham uma família”. São vários os exemplos de famílias nobres a assumir os nomes das suas propriedades, como nome de família. (SARTI, 2001, pp.75-76).

“Partimos da questão de saber se casa e família poderiam ser considerados como dois conceitos intercambiáveis, descobrimos assim uma notável variedade tanto dos significados dos próprios termos “casa” e “família” como das possibilidades inter-relacionais que existem entre um e outro, quer sejam usados nas acepções actuais, quer nas acepções que tinham no passado.”

SARTI, 2001, p.76

Ainda relativamente à ligação casa-família, Sarti (2001) explora a relação entre a forma da casa, a sua dimensão material, e a dimensão do agregado familiar. Primeiramente, poderá identificar-se uma relação entre a estrutura das famílias e o contexto urbano e rural, já referida. São vários os exemplos de cidades na Idade Moderna que apresentavam uma predominância de famílias nucleares, e nas cidades havia

geralmente casas mais pequenas, com menos compartimentos. No campo, as habitações eram geralmente maiores, e as famílias eram predominantemente complexas. No entanto, concluir que havia uma influência da forma da casa sobre a dimensão do agregado familiar parece precoce.

Por outro lado, verificava-se já na Idade Moderna, a relação entre uma classe social mais alta e uma habitação maior. Uma casa grande era um indicador de riqueza e poder, até porque esta representava a protecção que a família poderia oferecer a quem acolhe. No entanto, uma casa grande poderia também ser necessidade do trabalho da família, seja por exemplo de camponeses, artesãos, ou comerciantes, e da diversidade de funções domésticas. (SARTI, 2001, pp.135-138).

Alguns exemplos indicam ainda uma relação entre a materialização da casa e a família, através da legislação e dos hábitos na eventualidade da morte do chefe de família. Como exemplo, no Reino Unido a lei dava à mulher do chefe de família o direito a uma renda e a uma habitação diferente da residência principal. Se a família tivesse apenas casa na cidade, a mulher teria direito a um terço ou metade dessa casa (SARTI, 2001, pp. 142-143).

Relativamente à propriedade da habitação e da terra, havia já na Idade Moderna proprietários e “rendeiros”. No entanto, entre os rendeiros, que não tinham terras próprias, distinguiram-se os que, apesar de não serem proprietários, tinham reconhecimento dos padrões para dirigir/gerir as propriedades e transmitir esse legado aos seus descendentes. Nestes casos, o problema entre a terra disponível e a dimensão da família era importante.

Relativamente à transmissão de propriedade, estes camponeses tinham duas opções: dividir a propriedade pelos vários filhos ou deixavam-na apenas a um, que deveria suceder o pai na gestão da propriedade. Neste segundo caso, os irmãos poderiam continuar a viver na casa enquanto fossem solteiros, ou podiam sair e receber uma quantia baixa para liquidar a sua herança (SARTI, pp.97-98).

Durante a Idade Moderna no entanto, a transmissão de propriedade variou ao longo do tempo e de região para região. Em Inglaterra, por exemplo, foram introduzidas alterações no sistema hereditário que reduzem o poder do pai e a desigualdade entre o filho primogénito e os cadetes (SARTI, 2001 pp.107-108). Noutras regiões, as mulheres lutavam pelo direito de fazer testamento e estabelecer quem iria herdar os seus bens (SARTI, 2001, pp.118-119), embora a propriedade fosse predominantemente um contributo do homem. De qualquer modo, um casa em início de nova família tinha geralmente grande suporte da família e de outros grupos que contribuíam para estabelecer bases materiais, aquando das núpcias (SARTI, 2001, pp.122-123).

5. Até aos nossos dias

A habitação é actualmente um direito aceite e reconhecido a nível mundial, como necessidade básica para o desenvolvimento de uma população. No entanto, a questão da propriedade da habitação rege-se, naturalmente, pelas oportunidades que o mercado da habitação pode oferecer. A habitação é bem sujeito ao princípio de rentabilidade, destinado a ser vendido ou arrendado, e a decisão de compra de casa é essencialmente baseada nas vantagens que a propriedade oferece face às alternativas, nomeadamente ao sector de arrendamento (CHARLES e HURST, 2002). Assim, o acesso à habitação é por vezes dificultado pelo mercado, pelas leis de oferta e procura. (OLIVEIRA SÁ, 1975, p.13). Oliveira Sá (1975) vê os problemas da habitação como uma consequência permanente do regime capitalista. O conflito entre o investimento privado na construção da habitação e o crescente movimento da população para as zonas urbanas, está na origem de graves necessidades de habitação e das extensas áreas com condições precárias, cada vez mais frequentes nas cidades contemporâneas (OLIVEIRA SÁ, 1975, pp.13-14).

As políticas de habitação em Portugal

Uma breve introdução às políticas de habitação em Portugal nas últimas décadas, oferece a contextualização da situação actual. Esta divide-se aqui em quatro períodos, propostos por António Fonseca Ferreira (MELO, 2009, p.7, em referência a FERREIRA, coord. 1993):

- Até meados dos anos 60 – A pré-história da política de habitação;
- De meados dos anos 60 até 1976 - As mudanças impossíveis;
- De 1976 até 1986 – O precário equilíbrio entre dois modelos de política habitacional; e
- De 1986 até à actualidade – A subalternização da política de habitação.

Até meados dos anos 60

Entre as primeiras medidas na área da habitação, no início do séc. XX, incluiu-se o desenvolvimento de normas urbanísticas

para a construção de Pátios, Ilhas e Vilas Operárias, entre outros programas, com o objectivo de promover habitação acessível para a população com rendimentos mais baixos. Já durante o Estado Novo, destacou-se a introdução do congelamento das rendas, que com uma inflação praticamente desprezável não tinha impacto negativo, mas pretendia evitar a especulação imobiliária. Posteriormente, como se sabe, o congelamento das rendas tornou-se uma situação insustentável. O aumento da inflação tornou quase impossível a gestão e manutenção dos imóveis arrendados, com consequências graves para o parque habitacional das cidades portuguesas até aos dias de hoje (MELO, 2009, p.7). No final deste primeiro período, os problemas prendiam-se principalmente com a falta de habitação com condições, infra-estruturas e equipamentos mínimos. Os alojamentos eram pequenos e degradados (MELO, 2009, pp.7-8, em referência a Fonseca Ferreira, coord.). Paralelamente, a promoção de habitação pela Administração Pública teve a maior expressão na década de 1950, mas sofreu uma quebra nos anos 60 e diminuiu sempre até aos nossos dias (MELO, 2009, p.13).

De meados dos anos 60 até 1976

O período definido entre meados dos anos 60 até 1976 foi fortemente marcado pelo contexto político que atravessava o país, caracterizado numa primeira fase pelo “marcelismo”, até 1974, e depois pela fase revolucionária, entre 1974 e 1976. No final dos anos 60, a industrialização veio motivar uma dinâmica ainda mais focada nos centros urbanos. Acentuou-se nesta fase o êxodo rural e agravaram-se os problemas e carências relacionadas com a habitação nas maiores cidades portuguesas (MELO, 2009, pp.8-9). A actuação da Administração Pública perante estes problemas não foi suficiente, e foi publicado neste contexto o Decreto-Lei 46673, de 29 de Novembro de 1965, que veio permitir o loteamento urbano por privados. Este documento veio liberalizar a aquisição, infraestruturação e loteamento de terrenos, e as mais-valias envolvidas neste processo vieram intensificar fortemente a especulação fundiária (MELO, 2009, p.10).

Na sequência da Revolução, foi elaborada a Constituição da República Portuguesa, em 1976. No contexto da habitação, o ponto 1 do artigo 65.º, destaca que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (MELO, 2009, p.12). Por outro lado, a chegada dos retornados das ex-colónias portuguesas e de emigrantes contribuiu para um aumento acentuado da população (1.5 milhões de habitantes entre a década de 70 e 80), e para o consequente agravamento dos problemas habitacionais. No mesmo período, a expansão da propriedade horizontal e as medidas da Caixa Geral de Depósitos para tornar o crédito à habitação acessível, impulsionaram de forma decisiva o mercado de habitação própria a partir de 1960. Outras medidas posteriores favoreceram a habitação própria em detrimento do mercado de arrendamento, como o alargamento do crédito à habitação a outros bancos e a criação de diferentes regimes de crédito bonificado.

De 1976 até 1986

Depois da fase revolucionária, a compra e a construção directa de habitação própria sofreram um forte desenvolvimento. Entre 1975 e 1980, contraíram-se cerca de 140 000 empréstimos (PEREIRA, 1983, p.1), número que continuou com uma

tendência crescente nos anos seguintes. Apesar de serem identificáveis as causas que motivaram este aumento súbito na compra de habitação própria, Raul da Silva Pereira revelava já em 1983 a preocupação quanto às suas possíveis consequências (PEREIRA, 1983, p.1). De acordo com o autor, as causas prendiam-se com a pressão resultante da fraca oferta de habitação para arrendamento e do estímulo ao crédito com juros bonificados, que ofereciam os regimes criados a partir de 1976. Adicionalmente, o regime jurídico da propriedade horizontal, “veio a tornar possível a individualização da propriedade dos vários fogos que compõem um imóvel urbano, criando o sistema de condomínio” (PEREIRA, 1983, p.1).

Entre 1976 e 1986, a intervenção do Estado incidiu sobretudo na promoção de financiamento para a aquisição de habitação própria, com base em programas especiais de crédito com juro bonificado, que eram ajustados ao rendimento familiar e aos custos da habitação. Paralelamente, o Mercado de Arrendamento perdia expressão, motivado pelo congelamento das rendas a nível nacional em 1974 (MELO, 2009 p.14-15). Ainda neste período, acentuava-se o crescimento das principais áreas metropolitanas em Portugal sem que estas conseguissem dar resposta (com condições de habitabilidade) ao aumento populacional. As estatísticas apontavam nesta altura para quase 40 mil famílias a viver em barracas e 195 mil a viver num total de 87 mil fogos (MELO, 2009, p.15-16). Em 1982, surge o Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH) e extingue-se o FFH. O FAIH era gerido pelo Crédito Predial Português, o que indicava já a vontade do Estado de passar o mercado da habitação para o sector privado. Dada a ineficácia do FAIH, em 1984 este foi substituído pelo Instituto Nacional de Habitação (INH).

De 1986 até à actualidade

Nos anos 80, consolidou-se a democracia portuguesa e alcançou-se estabilidade no contexto político-constitucional. No entanto, a intervenção do Estado na área da habitação foi escassa, e pouco se reflectiu na política de habitação, que continuou sem coesão ao longo desta década (MELO, 2009, p.17, em ref. a Fonseca Ferreira (coord.), 1993). As sucessivas medidas a favorecer o acesso ao crédito motivaram os portugueses a contrair dívidas para aquisição de casa própria. A queda acentuada dos valores das taxas de juros a partir de 1987 motivou o aumento do número de licenças para habitação e os concursos para obras públicas, e reforçou a afirmação do mercado de habitação própria (Nunes da Silva e Correia, 1988;

MELO, 2009, p.2;). Dois momentos foram especialmente importantes no sector da habitação neste período: o período pós 25 de Abril, em meados dos anos 70, e o final dos anos 90. No primeiro momento vários programas habitacionais motivaram um crescimento acentuado das licenças para habitação. No segundo momento, o Plano das 500 mil Casas, a serem construídas até ao final do século XX, e a descida das taxas de juro, motivaram também um crescimento importante da construção de habitação. Na transição de 1999 para 2000, a subida das taxas de juro invertia esta tendência (MELO, 2009, p.17).

“É urgente passar de uma política de habitação social a uma política social de habitação”

Fonseca Ferreira (coord.), 1993

As políticas de habitação em Portugal incidiram sobretudo na garantia do direito à habitação para os segmentos mais carenciados da população, focando-se essencialmente na habitação social. No entanto, nos últimos anos e perante uma realidade económica que veio afectar fortemente o mercado da habitação, algumas medidas têm integrado estratégias para desenvolver o mercado de arrendamento. O Plano Estratégico de Habitação (PEH) 2007/2013, por exemplo, integrou recentemente estratégias para promover a reabilitação e o arrendamento (MELO, 2009, p.3).

O comprador de casa própria

Raul da Silva Pereira explora o perfil do comprador de habitação própria em Portugal, baseado na análise socioeconómica desenvolvida pelo Gabinete de Planeamento e Controlo da Habitação e Urbanismo (1979). Esta análise utiliza uma amostra de cerca de 3000 processos de empréstimo, contratados em 1977 e 1978 com a Caixa Geral de Depósitos e o Crédito Predial Português (GPCHU, 1979). Raul da Silva Pereira, salienta algumas conclusões importantes do estudo (PEREIRA, 1983, p.2):

- Os empregados de escritório (47.9%), os funcionários públicos (19.7%) e os operários industriais (16.1%) correspondiam às classes socioprofissionais mais representativas na compra de habitação própria, sendo a função dos serviços e do sector terciário, a mais representada.
- Apenas 1.3% dos compradores de casa própria eram produtores ou trabalhadores agrícolas.

- A compra de habitação própria estava fortemente associado ao desenvolvimento das grandes zonas urbanas: 44.3% das aquisições correspondiam a Lisboa, 23.4% ao Porto e 13.8% a Setúbal.

“Caracterizando o perfil médio do adquirente de casa própria, algumas conclusões parecem fáceis de tirar: a aquisição de habitações permanece limitada a certos estratos da população com rendimentos acima da média; só por pessoas com vida supostamente “estabilizada” (2/3 com idades superiores a 30 anos); concentra-se nos grandes centros urbanos e seus subúrbios.”

PEREIRA, 1983, p.2

Raul da Silva Pereira sublinhava, já em 1983, um conjunto de motivações para um “estudo e debate sobre a realidade da habitação própria” (PEREIRA, 1983, p.5).

O declínio da habitação própria

É importante a relação entre a estabilidade pessoal e familiar e a compra de habitação própria. Na verdade, a casa representa um património, uma segurança. Em relação à alternativa do arrendamento, pode traduzir-se numa redução de encargos futuros, e é sempre uma segurança que se pode transmitir aos filhos. No contexto português, esta função da casa própria é essencial, dada a insegurança que caracteriza a segurança social e a protecção à terceira idade. O desejo de habitação própria verifica-se também na América e noutras sociedades mais industrializadas que a portuguesa. Na verdade, a segurança e o desejo de património é identificada como a maior vantagem da habitação própria (PEREIRA, 1983, pp.2-3).

“Uma tradição nacional de falta de protecção na terceira idade e a ausência ou insuficiência histórica dos esquemas de segurança social pesam certamente neste estado de espírito; como deverá pesar também um certo ruralismo de parte da população, o desejo ancestral de *possuir bens de raiz*.”

PEREIRA, 1983, pp.2-3

No entanto, a habitação própria também oferece desvantagens, nomeadamente no âmbito profissional como é o caso da perda de mobilidade (PEREIRA, 1983, p.3). Além do processo moroso e complicado da transacção, as famílias desenvolvem uma ligação afectiva à habitação própria, que dificulta a mudança de casa. Assim, perante mudanças de trabalho, há uma maior resistência à transmissão da casa, resolvendo-se o problema com maiores distâncias percorridas de transportes. Esta resistência à mudança, poderá afectar também as necessidades de espaço da família (PEREIRA, 1983, p.3).

“...o trabalhador das fábricas ou dos escritórios muda com alguma frequência de local de trabalho. O desejo de promoção social e a evolução das próprias empresas conduzem a esta mudança.

A habitação própria pode tornar-se assim um obstáculo à evolução da vida familiar.”

PEREIRA, 1983, p.3

Raul da Silva Pereira salienta ainda que para analisar as vantagens da habitação própria, é importante considerar que estas dependem do contexto espaço-temporal (PEREIRA, 1983, p.4). No espaço, é importante distinguir por exemplo o contexto urbano do contexto rural. As necessidades de uma família que explora uma propriedade agrícola são diferentes das exigências no contexto urbano. Relativamente ao tempo, é especialmente difícil a análise, uma vez que a aquisição de casa própria tem consequências a longo prazo, num futuro que é impossível prever. Mas é pelo facto da habitação ter este carácter duradouro, na vida da família e na utilização do solo que o tema assume especial importância (PEREIRA, 1983, pp.4-5).

A habitação própria é um meio importante de acumulação de riqueza (CHARLES e HURST, 2002). No final do séc. XX, mais de um terço da riqueza das famílias norte americanas, excluindo a reforma, era constituída por bens imobiliários (HURST, LUOH e STAFFORD, 1998). A compra de casa pode ser motivada pela necessidade de alojamento, no caso da habitação própria, mas a tendência para as casas valorizarem faz

também da compra de casa uma oportunidade de investimento ou poupança (CHARLES e HURST, 2002).

Um olhar sobre o Reino Unido

HEYWOOD elaborou em 2011 um extenso relatório, no qual explora as consequências do declínio da habitação própria no Reino Unido. No seu relatório, Heywood aborda as implicações do declínio da habitação própria para o governo e para as entidades provedoras de habitação a preços acessíveis, com o objectivo de motivar uma discussão estratégica. Heywood afirma que muitos políticos e críticos/comentadores estão em negação face ao problema, exigindo a sua demonstração. Assim, Heywood demonstra o declínio da habitação própria e o crescimento acentuado do sector de arrendamento, no Reino Unido, sustentando que este não é um fenómeno de curta duração. Heywood explora ainda os factores socioeconómicos que contribuem para esta evolução do mercado da habitação, como a acessibilidade económica, a disponibilidade de financiamento, a evolução demográfica e as características do mercado de trabalho (HEYWOOD, 2011, p.22). No entanto, o declínio da habitação própria não se observa unicamente no Reino Unido, pelo contrário, verifica-se em vários mercados imobiliários, como é o caso de Portugal (HEYWOOD, 2011, p.23).

Apesar da incerteza dos dados relativos aos primeiros anos do séc. XX, o séc. XIX parece não ter registado alterações profundas na propriedade, não obstante da forte mudança socioeconómica, nomeadamente da transformação de uma sociedade predominantemente rural, em 1800, para uma urbana. O arrendamento privado foi claramente a posse predominante até à Primeira Guerra Mundial. Aparentemente, a habitação própria não assumia um papel significativo na política de habitação antes de 1914 (HEYWOOD, 2011, p.35). No entanto, alguns avanços legislativos no final do séc. XIX lançaram a evolução que se viria a verificar no século seguinte. O “*Public Health Act*” de 1875 começou o estabelecimento de padrões mínimos para novas habitações e o “*Small Dwellings Acquisition Act*” de 1899 permitiu a primeira prestação municipal de hipotecas. Também no séc. XIX, assistiu-se ao início do movimento das sociedades de construção, que financiaram projectos de construção, mas não necessariamente de habitação própria.

Na transição para o séc. XX, Ebenezer Howard propôs o modelo da cidade-jardim. Este modelo assumiu um papel importante na história do desenho urbano e da habitação. No entanto, nesta reflexão é especialmente relevante a abordagem de Howard aos aspectos sociais e financeiros da habitação. O modelo excluía o lucro privado, baseando-se nas tradições das classes cooperativas (CARVALHO, 2003, p.137).

“Um dos principais traços característicos da Cidade-Jardim, relativamente a outros municípios, é que o seu método para obtenção das receitas se baseia por inteiro nos alugueres, pagos por todos os usufrutuários da propriedade. Demonstrar-se-á que estes serão de sobra suficientes para pagar os custos da Cidade Jardim, nomeadamente os juros e amortização do financiamento inicial, as despesas de gestão e conservação e constituirão, ainda, uma reserva para ocorrer a outras necessidades.”

(referência a Ebenezer Howard, em Aymonino, C., 1972, pp. 137 e 142)

No início do séc. XX, o nível de habitação própria no Reino Unido rondava os 23%, a habitação pública representava 1% das habitações, enquanto o arrendamento privado tinha uma forte expressão – 76%. Entre 1918 e a década de 80, a habitação própria teve um crescimento acentuado, passando a representar 57% dos aglomerados familiares em 1981. Também a habitação pública tem um crescimento notável, chegando a 31% no mesmo ano. Naturalmente, no mesmo período o sector de arrendamento privado sofreu uma queda, de 76% para 9%, nos finais da década de 80, mas recuperou alguma proporção na última década do século (HEYWOOD, 2011, pp.6-7, p.34).

Após um crescimento ao longo de quase um século, a habitação própria entrou um declínio: em 2003 representava cerca de 70.9%, enquanto em 2009/10 estava nos 67.4%. Esta quebra traduz-se numa perda de 265 000 famílias na habitação própria. Paralelamente, o sector privado de arrendamento tem vindo a aproximar-se do sector social, prevendo-se que se esteja a tornar mesmo a maior forma de arrendamento. Poderá discutir-se a dimensão destas alterações e o declínio de três pontos percentuais na habitação própria. No entanto, a mudança efectiva nas formas de ocupação é um processo lento, salvo em momentos excepcionais, e uma mudança na procura ou na preferência pode rapidamente tornar-se significativa. As mudanças na procura de diferentes formas de ocupação,

portanto, assumem-se gradualmente, conforme as circunstâncias pessoais criam a necessidade de mudar de casa (HEYWOOD, 2011, p.62-63). Heywood projecta as tendências recentes para o futuro, salvaguardando o risco de erro inerente à estimativa, e calculando que a habitação própria em 2020 poderá estar perto dos 60% e o arrendamento privado dos 24%.

Após a primeira guerra mundial, estabeleceu-se um novo cenário na política de habitação: a quebra na construção habitacional, as más condições do parque habitacional, e o aumento de exigência relativamente às condições sociais e habitacionais, motivado pelas privações da guerra, entre outras circunstâncias, estabeleceram um momento de transição. Sob o mote “*Homes for Heroes*”, o primeiro-ministro Lloyd George comprometeu-se a construir meio milhão de novas habitações. Apesar do sucesso inicial, nos anos 20 a crise económica deixou o governo mais dependente dos construtores privados, dificultando o seu compromisso (HEYWOOD, 2011, p.36).

Em 1923, os cortes na despesa pública para construção deram lugar ao crescimento do investimento privado e o “*Housing Act*” promoveu a construção especulativa de pequenas casas para arrendamento ou venda. De acordo com esta medida, as autoridades locais podiam conceder hipotecas e oferecer garantias sobre as hipotecas das sociedades de construção. Embora o governo não tenha dado prioridade à habitação própria imediatamente após a guerra, estas medidas motivavam o crescimento da mesma e os políticos foram tomando consciência do seu potencial enquanto meio para garantir a estabilidade e coesão social (HEYWOOD, 2011, p.37). Os governos seguintes introduziram várias medidas para promover a habitação, sem se focar na habitação própria mas com medidas que a vieram favorecendo. Os níveis de construção subiram de cerca de 70.000 em 1923/1924 para um pico de 300.000 em 1933/34, antes de cair para 150.000 no final da década. A grande maioria destas casas foram vendidas para habitação própria (HEYWOOD, 2011, pp.37-38).

No final dos anos 20, o governo trabalhista voltou a promover a habitação para arrendamento para as classes operárias. Esta tendência foi de um modo geral apoiada nos anos seguintes. Apesar de reconhecer a importância do arrendamento para as classes operárias mais baixas, no sentido de as libertar da necessidade de adquirir casa própria, num relatório do Ministério da Saúde de 1929/30, realçavam-se benefícios da habitação própria (HEYWOOD, 2011, p.38). Na verdade, nos anos 30 houve um aumento de compradores de casa na classe

trabalhadora, motivado pelo aumento das rendas, pela descida do preço das casas e pelas condições favoráveis nos empréstimos das sociedades de construção (HEYWOOD, 2011, p.39).

No final dos anos 30, o balanço entre as diferentes formas de ocupação registava mudanças impressionantes. O sector de arrendamento privado sofreu uma queda drástica em relação às outras formas de ocupação. Para isto contribuíram a venda de casas até aqui arrendadas e o facto de a nova construção ter sido maioritariamente adquirida para habitação própria (HEYWOOD, 2011, p.39).

Várias observações podem ser feitas sobre o aumento dramático da habitação própria durante o período. O papel do governo era claramente importante no fornecimento de incentivos para o desenvolvimento privado e para ajudar um número significativo de compradores a ter acesso a financiamento hipotecário. A remoção da tributação dos altos valores da terra/propriedade e a melhoria da transferência do título também foram medidas significativas (HEYWOOD, 2011, pp.39-40). Ainda assim, as medidas que favoreceram a habitação própria não tinham como principal intenção promover esta forma de ocupação em relação ao arrendamento, mas sim apoiar a construção privada para aumentar a oferta de habitação. Outros factores socioeconómicos e de mercado desempenharam um papel fundamental na ascensão da habitação própria. Por um lado, o aumento das rendas (cerca de 30%) no período entre guerras, por outro a queda no preço das casas e a formação acentuada de famílias neste período contribuíram de forma determinante para esta evolução (HEYWOOD, 2011, p.40). Finalmente, o financiamento hipotecário assumiu um papel crucial no aumento dos níveis de habitação própria. Neste período, as sociedades de construção aumentaram os activos hipotecários de £69 milhões em 1919 para £316 milhões 10 anos depois, oferecendo prazos até 25 anos e aceitando depósitos de 5% ou menos. Este período prova a importância da oferta de crédito imobiliário para o acesso à habitação própria, que à frente se analisa (HEYWOOD, 2011, pp.40-41).

Durante a II Guerra Mundial a construção no Reino Unido foi mínima e as habitações sofreram fortes danos. O governo trabalhista eleito em 1945 assumiu de imediato a necessidade de substituir as casas danificadas ou destruídas na guerra, dando especial prioridade à habitação para arrendamento social (HEYWOOD, 2011, p.41). A par da habitação social, recuperava também a construção privada, maioritariamente destinada a habitação própria.

O compromisso contínuo do partido trabalhista para a nacionalização da propriedade poderá ter dissuadido alguns construtores e potenciais proprietários. No entanto, o controlo sobre os arrendamentos de guerra por tempo indefinido, motivou uma forte procura de habitação própria. Mais uma vez, este período demonstra a importância da acção do governo na promoção da habitação própria. No entanto, o impacto do ambiente económico, o racionamento de materiais essenciais e a austeridade, terão contribuído para a limitação do crescimento da habitação própria e o resultado das medidas e políticas para apoiar a habitação própria só se tornou evidente nos anos 50.

As condições e tendências socioeconómicas entre as décadas de 50 e 70 fizeram disparar a construção e a habitação própria no Reino Unido: as rendas subiram mais de 50%, acompanhadas de crescimento económico e profissional. Os empregos proporcionavam uma estabilidade que faziam da habitação própria uma opção viável para a grande maioria da população, e a prosperidade reduziu os riscos de saúde e outras ameaças à estabilidade financeira, mesmo na classe média. Como sugere HEYWOOD (2011), poder-se-ia argumentar que neste período o governo podia ter simplesmente contado com as forças do mercado para desenvolver a igualdade na habitação própria (HEYWOOD, 2011, p.42).

No entanto, esta prosperidade não era evidente de início. No início dos anos 50 dominava ainda a austeridade do pós-guerra e a economia estava fragilizada (HEYWOOD, 2011, pp.42-43). Assim, o governo optou por reduzir o controlo sobre a construção privada e restabelecer incentivos. Também o financiamento hipotecário foi promovido pela iniciativa pública. A mudança para um governo trabalhista em 1964 não inverteu este contexto de forte ascensão da habitação própria. No final dos anos 60, a crise económica e os cortes de despesa do governo não anularam o compromisso de aumentar a habitação própria (HEYWOOD, 2011, pp.43-44). A proporção de habitação própria em relação às outras formas de ocupação aumentou de 32% para 51% entre 1953 e 1971. Não foi o período mais próspero da habitação própria, mas foi importante no estabelecimento de uma tendência positiva. O aumento da renda, o crescimento económico, a estabilidade social, a provisão de emprego, foram essenciais para o crescimento da habitação própria. O governo teve uma participação activa, através da desregulamentação e do financiamento hipotecário, mas contribuiu sobretudo para a igualdade e coesão social, ao promover a habitação própria para as famílias com rendimentos mais baixos (HEYWOOD, 2011, p.45).

No início dos anos 70, a habitação era vista como a forma de

ocupação de preferência e como um factor de crescimento para o futuro. No entanto, quando até políticos assumiam a noção da habitação enquanto activo em valorização praticamente livre de risco, deu-se a primeira forte queda dos preços. O optimismo do pós-guerra desapareceu, quando o crescimento económico sustentado se inverteu e o governo do Reino Unido teve de recorrer à ajuda do FMI (HEYWOOD, 2011, pp.45-46). No entanto, alguns factores funcionaram a favor da habitação própria, nomeadamente o aumento da taxa de formação de famílias, devido ao aumento de população nas faixas etárias entre os 15 e os 44 anos. Apesar da crise, a percentagem de habitação própria subiu de 51% para 57.2% entre 1971 e 1981 (HEYWOOD, 2011, p.46).

Em meados dos anos 70, apenas metade dos aglomerados familiares britânicos viviam em habitação própria. Desde então, a habitação própria está no centro das preocupações do governo britânico. Os esforços de sucessivos governos, em vários países, para promover a habitação própria são de especial interesse nesta reflexão. Neste sentido, destacam-se algumas políticas e iniciativas do governo britânico nas últimas décadas. A intervenção do governo foi importante para esta transição, no entanto, foram poucas as medidas que assumiram um papel decisivo (HEYWOOD, 2011, pp.6-7). O governo de Margaret Thatcher, eleito em 1979, introduziu medidas importantes relativas à política da habitação, que foram fundamentalmente aceites pelo partido trabalhista, que lhe deu continuidade depois de 1997. No entanto, o sector da habitação perdeu expressão na despesa global do estado, passando dos 5,6% no início da década de 80 para 1,3% na transição para séc. XXI. Em 2008/09, a despesa na habitação representava 2,7% da despesa pública total (HEYWOOD, 2011, p.7).

A medida mais importante e bem sucedida foi o *Right to Buy (RTB)*, introduzido em 1980. Esta medida consistia num sistema de descontos generosos por parte das autoridades locais, promovendo igualdade no acesso à habitação própria. O sistema dava aos inquilinos (de arrendamento público) o direito de comprar as casas onde moravam, a preços inferiores ao valor de Mercado. Na sequência do RTB as vendas por ano atingiram um pico em 1982/83, mas mantiveram-se significativas até ao início do séc. XXI. Quase dois milhões de casas passaram a ser propriedade dos seus ocupantes (HEYWOOD, 2011, pp. 7-8) e uma proporção significativa da habitação própria nos dias de hoje, deve-se ainda a esta medida. No entanto, a maioria das vendas ocorreu nos primeiros anos, assumindo pouca expressão actualmente (HEYWOOD, 2011, p.26).

Tabela 1 – Contribuição do RTB para a afirmação da habitação própria em relação ao arrendamento social e ao arrendamento privado

Forma de ocupação	1981	2009/10 (com RTB)	2009/10 (sem RTB)
Habitação própria	57.2%	67.4%	58.6%
Arrendamento social	31.7%	17.0%	25.8%
Arrendamento privado	11.1%	15.6%	15.6%

Os subsídios para compradores correspondiam, em média, a mais de £12.000 no período de 1980-1988. O partido trabalhista opôs-se inicialmente ao RTB, mas muito especialistas atribuíram a esta opção o principal motivo da grande derrota nas eleições de 1983, e o partido alterou a sua posição (HEYWOOD, 2011, pp.52-54). Heywood (2011) estima a proporção de habitação própria no final da primeira década do séc. XXI sem a contribuição do RTB, demonstrando a sua importância (Tabela 1) (HEYWOOD, 2011, p.54).

Outra medida importante prende-se com os programas de habitação própria de baixo custo (LCHO) promovidos desde 1980. Em comparação com o RTB os resultados não foram tão significativos. Esta medida incidiu sobretudo na habitação partilhada, e desenvolveu-se principalmente através das associações de habitação. Os diferentes governos salientaram a importância de programas LCHO para facilitar a extensão da habitação própria. O investimento nesta opção de arrendamento, considerada viável para todos, excepto os mais desfavorecidos, foi importante, mas os resultados têm sido modestos (HEYWOOD, 2011, pp.54-55).

Finalmente, a isenção fiscal sobre os juros de hipoteca (MITR), foi outro factor importante, após 1979, na promoção de habitação própria. Esta medida beneficiou mais as pessoas com rendimentos elevados, que pagariam impostos mais elevados, do que aqueles com pouca acessibilidade económica. No entanto, o MITR contribuiu também para a confusão à volta da bolha imobiliária que precedeu a crise do mercado imobiliário de 1989 a 95, por incentivar uma corrida para compra de imóveis em 1988/89 (HEYWOOD, 2011, p.56).

Os controlos de renda e os altos níveis de segurança no arrendamento limitavam o controlo dos proprietários, entre outros factores que desfavoreciam o sector de arrendamento. No

entanto, no final dos anos 80, o governo conservador veio introduzir alterações, permitindo nomeadamente arrendamentos por períodos curtos, que davam aos senhorios a capacidade de rescindir os contractos com menos antecedência (HEYWOOD, 2011, p.57). O efeito foi imediato. Após 70 anos em declínio, o sector de arrendamento privado começou a crescer. De 9,1% em 1988, o sector de arrendamento privado passou para 15,6% em 2009/10 (HEYWOOD, 2011, p.58). Outra medida que contribuiu, a partir de 1996, para o crescimento do sector de arrendamento privado foi a disponibilidade de empréstimos de compra para arrendamento com condições favoráveis. No entanto, a partir da crise bancária em 2007 houve uma queda drástica nestes empréstimos. Outros factores, nomeadamente do contexto socioeconómico, contribuíram para o crescimento do sector de arrendamento, como o aumento de estudantes com qualificações superiores, o aumento de imigração, e o aumento de separações e divórcios (HEYWOOD, 2011, p.58).

Graças às medidas de promoção da habitação própria, nomeadamente o RTB, juntamente com uma diversidade de políticas nas décadas que se seguiram, no início do século XXI a percentagem de famílias em habitação própria excedia já os 70% (HEYWOOD, 2011, p.3). No entanto, no início do séc. XXI, dadas as alterações sociais, económicas, políticas e demográficas, a habitação própria entrou numa tendência decrescente. A habitação própria tem vindo a perder expressão no Reino Unido desde 2003, tendo passado de 70,9% para 67,4% em 2009/10. Paralelamente, o sector de arrendamento cresceu neste período, podendo já ter ultrapassado o sector de arrendamento social em Inglaterra. A projecção destas tendências para um futuro próximo indica que o nível de habitação própria poderá atingir os 60% em 10 anos e o sector de arrendamento privado poderá chegar aos 24%.

Assim, Heywood (2011) documenta e explica as causas e consequências do declínio da habitação própria. O relatório levanta uma reflexão crítica sobre esta adaptação a novas condições, com a habitação própria em declínio, a incerteza e a desvalorização acentuada da habitação (HEYWOOD, 2011, p.3). Entre os factores socioeconómicos que contribuíram para o declínio da habitação própria no Reino Unido identificados pelo autor, são vários os que se verificam em muitos outros países (HEYWOOD, 2011, pp. 9-11):

- O acesso à habitação própria é cada vez mais limitado. O preço médio das habitações, em especial relativamente aos rendimentos, tem aumentado de forma significativa. A questão

reflecte-se na diminuição compradores, especialmente entre as camadas mais jovens da população.

- Até 2007, o mercado da habitação era em grande parte suportado pela expansão dos empréstimos. No entanto, desde o início da crise, o acesso a empréstimos e o mercado de hipotecas mudaram radicalmente. A maior regulamentação e exigência de capital vieram limitar a disponibilidade dos empréstimos: o número de empréstimos para compra de casa no Reino Unido diminuíram para menos de metade em três anos.
- Os agregados familiares evoluíram também: uma crescente proporção de agregados de adultos solteiros e de idosos face às “famílias convencionais” contribuem também para o declínio da habitação própria, pois não têm tanta tendência para adquirir casa.
- Também os imigrantes, que assumem cada vez mais expressão na população, têm tendência para optar pelo arrendamento.
- Os padrões de emprego têm sofrido alterações também, com repercussões no mercado da habitação. A insegurança no emprego vem dando espaço ao trabalho temporário, exigindo maior mobilidade e menor estabilidade, favorecendo o sector de arrendamento.
- Também o aumento da esperança média de vida, e as reformas e poupanças insuficientes, têm dificultado ainda mais o investimento no mercado imobiliário entre os grupos mais idosos.

A maioria destes factores não têm um curto prazo, pelo que a tendência mais provável é a habitação própria continuar em declínio, privilegiando o sector de arrendamento privado.

“An increasingly large proportion of households will in effect be excluded

from the benefits (and the risks) of home ownership, and for these households wealth will be painstakingly acquired through personal saving rather than via a continuously rising market.”

HEYWOOD, 2011, p.11

A habitação própria, tendencialmente em declínio, representava no momento do relatório 67,4% do mercado da habitação, enquanto o sector de arrendamento privado tinha crescido para

os 15,6%. Heywood estima que, a verificar-se a continuidade desta tendência, em 2025 o nível de habitação própria seja cerca de 60% e de habitação em arrendamento seja superior a 20%, a partir de 2020. (HEYWOOD, 2011, p.6)

Dada a relevância política da habitação própria e da imagem do Reino Unido enquanto uma democracia de propriedade/posse de bens, poder-se-ia imaginar um cenário muito favorável da propriedade da habitação. No entanto, o Reino Unido está de facto muito perto da média europeia (EU7) e a Inglaterra está mesmo um pouco abaixo dessa mesma média. No entanto, a aspiração popular continua muito forte relativamente à habitação própria (HEYWOOD, 2011, p.27). Um estudo de 2007 indicava um aumento na aspiração dos ingleses à habitação própria: em dez anos aumentou de 80% para 84% a proporção de adultos com o desejo de casa própria e 50% dos adultos com menos de 25 anos aspiravam ter habitação própria dentro de dois anos, apesar do declínio dos níveis de habitação própria nessa faixa etária. Dois anos depois do despoletar da recessão, um estudo indicava que apenas 70% dos adultos aspirava ter casa própria, cerca de 37% na faixa jovem, até aos 25 anos (HEYWOOD, 2011, p.27).

Uma questão crucial para o declínio da habitação própria é a perda de poder de compra. A subida no preço das casas em relação aos rendimentos médios, e o facto de os rendimentos mais altos serem os que têm aumentado mais rapidamente nos últimos 30 anos, contribuiu para uma maior pressão na aquisição de casa própria (HEYWOOD, 2011, p.64). A relação preço-rendimento para os compradores de casa no Reino Unido foi de 2,58 em 1970, enquanto em 2005 estava nos 5,04 e em 2010, apesar da crise, nos 4,96. Os efeitos do agravamento nesta relação podem ser reduzidos com empréstimos favoráveis, no entanto, a longo prazo, será notório o impacto. O declínio da habitação própria é especialmente acentuado entre os grupos mais jovens, desde os anos 80. Provavelmente, esta é uma consequência da perda de poder económico, mas também da tendência para formar família mais tarde e da maior necessidade de mobilidade no emprego.

Tabela 2 – Taxas de Habitação própria em países Europeus

(baseado em: *European Mortgage Federation Hypo Stat 2009*, *DCLG English Housing Survey 2008-09*)

	Ano da informação	Taxa habitação própria (%)
Áustria	2009	56.2
Dinamarca	2009	54.0
Espanha	2008	85.0
Finlândia	2008	59.0
França	2007	57.4
Hungria	2003	92.0
Portugal	2006	76.0
Reino Unido	2008/09	69.0
Roménia	2009	97.7

O aumento da migração, tanto para dentro como para fora de um país, contribui para uma população menos definida, mais sujeita a alterações. Os imigrantes têm menos propensão para comprar casa própria, tanto pela estadia de duração geralmente limitada como pelas dificuldades acrescidas que terão para contrair empréstimos (HEYWOOD, 2011, p.75).

A habitação própria está associada à estabilidade no contexto profissional. O processo e os custos de transacção da habitação são relativamente altos, e os credores dão preferência a pessoas com rendimentos seguros e estáveis, especialmente no contexto actual. No entanto, a globalização e o contexto económico têm transformado a realidade laboral. Hoje, há uma menor proporção de pessoas com emprego a tempo inteiro e seguro, e um aumento na proporção de trabalho a tempo parcial ou temporário (e de trabalhadores por conta própria) do que havia no final dos anos 80. Esta mudança drástica dos padrões do emprego contribui de forma significativa para o declínio da habitação própria. A volatilidade e a mobilidade que caracterizam hoje a realidade profissional dificultam a obtenção de empréstimos por um lado, e a própria solução de habitação própria pode ser vista como um compromisso desvantajoso em relação à flexibilidade que oferece o arrendamento (HEYWOOD, 2011, pp.76-77). O “emprego para a vida” tornou-se menos frequente em vários países, como é claramente o caso Português (HEYWOOD, 2011, p.75).

Também as condições desfavoráveis do financiamento hipotecário desde 2007 têm contribuído de forma significativa para o declínio da habitação própria. O mercado hipotecário do

Reino Unido, como os de vários países Europeus, sofreu mudanças radicais desde o início da crise bancária, que têm um impacto dramático no acesso à habitação. Enquanto aumentava a pressão subjacente à perda de poder económico, a partir da década de 90, o Reino Unido assistiu a uma expansão sem precedentes do crédito hipotecário. As condições favoráveis do crédito alimentaram a bolha do mercado imobiliário que rebentou em 2007/08. A tolerância nas condições de empréstimo, a subavaliação do risco, o excesso de confiança na liquidez dos mercados de capitais e o capital insuficiente dos credores, levaram ao colapso (HEYWOOD, 2011, pp.66-67).

No entanto, os empréstimos não foram afectados de maneira uniforme. Numa situação em que os credores têm mais potenciais interessados e o capital é limitado, a tendência será emprestar aos que oferecem maior segurança. Uma área particularmente atingida foi a compra para arrendamento. No entanto, este tipo de empréstimos é lucrativo para os credores e irá provavelmente recuperar, pelo menos em parte (HEYWOOD, 2011, p.68). As alterações que sofreram os empréstimos tiveram um impacto mais significativo sobre alguns grupos de potenciais compradores: os compradores de primeira casa, compradores sem depósitos substanciais, compradores com baixos rendimentos e compradores com algum histórico de crédito comprometedor. No caso dos compradores de primeira casa, o número de empréstimos reduziu para metade desde 2007 (HEYWOOD, 2011, p.68).

A hipótese de as alterações verificadas no comportamento dos credores serem temporárias ou de curta duração é refutada por Heywood (HEYWOOD, 2011, pp.72-73). Entre outros argumentos, o Reino Unido não tem um capital base de investimento em mercados, como é o caso da Alemanha ou dos EUA, e terá mais dificuldade em reconstruir o acesso ao financiamento com preços razoáveis. Acrescentar, os credores já têm empréstimos tóxicos que limitam a concessão de outros empréstimos no futuro. A maioria dos credores já está na verdade a ser tolerante em relação a um número significativo de mutuários em dificuldades, e não é claro quanto tempo a situação pode continuar.

Os termos e as condições especialmente favoráveis do crédito no início do séc. XXI foram possíveis por um conjunto de circunstâncias económicas específicas, que dificilmente se repetirão num futuro próximo. As perspectivas para compra de casa própria deverão considerar condições de empréstimo mais conservadoras, onde as pessoas com rendimentos maiores e mais seguros serão beneficiadas. Esta situação é a mais provável para os próximos anos, apesar da ligeira e aparente melhoria no

volume de empréstimos que se tem verificado (HEYWOOD, 2011, pp.73-74).

O endividamento pessoal é um problema no Reino Unido, como em Portugal, que tende a atingir principalmente as pessoas com rendimentos inferiores. Apesar da maioria do endividamento pessoal ser hipotecário, os níveis de dívida não garantida têm preocupado as agências de aconselhamento à dívida, sobrecarregadas em todo o Reino Unido. No ambiente de crise, os elevados níveis de dívida dificultam muito o acesso ao empréstimo para adquirir habitação própria. Assim, o nível da dívida pessoal terão também impacto sobre os níveis de habitação própria, juntamente com os pagamentos de hipotecas em atraso e o património líquido negativo (HEYWOOD, 2011, pp.77-79).

Por outro lado, a população do Reino Unido, como a Portuguesa, é cada vez mais idosa. A longevidade da população contribui para um perfil dificilmente sustentável de reformas: cada vez é maior o tempo de vida na reforma e cada vez é maior a taxa de dependência da mesma. A população não consegue juntar o suficiente para um período longo de reforma e a pressão sobre o Estado é crescente. Os governos podem aumentar o tempo de reforma e fomentar uma menor dependência da mesma (através da poupança ao longo da vida).

Mas a assistência aos idosos, é um problema complexo. Parte desta assistência é ainda dada pelas autoridades locais, e em última análise a venda a casa própria pode ser a solução para o financiamento dos cuidados necessários na velhice. Assim, a importância que a habitação própria assume neste contexto é cada vez mais significativa. As necessidades de cuidados na velhice aumentam com a longevidade e com a incidência crescente de doenças relacionadas com a idade, como a demência, pelo que as verbas que a habitação própria poderá representar são cada vez mais importantes também. A dependência crescente nos bens imobiliários para financiar a velhice tem como consequência a diminuição da habitação própria entre idosos (HEYWOOD, 2011, pp.80-81).

O declínio da habitação própria tem implicações directas na economia. Por um lado, se o reequilíbrio da economia exige uma força de trabalho mais móvel e flexível, um nível mais baixo de habitação própria e a expansão do arrendamento poderá vir de encontro a este cenário. No entanto, não é claro até que ponto um menor acesso à habitação própria se irá reflectir no modelo de despesa e consumo das pessoas, especialmente à

medida que os rendimentos diminuem (HEYWOOD, 2011, p.91-92).

A mudança da habitação própria para o arrendamento privado representa para o governo um conjunto de oportunidades e desafios. No entanto, no caso de se assumir um compromisso para diminuir o declínio da habitação própria, será importante analisar as possíveis vantagens de oferecer um benefício fiscal, como um alívio de impostos sobre os juros. Este tipo de benefícios pode introduzir distorção no mercado, nomeadamente subindo os preços, pelo que deverá ser analisado com cuidado (HEYWOOD, 2011, pp.92-93).

O bem-estar social: estado providência ou estado liberal?

O Estado providência ou Estado de bem-estar, designado na Constituição Portuguesa de 1976 como “Estado social”, baseia-se no capital e no trabalho (a concertação social) enquanto responsabilidade do Estado. O Estado acumula recursos financeiros da tributação que transforma em “capital social”: um conjunto de políticas e medidas públicas e sociais que incidem sobretudo na produção de bens e serviços (SOUSA SANTOS, 2012). Este modelo de Estado tem-se movido na direcção do bem-estar baseado em activos pessoais. Sousa Santos (2012) sustenta que o modelo do neoliberalismo vem atacar o modelo de Estado social desde os anos 70. Esta transição assenta na transferência da primazia do Estado para o Mercado da regulação social (SOUSA SANTOS, 2012).

Neste contexto, a prestação de serviços de providência social passam a ser subsidiados a partir dos activos pessoais, que na maioria dos casos são activos habitacionais; paralelamente, o Estado retira-se da prestação de alguns serviços, com base no que as pessoas conseguem com os seus próprios recursos. De acordo com Heywood (2011), esta transição é motivada pela globalização, pela consequente necessidade de competitividade internacional e pela incerteza económica actual HEYWOOD, 2011, p.93).

“The same economic uncertainties have also placed pressure on welfare states across Europe, leading to reforms in social protection systems in most European countries.

In particular there has been a tendency to scale back on universal public services funded via taxation towards placing

greater responsibility and choice onto individual consumers.

The growth of home ownership has been one aspect of this.”

QUILGARS e JONES, 2010

Assim, o declínio da habitação própria coloca em questão esta tendência para um modelo neoliberal. As famílias sem acesso a habitação própria, que têm geralmente rendimentos mais baixos e menos seguros e eventuais deficiências financeiras, sociais e físicas, são precisamente as que vão ser mais afectadas, pois são estas que tradicionalmente teriam maior suporte do Estado.

Assim, a diminuição do apoio social do Estado, para um modelo mais liberal apresenta um paradoxo. Este grupo crescente de famílias que não terá acesso a habitação própria, sofre uma série de consequências no acesso a bens e serviços. Um dos desafios que o declínio da habitação própria apresenta para o governo é a prestação destes bens ou serviços, de forma a responder às necessidades das famílias de baixos rendimentos (HEYWOOD, 2011, pp.94-95).

As mudanças socioeconómicas neste início de séc. XXI acentuaram a importância das políticas de previdência social e da habitação própria (HEYWOOD, 2011, p.6). Governos sucessivos têm assumido que a melhoria do acesso ao património imobiliário, como um bem/activo pessoal, oferece maior estabilidade e poder económico. Deste modo, o governo diminuiu progressivamente o seu envolvimento na segurança/previdência social para todos, suportando-se na responsabilidade social, e passando a focar-se numa classe baixa marginalizada. Esta transição no modelo socioeconómico deverá ser analisada, no sentido de entender as suas implicações. (HEYWOOD, 2011, p.23) A habitação própria economicamente acessível tende a ser cada vez mais vista como uma forma de satisfazer as necessidades de subclasses, em vez de um motor para promover o aumento dos níveis de habitação própria (HEYWOOD, 2011, p.23).

O aumento, ou pelo menos a estabilidade, do nível de habitação própria é essencial para a estrutura e para os resultados esperados de várias políticas governamentais. A estabilidade socioeconómica baseada nos bens próprios é uma meta de sucessivos governos britânicos há mais de 20 anos. Neste contexto, um nível de habitação mais alto oferece a oportunidade para as famílias suportarem cada vez mais o seu bem-estar e as suas necessidades. Mesmo na esquerda, em que a abordagem tradicional se caracteriza pelo modelo de suporte

social e no “imposto e despesa”, esta transição começa a ter maior suporte. Cada vez mais serviços e apoios oferecidos tradicionalmente pelo estado (como o apoio à 3ª idade, o acesso ao ensino superior, ou o acesso à justiça) são agora, pelo menos em parte, suportados pelo valor da propriedade e dos bens. Esta transição está a ocorrer em vários países europeus (HEYWOOD, 2011, p.30).

“...there has been a tendency to scale back on universal public services funded via taxation towards placing greater responsibility and choice onto individual consumers.”

QUILGARS e JONES, 2010

A relação entre a habitação própria e o desempenho da economia nacional e da política económica é complexa. Os níveis de igualdade e o direito à habitação promovem o factor “bem-estar”, motivando o aumento do consumo. Assim, uma economia baseada no modelo de consumo interno pode ser estimulada pela habitação própria. Por outro lado, a falta de igualdade no acesso à habitação está associada ao corte na poupança. Também o papel da volatilidade do mercado imobiliário no agravamento das crises económicas e o abrandamento do crescimento global têm sido tema de reflexão. Dada a complexidade destas interligações entre a economia, a política e a habitação própria, não se pretende aqui fazer uma análise mas contextualizar a necessidade de discussão e debate sobre a importância da habitação própria (HEYWOOD, 2011, p.30).

As expectativas

Uma questão importante, prende-se com a expectativa da população em relação à habitação. Neste contexto, o quadro emergente do declínio da habitação própria é perturbador. A propriedade da habitação é uma aspiração comum na população em muitos países, nomeadamente em Portugal. Esta aspiração não é abstracta, as famílias que vivem em habitação própria são mais propensas a viver satisfeitas com a sua casa: 89,4% dos aglomerados em casa própria expressam satisfação. Este número mantém-se nos 84,8% no sector de arrendamento e nos 79% no arrendamento social (HEYWOOD, 2011, p.27).

É importante considerar a igualdade e coesão social na questão da habitação própria (HEYWOOD, 2011, p.23). Em vários países, como em Portugal, destaca-se a ruptura entre as gerações mais velhas, firmemente ligadas à aquisição de casa própria e às oportunidades do investimento imobiliário, e as gerações mais jovens, que vêm negado o acesso a esses benefícios e que lutam para ter acesso a mecanismos de apoio na ausência de previdência social adequada (HEYWOOD, 2011, p.23). Nos Estados Unidos, Charles e Hurst (2002) exploram as desigualdades sociais que se expressam no acesso à habitação própria. No seu estudo, chegaram à conclusão que as pessoas de raça negra registavam menor probabilidade de ser proprietários de uma habitação, essencialmente porque contraíam menos empréstimos: uma família de raça negra tinha o dobro da probabilidade de ver o seu pedido de empréstimo recusado, em comparação com uma família branca nas mesmas condições socioeconómicas.

O desejo de ter habitação própria, apesar de continuar presente, tem vindo a perder expressão. No entanto, verifica-se uma falha progressiva da sociedade na resposta às expectativas. Paralelamente às medidas para promover o direito à habitação, e para promover o acesso à habitação própria, é necessária uma gestão destas expectativas e necessidades pessoais, no sentido de as ajustar à realidade actual (e futura). (HEYWOOD, 2011, p.14) Por um lado, são urgentes novas estratégias para atingir objectivos sociais, para maximizar as oportunidades de habitação própria e responder aos problemas subjacentes do seu declínio. No entanto, nenhuma medida irá inverter num futuro próximo a tendência de queda na propriedade da habitação, especialmente no contexto socioeconómico actual. Assim, a solução deverá encontrar-se num balanço entre a promoção da habitação própria e a gestão das aspirações e ambições da população. (HEYWOOD, 2011, pp.23-24)

O papel do governo

A análise da evolução da habitação própria num passado recente, em relação às formas de ocupação alternativas, permite aprofundar as tendências e as causas do declínio da habitação própria, nomeadamente a influência do contexto socioeconómico, do mercado e das intervenções de sucessivos governos. Esta análise permite traçar algumas observações (HEYWOOD, 2011, p.59).

Por um lado, a intervenção do governo tem melhores resultados quando é paralela às tendências socioeconómicas e de mercado, isto é, quando vem reforçar ou acelerar as tendências. Na segunda metade do séc. XX, é evidente que a acção do governo teve maior impacto, quando o contexto favorecia as medidas introduzidas. No entanto, a intervenção do governo raramente inverte ou altera as tendências fundamentais, motivadas pelo contexto socioeconómico. A isenção fiscal dos juros de hipoteca (MITR) e o direito à compra (RTB) são duas excepções extremamente eficazes na ascensão da habitação própria, mas tratam-se de medidas extremamente caras e irrepetíveis. Por fim, importa salientar que são vários os exemplos de consequências não intencionais das intervenções do governo, ao longo das últimas décadas. Como exemplo, o declínio do sector de arrendamento deveu-se em grande parte à intervenção do governo. No entanto, o objectivo das medidas introduzidas era promover um arrendamento seguro e justo para os arrendatários (HEYWOOD, 2011, p.59-60).

A habitação própria é actualmente a forma de ocupação dominante em Portugal, como na maioria dos países europeus. A questão chave para o futuro é entender se o declínio da habitação própria é reversível. No Reino Unido, as acções do governo acentuaram ou desmotivaram as tendências do mercado, mas são raros os exemplos em que uma medida ou estratégia do governo inverteu ou introduziu novas tendências. As excepções envolveram investimentos que nenhum governo nos últimos 30 anos considerou sequer. No entanto, é necessário reflectir sobre a prioridade que se deverá dar ao sector da habitação no orçamento do estado (HEYWOOD, 2011, pp.11-12). De acordo com Heywood (HEYWOOD, 2011, p.12), o governo britânico deverá aceitar que a habitação própria continuará em declínio e agir em conformidade, promovendo a propriedade para arrendamento (HEYWOOD, 2011, p.12).

É também fundamental que o governo analise o papel da habitação própria na actividade económica, nomeadamente as implicações do seu declínio e do crescimento do sector do arrendamento. Se a igualdade habitacional de facto motivar o aumento de despesa e diminuição da poupança, o declínio da habitação própria poderá contribuir para a economia, afastando-a do consumo. Por outro lado, o crescimento do sector de arrendamento também poderá promover uma força laboral mais móvel e flexível. É necessária mais investigação no sentido de formular uma análise fundamentada desta questão (HEYWOOD, 2011, pp.12-13).

Ao longo das últimas décadas, verificou-se em muitos países a transferência de responsabilidades e encargos da previdência social do estado para os cidadãos. A habitação própria assume um papel fundamental nesta alteração, que baseia o bem-estar nos bens pessoais. No entanto, as classes mais baixas e com maior interesse em habitação economicamente acessível estão a perder o acesso à habitação própria e, consequentemente, a viver em condições ainda mais precárias. Assim, o declínio da habitação própria levanta uma questão vital sobre o futuro deste modelo social: os que mais precisam de previdência social estão a perder acesso a esses bens, que assumem maior importância na estabilidade socioeconómica da população. Entre o retorno ao modelo baseado na despesa e nos impostos ou algum tipo de financiamento para estas classes, será necessária alguma resposta ao problema (HEYWOOD, 2011, p.13).

Uma estratégia para o futuro

Para estabelecer uma estratégia perante o contexto actual, será necessário entender que forma de ocupação apoiar, e como apoiar. No caso da habitação própria de custos controlados, é fundamental definir o perfil socioeconómico dos grupos em que será importante esta incidir. A partir destes fundamentos estratégicos, deverá estabelecer-se um plano de negócios. O desejo de solidariedade e de garantir a oferta de habitação própria de baixo custo não deve levar a decisões não ponderadas do ponto de vista do negócio, como era frequente até à crise. É necessária uma intervenção realista, em maior sintonia com o mercado (com a procura e o preço). Para desenvolver a habitação própria de baixo custo, será aconselhável melhorar a sua viabilidade e atractividade (HEYWOOD, 2011, 110-111).

Parece evidente que o declínio da habitação própria vai agravar as necessidades de habitação adequada a preços acessíveis. Na verdade, a tendência será colocar mais pressão sobre modelos de

desenvolvimento e políticas de acesso à habitação. Na ausência de medidas drásticas na promoção de habitação a preços acessíveis por parte do governo, que dificilmente seriam introduzidas neste contexto socioeconómico, é provável que a oferta de novas habitações a preços acessíveis diminua (HEYWOOD, 2011, p.114). Neste contexto, Heywood (2011) acredita que se uma combinação do mercado de arrendamento privado, de arrendamento acessível e de habitação própria de baixo custo poderá contribuir para a viabilidade financeira para parte da população, os benefícios não alcançam as famílias com rendimentos baixos e médios, com aspirações e expectativas concretas.

O declínio da habitação própria, a favor do sector de arrendamento privado, tornou-se evidente nos últimos anos. Poder-se-ia atribuir esta evolução à crise bancária e supor que seria temporária. No entanto, a reflexão sobre as últimas décadas torna evidente que há uma diversidade de factores a contribuir para este declínio, especialmente associados ao contexto socioeconómico, dos quais muitos são independentes da crise económica que atravessamos. Além das limitações no acesso a crédito e das mudanças nos impostos, as mudanças demográficas e do emprego, as condições precárias de uma velhice cada vez mais longa em grande parte da população, indicam que os níveis de habitação própria irão continuar a descer (HEYWOOD, 2011, p.83).

Este cenário representa um desafio grande para o governo. Como um activo, a habitação representa em grande parte o acesso a uma gama de serviços. Assim, o elevado nível de habitação própria ofereceu no passado a oportunidade do Estado transferir algumas responsabilidades para uma escala individual. Perante o cenário actual de declínio, será necessário lidar com as implicações que isso tem no bem-estar socioeconómico da população (HEYWOOD, 2011, p.86).

No entanto, a análise da evolução da habitação própria ao longo do séc. XX sugere que a intervenção do governo poderá reforçar ou retardar uma tendência. À excepção de intervenções de grande dimensão, muito dificilmente repetíveis num futuro próximo, é difícil atribuir à intervenção do governo um papel mais determinante do que essa tendência, motivada essencialmente pelo contexto socioeconómico. Ainda assim, as políticas habitacionais são nitidamente importantes e é por isso essencial considerar a prioridade que a habitação assume na despesa pública. Uma reflexão deverá inevitavelmente obrigar a uma mudança de atitude por parte do governo do Reino Unido, perante a necessidade de promover a habitação própria (HEYWOOD, 2011, pp.86-87).

Como foi visto, o crescimento demográfico e o aumento ainda mais acentuado na formação de aglomerados familiares poderá levar a um défice na oferta de habitação. Os novos aglomerados são predominantemente de dois grupos: famílias unipessoais e famílias de idosos, para os quais adquirir habitação própria não é uma opção provável. Também esta questão deverá ser considerada pelo governo (HEYWOOD, 2011, p.88).

De um modo geral, parece que o governo deverá aceitar que a tendência da habitação própria num futuro próximo continuará a ser de declínio. Assim, para promover a habitação própria, deverá fazê-lo focado em certos subgrupos de famílias, e não numa intervenção geral (HEYWOOD, 2011, p.89).

Foram referidos vários desafios para o governo, entre a política habitacional, a economia e a previdência social. No entanto, será igualmente importante considerar e gerir as expectativas da população, que foram alimentadas por anos sucessivos de crescente acesso à habitação própria. Como salientou Quentinn Hogg no seu famoso conselho para a *House of Commons*, se não dermos ao povo a reforma social, ele vai fazer a revolução social (“If you do not give the people social reform, they will give you social revolution”, HEYWOOD, 2011, p.95). Assim, para gerir as expectativas e lidar com as necessidades, agravadas pela actual crise, é necessário rever as políticas governamentais e desenhar uma estratégia integrada, que reveja os problemas do declínio da habitação própria (e também as vantagens, como referido, associadas especialmente à mobilidade dos trabalhadores). É urgente atenuar as consequências negativas da mudança social (HEYWOOD, 2011, p.96).

De um modo geral, as políticas de habitação em Portugal, como no Reino Unido, falharam por falta de coesão. As medidas que se verificaram ao longo das últimas décadas não têm uma linha ou um programa fundamental, mas surgem de forma algo isolada, em resposta às preocupações num determinado momento (MELO, 2009; HEYWOOD, 2011).

“...nas últimas décadas, falar em política de habitação resumiu-se a pouco mais que a abertura ao sector bancário da concessão de crédito à aquisição de habitação.

Este processo teve origem no início de 1976 com o 1.º regime de crédito à habitação.”

MELO, 2009 (em ref. a Alves, 2008; Lourenço, 2008)

Heywood retira algumas conclusões relativas à política da habitação e às medidas que se adoptaram ao longo das últimas décadas: 1) a intervenção do governo funciona melhor quando acompanhada de tendências socioeconómicas ou de mercado favoráveis, 2) de um modo geral, a acção do governo não é suficientemente decisiva no sentido de alterar de forma fundamental as tendências no mercado da habitação e 3) as políticas da habitação tem frequentemente efeitos indesejados. (HEYWOOD, 2011, p.9)

É o compromisso com o futuro que preocupa Raul da Silva Pereira, já em 1983. Por um lado, a decisão de construir afecta as gerações futuras. O aumento de população, especialmente em meio urbano, e todos os problemas ambientais associados ao desenvolvimento que se observa nas últimas décadas, têm certamente implicações para o futuro e “hão-de reflectir-se no *habitat* humano” (PEREIRA, 1983, p.5). A habitação própria representa, como foi visto, uma solução rígida no estilo de vida da família que poderá ser um obstáculo ao desenvolvimento sustentável das cidades (PEREIRA, 1983, p.5). Raul da Silva Pereira indica algumas medidas poderão contribuir para um melhor desenvolvimento das cidades e do seu parque habitacional. Estas medidas incidem por exemplo sobre a simplificação da transação de casa (PEREIRA, 1983, p.5).

Bibliografia

ANNEQUIN, Guy – Os tesouros das civilizações pré-colombianas. Lisboa: Amigos do Livro, Editores, 1978.

ARIÈS, Philippe, e DUBY, Georges (dir.) – História da Vida Privada (volume 1): do Império Romano ao ano mil. Porto: Edições Afrontamento, 1990. ISBN 978-972-36-0221-

CARVALHO, Jorge – Formas Urbanas. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003. ISBN 972-798-079-1

CHARLES, Kerwin Kofi e HURST, Erik – The transition to home ownership and the black-white wealth gap, *The Review of Economics and Statistics* 84: 281-297, 2002.

CHRISTOL, Michael, e NONY, Daniel – Roma e o seu Império: Das origens às Invasões Bárbaras. 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000. ISBN 972-20-1040-9

CLARK, J. Desmond – A pré-história da África. *História Mundi* 34. Lisboa: Editorial Verbo, 1973

COSTA, João Pedro – Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

GPCHU, Gabinete de Planeamento e Controlo da Habitação e Urbanismo – O crédito bonificado à aquisição de casa própria em 1978 – análise económica e sociológica. 1979

GRIMAL, Pierre – O Império Romano. Lisboa: Edições 70, 2010. ISBN 978-972-44-1616-8

HERMAN, Jacques – Guia de História Universal. Lisboa: Edições 70, 1981.

HEYWOOD, A. – The end of the affair: implications of declining home ownership. The Smith Institute, 2011.

MELO, Inês Quental e – O Mercado de Arrendamento – Principais oportunidades e fragilidades face ao Mercado de habitação própria. 2009. Tese de mestrado Instituto Superior Técnico.

MÉTRAUX, Alfred – Os incas. Porto: Vertente, 1988.

OLIVEIRA SÁ, Henrique – Política de Habitação. Lisboa: Diabril Editora, 1975.

PEREIRA, Raul da Silva – A habitação própria – solução do problema habitacional?. *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º, 5.º, 737-741

QUILGARS, D. e JONES, A. – A Safety Net of Last Resort? Findings from a European Study, em SMITH, S. e SEARLE, B. – The Economics of Housing

ROBERTS, John M. – História Ilustrada do Mundo – A Ásia Oriental e a Grécia Clássica. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1907-0

SARTI, Raffaella – Casa e família: habitar, comer e vestir na Europa moderna. Lisboa: Estampa, 2001. ISBN 972-33-1671-4

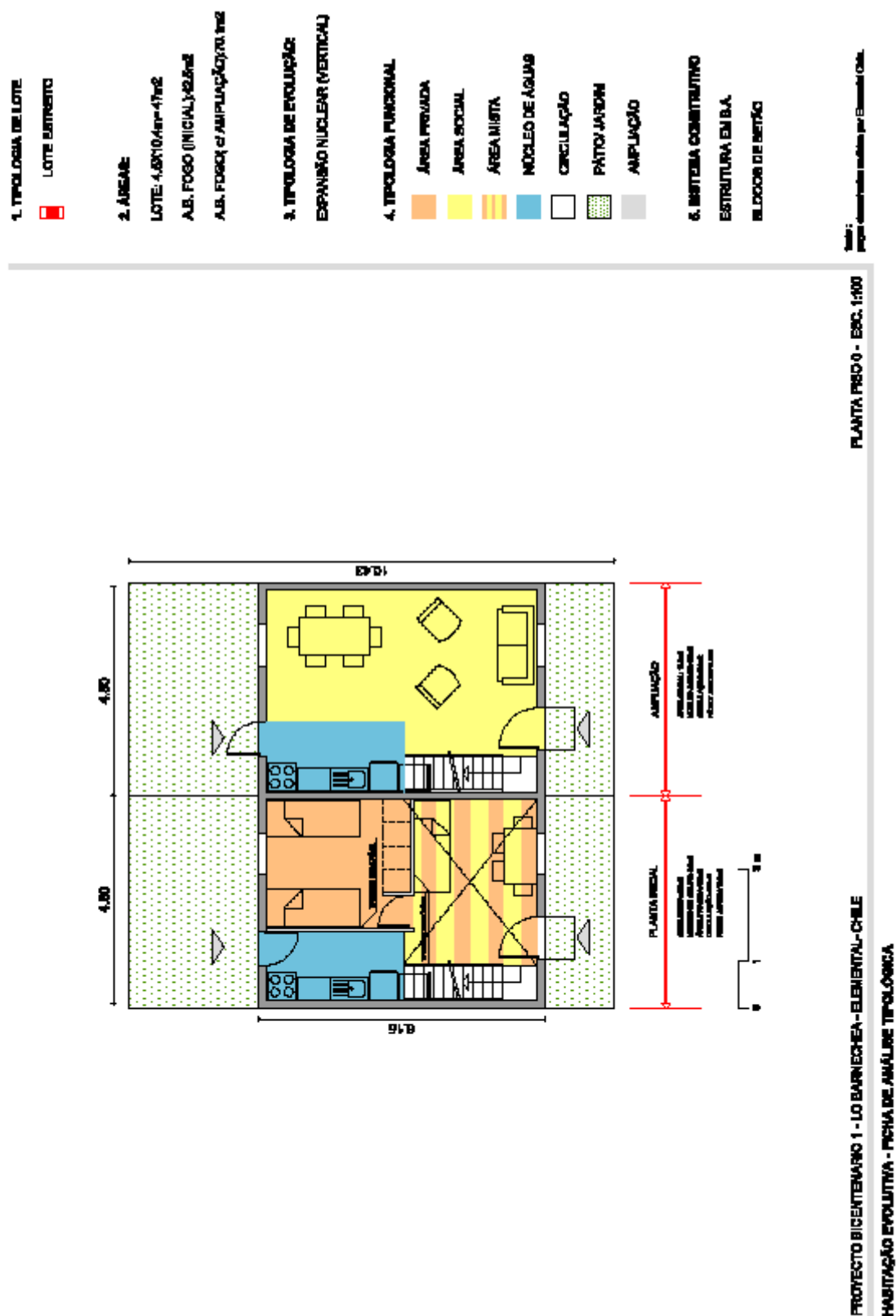
SOLAR, David e VILLALBA, Javier (dir.) – História da humanidade - A pré-história. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, ISBN 978-972-42-4118-0

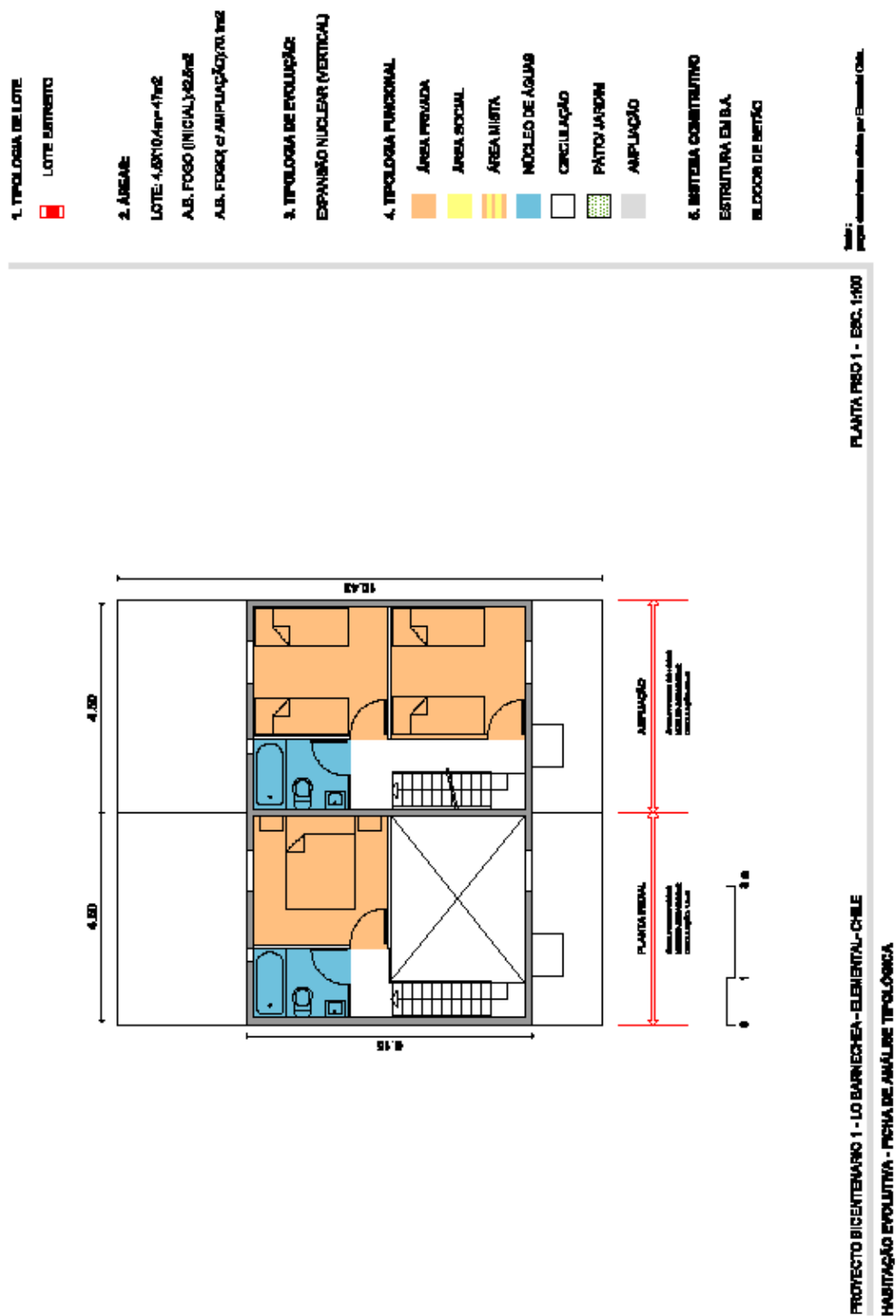
SOLAR, David, e VILLALBA, Javier (dir.) – História da humanidade: A América Pré-Colombiana. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007. ISBN 978-972-42-4118-0

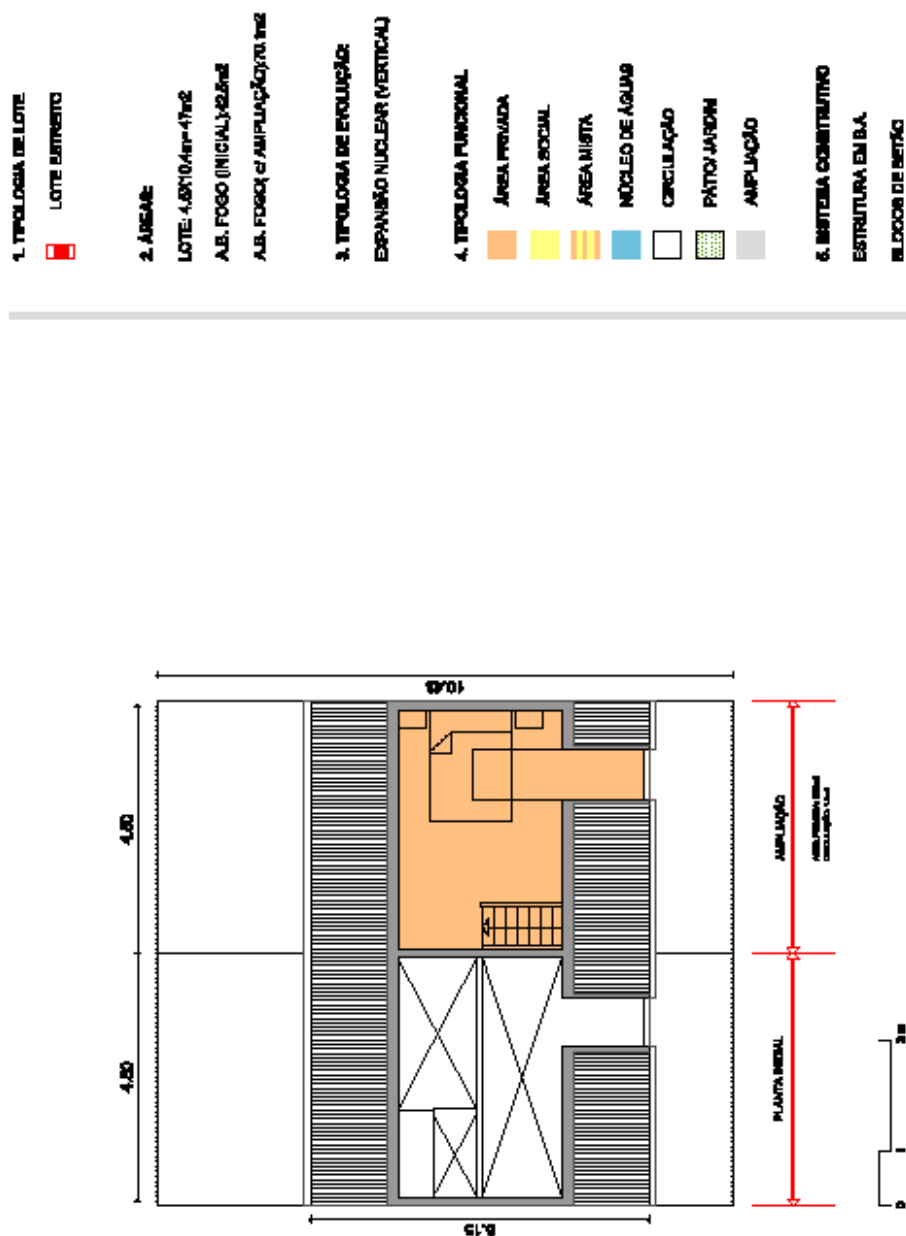
SOUSA SANTOS, B. – O Estado social, Estado providência e de bem-estar. Diário de Notícias, 29 Dezembro 2012.

ANEXO 5 – Fichas Tipológicas

ANEXO 5.1 – Barnechea





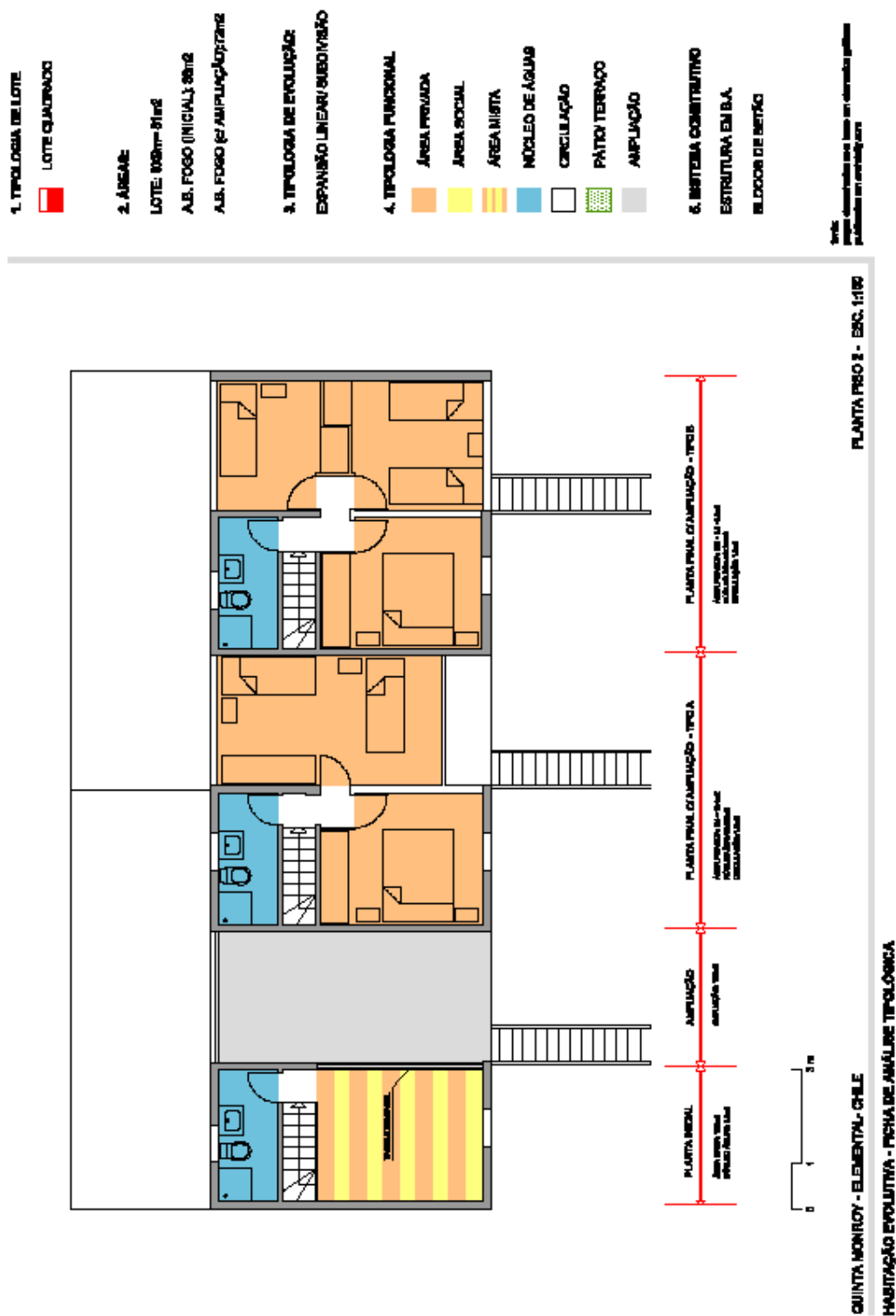


Nota: 1. projeto desenvolvido sob a supervisão do Engenheiro Civil.

PROJETO BICENTENÁRIO 1 - LO BARRIOCHERO - ELEMENTAL - CHILE
HABITAÇÃO EVOLUTIVA - FICHA DE ANÁLISE TIPOLOGICA

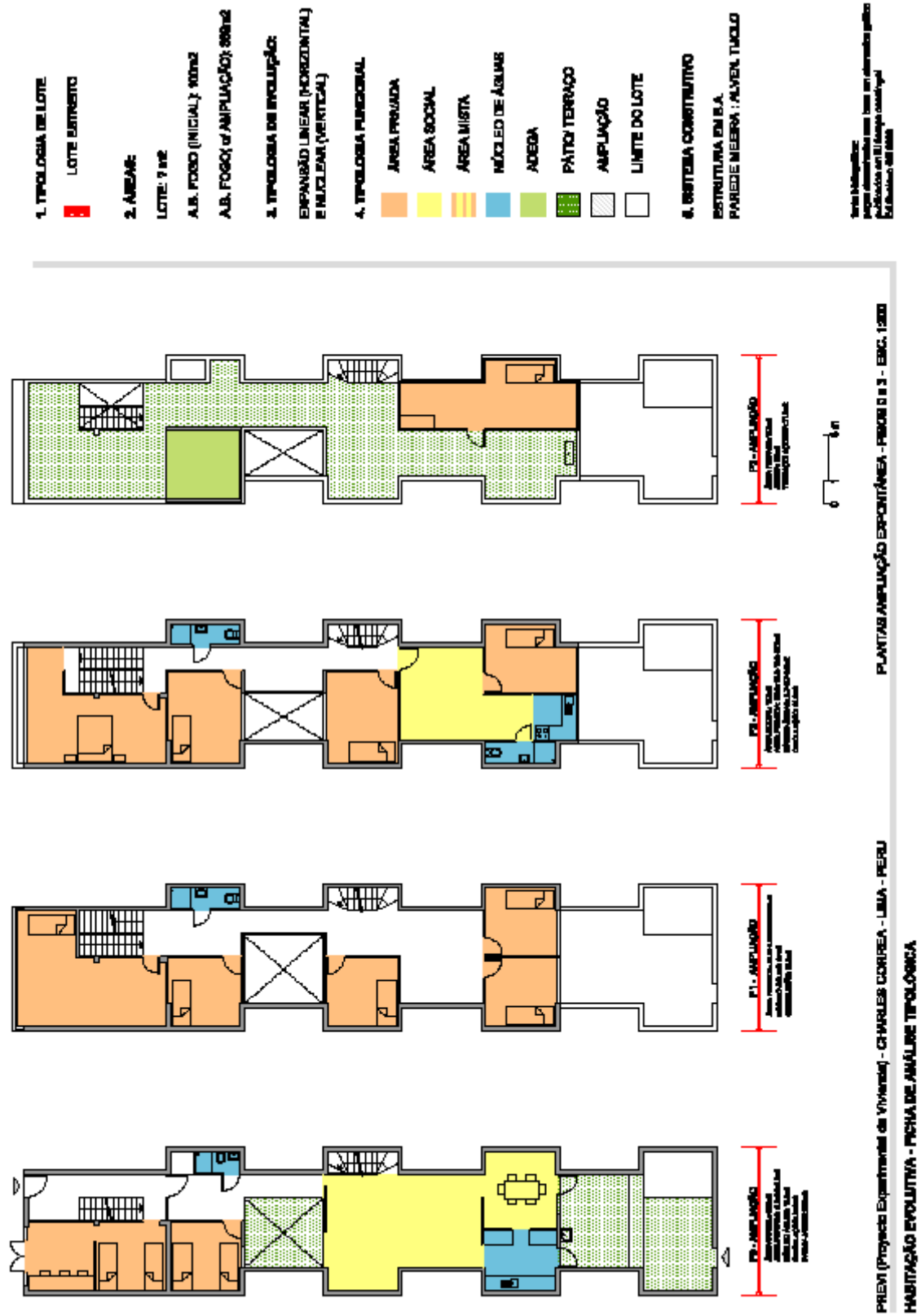
ANEXO 5.2 – Monroy







ANEXO 5.2 – Previ



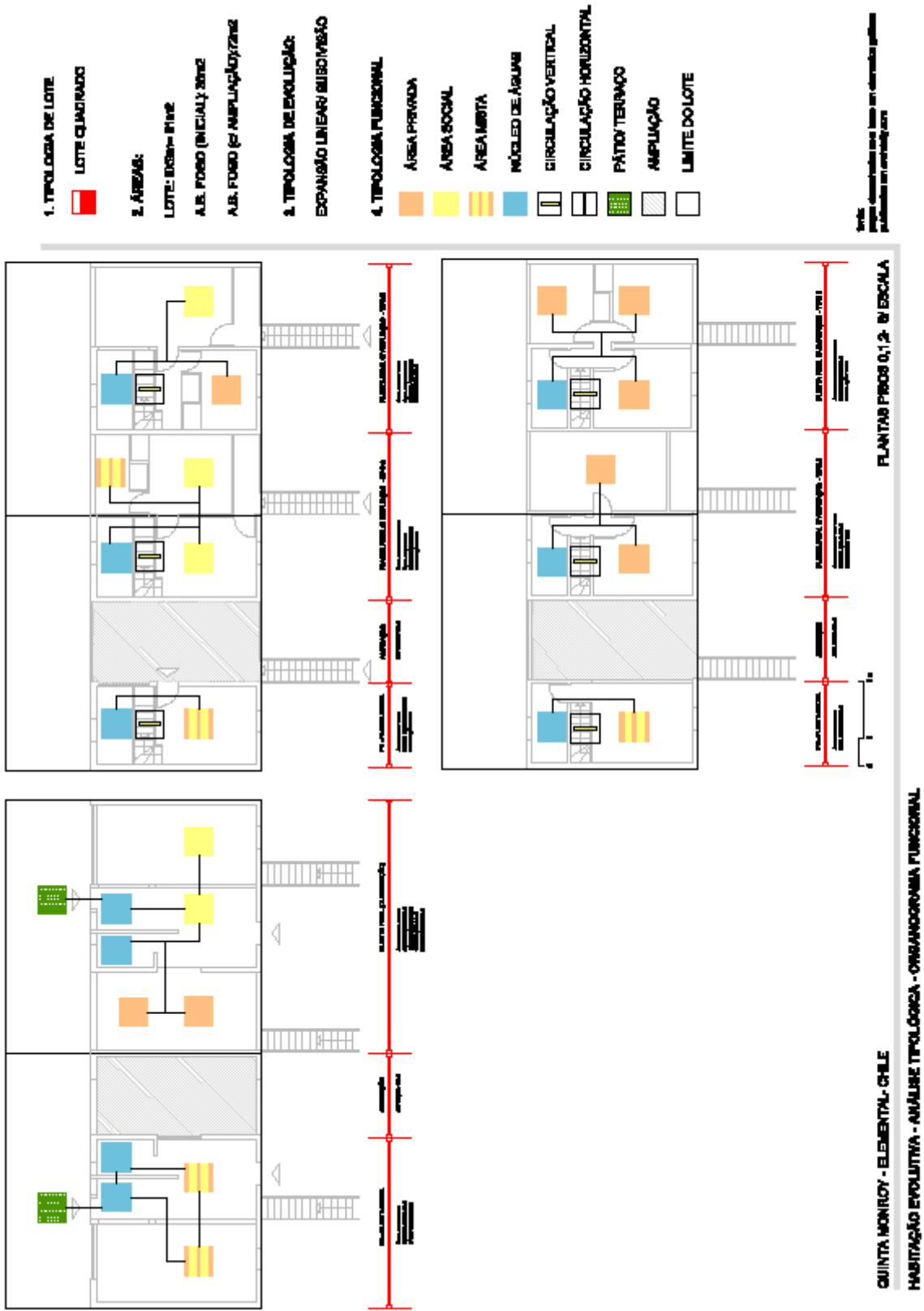


ANEXO 6 – Organogramas

ANEXO 6.1 – Barnechea



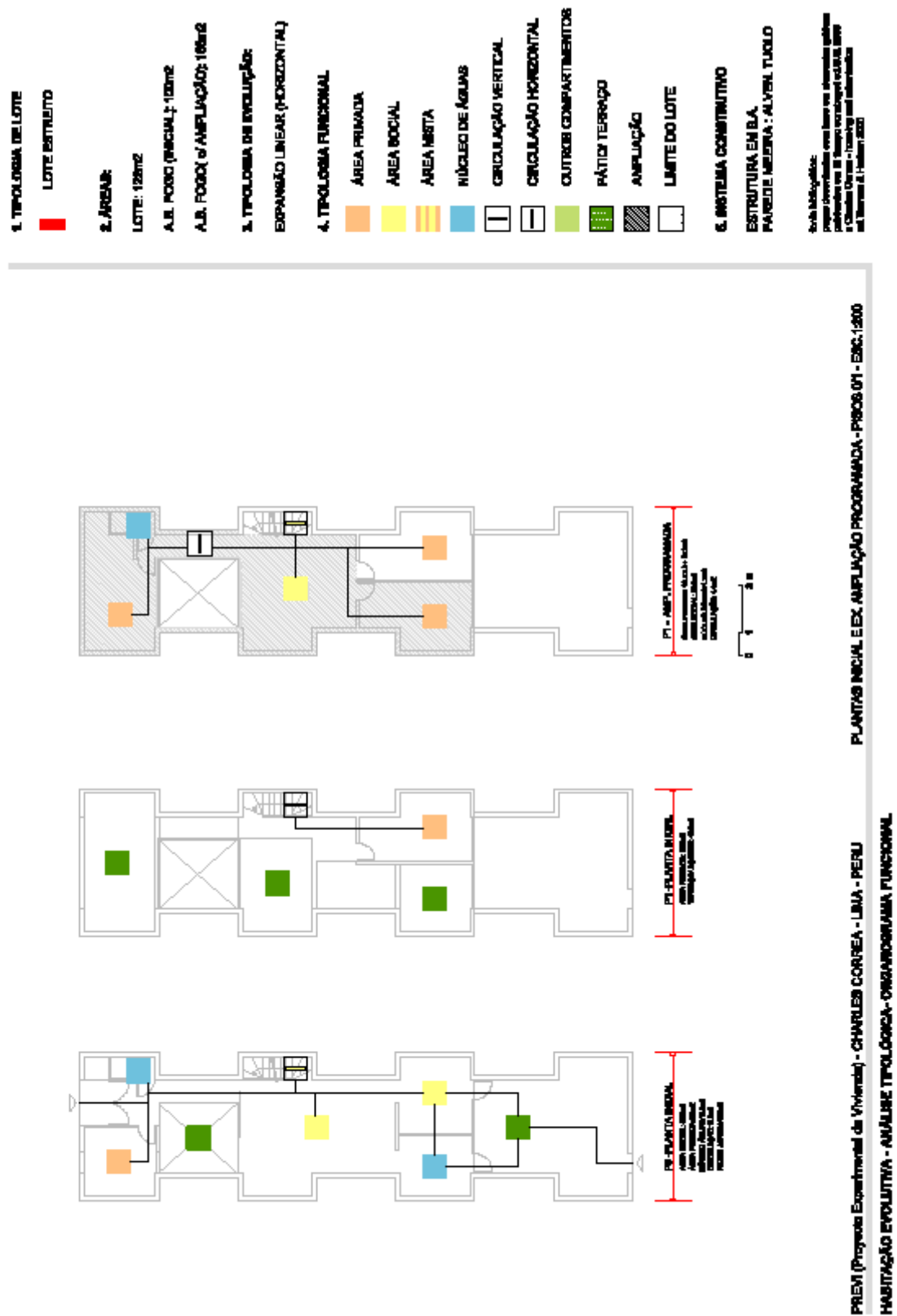
ANEXO 6.2 – Monroy

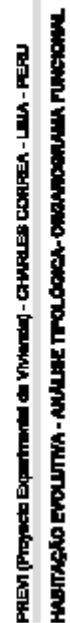


ANEXO 6.3 – Renca

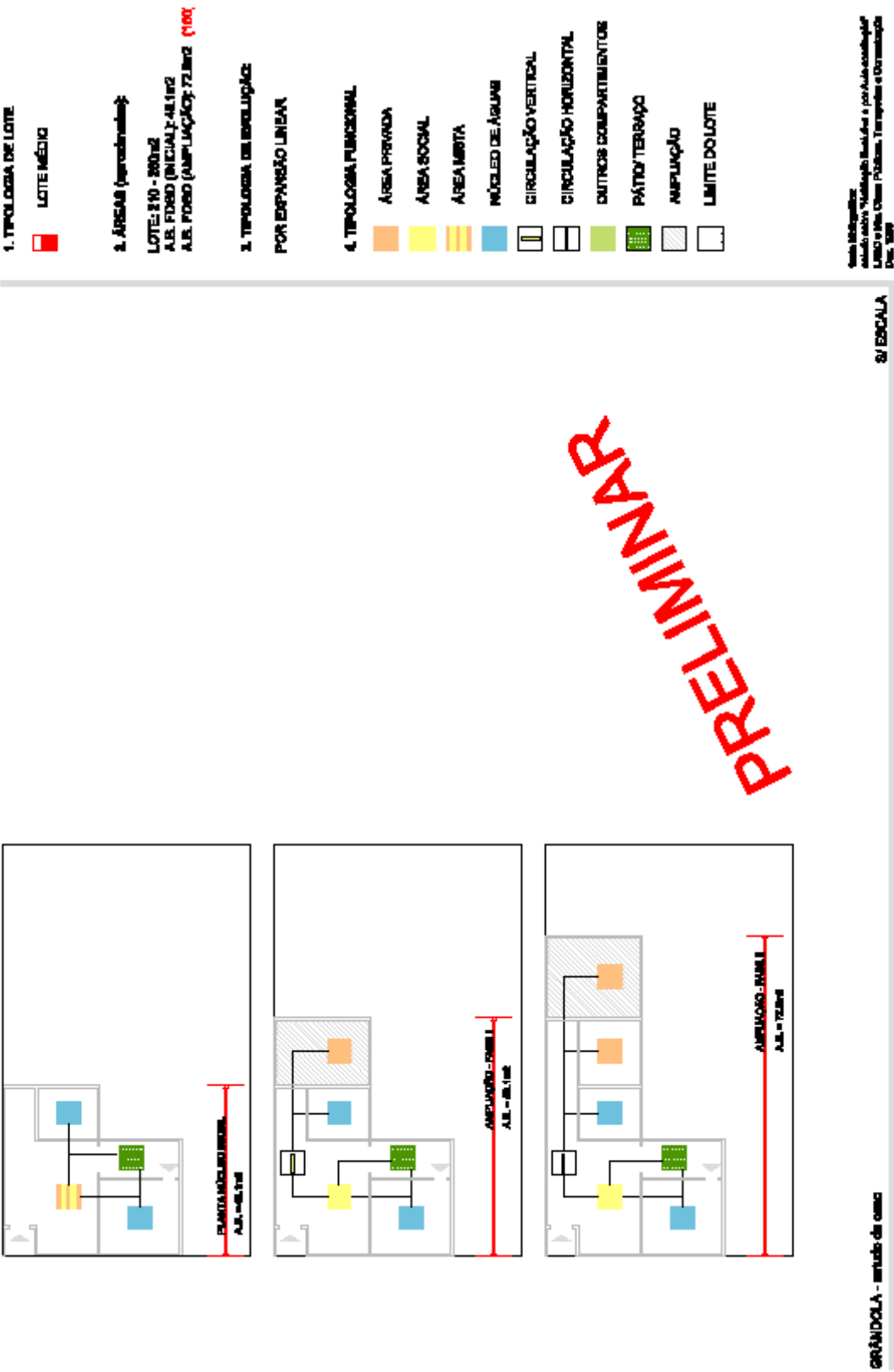


ANEXO 6.4 – Previ

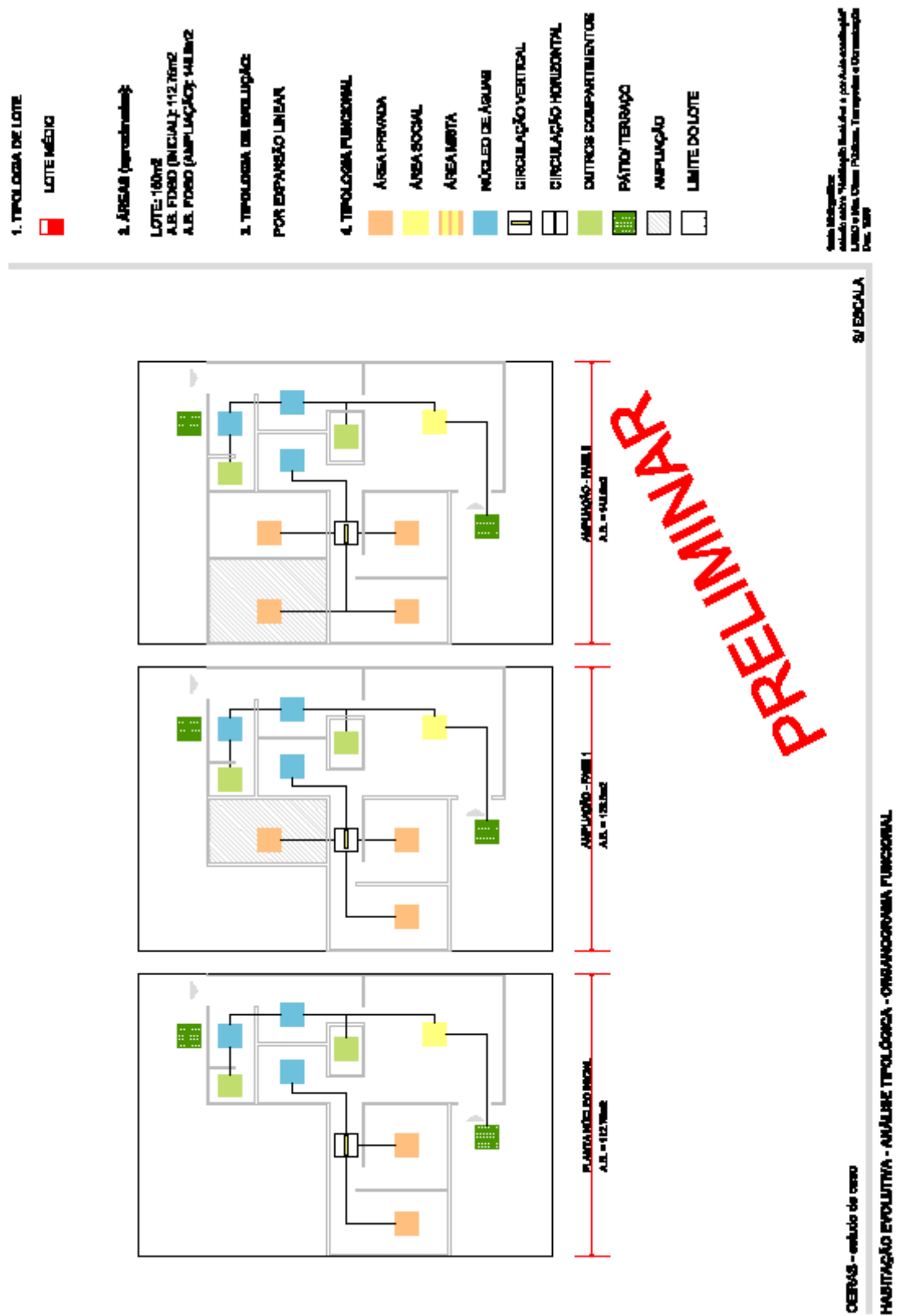




ANEXO 6.5 – Grândola



ANEXO 6.6 – Oeiras



ANEXO 6.5 – Coruche



—l—

cd

—l—

ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A PRESENTE EDIÇÃO DA TESE

Tese Final – Impressa
Tese Final – CD
Anexos Não Impressos – CD



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
**INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
E FORMAÇÃO AVANÇADA**

Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt